

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RENDAS QUE SE TECEM, VIDAS QUE SE CRUZAM:
Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de
Pesqueira/PE(1934-1953)

GEZENILDO JACINTO DA SILVA

RECIFE – PE
2013

GEZENILDO JACINTO DA SILVA

**RENDAS QUE SE TECEM, VIDAS QUE SE CRUZAM:
Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de
Pesqueira-PE(1934-1953)**

Dissertação de Mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
História pela UFPE, como requisito
parcial a obtenção do título de Mestre
em História, sob a orientação do Prof.
Dr. Severino Vicente da Silva

RECIFE – PE

2013

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586r Silva, Gezenildo Jacinto da.

Rendas que se tecem, vidas que se cruzam: tramas e vivências das
rendeiras de renascença do Município de Pesqueira/PE (1934-1953) / Gezenildo
Jacinto da Silva. – Recife: O autor, 2013.

210 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Severino Vicente da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2013.

Inclui referências e anexo.

1. História. 2. Cultura. 3. Rendas – Pesqueira (PE). 4. Rendeiras –
Pesqueira (PE). 4. Memória coletiva. I. Silva, Severino Vicente da
(Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2013-146)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO GEZENILDO JACINTO DA SILVA

Às 10h do dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Gezenildo Jacinto da Silva** intitulada **“RENDAS QUE SE TECEM, VIDAS QUE SE CRUZAM: Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de Pesqueira/PE (1934-1953)”**, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Severino Vicente da Silva (orientador), Flávio Weinstein Teixeira e José Luís Simões. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de agosto de 2013.

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Prof. Dr. José Luís Simões

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

AGRADECIMENTOS

A tarefa de agradecer não é das mais fáceis, sempre corremos o risco de deixarmos alguém que muito nos tenha ajudado de fora. Afinal de contas, são muitas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuem para a realização do nosso trabalho. Há sempre uma mãozinha amiga a nos orientar, um amigo que cochicha uma ideia, outro que ajuda com indicação de fonte, um professor que dá sugestões. Enfim, agradecer neste momento é reafirmar a condição coletiva da produção humana. No meu caso, acho que seriam muitas páginas para retribuir a ajuda oferecida por tanta gente. Mas, desde já, peço desculpas para quem não foi citado.

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva, que assumiu a tarefa de orientar esse trabalho, contribuindo sobremaneira para a sua consecução, sinceros agradecimentos.

Os meus sinceros agradecimentos aos integrantes da banca de qualificação e defesa, primeiramente pela presteza que tiveram em aceitar os convites. Ao Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva e ao Professor Dr. José Luiz Simões, agradeço pelas contribuições acadêmicas, por ter me indicado caminhos para a escrita, pelas críticas construtivas.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em História/UFPE, meus agradecimentos pela convivência salutar nos campos acadêmico e pessoal. Permitam-me agradecer em especial aos professores: Antônio Paulo Rezende, Isabel Guillen, Flávio Weinstein e Antônio Torres Montenegro.

Aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em História/UFPE, obrigado pela possibilidade de trocarmos conhecimentos e experiências.

A todos os funcionários do Programa de Pós Graduação em História/UFPE, sempre muito profissionais e atenciosos, obrigado.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e à bibliotecária, Rosário da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, meus sinceros agradecimentos.

Aos funcionários do Cartório Único de Poção, especialmente às senhoras Leonor Mergulhão e Adriana de Lima, nossos agradecimentos.

Meus agradecimentos a Jurandir Carmelo e ao professor Bartolomeu Cavalcanti pelo apoio prestado a este pesquisador.

Agradeço a FACEPE que fomentou essa pesquisa viabilizando nossas viagens até Pesqueira, a aquisição de livros e de equipamentos (Computador, gravador de voz, filmadora digital) que foram fundamentais para a realização do nosso trabalho.

Um agradecimento especial a todas as mulheres rendeiras que me receberam em suas casas, especialmente a: Odete Cavalcanti, Francisca de Souza, Zelina Faustino, Marieta Xavier, Iêda Medeiros, Edileuza Medeiros Gomes, e Maria das Mercês, que colaboraram com todo carinho para a realização desta pesquisa, nossos sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos: Adilson Rodrigues, Paulo Vieira, Fábio Amorim e sua esposa Aparecida, que ouviram pacientemente as minhas queixas e dúvidas, muito obrigado.

A minha mãe Dezinha e ao meu irmão Givanildo Silva, pelo incentivo e compreensão durante a minha solidão literária madrugada a fora, meus agradecimentos.

Aos meus tios, que me acolheram em suas casas em Recife, Henrique Bezerra e sua esposa Sonia. A Geone Suely. Aos meus primos: Elaine, Erica e Henrique Junior, meus agradecimentos.

Ao meu filho Lucas Nathan, que teve que suportar as minhas ausências, mas que soube compreender a importância desse trabalho, nos ajudando a lidar com os computadores. E finalmente, agradecer à ousadia da mulher rendeira, por ter tido o atrevimento de simplificar o modo de tecer a renda Renascença

DEDICATÓRIA

À

Soledade Arcoverde, professora das Escolas Reunidas Medalha Milagrosa, em Pesqueira, que roubou dois minutos do seu tempo, num gesto de carinho e atenção, para conversar com seu aluno rebelde. Este gesto me fez entender a importância do diálogo entre mestre e aluno.

RESUMO

Este trabalho trata do processo de introdução do ofício de fazer renda Renascença no município de Pesqueira – PE, compreendendo o ano de 1934 a 1953. Privilegiando o estudo das relações humanas no “*saber fazer*” das rendeiras do município, analisando motivações e estratégias adotadas pelos atores deste processo, através de estudos do cotidiano da sociedade pesqueiraense, expostas nas crônicas dos periódicos que circularam no município e nas obras de intelectuais que escreveram sobre o luxo e o esplendor da vida social pesqueiraense do período; Falamos da introdução da atividade rendeira, na Vila de Poção em meados da década de 1930, e da participação de senhoras da sociedade local, como consumidoras de bens de luxo, e propagadoras dos benefícios das práticas do trabalho domiciliar; Do crescimento da população urbana, e da introjeção do *gosto* para o trabalho pela elite dominante, direcionada às classes subalternas; Da ascensão e queda da atividade econômica local, bem como, da precarização do trabalho na região, ocorridos a partir desse episódio, que teria contribuído para o crescimento da atividade rendeira, e dos encontros culturais que possibilitaram o desenvolvimento da cultura da renda Renascença no município de Pesqueira.

Palavras - chaves: Rendeira, Cultura, Cotidiano.

RÉSUMÉ

Ce travail avec le processus d'introduction de l'art renaissance dentelle dans la ville de Pesqueira – PE, y compris l'année 1934-1953. Privilégiant l'étude des relations humaines dans la "Savoirfaire" des dentellières dans la ville, avec d'autres villes, en analysant les motivations et stratégies adoptées par les acteurs de ce processus, à travers des études de pesqueirenses de la société de tous les jours, exposées dans les chroniques de revues qui circulent dans la commune et dans les travaux des savants qui écrivent sur le luxe et la splendeur de la vie sociale de la période pesqueirenses, en parlant de l'introduction de l'activité de l'art dentelle dans la ville de Poçoão – PE des années 1930, et la participation des femmes dans la société locale, en tant que consommateurs de produits de luxe, et de propager les avantages des pratiques de travail des ménages. La croissance de la population urbaine et la forte influence de l'habitude de travailler par l'élite dirigeante pour les classes subalternes, la montée et la chute de l'activité économique locale, ainsi que la précarité du travail dans la région, qui se produisent à partir de cet épisode, qui a contribué pour l'activité dentellière de croissance, et des rencontres culturelles qui ont permis le développement de la culture dentelle Renaissance dans la ville Pesqueira – PE.

Mots-clés: les dentellières, la culture, le quotidien.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
SUMÁRIO.....	vii
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	07
1. RENDAS QUE SE TECEM	07
1.1 O Município de Pesqueira	07
1.2 A Localização do município de Pesqueira.....	13
1.3 O Desenvolvimento comercial.....	14
1.4 O Município de Alagoa do Monteiro.....	25
1.5 A Cultura algodoeira.....	26
1.6 A Vila de Poção.....	27
1.7 A Imprensa no município de Pesqueira na década de 1930....	29
2. TESSITURAS DO LUGAR.....	33
2.1 A Formação da elite social de Pesqueira.....	33
2.2 Diocese de Pesqueira, a instalação de um poder.....	39
2.3 Tramas da década de 1930.....	42
2.4 A Educação em Pesqueira.....	45
2.5 O Movimento integralista em Pesqueira.....	47
2.6 O Doce sabor da vida social no Club dos Cinquenta.....	50
2.7 Só o trabalho vence a miséria.....	52
CAPÍTULO II.....	57
1. VIDAS QUE SE CRUZAM.....	57
1.1 A Renda.....	57
1.2 Origens.....	58
1.3 Rendas feitas à máquina.....	65
1.4 Rendas de almofadas.....	68
1.5 Rendas de bilros.....	70
1.6 Rendas de agulhas.....	72
1.7 Rendas no Brasil.....	73
1.8 Renda Renascença.....	78
2. ENCONTROS.....	82
2.1 Entre a arte e o artesanato.....	82
2.2 Rendas, artigos de luxo.....	88
2.3 Lugares de encontros.....	92

CAPÍTULO III.....	100
1. TRAMAS E VIVÊNCIAS DAS RENDEIRAS DE RENASCENÇA.....	100
1.1 A Imagem da rendeira.....	100
1.2 O Êxodo rural.....	110
1.3 O Cotidiano em Pesqueira.....	123
1.4 O Lugar.....	130
1.5 Memórias de rendeiras.....	135
1.6 Aprendendo a fazer renda.....	139
1.7 As Alunas.....	147
1.8 A Limpeza das peças.....	158
1.9 Construindo autonomias.....	161
1.10 A Autonomia política da Vila de Poção.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS	186
ANEXO I	199

INTRODUÇÃO

A Festa da Renascença realizada anualmente em Pesqueira, dentro do programa Estadual de incentivo à cultura - Pernambuco Nação Cultural - me fez pensar acerca da importância dada ao objeto produzido, no caso, a renda Renascença, em detrimento da valorização da mulher rendeira, produtora de um bem cultural. Mas esse tipo de atitude já não era novidade para moradores do município de Pesqueira. Desde a década de 1930, os proprietários da Fábrica Peixe, produtora de massas de tomate, já haviam criado uma festa na cidade, em homenagem ao tomate, o “Dia do Tomate” em agravo do trabalhador rural, produtor desse fruto. Começo esse trabalho com a preocupação de estudar o processo de instalação da atividade artesanal da renda Renascença e, sobretudo, de dar visibilidade às rendeiras, por entender que elas fazem parte daquele grupo de pessoas que geralmente são excluídas da história, especialmente, se esta rendeira for negra, índia, pobre e iletrada.

Estudar as rendeiras do município de Pesqueira é poder ter a possibilidade de percorrer caminhos, até então, não enfatizados nas pesquisas anteriores e apresentar para a sociedade um conjunto de novas possibilidades, além da história factual e dos grandes feitos, encabeçada pela feliz iniciativa de uma mulher virtuosa, cheia de boas intenções. É poder acrescentar novos olhares e mostrar a possibilidade da existência de novos atores e de outras histórias. A temática econômica é a que mais aparece nas explicações para o crescimento da atividade rendeira no município de Pesqueira, mas essa explicação pode ser vista também, como mais um daqueles caminhos tendentes a naturalizar a história, uma vez que estaria atrelada ao utilitarismo da economia, ou seja, a uma razão prática. O fator econômico seria apresentado como o agente determinante da introdução desta atividade na região. Não negamos essa possibilidade, mas procuramos analisar, também, outras demandas, porque entendemos que a rendeira age de acordo com a sua vontade e também de acordo o sistema de significados criado por elas mesmas, atendendo, certamente, aos seus melhores interesses.

O Antropólogo Sahlins (2003) tem mostrado preocupação com relação às questões que reputam ao interesse do uso prático das culturas humanas, em

detrimento da valorização das interpretações simbólicas das ações humanas. Ressaltar essa temática é colaborar para o conhecimento da cultura rendeira pernambucana e afirmar o seu papel de construtor de um novo sujeito social, que extrapolou as fronteiras do Estado de Pernambuco espalhando-se pelo vizinho Estado da Paraíba.

O livro editado pelo SEBRAE/PB e patrocinado pelo governo do Estado da Paraíba, de Christus Nóbrega (2005). “Renda Renascença: uma memória de ofício paraibana” trouxe alguns depoimentos de velhas rendeiras que teriam aprendido o ofício com as mulheres de Pesqueira e de Poção. É um trabalho de grande produção gráfica, com alguns relatos das rendeiras paraibanas, mas infelizmente, prejudicado pela falta de fontes historiográficas e sobretudo, por não apresentar caminhos diferentes do econômico para explicar o crescimento desta atividade naquele Estado. Para Nóbrega (2005), o agente motivador do crescimento desta atividade na região da Paraíba era a seca, impulsionada pela ação decisiva de algumas pioneiras, que teriam contribuído para o nascimento da arte de fazer renda Renascença na Paraíba. Mas o autor não parece estar interessado em explorar os significados dessa prática para as rendeiras paraibanas.

Avançando um pouco mais, no campo econômico, encontramos dois trabalhos acadêmicos relevantes produzidos na Universidade Federal de Pernambuco, por Osório, (1983) e, Oliveira (1994). O primeiro aborda os aspectos econômicos da atividade artesanal da renda no agreste pernambucano, com um precioso diagnóstico para o “Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Agreste” (PDRI) do programa Polonordeste. Já o segundo, menciona a influência da Renascença na economia de Pesqueira e cidades circunvizinhas. Em 1980, Maia, em seu livro “O Artesanato de Renda no Brasil” (1980) deu ênfase à produção de Renascença em Pernambuco, realçando também, os aspectos sociais e econômicos, mas, sem abandonar o valor folclórico e seu destino fatídico. Para Maia (1980), a renda estava fadada a desaparecer.

Os aspectos sociológicos foram levantados por Albuquerque (2002), pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba: com um trabalho que fala das rendeiras de Renascença de Camalaú – PB. Ela analisa os aspectos materiais e simbólicos da prática artesanal e suas relações sociais com os conceitos de

“evidência empírica” nas relações de classe de E. P. Thompson (1998). Mas não leva em consideração as influências culturais obtidas pelo contato com o outro, destacado pelas relações comerciais, segundo ela, injustas. Para Albuquerque (2002) e demais estudiosos que se apegaram às questões econômicas, o atravessador, aquele agente que intermedia as transações comerciais de compra e venda da produção artesanal, é apresentado como o grande vilão desse processo, porque aparece como principal beneficiário sem levar em consideração que a rendeira poderia não estar passiva nesse processo, podendo estar agindo de acordo com os seus códigos de significados. Assim como o agente intermediário, poderia estar consagrando um valor simbólico à renda ao adquiri-la por um determinado valor e a vendendo, posteriormente por um preço bem superior. Se a peça rendada fosse vendida posteriormente por um preço inferior ao que foi pago, o efeito seria provavelmente contrário, não teria valor econômico. Talvez, essa ação fosse vista tão somente como uma ação de caridade, empreendida pelo comprador.

No campo da educação, Fachine (2004), realizou pesquisa sobre as rendeiras de Renascença na cidade de Monteiro - PB, abordando os conceitos de Educação Popular e Inteligência Coletiva, em “Brasões de Saberes”, envolvendo, Memória, Identidade e Cultura. Fachine (2004) aproxima um pouco da nossa proposta. Fala da transmissão e construção do “saber fazer” enfatizando o processo de criação e recriação dos pontos de Renascença, em Monteiro, na Paraíba, mas sem levar em consideração a questão da circularidade cultural nem das misturas culturais que ocorreram na construção do tipo de renda que conhecemos hoje.

Dividimos o nosso trabalho em três capítulos. No capítulo I, escolhemos focá-lo a partir do ano de 1934, ano em que a renda Renascença teria chegado à região da Vila de Poção, pelas mãos da moça de nome Maria Pastora, vinda da cidade de Olinda, onde estava vivendo, em visita a sua mãe que estava convalescendo na referida vila. Objetivamos fazer uma análise sobre os fatores que poderiam ter contribuído para a introdução e desenvolvimento dessa atividade no município de Pesqueira, além da ação unilateral de Maria Pastoral e de Elza Medeiros, apresentadas como precursoras desta atividade. Nossa preocupação inicial era tentar desconstruir a história apresentada pelos moradores da região sem negar o pioneirismo, porque entendemos que ela assim, apresentada, negava a existência

de outras possibilidades no processo de construção dessa atividade e atribuía esse feito a uma única pessoa. Neste sentido, perguntávamos se a não existência de Elza Medeiros ou a não ação dela, teria impedido que esta atividade tivesse chegado à região.

Apresentamos inicialmente algumas informações sobre o povoamento do Agreste pernambucano, da localização do município de Pesqueira e das primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região; Do nascimento das grandes fortunas advindas da exploração comercial do algodão e da pele de animais e do nascimento da indústria de doces local. A Nossa preocupação neste capítulo, foi apresentar, através das técnicas da pesquisa histórica, o processo de urbanização e da formação da sociedade pesqueiraense na década de 1930. Fizemos um levantamento sobre as fontes históricas que deveríamos usar neste trabalho e optamos por fazer uso de jornais e de livros escritos pelos intelectuais e memorialistas que escreveram sobre este município. A grande quantidade de periódicos que circularam na cidade e a sua regularidade nos possibilitou ter um recorte mais apurado e sistemático sobre o cotidiano da cidade e das demandas da sociedade local. Embora estas fontes pudessem estar eivadas de intencionalidades, elas certamente nos mostrar um pouco do calor das discussões cotidianas que estavam sendo travadas na cidade.

Numa rápida leitura pelos jornais que circulavam na cidade naquele período, notamos a presença de personalidades do município de Pesqueira envolvida nos embates políticos do Estado e da atuação da elite social pesqueiraense nos embates políticos regionais. A força da Diocese de Pesqueira em defesa dos valores cristão, representada pela atuação do padre Alfredo de Arruda Câmara, e o acolhimento pela sociedade local, das ideias defendidas pelo movimento de extrema direita da AIB - Ação Integralista Brasileira. Vimos também, que a cidade criou mecanismos de diversão e de promoção de eventos que deixava a vida social da cidade bastante movimentada, como a instalação de um clube social que promovia festas memoráveis e exclusivas para o seletto grupo de industriais e comerciantes afortunados. Estes eventos podem indicar que a rendeira da vila de Poção, localizada no município de Pesqueira pode ter trilhado os caminhos do utilitarismo econômico, uma vez que a pobreza estava muito presente na vida dessas mulheres

e a sociedade pesqueiraense era consumidora de bens de luxo, mas quando aprofundamos a nossa pesquisa, verificamos que havia brechas para outras possibilidades.

No segundo capítulo, fizemos um levantamento sobre a história da renda em outros países e constatamos que, embora a historiografia apontasse para uma origem europeia, a renda produzida em Pernambuco, apresenta características diferentes daquelas que pudemos observar nos antigos compêndios. A renda Renascença produzida em Pernambuco vai incorporando pouco a pouco, o modo de fazer de diferentes localidades, com novos desenhos, novos pontos e novos materiais, sendo perfeitamente possível que a rendeira, pernambucana, tenha desenvolvido um tipo de artesanato que o antropólogo argentino, Nestor Garcia Canclini (2008), chamaria de cultura híbrida, pela mistura de diferentes técnicas e de diferentes culturas.

Por não ter seguido à risca, os manuais de renda e ter adotado algumas estratégias para burlar a rigidez do ofício, a rendeira de Renascença, reinventou o modo de fazer renda Renascença. Pelo levantamento bibliográfico que fizemos e pela interpretação das fontes locais, podemos dizer que, aconteceram encontros de culturas muito significativos, entre a elite letrada pesqueiraense e os segmentos populares, representados pelas rendeiras, filhas de camponeses, de índios, e dos operários das indústrias alimentícias da cidade.

O capítulo III vai até o ano de 1953, ano de emancipação da Vila de Poção. Encerramos nesta data, porque entendemos que a história das rendeiras de Renascença estava umbilicalmente ligada à cidade de Pesqueira. Em todo o processo de construção dessa atividade, havia sempre a participação de pessoas da cidade, seja na execução dos desenhos, na oferta de encomendas, na distribuição e ou na venda da matéria prima para a produção de renda. Consideramos que a conquista da autonomia política de Poção rompe com essa ligação, pelo menos no nível de percepção simbólica, e da importância dessa atividade na construção da identidade do povo poçãoense, sem, no entanto, negar a coexistência dessas práticas na cidade de Pesqueira e nos seus distritos.

Nesse capítulo continuamos a usar jornais, revistas e outras publicações que traziam matérias sobre o cotidiano do pesqueirense na década de 1950, como fontes históricas, mas passamos utilizar também as fontes orais, com depoimento de rendeiras que moravam em Pesqueira naquele período. O depoimento da Senhora Odete Primo Cavalcanti Maciel, de 85 anos de idade, e ainda ativa na produção de renda, foi revelador. Odete Maciel era contemporânea das primeiras rendeiras. Certa que estava da importância desse depoimento para a construção da história das rendeiras, mergulhou fundo no interior de suas lembranças e nos apresentou detalhes sobre a atuação das rendeiras, das estratégias e das táticas para burlar a rigidez exigida pelas contratadoras de renda da cidade.

A cidade é apresentada como o lugar dos encontros e das sociabilidades, mas foi também apresentada como o lugar escolhido pelos retirantes vítimas das secas periódicas que acometia a região para pedir ajuda aos seus moradores e aos poderes públicos. Escolhemos focar o nosso olhar nas práticas cotidianas dos grupos populares na cidade, na década de 1950, porque notamos o crescimento dessa presença na cidade e do aparecimento de vários conflitos de interesse. Mas não era só o retirante que incomodava. A presença de pobres, de mendigos, de bêbados e desajustados, também, mas certamente incomodava muito mais, porque era um sinal latente de que algo não ia bem na cidade. Falamos nesse capítulo da queda da economia local e da saída de parte da elite pesqueirense em direção a outros centros urbanos a procura de melhores condições de vida.

Finalmente falamos da conquista da autonomia da rendeira, enquanto artesã, quando ela própria assume todo o processo de produção, independentemente da presença das antigas contratadoras de renda, vindas da elite pesqueirense, passando elas mesmas a criar, fazer e vender os seus produtos, tanto na própria cidade, quanto em outros centros consumidores.

CAPÍTULO I

1. RENDAS QUE SE TECEM

1.1. O Município de Pesqueira

A imagem de um lugar pode ser representada através da sua geografia, do clima, da fauna, ou da flora, mas também pode ser vista, a partir do uso que se faz dele ou ainda, das transformações que possam ter ocorrido ao longo do tempo, através de ações naturais ou aquelas realizadas pelos seus habitantes. É através do trabalho que transformamos o nosso meio, tanto na formação de novas paisagens como na produção de bens para a manutenção e conforto humano. Não há uma única imagem, mas diversas imagens. Imagens são representações construídas através de ações físicas ou através da imaginação humana. Elas servem para que possamos nos situar no tempo e no espaço, não é o fato em si, mas o simulacro de uma dada realidade ou daquilo que queremos projetar.

Historiadores, memorialistas e intelectuais voltados para os estudos históricos sobre a ocupação do interior pernambucano têm se empenhado na análise dos documentos disponíveis, interpretando os fatos históricos, cada um ao seu modo. Na maioria das obras historiográficas sobre os primeiros colonizadores no Agreste Pernambucano, encontramos quase sempre o mesmo painel, com um ambiente recheado de homens vestidos de intrépidos aventureiros, desbravando os sertões e instituindo as primeiras fazendas de gado, enfrentando as adversidades do lugar para ocupar aqueles vastos territórios no interior do Brasil, tido como impróprio para o cultivo da cana de açúcar, mas que se mostrara para aqueles homens, adequada para a pecuária extensiva e posteriormente, para o cultivo do algodão.

Para o geógrafo Hilton Sette (1956), o caminho percorrido pelo colonizador, entre Olinda e os currais, no século XVII foi contornando pelo Sul, as escarpas da Borborema¹, saindo em direção à foz do São Francisco e penetrando os Sertões através de seus afluentes. Em Pernambuco, a penetração ocorreu pelos rios: Pajeú,

¹ O Planalto da Borborema fica entre a faixa litorânea do Nordeste e o Sertão. É a maior e mais característica elevação do Nordeste, estendendo-se desde o Estado do Rio Grande do Norte até o Norte de Alagoas.

Moxotó e Ipanema, este, nascendo na Serra do Mimoso. Esta ocupação ocorreu a partir da doação das terras do Ororubá, pelo Rei de Portugal, em 1654 a João Fernandes Vieira, pelos serviços prestados à coroa, quando da expulsão dos holandeses, chegando a ser governador de Pernambuco e posteriormente de Angola. Fernandes Vieira era também, senhor de vários engenhos, tanto em Pernambuco, como na Paraíba, além de possuir muitas fazendas de gado. Andrade (1980:125) diz que, alguns proprietários de engenho possuíam fazendas de gado nas áreas mais secas para abastecer seus engenhos. A produção de carne para consumo e de animais para mover as moendas era realizada nos sertões, as áreas litorâneas eram reservadas para a produção açucareira. Contudo, pouco tempo depois, Fernandes Vieira doa uma parte destas terras a Congregação de São Felipe Neri e vende a outra parte a Manoel da Fonseca Rego. (WILSON, 1980: 60)

Os padres oratorianos da Congregação de São Felipe Neri escolheram para instalar uma missão religiosa, em 1669, na área localizada entre os brejos úmidos, subindo pelo rio Ipanema até o topo da Serra do Ororubá, com o fim de aldear e catequizar os índios Xucurus e Paratiós que viviam naquela localidade. É nessas paragens que nasce a povoação de Monte Alegre, denominada, posteriormente em 1762 de Vila de Cimbres. A escolha desta localidade, entre os currais do Sertão e a Zona da Mata, atendeu ao propósito de povoar um vasto território, até então, preterido pela economia colonial, principalmente, pelas dificuldades de transpor as altitudes da Borborema.

O Agreste Pernambucano foi uma zona que teve o seu povoamento só a partir do século XVIII. A travessia feita através dos vale do Ipojuca e Capibaribe teria sido uma alternativa recente como forma de encurtar as distâncias entre o Sertão e o litoral, uma vez que o Planalto da Borborema dificultava a entrada para os sertões. Assim, o colonizador dribla as dificuldades penetrando os sertões através do Rio São Francisco e funda as primeiras fazendas de gado, para só depois povoar o território agrestino. O Agreste é, portanto, uma região de povoamento tardio.

O geógrafo, Andrade (1980), diz que uma das principais características do Agreste é a diversidade de suas paisagens, por está situado numa zona intermediária, possui áreas muito secas e outras úmidas, com características tanto do Sertão como da Mata. Esta localização servia como ponto de parada e de

abastecimento das boiadas vindas do Sertão em direção ao litoral. Os lugares de parada eram geralmente próximos a algum olho d'água ou riacho, logo, transformando-se em ponto de encontros de vaqueiros, comerciantes e de moradores da região para a realização de trocas comerciais. Alguns destes lugares vieram a se tornar prósperas povoações como: Pesqueira, Caruaru e Bezerros.

No Sertão, temos então uma região que, desde o princípio da sua colonização foi vista como adequada para a instalação de fazendas de gado. Ainda que o meio não determine o destino do homem, ele certamente influencia nas suas escolhas. As escolhas feitas naquele período recaíram para o criatório de gado vacum e caprino, de forma extensiva. A cultura ali desenvolvida exigia pouco investimento e pouca mão de obra. Assim, “a figura central do trabalhador em uma fazenda é o vaqueiro, que cuida do rebanho, administra a propriedade e, na ausência do proprietário dá ordens aos trabalhadores e agregados.” (ANDRADE, 1980: 182). O pagamento era feito a partir da “quartiação”. Ou seja, o vaqueiro recebia um quarto dos bezerros e cabritos nascidos na fazenda e com o passar dos anos viria a se tornar um pequeno sitiante.

A imagem construída do vaqueiro era a de um indivíduo aventureiro, desprovido de bens materiais, branco ou mestiço pobre, disposto a enfrentar os desafios de uma região que se apresentava inóspita, quente e distante dos aglomerados urbanos. Sua permanência nesta região o obrigou a desenvolver formas de convivência com a natureza do lugar e com os poucos índios que restaram após o conflito entre os Tapuias e o colonizador português no interior do Nordeste brasileiro entre fins do século XVII e Início do século XVIII, pela ocupação destas terras para implantação de fazendas de gado, que resultou no aniquilamento de quase toda a população indígena da região. Segundo Pires (2002: 27), o termo Tapuia era a designação dada aos índios vencidos nas guerras contra os Tupis, índios que viviam na região litorânea; mas era também, uma forma preconceituosa do colonizador em relação aos Tapuias, que viviam nas terras interioranas e mostravam-se mais hostis ao colonizador.

Temos então, o desenvolvimento de uma cultura regional forjada na luta diária dos primeiros colonizadores para se fixarem na região, utilizando os meios

disponíveis. Daí o aparecimento da Civilização do Couro², de que nos fala, Capistrano de Abreu, em sua obra; do uso intensivo de ervas, para o trato das moléstias; a recorrências às benzedeadas; o aproveitamento do leite nas mais diversas modalidades; o consumo de frutas e tubérculos regionais, até da produção agrícola intensiva do algodão; o surgimento de personagens típicos como a dos violeiros e cantadores; das mulheres rendeiras; dos mascates; dos compradores de peles de algodão e de prósperos fazendeiros.

Um grande proprietário de terras e, talvez um dos maiores pecuaristas e produtores de algodão da região, foi o Capitão-Mor Antonio dos Santos Coelho da Silva, proprietário, dentre outras, das terras da fazenda Poço do Pesqueiro, doada ao seu genro, como dote. Antonio dos Santos deixou, de acordo com o inventário, como herança em 1821, dentre as várias fazendas e propriedades na capital, 80.000 kg de algodão estocada nas fazendas (WILSON, 1980: 112). Outra personagem que já faz parte do imaginário popular é a do português Manuel Vicente D'Anunciação que teria depositado 1,5 toneladas de ouro e pedras preciosas, na filial do Bank of London, em 13 de 06 de 1878, calculadas em duzentas mil libras esterlinas. O português morreu em 1899, sem que seus herdeiros usufríssem desta fortuna. A filial do Recife do Bank of London publicou anúncios no Diário de Pernambuco³, convocando os herdeiros para ficarem cientes deste investimento, no entanto, os mesmos não teriam sido localizados.

No Princípio, a atividade econômica da região era a pecuária, fornecendo animais para mover as moendas dos engenhos e para o fornecimento de carnes secas. Aliada à pecuária surgiu a atividade agrícola, especialmente aquelas voltadas para o abastecimento interno. Mas é a partir da segunda metade do século XIX, que esta atividade ganha maior impulso, com o advento da revolução industrial ocorrida na Europa que exigia maior volume de matéria prima para alimentar os teares e a Guerra da Secessão Americana de 1864. Estes eventos são apontados como os principais fatores que impulsionaram o crescimento desta atividade comercial no Agreste e Sertão Nordestino.

² ABREU, José Capistrano de. Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Fortaleza: Livraria Briguiet, 1960.

³ Diário de Pernambuco – Vida Urbana p.C 6, Recife, 31 de março de 2002

Junto a este conjunto de atividades e personagens típicos regionais surgidos no Agreste pernambucano no final do século XIX, observamos o surgimento de novas formas de produção econômica e de participação popular na construção deste novo cenário, especialmente, após a abolição da escravidão e a instalação do regime republicano. No transcurso deste processo de transformações pelo qual o país passou, um contingente considerável de pessoas que deixou as antigas fazendas e passou a viver em vilas e povoados e a desenvolver atividades artesanais, comerciais ou de serviço.

É a partir da prosperidade econômica da fazenda Poço do Pesqueiro, de Manoel José de Siqueira, instalada aos pés da Serra do Ororubá, entre a pecuária e a atividade mercantil, que o povoado passa à categoria de cidade, no ano de 1880. O município de Pesqueira fazia parte da comarca de Cimbres e, já no início do século XX, despontou como um dos mais prósperos centros industriais do país. Hilton Sette (1956: 52) fala, em sua monografia, sobre os aspectos da geografia urbana de Pesqueira e de duas diferentes fases do seu desenvolvimento: Uma comercial e outra industrial. Hilton Sette fez um trabalho criterioso, com análises técnicas, pertinentes à geografia do lugar, observando, *in-loco*, a paisagem e as formas de ocupação humana, bem como seus aspectos intrarregionais, fazendo ilações quanto ao desenvolvimento da economia local e de seus desdobramentos, apontando, já em 1956, o decréscimo da atividade industrial.

Sem se deter aos aspectos da formação cultural, bem como nas formas do aproveitamento da mão de obra local disponível, Sette (1956) focou suas análises no recorte espacial do município de Pesqueira, observando o fluxo de pessoas que vinham de diferentes localidades para comercializar, mas sem levar em consideração, que o município faz divisa ao norte com o Estado da Paraíba, dele separado pela geografia da cordilheira da Serra do Ororubá. Os sitiantes e grandes fazendeiros, apesar das barreiras geográficas mantinham fortes relações comerciais com o município, atravessando suas fronteiras e ofertando seus excedentes, fato que pode ter contribuído na formação de uma economia mercantil, quase sempre a mercê dos humores dos acontecimentos gerados no Estado vizinho, por conta da instalação do imposto de barreira. Mas, é também, um território em que as diferenças são realçadas e as identidades mais facilmente construídas. Ainda que as

barreiras não sejam facilmente visíveis o morador da fronteira se encarregou de construí-la.

Assim, não podemos deixar de assinalar a importância das relações sociais ali desenvolvidas juntamente com os produtores e artesãos que abasteciam estas povoações. Homens e mulheres que atuaram na estruturação da atividade mercantil: seja trazendo o excedente da sua produção para comercializarem nas feiras regionais, seja fazendo uso das suas habilidades artesã para produzirem os mais variados objetos de interesse da coletividade local. Pereira (1957: 176), fala da participação da produção artesanal que teria se formado nas pequenas propriedades, até como, forma de sobrevivência, uma vez que as distâncias entre os sertões e os centros comerciais, que ficavam geralmente localizados próximos às áreas portuárias, dificultavam que as populações interioranas adquirissem determinados objetos, necessários às suas atividades naquela localidade como: artefatos de couro e metal; cestarias; redes de dormir; rendas e bordados; fogos e artifícios; carnes secas, além de queijos e frutas regionais.

A cultura intensiva da cana de açúcar, ocupando extensa área do litoral Nordeste possibilitou ao Agreste assumir o papel de fornecedor de alimentos e de objetos artesanais para outras localidades. O crescimento da atividade artesã e mercantil no município de Pesqueira, no final do século XIX são considerados como, principais impulsionadores da indústria de doces e conservas instalada no final do século XIX no município. No entanto, em meados da década de 1950, com a queda da atividade industrial, o trabalho manual voltaria, pouco a pouco, a ser utilizado como alternativa econômica, através da produção da renda Renascença, embora não tenha sido reconhecida, naquele primeiro momento como uma atividade econômica importante, para a economia local.

Pela localização intermediária entre os currais do Sertão e o mercado consumidor litorâneo, o Agreste passou a ser passagem obrigatória de tropeiros e mascates que vinham abastecer os sertões de produtos da capital. Com o crescimento da procura do algodão brasileiro, o Agreste passou a ser entreposto comercial, recebendo viajantes e sediando postos de compras, através de agentes credenciados de grandes companhias brasileiras e europeias que comercializavam com peles, sementes de mamonas e fibras de algodão.

O município de Pesqueira possuía representações de empresas europeias, como a Nessen & Comp, empresa especializada na compra de algodão e de peles do Sertão e também na fornecedora de produtos importados. Da mesma forma, Denise Takeia (1995), nos fala do crescimento da presença de europeus no Ceará, após a Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808. E mais especificamente, da presença de ingleses e de franceses dominando o comércio Brasil/Europa, após a segunda metade do século XIX, citando o caso das Casas Boris Frères, instalada desde o início do século XIX em Aracati, província do Ceará, especializada na compra de peles e de algodão provenientes do Sertão cearense, mas também fornecedora de artigos industrializados da Europa, aos ricos proprietários rurais do Sertão.

1.2. A Localização do Município de Pesqueira

A sede do município de Pesqueira dista 213, 7 km do Recife, podendo ser acessada pela rodovia BR 232, e está localizada na mesorregião Agreste Centro Ocidental do Estado de Pernambuco, microrregião do Vale do Ipojuca, peneplano do Planalto da Borborema. Seu relevo apresenta elevações formadas sobre uma base de 650 metros, com elevações que chegam a atingir 1000 metros de altitudes nas Serras do Ororubá e Acaí. Entre as elevações, pode ser observada a presença de vales e brejos, que formam as bacias dos rios Ipojuca, Capibaribe, Una, Ipanema e Moxotó. Segundo Andrade (1980); o clima é beneficiado pela posição da cadeia montanhosa com relação ao litoral. Na posição de barlavento, o clima fica mais ameno e a vegetação apresenta-se com maior porte, diferentemente das regiões do lado oriental que ficam na posição de sota-vento, que em virtude do paredão formado pelas montanhas, sofrem as consequências da falta de refrigério.

Em, outros trechos, justamente a sota-vento destas elevações, onde as taxas pluviométricas são bem mais baixas, a caatinga, que no Agreste tem sempre maior densidade e porte que no sertão, apresenta-se em largas extensões de pequeno porte e de baixa densidade vegetal (ANDRADE 1980: 21).

O município possui, de acordo com o censo 2010 do IBGE, 62.931 habitantes, numa área de 995,531 Km², com seis distritos: Pesqueira, Cimbres, Mimoso, Mutuca, Papagaio e Salobro. Limita-se (Ilustração nº 01) ao Norte com os municípios

de Poção, em Pernambuco e São Sebastião do Umbuzeiro, no Estado da Paraíba; ao sul com Alagoinha, Venturosa e Capoeiras; a Leste com Sanharó; ao Oeste com Arcoverde; ao Nordeste com Jataúba e Belo Jardim; ao Sudeste com São Bento do Uma, e a Sudoeste, com o município de Pedra.

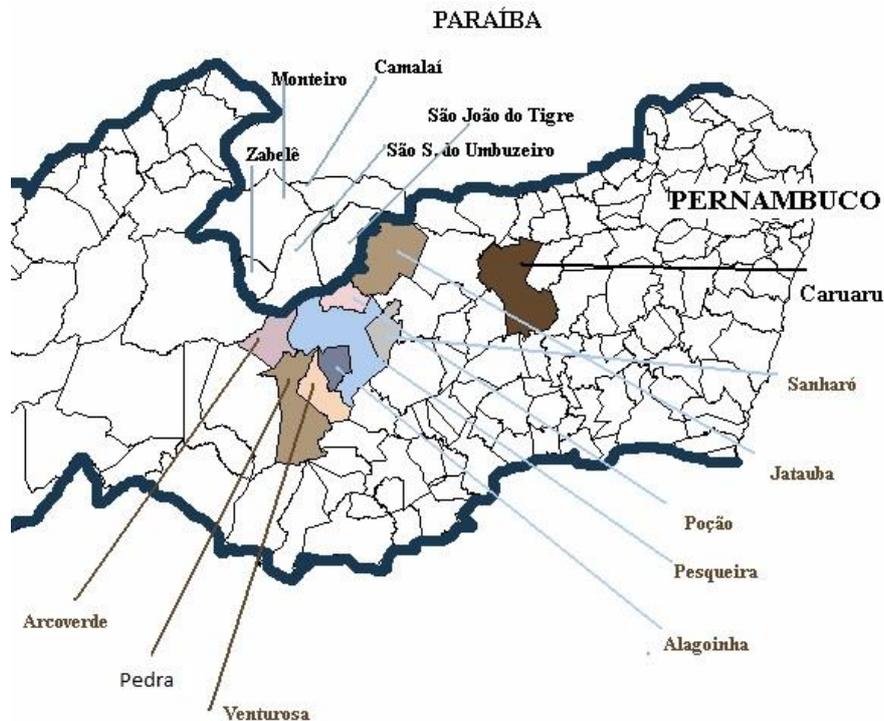


Ilustração 01, localização do município de Pesqueira

1.3. O Desenvolvimento Comercial

No entender de Sette (1956), o desenvolvimento da atividade comercial de Pesqueira, pode ser visto a partir das edificações instaladas próximas ao riacho de Izabel Dias, abrigando casas comerciais, especializadas na venda de tecidos e armazéns de compra e venda de peles e de algodão. O geógrafo percebeu, quando esteve fazendo este levantamento no município, em 1955, para admissão ao exercício do magistério, no Ginásio Pernambucano, que aquele lugar, certamente, teria sido utilizado nas paradas das boiadas vindas do Sertão. “Pesqueira nasceu à beira do caminho dos tropeiros ligando o litoral aos sertões do Ipanema, do Moxotó, e do Pajeú, precisamente ao sopé da Serra do Ororubá onde a água e os brejos úmidos ofereciam melhores possibilidades de subsistências” (SETTE, 1956: 4)

Mas também, não deixa de citar documentos que reforçam a sua afirmativa, como as propagandas da casa comercial “Cordeiro & Santos” encontradas no Anuário Comercial, relativo aos Estados de Alagoas, Paraíba, Bahia e de Pernambuco de 1902/3, instalada na cidade de Pesqueira e especializada na compra e venda de algodão, couro, secos e salgados, mamona⁴, e outros artigos manufaturados no país. A nota diz, ainda, que esta empresa é associada a Francisco Xavier & Santos e Nessen & Comp., da Praça do Recife. De acordo com informações da publicação: Impressões do Brasil no século XX, editado 1913 e impresso na Inglaterra por Loyd’s Greater Britain Publishing Company, Ltd., a Nessen era uma das mais antigas e principais casas europeias instaladas em Pernambuco fundada por Victor Nessen, empregando no ano de 1909, só na seção de algodão cerca de 90 homens. (1913: 945).

O Coronel Delmiro Gouveia, um dos maiores compradores de peles de boi e bode da região e parceiro comercial do Sr. Hermes Theodor Lundgre, empresário do setor industrial e comercial da praça recifense, fundador da Companhia de Tecidos Paulista e da rede de lojas, Casas Pernambucanas, realizou também, transações comerciais de peles e de algodão na Praça de Pesqueira, segundo, Luiz Wilson (1980:193), Delmiro Gouveia teve parcerias comerciais em Pesqueira com: José Martins da Silva Leitão, Joaquim Wanderley, Augusto Magalhães, Cel. Zeca Didier e do Sr. Carlos Frederico Xavier de Britto. Todos eles eram proprietários de casas comerciais instaladas no município de Pesqueira, no final do século XIX e início do século XX. O Sr. Carlos Frederico Xavier de Britto e o Cel. Zeca Didier seriam proprietários posteriormente das fábricas de doces “Peixe” e “Rosa” respectivamente.

Podemos citar ainda, a fundação da Casa José Araujo, que ocorreu em 1890, comercializando artigos de toucador, tecidos e aviamentos em geral, cujo fundador foi José Araujo e Albuquerque que posteriormente transferiu sua matriz para a capital pernambucana, abrindo filiais em vários municípios do Nordeste.

Sette (1956) aponta, em Pesqueira, a existência de: 15 casas especializadas na venda de tecidos e miudezas; 7 armazéns que compram algodão, mamona e couro; 8 casas que vendiam calçados e chapéus; 11 casas negociando ferragens;

⁴ Semente oleaginosa utilizada para abastecer lâmpões de iluminação pública.

15 casas especializadas na venda de secos e molhados, de acordo com o anuário de 1902/3.

Mas é com a chegada dos trens da Great Western em 1907, que o comércio pesqueirense adquiriu maior vigor. Por ser o ponto final da ligação entre o Sertão e o litoral, esta estação em pouco tempo se tornou o ponto de abastecimento e de escoamento da produção de toda aquela região, proporcionando um surto de prosperidade da atividade mercantil; primeiro na sede do município, depois na povoação de Olho D'Água dos Bredos, quando então, os trilhos foram estendidos até essa localidade em 1912. Com um comércio forte e variado, Olho D'Água dos Bredos, logo alcança sua autonomia política (1928), passando a ser denominado de Rio Branco e posteriormente de Arcoverde, em homenagem ao Cardeal Dom Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti, nascido nas terras incorporadas pelo município emancipado.

O papel desempenhado pela instalação da via férrea no desenvolvimento econômico, nas cidades por onde elas passavam é visto como o principal impulsionador do desenvolvimento econômico de uma dada região, mas, se for feita uma análise com maior acuidade, percebe-se que é justamente a prosperidade do lugar, que leva o empresariado do setor a querer investir naquelas localidades, uma vez que tem como certo, o retorno do capital investido. Vejamos o caso da via férrea de Limoeiro, ou então a polêmica, levantada pelo jornalista Zeferino Galvão, nos jornais pernambucanos, em torno do trajeto que a Great Western pretendia traçar, desviado-a para o município de Alagoa do Monteiro, na Paraíba, afora o bairrismo de Zeferino Galvão, tratando de defender os interesses de Pernambuco, porque entendia que o trajeto da linha férrea pela via central integraria o Estado e levaria o desenvolvimento para o Sertão (SETTE, 1956: 58-59). Mas o que a empresa pretendia mesmo, era atender ao mercado produtor de algodão da Paraíba, encontrando obstáculos para este fim, leva os trilhos para Olho D'água dos Bredos e posteriormente para Alagoa de Baixo, localizado no Sertão do Pajeú, atuais, Arcoverde e Sertânia, respectivamente, região grande produtora desta cultura, próximas das divisas da atual Monteiro, na Paraíba.

No final do século XIX, a província da Paraíba pôs em prática a cobrança do imposto de barreira, este imposto era exigido dos produtores em benefício da

fazenda paraibana, até então a produção era escoada pela capital pernambucana, que possuía o porto mais movimentado do Nordeste e sediava as maiores casa comerciais com comissários credenciados de grandes empresas brasileiras e europeias. A Praça de Pernambuco atendia a Sergipe, Alagoas, Ceará, Rio Grande Norte, Bahia e Paraíba.

O marco divisor entre as províncias de Pernambuco e a Paraíba era a própria geografia do lugar. Na obra de Nunes Filho (1997: 62), citando José Américo diz, que “o mapa da Paraíba assemelha-se, no antigo município de Alago do Monteiro a uma *cunha*, inserida no Estado de Pernambuco” encontrando como única razão para esta *cunha* não pertencer ao Estado vizinho à topografia dos dois estados. Para o homem simples da região a diferença está no sentido dos rios Os rios destes estados, correm para lados opostos.

Nunes Filho (1997: 62) diz que Alagoa do Monteiro era passagem obrigatória de caravanas de almocreves, relacionando a geografia do lugar com a facilidade de escoamento da produção algodoeira, inclusive, as de Pernambuco, notadamente, as da região do Sertão do Pajeú. De fato, os caminhos como dissemos anteriormente, foram sendo construídos ao longo do século XVIII. Os vaqueiros procuravam levar suas boiadas pelos caminhos mais curtos e menos íngremes, com água e pastagem ao longo do percurso.

As questões de ordem burocrática ou política, talvez não fizesse parte das preocupações do homem comum, uma vez que eram grandes as distâncias entre os centros de decisões e inexistiam estradas oficiais nestas localidades que pudessem ser utilizadas pelas autoridades paraibanas para impedir o livre trânsito de mercadorias e pessoas. As fronteiras eram vulneráveis, sendo o Recife, a principal praça de escoamento da produção paraibana, uma vez que o produtor ignorava a existência destas fronteiras, transitando livremente. Neste sentido, encontramos um relatório no livro, *Impressões do Brasil no século XX*, da Loyd's Greater Britain Publishin (1913:1064), sobre a província da Paraíba afirmando que as fronteiras entre os estados vizinhos eram abertas, facilitando a entrada de uma quantidade considerável de mercadorias sem tributação.

“*Impressões do Brazil no século XX*” é a publicação de um relatório feito no início do século XX, por editores Ingleses acerca da situação política e econômica

do Brasil, endereçado a comerciantes e investidores com interesses no mercado brasileiro. Esta era uma prática comum, inclusive dos franceses, segundo Takeia (1995: 40), “[...] o que chama de imediato a atenção é o ‘conhecimento’ produzido sobre o Brasil, desde as primeiras décadas do século XIX, apesar de sua pouca importância, no conjunto do comércio exterior francês”.

A Europa industrial experimentou um rápido crescimento urbano, provocada pela entrada de um considerável número de camponeses, que abandonaram seus antigos ofícios de lavradores para ingressar no mercado de trabalho fabril. Hobsbawm (2002) diz que o crescimento urbano criou novas necessidades de consumo e que o elemento impulsionador do crescimento da agricultura foi a demanda: “a crescente demanda por alimentos por parte das regiões urbana e industriais do mundo, a crescente demanda destes mesmos setores por trabalho e, como ligação entre os dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o consumo básico das massas e, portanto, sua demanda *per capita*.” (HOBBSAWM, 2002: 188). Enquanto os países industrializados como Inglaterra e França produziam em larga escala, os países não industrializados eram instigados a fornecer matérias prima necessárias à produção industrial e a consumir os produtos industrializados. Assim, entendemos que com o desabrochar da revolução industrial e o nascimento dos Estados Nações, houve uma nova reconfiguração dos mercados.

Denise Takeia (1995), fala da existência de representações consulares de diferentes nações no Brasil, com escritórios nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Ela diz que:

A presença da representação consular francesa no Brasil tendeu a expandir-se territorialmente na razão direta em que se expandiram as próprias relações comerciais entre os dois países e estava intimamente ligada à importância crescente ou decrescente dos mercados regionais e, provavelmente, à perspectiva sobre o futuro comercial de certas áreas para os interesses franceses. (TAKEIA, 1995: 41)

Em Recife, a representação consular francesa de 1876, atendia a uma rede capilar de agentes espalhados pelo Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de pequenas cidades como, Cameta no rio Tocantins e Santarém no rio Amazonas. O cargo de agente consular era exercido geralmente por grandes comerciantes. Dentre as suas atribuições, constava a de produzir relatórios acerca das atividades

comerciais desenvolvidas no Brasil e do potencial de solvência do comércio local. Takeia (1950: 57) nos fala da existência do comércio bilateral francês na região de Aracati, no Estado do Ceará, interessado no comércio de peles e de algodão da região, enquanto abasteciam o comércio local com produtos industrializados da França, assim ela apresenta uma série de produtos importados da França pelo Brasil, como: Objetos de decoração, couros trabalhados, vestuários, objetos de decoração em tecidos, manteiga, bibelôs, artigos de armarinho, vinhos, perfumarias, papelaria e livros.

Foi, certamente, através deste comércio bilateral que circulou pelo Brasil, o original francês da obra de Thérèse de Dillmont, editado em 1886 pela D.M.C⁵. A *Encyclopédie des Ouvrages de Dames* é uma enciclopédia francesa de trabalhos manuais indicada para senhoras interessadas em aprender as artes domésticas de bordar, tecer e costurar. Esta obra foi apontada no relatório⁶ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que concedeu o título de Patrimônio Imaterial do Brasil e registro no Livro de Saberes, pelo Modo de Fazer Renda Irlandesa do município de Divina Pastora no Estado de Sergipe, como um dos elementos que pode ter contribuído para a introdução da arte de rendar naquela região.

A D.M.C associou-se a Thérèse de Dillmont e publicou esta enciclopédia de trabalhos manuais, tendo sido traduzida e comercializada em 17 países, constituindo-se em um importante veículo de divulgação da arte de bordar e do uso dos fios e passamanarias desenvolvidos por esta companhia.

Wilson (1980: 429) nos fala da presença do libanês Said Curi Aoun em Pesqueira, que dominava cinco idiomas: árabe, francês, português, inglês e italiano; Foi Cônsul honorário do Líbano no Brasil em 1950 e era proprietário da casa comercial, Estrela do Oriente, especializada na venda de tecidos, perfumes e miudezas em geral e do Hotel Oriente, no qual o interventor de Pernambuco, Carlos

⁵ A D.M.C é uma empresa francesa fabricante de fios para uso industrial e doméstico fundada em 1746, por Jean-Henri Dollfus, Jean Jaques Schmalzer e Samuel Koechlin . Esta empresa foi pioneira no processo de mercerização de fios, que consiste em passar o fio de algodão em soda caustica, modificando a textura da fibra, tornando-a mais resistente e sedosa. Disponível em: <<http://www.dmc-pt.com>>. Acesso em: 22 nov, 2012.

⁶Relatório do IPHAN - Processo nº 01450.001501/2007-52

de Lima Cavalcanti e toda a sua comitiva, em passagem para o Sertão, hospedaram-se em 27 de janeiro de 1933⁷.

No final do século XIX, com o advento da República, os Estados federados passaram a redigir sua própria constituição. A província da Paraíba, que já tinha sua vida econômica ligada umbilicalmente à economia pernambucana realizando, inclusive, negócios através da Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraíba, sediada na praça recifense, parceria esta, ensejada desde os tempos da criação, em 1756 da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Esta Companhia de Comercio foi criada pelo Marques de Pombal, ministro português de formação liberal, visando retomar o controle do comércio, dominado pelos ingleses e franceses, entre a colônia e a metrópole para fortalecer a fazenda real.

O ponto de escoamento da produção paraibana era invariavelmente o porto do Recife. No princípio, com os meios disponíveis, através de muares, carros de boi e posteriormente, através dos transportes ferroviários que partiam das estações da Great western de Limoeiro e de Rio Branco. Com a decretação da Lei 673 de 17/11/1928 do imposto de barreiras, feita pelo presidente João Pessoa, a economia do Sertão paraibano, que já se encontrava bastante debilitado, pelas grandes secas de 1877 e 1887 juntamente com a baixa procura do algodão brasileiro, ao final da Guerra da Secessão, sofre outro revés, uma vez, que o livre trânsito da produção sertaneja entre os estados estava proibido. Nunes Filho (1997: 72), deixa transparecer o seu desapontamento, com a rigidez da cobrança, diz que aquela “exação insidiosa”, ou seja, a aquela cobrança rigorosa, contribuiu ainda mais para a queda do fluxo de mercadorias, empobrecendo o mercado do Cariri Velho Paraibano.

A Vila de Poção, que divisa com o povoado do Tigre, em Alagoa do Monteiro, também sofreu as consequências da fiscalização, ainda que esta fiscalização não fosse tão eficiente, diante das barreiras geográficas do lugar e das estratégias dos moradores da região, vez ou outra, um pequeno sitiante ou um desafeto qualquer dos mandatários do poder local eram tributados.

⁷ Jornal de Pesca, Pesca, nº 105, em 28/01/1933. p, 3.

A primeira Coletoria Federal de Pesqueira era comandada pelo Major da Guarda Nacional, Alfredo Bezerra Cavalcanti, casado com Ana de Araújo Albuquerque, irmã do comerciante, José Araújo e Albuquerque, fundador das Casas José Araújo. Barbalho (1977:225) diz que o Major Alfredo era “Marreteiro” era ligado politicamente ao grupo do Comendador Francisco Rosa e Silva e com a ascensão de Emídio Dantas Barreto ao governo de Pernambuco, em 1911, foi afastado, só voltando a exercer o cargo no governo de Manuel Borba. O Major Alfredo era conhecido pela forma excêntrica de lidar com os adversários políticos, a ponto de usar luto, por considerar que o irmão, Leonardo Bezerra Cavalcanti, havia morrido, após saber que o mesmo havia se bandeado para o grupo de Dantas Barreto.

O Escrivão da primeira Coletoria de Pesqueira, João Alfredo Pires Jatobá⁸, era membro de tradicional família poçoense. Para Melo (1971:12), a família Jatobá teria aportado na Vila de Poção em 1878, vinda de Curral Velho, Paraíba. Percebemos então, a importância do exator e do seu envolvimento estratégico para com as questões políticas daquela localidade, escolhendo para exercer o cargo de escrivão, uma pessoa bem relacionada na Vila de Poção. Era certamente, um tipo de serviço que atendia aos interesses da oligarquia local. O Major Alfredo Bezerra Cavalcanti era pai de Aristides Bezerra Cavalcanti, nomeado coletor da segunda Coletoria Federal de Pesqueira em 17 de outubro de 1919, que casou posteriormente com a filha do escrivão, a senhorita, Áurea Jatobá em 17 de julho de 1920. (CAVALCANTI, 2003:97).

João Alfredo Pires Jatobá era filho do Ten. Cel. Severiano Pires Rodrigues Jatobá e casado com Maria Izabel de Oliveira Ledo. Na obra de Mário Batista Vieira de Melo (1971: 13), temos que, Hisbelo Pires Jatobá, um dos sete irmãos de João Alfredo, foi nomeado em 1890, agente da recém-criada agência dos Correios da Vila de Poção, sucedido após 43 anos de serviço, pelo irmão Tadeu Jatobá. Melo (1971), salienta que a chegada dos Correios à Vila de Poção teria sido um dos acontecimentos mais significativos para o desenvolvimento daquela localidade, naquele período. A partir destes dados é possível perceber que havia práticas clientelísticas em favor dos correligionários dos chefes políticos da região, através da concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais e

⁸ Nomeado para o cargo de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Pesqueira – PE, em 11/04/1905. Diário Oficial da União p, 03, seção 1 de 19/04/1905

isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. A cobrança de impostos, longe de ser um dever do servidor público e uma obrigação dos brasileiros, era usada como punição aos opositores do governo.

Ulysses Lins (1957:132), nos fala em uma de suas crônicas, sobre a intervenção de seu pai, Manuel Coelho Lins de Albuquerque Né, que exercia o cargo de agente do Tesouro na Coletoria Estadual, em 1904, para substituí-lo naquela função, na ocasião em que o mesmo tomaria posse do cargo de prefeito de Alagoa de Baixo (Sertânia). Ulysses Lins de Albuquerque era natural de Alagoa de Baixo, nascido em 09/05/1889, Partidário do Conselheiro Rosa e Silva e pai do futuro interventor e governador de Pernambuco, Etelvino Lins. Naquela ocasião, Ulysses contava com apenas 15 anos de idade. Em outro episódio (1957:185), ele diz, depois de hesitar em assumir o cargo de Fiscal de Consumo, que havia conquistado com a décima colocação no concurso público de 1916, que escrevera, ao então, Ministro da Aviação do governo do Marechal Hermes da Fonseca, Dr. J. J. Seabra, pedindo que o mesmo intercedesse em seu favor. Ulysses diz que assumiu o cargo de Agente Fiscal em Pesqueira na primeira Coletoria em 1917, mas fala em outras passagens de seu livro de memórias, *Um Sertanejo e o Sertão* (1957) de episódios que reforçam a imagem que a sociedade tinha do cobrador de impostos, especialmente nos períodos de estiagem, quando então o comércio fechava as portas, alarmados com a notícia da chegada da fiscalização, sem deixar de dizer que não concordava com determinadas práticas e que era bem visto pela sociedade (1957: 220).

Encontramos várias matérias no *Jornal de Pesqueira*, relacionando membros da família Jatobá, como a do dentista, Severiano Jatobá em defesa da revolução de 1930, bem como, a participação efetiva de Oswaldo da Costa Lima, genro do escrivão da Coletoria Federal de Pesqueira, João Alfredo Pires Jatobá, na derrubada do governo de Pernambuco, que era comandado em 1930, por Estácio Coimbra. Notamos que, apesar da ligação política dos velhos coronéis da região com a oligarquia “rosista”, a juventude urbana, letrada, formada por profissionais liberais, apoiava as ideias defendidas pelos revolucionários, contra as antigas práticas políticas clientelísticas dos chefes políticos regionais.

Com a subida ao poder, dos revolucionários de 1930, as pressões pelo fim da cobrança do imposto de barreiras foram grandes, assim, encontramos uma nota no Jornal de Pesqueira, de 27 de maio de 1933, falando da apreensão de cinco cabras pertencentes a um agricultor paraibano que vinha vendê-las na Vila de Poção. Na nota do jornal, pede-se ao interventor, Carlos de Lima Cavalcante, que cumpra o programa do Partido Social Democrata de Pernambuco, quanto à proibição da cobrança de qualquer tipo de impostos entre os Estados e ou entre os municípios.

Imposto Interestadual

[...] No vizinho Estado do Norte, este tributo continua sendo arrecadado duma maneira absurda e extorsiva.

A florescente villa de Poção do nosso município, cujo território limita-se com o referido Estado nestes últimos mezes tem sentido os efeitos nefastos da exorbitância das autoridades fiscais da Parayba. Esta semana tivemos informações seguras do procedimento arbitrário dos representantes do fisco paraybano, cujo factos damos publicidade, afim de que os poderes competentes ponham cobro a tamanho dispauterio.

Um pobre agricultor em dias da semana passada, viajava do povoado do Tigre daquele Estado, conduzindo cinco cabras. Ao chegar no ponto divisório dos dois Estados, defrontou-se com um guarda que, sem mais detença, apreendeu os referidos animais e os conduziu para a sede da Repartição Fiscal, como presa de sua indigna vigilância contra os contrabandistas, conforme são classificados os que não tendo pago o imposto de barreira, perdem as mercadorias ou animaes que lhes pertencam (Jornal de Pesqueira. 27/05/1933).

Notem que o redator defende os interesses do agricultor, como se o mesmo fosse pesqueirense. Dada à estreita relação que havia entre os municípes de Pesqueira e Alagoa do Monteiro na divisa com Estado da Paraíba, podemos inferir que havia interesses em comum entre os habitantes destas localidades. Daí o porquê do Jornal de Pesqueira⁹ firmar contrato de representação daquele jornal, com a firma do Sr. Antonio Falcão, em Alagoa do Monteiro e como o Sr. José Mamede da Silveira na Vila de Poção, além de estampar em suas páginas, notícia sobre estes municípios. Em outra nota, há o relato de um caso ocorrido na povoação da Baixa da Fatura localizado no município de Alagoa do Monteiro, dando conta do afogamento que vitimou o Sr. Pedro Clemente Teixeira e a Sr^a Francisca Araújo Teixeira, irmã de Adalberto Araújo, auxiliar de guarda livros da Fábrica Rosa, ou então noticiando visitas dos seus redatores àquela localidade.

⁹ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, em 11/02/1933.

Alguns povoados e vilas, localizados próximos à divisa do município de Alagoa do Monteiro ficavam distantes da sua sede, levando muitas vezes, seus moradores a preferirem transpor a Serra do Ororubá ou a Serra do Acaí para abastecer suas dispensas e vender seus excedentes em Pesqueira ou na Vila de Poção. Neste sentido, podemos dizer que as delimitações geográficas entre os dois Estados não impediam que houvesse contato interpessoal entre os moradores daquela região com os habitantes do município de Pesqueira, incluído os índios Xucuru, chamados de “caboclos” que viviam em sua maioria, ainda, na Serra do Ororubá e também, com os moradores da sede, especialmente nos dias da feira semanal.

A divisa estadual fica localizada em área de difícil acesso, permeada de caminhos íngremes, que certamente só o morador da região, acostumado com o terreno, conseguiria caminhar com desenvoltura. Aoun (1997) nos fala da existência de ladrões de cavalos naquela região, o mais detestado dos criminosos, uma vez que este era um dos bens mais valiosos para o sertanejo, pelo uso diário na lida com o gado e como meio de transporte. Um dos ladrões de cavalos mais procurado no início do século XX na região da Vila de Poção atendia pela alcunha de “Tamburetão”, fato que levou uma legião de homens bem armados a mando dos fazendeiros da região no encalce deste criminoso, que se embrenhou por entre as serras da região e nunca mais foi visto pelas redondezas.

O município de Pesqueira, contava em 1911, com cinco distritos, Pesqueira, Alagoinha, Cimbres, Salobro e Poção que, divisa ao norte com o município de Alagoa do Monteiro, ocupando uma expressiva área entre os brejos do Cariri, na província da Paraíba. Se do lado Pernambucano, o município de Pesqueira, localiza-se na região Agreste, a Vizinha, Alagoa do Monteiro, encontra-se encravada na mesorregião do semiárido paraibano, microrregião dos Cariris Velhos. Seu relevo é formado por uma superfície ligeiramente ondulada, constituídas de vales que formam o rio do Meio, na Serra do Jabitacá; o rio da Serra e mais ao norte, o rio Sucuru. Do encontro destes rios, temos o rio Paraíba do Norte, que chega a atingir cerca de 300 km do território paraibano. É um rio que apresenta certa irregularidade ao longo do seu curso. Volumoso em períodos de chuvas e seco em outros períodos.

1.4. O Município de Alagoa do Monteiro

Alagoa do Monteiro, desde os primórdios de sua fundação, 1800, assim como os demais povoados sertanejos, nascidos naquele período, surgiram, segundo Nunes Filho (1997:71), a partir da instalação de fazendas de gado, aproveitando as condições favoráveis para aquela atividade extensiva, em meio a uma vasta região, dotada de vegetação que servia de pastos e também de espaços para a construção de pequenas capelas, dedicadas a “Santos” de devoção dos proprietários, que atraíam para seu entorno, as comunidades circunvizinhas. Nestas localidades, as feiras de gado desempenharam importante papel na constituição dos primeiros povoados, para lá, acorriam de diferentes localidades, vaqueiros, comerciantes e fiéis atraídos pela possibilidade de abastecer suas dispensas, realizar negócios e alimentar sua fé na capela de Nossa Senhora das Dores.

Mas é também uma região que costuma fazer migrações, devido aos problemas de estiagem. O gado passa o período chuvoso na ‘ribeira’ e na seca, sobe para as Serras do Teixeira, do Jacaré e de Poção. Na ribeira, o gado fica em campo aberto, enquanto nas Serras o gado pasta nos roçados já colhidos.

O fazendeiro Manoel Monteiro do Nascimento desmembrou de sua fazenda, Lagoa do Periperi, em 1800 e lá construiu a capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, localizada a trezentos metros da margem do Rio do Meio. Ao lado da capela ficava a casa grande da fazenda, que compunha um cenário comum à maioria dos povoados sertanejos, mas, que atendia, certamente, a uma demanda do proprietário em fazer prosperar determinada povoação sob seu jugo, ganhando dividendos políticos e econômicos com a empreitada. Antes de conquistar sua autonomia política, Alagoas do Monteiro, como mais tarde viria a ser denominada aquela localidade, pertencia ao município de São João do Cariri (NUNES FILHO, 1995).

Foram desmembrados do território do município de Monteiro, ganhando autonomia política, a partir da década de 1950, os distritos de Sumé (1951), São Sebastião do Umbuzeiro (1959) e Camalaú (1961), São João do Tigre (1962) e Zabelê (1994), os dois últimos, desmembrados de São Sebastião do Umbuzeiro. Em todos estes municípios, encontramos, hoje, famílias que passaram a viver da produção artesanal de renda Renascença.

1.5.A Cultura Algodoeira

A cultura algodoeira, no tempo da colonização, segundo Andrade (1980: 86) teve uma fase de estagnação o século XVII e a primeira metade do século XVIII. Desenvolvendo-se, posteriormente, com a fabricação de tecidos ordinários para atender o mercado doméstico de vestimentas usadas pelos escravos. No entanto, Pereira (1956: 50) afirma que já havia uma pequena indústria têxtil atendendo o mercado doméstico mineiro e que com passar dos anos esta prática foi sendo aperfeiçoada, levando à melhoria da qualidade dos tecidos que passaram também a ser comercializados em outras regiões. Mas foi a repressão imposta pelo alvará régio de 1785 expedido pela rainha de Portugal, Dona Maria I, que proibiu o desenvolvimento e a instalação de fábricas e manufaturas na colônia, especialmente as de tecidos, acabando com todas as formas de produção têxtil, excetuando-se aqueles tecidos ordinários destinados a vestir os escravos. O documento argumentava que as fábricas prejudicavam a economia da colônia, desvirtuando o colono de suas atribuições na exploração das riquezas da terra, como a agricultura e a mineração.

A cultura do algodão que teve início na região úmida, logo se propagou pelo Agreste e o Sertão, empurrada pela cana e pelo clima. O avanço desta cultura para o interior dependia substancialmente das oscilações do mercado. Para Andrade (1980: 87), a cultura do algodão tinha um ciclo vegetativo curto, requeria apenas poucas limpas ou capinas, assim, não ocupava braços durante todo o ano, como acontecia com o açúcar. Era uma “Cultura fácil, barata e democrática, deixando-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto produto para venda, como alimento” (ANDRADE, 1980: 87). Há relatos do uso da fibra têxtil de algodão em várias partes do mundo, no Paquistão, China, Coreia, África e também na Europa. Quando Cabral e Colombo chegaram à América já encontraram o algodão sendo usado pelos nativos. A Enciclopédia Agrícola Brasileira, Volume I (1983:121), diz que “A fibra e o artesanato de fios e tecidos de algodão foram divulgados pelos fenícios e cartagineses no Oriente Médio, nas ilhas e nos países europeus e africanos banhados pelo mar Mediterrâneo”. Ou

seja, esta fibra era cultivada em várias partes do mundo e seu uso foi difundido, principalmente, através das práticas comerciais.

Diante do crescimento alcançado por esta cultura, foi criada em 11 de janeiro de 1819 a Alfândega do Algodão de Pernambuco. No entanto a atividade de Inspeção já era praticada desde 1750 pela Mesa de Inspeção¹⁰ para controlar melhor o embarque desta fibra nos portos brasileiros. Concordamos com Andrade (1980) quando diz que o Algodão fez, após a segunda metade do século XVIII, uma verdadeira revolução agrária no Agreste, entendendo que esta era uma cultura leve e facilmente colhida por mulheres e crianças, convertendo-se em vantagens para enfrentar a cana de açúcar nas ocasiões em que o mercado europeu necessitava de algodão. Muitos moradores pobres, mestiços ou mesmo negros enriqueceram cultivando algodão e ascenderam socialmente, chegando a serem chamados de “brancos do algodão” por isso (ANDRADE 1980: 132).

1.6.A Vila de Poção

A Vila de Poção está localizada na extremidade norte do município de Pesqueira, divisando com o município de Alagoa do Monteiro, há 26 quilômetros de Pesqueira, à margem direita do riacho Gangorra, no alto da Serra do Acaí. Contava com uma povoação denominada de Pão de Açúcar, localizada às margens do Rio Ipojuca, de acordo com levantamento feito em 1924, esta povoação contabilizava cerca de vinte casas. A Vila Possuía na época, cerca de 150 prédios e 4.500 moradores, comércio regular e uma igreja, dedicada a Nossa Senhora das Dores, mandada construir pelo Pe. Estanislau Ferreira de Carvalho. Feira semanal realizada aos sábados, ainda hoje, muito concorrida pelos habitantes do Estado vizinho (WILSON, 1980: 218). A proximidade com a província paraibana possibilitou a Vila de Poção beneficiar-se das rotas alternativas de tráfego de mercadorias entre os dois Estados, mas, também, era escolhida para refúgio de criminosos, tentando escapar da justiça. Alagoa do Monteiro foi palco de lutas sangrentas entre chefes políticos rivais, chamados de coronéis e as tropas de Pernambuco e da Paraíba,

¹⁰ A Mesa de Inspeção foi um órgão colegiado criado em 1750 que era especializado em produtos de Exportação como: tabaco, açúcar e algodão, para fiscalizar e classificar a qualidade dos produtos destinados a exportação (GODOY, 2002: 33)

além das investidas de tropas de cangaceiros como as de Antonio Silvino¹¹. Melo (1971), fala do combate entre as volantes paraibanas e os bandoleiros, em 1938, que resultou na morte do cangaceiro “Chumbinho”, que foi enterrado no cemitério de Poção.

O padre Estanislau Ferreira de Carvalho nasceu em 26 de novembro de 1828, na Fazenda Cachoeirinha, Comarca de Alagoa do Monteiro na Paraíba, sendo ordenado padre em 1850; ao fazer pregações na chapada da Serra do Acaí, nutre interesse em fundar naquelas imediações um povoado. Assim, recebe por doação de Francisco José Bezerra, conhecido por Chico Inspetor, 90 braças de terra para formar um patrimônio para Nossa Senhora das Dores. Constrói à margem esquerda do riacho gangorra aquela que foi considerada a primeira casa edificada na região. Melo (1971:9) nos diz que a referida casa era de taipa e coberta de palha, localizada próxima, hoje ao Grupo Escolar Manoel Caetano de Britto, na Avenida Francisco José Bezerra. Para Melo (1971:10), a primeira missa celebrada pelo Padre Estanislau em Poção ocorreu em 13 de agosto de 1871, data considerada como o marco de fundação do município.

A feira livre de Poção, segundo Melo (1971:11), teve início em 10 de fevereiro de 1872, atraindo muitos comerciantes para aquela região de fronteira, e já em 1876, foi alçado à categoria de Vila, pela Lei Provincial nº 1230 de 24 de abril de 1876. O Cap. Malaquias José Batista, natural da Vila de Cimbres, era considerado como um dos primeiros comerciantes a se estabelecer naquela localidade, negociando com estivas e comprando algodão e couro. Como podemos perceber, a povoação fundada pelo padre Estanislau teve um rápido crescimento, especialmente, porque o vigário estabeleceu que quem construísse casa dentro de um período de cinco anos estaria isento do pagamento do imposto de patrimônio.

¹¹ Manoel Batista de Moraes, nascido em 02 de novembro de 1875, na cidade de Afogados da Ingazeira, era conhecido na juventude pela alcunha de “Batistinha”, adotando posteriormente o nome de Antonio Silvino em homenagem ao tio Silvino Aires Cavalcanti de Albuquerque, que discordara das posições políticas dos partidários do General Dantas Barreto e teria formado um Bando de cangaceiros para aterrorizar os mandatários daquela região. Após a prisão de Silvino Aires, “Batistinha” adotou o nome de Antonio Silvino e passou a ser conhecido como o mais famoso bandoleiro dos sertões nordestino, antecedendo à fama de Virgulino Ferreira, o Lampião. Ver: VAINSENER, Samira Adler. Antonio Silvino. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

Poção no início do século XX, também passou por outra experiência que viria a marcar a história política daquela localidade. Em homenagem ao governador de Pernambuco da época, Sérgio Loreto, após ter sido contemplada com o melhoramento da via de acesso a localidade de Acaí, o distrito passou a ser denominado em 1924 de Sergio Loreto. Entrara de soslaio no intrincado mundo das disputas políticas. Naquela época, com o advento da revolução de 1930, o interventor Carlos de Lima Cavalcanti, que era desafeto do ex-governador, assume o comando do estado e muda o nome do distrito, voltando este, a antiga denominação (WILSON, 1980. p. 217).

Outro grande acontecimento, segundo Melo (1971), para a Vila de Poção foi a chegada da luz elétrica, que ocorreu em 18 de março de 1930, pelo Pe. Jance Jatobá. Já em 1932; o Sr. José Araújo abre uma filial das Casas José Araújo em Poção, depois de negociar desde 1926 na feira daquela localidade. A loja Santa Águeda estabelecida na cidade de Pesqueira, abre também uma filial no ano de 1936.

1.7.A Imprensa no Município de Pesqueira na Década de 1930

Analisando alguns acontecimentos publicados em jornais que circularam na década de 1930 em Pesqueira, como o: Jornal de Pesqueira, O Ororubá, A Coligação e A Voz de Pesqueira, assim, como algumas obras de memorialistas e de estudiosos da história do município, poderemos encontrar alguns indícios de práticas sociais que podem nos levar a entender o processo de instalação da atividade artesanal da renda Renascença no município, embora saibamos que a história das mulheres, do operário e dos prisioneiros, como observado por Perrot (1998), não costuma despertar o interesse dos historiadores nem aparecer em destaque nas manchetes, contudo, os jornais, especialmente aqueles veículos de circulação regular, além de conter, grandes manchetes de teor marcadamente político, costumam mostrar cenas do cotidiano urbano, que possibilitam ao pesquisador ter uma visão mais ampliada da sociedade, podendo desta forma, tecer novas possibilidades históricas.

A cidade de Pesqueira chegou a ter dois jornais que circularam na década de 1930 de forma longa e regular e outros com curta duração. O Jornal de Pesqueira iniciou suas atividades em janeiro de 1931, depois de adquirir as máquinas de impressão do Correio de Pesqueira, de propriedade dos Irmãos Cândido e Joaquim de Britto, (sócios da Fábrica Peixe). Tinha uma boa diagramação, imagens de boa qualidade (clichês) e contava com 6 colunas e quatro páginas. Circulou até o ano de 1936 (WILSON, 1980: 389). Apresentava-se como um noticioso independente, mas o diretor presidente do jornal, Abílio Ferreira Maia, foi um dos primeiros a aderir ao movimento integralista no município de Pesqueira, era sócio fundador do Club dos Cinquenta e secretário geral da LEC – Liga Eleitoral Católica de Pesqueira, ou seja, era um jornalista que não escondia seu posicionamento político. Sobre Maia, Aluísio Falcão (In: SANTACRUZ, 1980:83/84) diz que o mesmo fora seminarista, proprietário de jornal, livreiro e professor, contudo essas atividades não teria logrado êxito financeiro suficiente para prover o sustento da família, fato que o levou a abrir uma banca de bicho, contudo essa atividade também não foi exitosa. Assim, como muitos outros pesqueirenses de classe média, mudou-se de Pesqueira para o Recife onde passou a lecionar Latim e Português em vários colégios da capital.

O Jornal A Voz de Pesqueira era um periódico que se auto intitulava, independente de propriedade dos irmãos Wilson e Eugênio Chacon. Começou suas atividades em setembro de 1936 sob o comando de Eugênio Maciel Chacon. Mantinha uma linha editorial conservadora, como foi a maioria dos jornais que circularam em Pesqueira, no recorte temporal que estamos estudando. Por conter colunas e artigos periódicos em defesa dos interesses da Igreja, podemos considerar que o diretor presidente do jornal era um arauto da doutrina cristã e seu jornal estava a serviço do bispado local, mas também se prestava a defender os interesses da elite patronal, talvez, no afã de agradar e, ou, de estabelecer canais de comunicação entre esses campos de poder. Nas várias matérias assinadas por Chacon, pode-se perceber sua preocupação com o ordenamento urbano do município, a defesa da moral e seu apreço pelos temas internacionais, especialmente pelas ideias defendidas pela extrema direita da Europa, como na matéria publicada, com o título “Ressurge o Neo-Fascismo” publicada 01 de junho de 1952, mostrando seu apreço pelo governante italiano Benito Mussolini, ainda que fazendo ressalvas quanto as suas práticas antidemocráticas. De Recife, o jornal

recebia matérias enviadas pelo correspondente Paulo de Oliveira, que seria posteriormente proprietário do jornal A Folha de Pesqueira no ano de 1947. A Voz de Pesqueira chegou a circular por 25 anos, segundo Wilson (1980), “um dos periódicos mais bem apresentados, um dos melhores e, sob todos os aspectos, um dos mais bem feitos” (WILSON, 1980:397). Eugênio Maciel Chacon chegou a ser nomeado Prefeito interino de Pesqueira em 1947 e candidato a Deputado pelo PSD, Partido Social Democrático no ano de 1954, mas não logrou êxito.

Outros jornais de curta duração, também circularam em Pesqueira, como: A Coligação, que era um órgão noticioso classista da coligação dos comerciários de Pesqueira, no ano de 1936; O Democrático, jornal que defendia os interesses do PSD, no ano de 1937; O Ororubá, que defendia as ideias Integralistas; O Pesqueira Social, órgão noticioso do Club dos Cinquenta, que circulou no ano de 1932 e A Marcha, o jornal oficial do núcleo Integralista de Pesqueira, em setembro de 1935 (WILSON, 1980: 391-398).

O jornal era o meio de divulgação do noticiário local de eventos sociais e de lazer, mas era também, um instrumento de diálogo e de exposição das ideias da elite pesqueiraense. Para fins de esclarecimento, consideramos elite, o conjunto de pessoas da sociedade pesqueiraense que se destaca por estar numa posição de poder e, ou, por ser capaz de influir, tanto por sua capacidade de argumentação quanto pela sua reconhecida competência, independentemente, de ser muito rico, como os industriais da cidade ou remediados, como alguns comerciantes e proprietários rurais. Nesse rol, estão incluídos também, os representantes da igreja, políticos, jornalistas, coletores de impostos e acadêmicos.

Apesar do grande esforço de alfabetização empreendido pela sociedade pequeiraense dos anos 30, a grande maioria dos pesqueiraenses ainda era analfabeta. Por tanto, os impressos eram endereçados a um público específico de leitores, formadores de opinião, que teriam a missão de legitimar e divulgar as mensagens ali contidas para o público em geral. A história tem nos dado mostras que a imprensa tem sido usada como um poder paralelo, chegando mesmo a influenciar de forma decisiva em todas as esferas sociais, como assinalado por Mamou (1992) em A Culpa é da Imprensa. Foi certamente ciente do poder de influência da imprensa que o governo Vargas criou O DIP, departamento de Imprensa e Propaganda em

dezembro de 1939, órgão encarregado da propaganda oficial do governo e responsável pela serviço de censura do Estado Novo.

Contudo, todo veículo que se preste a levar informações, a divertir ou a instruir através de um dado suporte, como são os jornais, precisam ser analisados levando-se em consideração que a mensagem pretendida pelo autor pode não ter sido recebida exatamente como planejada. É preciso levar em consideração o momento da escrita, a forma da edição, o público alvo e também se o leitor teve acesso direto à informação ou foi alvo de uma nova interpretação realizada por uma terceira pessoa. Devemos, portanto, ficar atentos à possibilidade de interesses ocultos estarem atuando sobre os jornais. Luca (*In*: Pinsky, 2008: 116) diz que sempre será muito difícil sabermos que tipo de influências ocultas exerciam-se naquele dado momento sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, pela distribuição espacial da publicidade, a pressão exercida pelo governo ou mesmo pela igreja. Para Chartier (2002), existe uma grande diferença entre o relato pronunciado e a escrita impressa, que o leitor nem sempre está na exata conformidade como a pretendido pelo autor. É preciso, pois, considerar, “o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera” (CHARTIER, 2002:127).

O homem simples, o camponês, o popular, o não letrado, o pobre, não possuindo bens materiais nem status para aparecerem nas capas dos jornais, eram quase sempre relegados às páginas policiais, não que eles fossem necessariamente criminosos, mas sua exposição certamente funcionaria como o modelo daquilo que não deveria ser feito, sob pena de serem expostos publicamente, embora alguns, talvez se sentissem prestigiados em aparecerem nas páginas dos jornais, uma vez que saiam do anonimato e da invisibilidade social para entrarem no rol da fama, pelo menos entre os seus pares. A identificação daquilo que é transgressão, amoral e não civilizado, é primordial para o estabelecimento dos limites a serem respeitados e para o reconhecimento da própria identidade. Na cidade, o morador é convidado a respeitar as regras de civilidade estabelecidas pela comunidade. Cavalcanti (2005) diz, que em Pesqueira, primeiro se cria um modelo de sociedade, para depois inserir nela a população. Podemos dizer que para pertencer a esta sociedade era preciso ter hábitos e práticas condizentes com o que se esperava dos habitantes do município. Estar fora desses padrões era ser um estrangeiro, ou estar da

mendicância, na vadiagem. Era ser um andarilho, sendo, portanto um caso de policia ou de saúde pública. Daí entendermos que o jornal se apresenta como um importante instrumento de análise das práticas cotidianas populares, embora fosse um veículo de comunicação criado e usado para servir aos interesses da elite.

2. TESSITURAS DO LUGAR

2.1. A Formação da Elite Social Pesqueirense

A mudança de nome da Vila de Poção, para Sergio Loreto, pode ser um indicativo do uso da máquina pública para autopromoção, já que esta mudança ocorreu em pleno exercício do cargo. Mas é também, um indicativo de que a vila não estava isolada do mundo. Tinha feira semanal movimentada, que atraía pessoas do Estado vizinho da Paraíba e de outras localidades, como o povoado de Jatobá, distrito de Brejo da Madre de Deus, além de contar com filiais de casas comerciais de Pesqueira. A renda gerada na localidade possibilitou que alguns destes prósperos moradores pudessem mandar seus filhos estudarem na capital pernambucana, como aconteceu com a jovem Áurea Jatobá, que foi interna do Colégio São José, em 1914¹². Este colégio é dirigido pelas freiras da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia de Frassinete, freiras de origem italiana que chegaram ao Brasil em 1866, instalaram o primeiro Colégio em Recife com a missão de Romanizar as práticas religiosas e educar as filhas da aristocracia pernambucana dentro dos valores e princípios cristãos. Segundo, Severino Vicente da Silva (2003), o Bispo Dom Manuel do Rego de Medeiros, no seu curto pastorado (1865-1866), deu início ao processo de Romanização das práticas religiosas na Diocese de Olinda e Recife, ao convidar as Irmãs Dorotéias para se estabelecerem em Recife. O trabalho desenvolvido por esta Congregação e pelas novas Ordens que estavam se instalando no Brasil estava em conformidade com as ideias do Papa Pio IX, de exortação ao mundo moderno, nas Encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus*. Assim, estas congregações: “[...] passaram a atuar no espírito que a Sé Romana emanava naquele período, um espírito conservador, reacionário ao mundo moderno, avesso

¹² Livro de matrículas do Colégio São José de 1866 a 1950. Áurea Jatobá foi matriculada como interna em 07/02/1914 aos onze anos de idade e saiu em 23/11/1917

às inovações” (SILVA, 2005: 96). Áurea Jatobá teve sua formação neste educandário. De volta a Pesqueira, contraiu matrimônio com o coletor federal, Aristides Bezerra Cavalcanti, vindo a ser uma das damas da sociedade pesqueira mais requisitadas nos encontros sociais da cidade e talvez, uma das anfitriãs mais refinadas, como poderemos ver mais adiante.

Vimos também, em notas no Jornal de Pesqueira, rapazes e moças que embarcavam para estudar em Recife e Olinda, como a nota que se referia à partida de Deográcia Cordeiro Genu, filha do comerciante da Vila de Poção, o Sr. Manoel Cordeiro Genu, que seguia para Olinda, onde estudaria na Academia Santa Gertrudes¹³. Esta escola foi fundada pelas irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing, Alemanha, início do século XX. No começo, a Academia Santa Gertrudes funcionava com uma escola para os pobres e outra, para domésticas, ensinando prendas do lar às moças da sociedade pernambucana, como bordados, pinturas, músicas e culinária, depois, em 1926, funcionaria também com a Escola Normal e o Curso Comercial. Pode se dizer que Manuel Cordeiro Genu era um arrojado comerciante de Poção, uma vez que o mesmo foi um dos primeiros proprietários de automóvel do município. Melo (1971:19) nos diz que Genú havia comprado no ano de 1927 um automóvel da marca Ford, modelo 24, por três contos de réis, que foi posteriormente vendido ao Sr. Izau Ferreira de Souza.

Quando a vila poçoense teve seu nome mudado de Poção para Sergio Loreto, o período em questão no Brasil era de grande instabilidade econômica, política e institucional. As forças que tomaram o poder instituíram um governo de raiz eminentemente liberal, mas não estava conseguido resolver os graves conflitos que vieram junto com o novo regime.

De Elza Medeiros, uma das rendeiras mais antigas da Vila de Poção, transcrito na obra de Isa Maia (1980) sabemos que a renda Renascença foi uma atividade introduzida na comunidade por volta de 1934, a partir da visita de Maria Pastora a sua mãe, que estava convalescendo. Maria Pastora era filha de Dona Pastora, esposa do Sr. Paschoal.

¹³ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, 04/03/1933, p. 1

Maria Pastora é apontada por Elza Medeiros, como a moça que trouxe as primeiras rendas do tipo Renascença para a região. Na ocasião em que veio a Vila de Poção em visita a sua mãe, trouxe consigo algumas encomendas de rendas para tecer, percebendo que o tempo estipulado para a realização do trabalho estava se exaurindo, pediu auxílio a sua amiga Elza Medeiros, para lhe ajudar na feitura das rendas.

Maria Pastora estava vivendo naquele período no Colégio Santa Tereza em Olinda, levada por Frei Odorico Shmidt¹⁴ provavelmente, como interna e lá aprendeu o ofício de rendeira, como era comum às internas daquele colégio, para custear as suas despesas.

O Colégio das órfãs foi instalado no antigo convento dos Carmelitas em 1863 e era dirigido pelas freiras da Sociedade das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, de origem francesa, que acolhia as órfãs e pobres desvalidas. Maria Pastora teria sido uma dessas meninas acolhida pela irmandade. Quando voltou a Poção trouxe consigo uma peça que estava tecendo e como não dispunha de tempo suficiente para terminar a encomenda, pediu ajuda a amiga Elza, mas com a recomendação de manter sigilo.

Elza Medeiros aprendeu o ofício de rendeira com Maria Pastora e abriu posteriormente uma escola para ensinar às meninas da comunidade a render. O que teria motivado Elza Medeiros a quebrar o sigilo e a confiança de Maria Pastora, nós não sabemos, mas por certo, a análise dos documentos produzidos no período pode nos apontar alguns indícios dos motivos que teriam levado Elza a tomar esta atitude. A renda Renascença feita por Maria Pastora era possivelmente, encomendada pelas damas da sociedade pernambucana às freiras vicentinas do Colégio de Santa Tereza. Com o lucro auferido elas cobriam as despesas das internas. Os relatórios da Santa Casa de Misericórdia trazem indicações de que as contas do Colégio das órfãs eram saudáveis, em virtude do lucro obtido com estas encomendas¹⁵, diferentemente das contas do Colégio dos Órfãos, que era deficitário. Há, portanto, uma motivação econômica por parte das freiras e o desejo de ostentação do luxo, por parte de determinadas damas da sociedade, talvez, preocupadas em

¹⁴ Agenda Escolar 2012, distribuída aos estudantes da rede municipal de Poção, 2012;

¹⁵ Relatório da Santa Casa de Misericórdia SC. Pernambuco: Typografia Industrial, 1894: 50

mostrarem-se virtuosas. Elza Medeiros, possivelmente desconhecia a importância desta atividade para a manutenção do orfanato, uma vez que rompeu com o compromisso que teria firmado com Maria Pastora.

Assim, abordaremos alguns aspectos das atividades sociais e econômicas, observados em Pesqueira, por memorialistas e estudiosos como o economista Celso Furtado (1987), o geógrafo Hilton Sette (1956) e jornais que circularam na década de 1930, sem, no entanto, nos ater aos aspectos técnicos, posto não ser esta a nossa proposta. Mas, apresentaremos alguns acontecimentos ocorridos naquele período que podem ter levado Elza Medeiros a abrir uma escola para rendeiras.

Se no princípio, a base econômica era fundamentada na atividade mercantil, as primeiras décadas do século XX foram significativas para a consolidação da atividade industrial no município. A possibilidade de colocação no mercado de trabalho em regime assalariado, nas indústrias e no campo atraía um contingente considerável de pessoas vindas das mais diversas regiões do Brasil. Enquanto alguns municípios da região passavam por dificuldades econômicas, causadas, ora pelas intempéries climáticas, ora pelas mudanças operadas nas relações do comércio exportador brasileiro, Pesqueira apresentava uma nova modalidade econômica, transferindo o capital conquistado nas transações mercantis para o setor industrial. Célia Cavalcanti (1979) argumenta que a transferência de capital teria ocorrido no momento em que os produtores rurais se apropriaram da renda da terra, na qualidade de donos dos meios de produção e passaram a redistribuí-la na estrutura mercantil urbana, através de gastos com o consumo de bens e serviços.

A estrutura mercantil montada no sítio urbano de Pesqueira, com a presença de casas comerciais especializadas na compra de algodão e de peles e na venda de produtos industrializados de outras praças e até do exterior, atraiu muita gente para a cidade, que fixaram residência, aumentando o número de serviços ofertados no núcleo urbano. Camponeses se deslocavam da zona rural em direção à cidade para ofertar sua produção, voltando para seus sítios carregados de mantimentos, tecidos e utensílios produzidos por outros produtores e artesãos na feira semanal da cidade.

Tudo isso contribuiu para elevar a renda dos munícipes e para a formação de um grupo de ricos comerciantes. São justamente esses comerciantes, que vão instaurar um novo tipo de atividade econômica na região: A industrialização de

doces de goiaba, em 1889, com a fundação da fábrica de doces, Maria Britto (MB), fabricante dos doces da marca Bulldog, conhecida posteriormente pelos doces e massas de tomates da marca Peixe, primeiro de forma artesanal, em tacho de cobre, depois aprimorando a técnica de produção com a aquisição de tachos a vapor importados da Inglaterra, com maior capacidade de produção para atender ao mercado (SANTOS, 1953: 24). Maria Conceição Cavalcanti de Britto, mais conhecida como Dona Yayá era esposa do comerciante Carlos Frederico Xavier de Britto. No entanto, Cavalcanti (2005:45), diz que a entrada do comerciante nesta nova atividade, deveu-se às dificuldades econômicas enfrentadas por ele, na atividade comercial, ocasionadas pela saída do Coronel Delmiro Gouveia do mercado de peles local para o Estado de Alagoas¹⁶

A indústria de doces de Pesqueira começou de forma artesanal, como já dissemos anteriormente. O memorialista Luiz Wilson (1980:192) diz que os doces de goiabas eram feitos e vendidos por negras que viviam na periferia da cidade. D. Negu fazia doces de ganho e era moradora do bairro da Pitanga, localizado na periferia da cidade. Sua filha Dina da Conceição, D. Dina Doceira, como ficou conhecida, era uma exímia fazedora de doces, foi chamada para trabalhar em casa da senhora Maria da Conceição Cavalcanti de Britto, esposa do comerciante, que viu nesta sua atividade a possibilidade de ganhar um rendimento extra e ajudar o marido.

As negras, Dona Negu e Dina Doceira aparecem na citação do memorialista Luiz Wilson, não como atores principais, mas como pessoas que ajudaram de forma rudimentar na construção da atividade doceira de Pesqueira. Sua contribuição aparece mais como referência de uma atividade nativa, própria das negras de ganho do lugar. É, portanto, uma referência à tradição regional. O popular é apresentado pelo outro, por quem exerce papéis de hegemonia dentro da sociedade. Luis Wilson

¹⁶ Em Pernambuco, o Coronel Delmiro Gouveia, desenvolvia atividades mercantis arrojadas, como a instalação de um moderno centro de compras que aliava empreendimentos na área de hotelaria e de diversões, localizado no Derby. Delmiro Gouveia fazia ferrenha oposição ao Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, chefe político de Pernambuco e vice-presidente da República, vindo a sofrer perseguições política por parte do Governador de Pernambuco, Sigismundo Gonçalves e do Prefeito do Recife, Esmeraldino Bandeira, aliados de Rosa e Silva. Em uma tentativa de por fim às perseguições sofridas, foi ao Rio de Janeiro tentar conversar com o Conselheiro, não conseguindo um entendimento ao encontrá-lo na Rua do Ouvidor o agride com a bengala. Meses depois após esse episódio, o mercado foi incendiado em 02 de janeiro de 1900 pela polícia pernambucana. Arruinado economicamente e temendo pela sua integridade, Delmiro refugia-se em Alagoas.

(1980), assim como, Luiz Cristovão dos Santos (1953) lembram da doceira, para enaltecer o passado e reforçar a imagem que se construiu dos pioneiros da goiaba em Pesqueira.

Para Luiz Cristovão (1953) a atividade artesanal do doce tomou maior impulso devido à habilidade mercantil do Coronel Carlos de Britto, que saiu abrindo mercado por várias regiões do país, como um bandeirante da goiaba. Em pouco tempo, outras indústrias foram sendo instaladas como: a Fábrica Rosa, a Tigre, a Tesouro e a Recreio.

Assim, entendemos que foi a atividade artesanal, juntamente com a mercantil, as precursoras da atividade industrial, mas não podemos deixar de mencionar que houve apropriação por parte da elite local, do saber popular, proporcionando acúmulo de capital através, principalmente, da exploração da força de trabalho local de forma intensa, tanto na área urbana, empregando um grande contingente de operários, quanto na área rural nas ocasiões de compras dos frutos regionais, matéria prima da indústria.

Os primeiros anos do século XX foram marcados, também, pelo crescimento populacional e o aparecimento de conturbações sociais, como os movimentos messiânicos, o banditismo, as intempéries climáticas e crises econômicas, mas também de insegurança, devido à fragilidade das instituições.

A instalação do regime republicano ocorreu em meio a uma crise de lastro cambial, que, segundo Furtado (1987), vinha desde os últimos anos do governo imperial, com o aumento da mão de obra assalariada, provocadas pela chegada de migrantes e a incorporação dos negros, após a abolição da escravidão no mercado de trabalho. A crise foi contornada com a expansão monetária realizada pelos novos dirigentes, contudo, a expansão cambial provocou uma forte pressão nas classes assalariadas e intranquilidades sociais, levando os dirigentes a tomarem medidas que favorecem o cambio e as exportações. Furtado (1987) diz que, com a descentralização republicana, houve uma maior flexibilidade político-administrativa do governo no campo econômico, em benefício dos grandes interesses agrícola-exportador, especialmente o cafeicultor, por outro lado, a ascensão política de novos grupos sociais de rendas não derivadas da “propriedade”, facilitada pelo regime

republicano, reduziu substancialmente o controle que antes exerciam aqueles grupos exportadores sobre o governo central (FURTADO, 1987:173).

Desta forma podemos dizer que, nos primeiros anos do século XX, o município de Pesqueira contava com um grupo de abastados comerciantes, alguns proprietários de terras e um contingente de pessoas despossuídas de bens matérias que viviam de trabalho nas roças e de atividades artesanais. Dois grupos distintos dividiam o poder na cidade: os comerciantes e os grandes proprietários de terras. Com ascensão econômica dos industriais e o crescimento populacional da cidade, temos uma reconfiguração das forças. Os industriais passam a ser hegemônicos e a ditar as ordens na política local, especialmente a partir de 1910, quando o Coronel Carlo Frederico Xavier de Britto assume o comando da Prefeitura de Pesqueira.

2.2. Diocese de Pesqueira, a Instalação de um Poder

Com instalação da Diocese da Comarca de Pesqueira em 1919, teve início outro ciclo de relações de poder. Silva (2003:101) nos diz que, a Diocese de Olinda e Recife, tendo a frente o Bispo Dom Luiz Raimundo de Brito (1901-1915) logo após realizar visita pastoral a toda a Diocese, que na época compreendia a todo o Estado de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, resolve fazer uma nova estruturação, que culminou com a elevação de Olinda à categoria de Arquidiocese e o desmembramento de paróquias que foram elevadas posteriormente a categoria de Dioceses, como as de: Petrolina, Garanhuns, Nazaré da Mata e Floresta¹⁷. Silva (2003), diz ainda que: “Era o período em que a Igreja buscava retomar espaços junto à sociedade política e Dom Luiz Brito sempre promoveu, entre os católicos, o espírito cívico e colaboração com as autoridades, prática que terá sequência com seu sucessor” (SILVA, 2003: 102). Daí porque entendemos que os industriais, além do apoio dos grandes proprietários de terras da região e dos comerciantes, passaram a ter também a colaboração da Igreja Católica. A diocese de Pesqueira foi criada no bispado de Dom Sebastião Leme que assumiu

¹⁷ A sede da diocese de Floresta, criada em 1910 para atuar no Sertão pernambucano, foi extinta, depois de ter sido transferida para o município de Pesqueira. Em seu lugar foi criada a nova Diocese da comarca de Pesqueira em 1918 para atuar desde o Agreste até o Sertão. Bula de criação da Diocese. Disponível em: <<http://www.diocesedepesqueira.org>>. Acesso em: 20 out. 2012.

a Arquidiocese de Olinda e Recife em 1916. O espírito colaboracionista da Igreja com os poderes constituídos teve sequência com o novo Bispo. A parceria do clero pesqueirense só foi quebrada com a chegada em 1929 do padre Alfredo Bezerra de Arruda Câmara, nomeado Pároco da Matriz de Santa Águeda e Reitor do Seminário Menor da Diocese de Pesqueira. Câmara foi o maior opositor dos Brittos, proprietários das Fábricas Peixe, não que ele estivesse contra os industriais e a favor do operariado, mas em defesa dos interesses da Igreja.

O padre Arruda Câmara era natural de Afogados da Ingazeira, doutor em teologia dogmática e logo que chegou a cidade tratou de fazer amizades com setores da classe média local, como: comerciantes, médicos e intelectuais. Participou da criação da sociedade Tiro de Guerra, o TG 437, do qual foi seu presidente, fazendo incursões até a capital pernambucana na ocasião da revolução de 1930 e até de incursões no Estado de São Paulo em defesa do governo revolucionário de Getúlio Vargas. Mas foi através do seu discurso veemente contra a família Britto, proprietária da Fábrica Peixe, que, ele mais se destacou em Pesqueira, segundo as repercussões verificadas nos jornais que circulavam no município. No jornal arcoverdense *Reação*, o articulista Calado, fala de ofensas pessoais proferidas pelo padre, direcionadas aos proprietários da Fábrica Peixe, em meio a leituras do evangelho (WILSON, 1980:220).

A atuação do padre Arruda Câmara, como orador e sua destacada atuação em defesa dos valores da Igreja, que incluía o combate ao comunismo, o repúdio ao divórcio e a defesa do ensino religioso nas escolas, levou as autoridades eclesiais e a classe média de Pesqueira a apoiar a candidatura do padre para atuar em nome dos interesses da Igreja Católica na constituinte de 1934. Para isso foi fundada em Pesqueira em 1933, a Liga Eleitoral Católica. A LEC, não era uma organização partidária, mas uma organização formada por leigos simpáticos a causa religiosa, convidados pelas autoridades eclesiais para atuarem na arregimentação de votos em favor dos candidatos comprometidos com a causa Católica. Era uma organização de alcance nacional com secções espalhadas pelas Dioceses. Na Manchete estampada na edição nº 99 do *Jornal de Pesqueira*¹⁸, temos: *Liga Eleitora Católica: Imponente Reunião no Rio de Janeiro*, fazendo referência às palavras do

¹⁸ *Jornal de Pesqueira*. nº 99 de 03/12/1932. p, 01.

Cardeal Dom Leme, que encerrou a reunião falando das quatrocentas associações Católicas confederadas no Rio de Janeiro e da importância deste movimento para ajudar a eleger candidatos comprometidos com as causas da Igreja. Observamos em outra nota do Jornal de Pesqueira, a instalação da Liga Eleitoral no município de Flores em 19 de março de 1933. É, portanto, um movimento de expressão nacional.

Em Pesqueira, a junta regional da LEC teve como Presidente o coletor federal Aristides Bezerra Cavalcanti; Secretário, Antonio M. de Siqueira Cavalcanti; Tesoureiro era o comerciante, José Araujo Filho e o Secretário Geral, Abílio Ferreira Maia, proprietário do Jornal de Pesqueira¹⁹. Como podemos perceber, os membros da LEC eram pessoas da elite urbana letrada pesqueiraense, formada por comerciantes e profissionais liberais.

O trabalho de evangelização da Igreja, tanto no campo, como na cidade, com seus discursos contra o comunismo em defesa do fortalecimento da família e do ensino religioso nas escolas era apresentado como um poder que transitava não só no campo espiritual, mas também no campo material, atuando na esfera política, levando o discurso do medo e das insatisfações sociais. Nesse sentido, a Igreja penetra no seio familiar do camponês acenando com a possibilidade de contribuir, através da atuação política para promover harmonia social junto aos seus fieis. Contudo, o que de fato estava ocorrendo nos sertões do Brasil era recrudescimento do banditismo e do fortalecimento dos movimentos messiânicos. Nesse sentido, a Igreja em Pesqueira, através da sua Diocese, atuaria de forma contundente, contra o crescimento de poderes paralelos, procurando agir contra qualquer movimento que pudesse ameaçar a sua hegemonia.

Foi certamente imbuído desse propósito que a Diocese de Pesqueira agiu de forma tão rápida no sentido de ter sob seu controle, o caso da aparição da imagem de Nossa Senhora das Graças às duas meninas: Maria da Luz e Maria Conceição, no Sítio Guarda, situado na Vila de Cimbres, no município de Pesqueira. Conta-se que a comunidade temendo ser assaltada pelo bando de cangaceiros de Lampião, tomou a iniciativa de se refugiar no Sítio Guarda. A filha do casal, Arthur e Auta Teixeira, Maria da Luz, juntamente com sua amiga Maria da Conceição, saem para colher mamona, em 06 de agosto de 1936, mas no caminho têm a visão da aparição

¹⁹ Jornal de Pesqueira. Pesqueira nº 106 de 21/01/1933, p 01.

da Santa, que lhe apresentaria a vinda de três castigos contra a humanidade. Mas, temendo que a notícia se espalhasse e saísse do seu controle, a igreja encampou o projeto de reconhecimento e proibiu a divulgação das aparições. Não encontramos nos jornais editados na localidade, qualquer alusão a aparição da Santa em Cimbres. Para Quérette (2006), todo esse cuidado da igreja devia-se sobretudo, ao temor que ela tinha de perder o controle sobre o capital simbólico do sagrado, para os grupos messiânicos da região (QUÉRETTE, 2006:33).

2.3. Tramas da Década de 1930

A Constituição Republicana de 1891²⁰ declarava em seu artigo 72, só reconhecer o casamento civil, que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos será laico, que nenhum culto religioso terá subvenção oficial e que os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pelos municípios. Com estes artigos, o estado brasileiro deixa de ser oficialmente Católico.

A Igreja, que até então detinha o monopólio da educação, passa a ter a concorrência do Estado. É um período de transição entre o velho modelo imperial e a República, repetindo através de sua constituição, um modelo de federação centralizado, causando vários descontentamentos entre os Estados. Entretanto, algumas competências foram direcionadas, ora só para os Estados federados ora para a União e os Estados. No caso da educação, coube aos estados legislarem sobre o ensino secundário e primário, deixando para a união o ensino superior. Embora tanto a União como os Estados pudessem criar e manter instituições de nível superior e secundário. O fato é que a entrada do Estado como responsável pela educação formal não estava logrando êxitos.

O que se apregoava na imprensa conservadora era que a saída da Igreja da esfera da influência na educação formal teria contribuído para a falência do ensino, por isso, não foi bem recebida pelos conservadores nem pelas autoridades eclesiais, manifestando, através de jornais e revistas, a deterioração da família, como mostra o

²⁰ Constituição brasileira de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em 03 junho de 2012.

jornal “A Imprensa”, semanário católico da diocese da Paraíba de 14 de 12 de 1916, em um artigo sobre o casamento civil, expressando preocupação com o afastamento da Igreja da esfera pública. Moronari (2006: 6) observou, que o afastamento da Igreja, foi apontado como principal causa das desordens econômicas, políticas e sociais do país. Assim, a Igreja começou a se mobilizar no sentido de continuar mantendo sua participação na educação das famílias, especialmente após os primeiros anos da República.

Desta forma, podemos dizer que pessoas como Áurea Jatobá, que tiveram a oportunidade de ter uma formação educacional em colégio de tradição humanística, como o Colégio de São José, dirigido pela Congregação de Santa Dorotéia, eram bem vistas pela sociedade em geral, uma vez que haviam recebido educação que preservava os valores morais defendidos pela igreja. Notem que, esse era um tema recorrente dos primeiros anos do século XX em jornais, homilias e publicações em geral.

A publicação da Carta Pastoral emitida por Dom Sebastião Lemos, Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, em 1916, falando da necessidade de recristianização, tornaram os debates mais intensos e ensejaram a criação de publicações que defendiam o posicionamento da Igreja como a revista *A Ordem* (1921) e o *Centro Dom Vital* (1922), objetivando ter uma maior participação nas discussões políticas e sociais em favor de uma legislação que preservasse os valores da família. Para isso, a Igreja arregimenta personalidades do meio intelectual, simpáticas a causa, como Jacson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, Mario Masagão, Leonardo Van Acker, entre outros, que teve participação decisiva na introdução de dispositivos favoráveis às ideias que a Igreja pregava na Constituição de 1934 e nas discussões em torno do modelo de educação a ser adotado no país (ALMEIDA, 2001: 45).

A Ação Católica, fundada no Brasil em 1935, foi mais um dos mecanismos criados para fazer frente à perda gradativa da hegemonia da Igreja Católica e da necessidade de uma ação mais contundente em defesa dos valores cristãos, preconizados pela encíclica do Papa Pio XI, *Ubi Arcano Dei*, de 1922, em virtude dos avanços das ideias comunistas. A Ação Católica era formada por intelectuais doutrinados que funcionavam como defensores das ideias católicas, espalhados por

vários setores da sociedade. Almeida (2001: 101) diz que os citados intelectuais eram os “olhos e ouvidos da igreja”, uma vez que estavam infiltrados em diversos setores da sociedade. Sua atuação visava agir junto às instituições no sentido de pregar a moralização da família e a preservação dos valores cristãos. Assim, a Igreja atuou através dos seus agentes em diferentes frentes, na escola, na família e nas esferas públicas. Encontrando na mulher o agente ideal para introjetar sua doutrina, uma vez que ela era considerada a guardiã das virtudes cristãs e principal sustentáculo da família tradicional, desempenhando o papel de formadora do homem.

Entretanto, as primeiras décadas do século XX não foram só marcadas pela luta em defesa da moralização da família e utilização da mulher como agente passivo no projeto de reinserção da Igreja, na esfera pública. Também havia lutas pela emancipação da mulher e da sua atuação fora dos afazeres do lar. No início do século XX, já estava na pauta de discussões, embora tímidas, as organizações que defendiam os interesses das mulheres, como: a Federação Brasileira pelo o Progresso Feminino - FBPF e em Pernambuco a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino - EPPF, entidades de defesa das mulheres. A Federação de Pernambuco é apontada por Moronari (2006: 99-101) como uma entidade que tentava a conciliação entre as aspirações dos grupos que defendiam os interesses das mulheres e os interesses da Igreja. As questões de gênero estavam envolvidas em um complexo contexto da história do catolicismo brasileiro, constituindo-se em instrumento central da estratégia de reinserção da igreja na esfera pública nacional.

A década de 1930 foi também marcada pelos debates em torno da dicotomia entre o tradicional e o moderno, o velho e o novo, especialmente por que o novo que a República representava estava se configurando em desordens sociais e morais, na visão dos conservadores. O novo representava a morte das tradições e o nascimento do caos, uma vez, que os liberais não estavam conseguindo implantar um projeto de nação e os acordos resultantes da política dos governadores²¹, quase

²¹ A chamada política dos governadores foi, em linhas gerais, um acordo - firmado no governo do presidente Campos Salles - por meio do qual a presidência da República e as oligarquias estaduais se comprometiam a manter uma relação de apoio mútuo.

sempre, levava ao clientelismo²² e ao mandonismo²³. A política de alternância de poderes entre as oligarquias mineiras, produtoras de leite e os cafeicultores paulista, conhecida como “política do café com leite” é filha desta relação. Diante do quadro de incertezas, em que se configuraram os primeiros anos da República, com uma política de conchavos e de crises econômicas, messianismos, banditismos e coronelismo, o país foi pouco a pouco sendo entregue à tecnocracia liberal, que propunha a elaboração de um plano de modernização nacional.

2.4. A Educação em Pesqueira

Os debates em torno dos novos modelos de educação que estavam sendo discutidos em nível nacional, também ecoaram em Pesqueira, como pode ser observado nas publicações e anúncios que circulavam em Pesqueira na década de 1930, como na propaganda do Colégio Rio Branco²⁴ de outubro de 1932, dizendo que ministrava aulas para ambos os sexos, mas que a educação para as meninas ficava completamente separada dos meninos, ficando aos cuidados de professoras idôneas. Contando com uma secção especial para trabalhos de agulhas, flores pinturas, e aulas avulsas de: aritmética, francês, inglês. O anúncio ressaltava ainda, que a instituição não tinha compromissos, nem ligações com nenhum credo religioso, certamente, com o intuito de demonstrar que a instituição estava alinhada às correntes que defendiam o ensino laico, contudo, não podemos afirmar que essa instituição tenha adotado tal prática, uma vez, que a Diocese de Pesqueira exercia forte pressão na sociedade local e contava, ainda, com o apoio de setores da oligarquia pesqueiraense comprometida com a manutenção do poder de influência da igreja no setor educacional.

A tônica da educação no município de Pesqueira, no entanto, girava em torno da educação para adultos. Falava-se da necessidade de se promover a educação dos operários em escolas noturnas, inclusive com a ajuda do patronato. Até a

²² Tipo de relação política em que uma pessoa (o patrão) dá proteção a outra (o cliente) em troca de apoio, estabelecendo-se um laço de submissão pessoal, que por um lado, não depende de relações de parentesco e, por outro, não tem conotação Jurídica; (FERREIRA, 1986)

²³ Costume e abuso do mando (1) prepotência. (FERREIRA, 1986)

²⁴ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, nº 91, em 01/10/1932,

associação comercial de Pesqueira²⁵, órgão criado para atender aos interesses dos comerciários, acenou com a possibilidade de criar um curso noturno, com instruções de práticas comerciais, direcionada aos profissionais do setor. Pediam-se subvenções da prefeitura para ajudar a igreja no papel educacional, com a Escola Paroquial. Eram muitos os anúncios de instituições de ensino como: o Colégio das Irmãs Dorotéias, direcionada às meninas, fundado em 1919; o colégio Diocesano de Pesqueira, para meninos; o Grupo Escolar Rui Barbosa; o Colégio Padre Antonio Vieira; o Externato Anízio Galvão; o Externato 14 de julho e o Externato Franco Italiano²⁶. Na esfera municipal, havia ainda as escolas Zeferino Galvão, Amaury de Medeiros e Dom Vital, além das escolas localizadas nos distritos. O Jornal de Pesqueira²⁷ afirmou em sua edição de 19 de agosto de 1933, existirem 31 escolas instaladas no município. No entanto é importante ressaltar, que diferentemente das escolas que conhecemos hoje, elas funcionavam geralmente em turmas únicas com um pequeno número de alunos, sob o comando de um professor ou professora responsável.

A preocupação não era só alfabetizar, mas ensinar uma profissão e qualificar o quadro feminino para as prendas do lar. Neste sentido, havia escolas especializadas nas artes de costura, como a Escola de Corte Universal e a Escola de Corte²⁸, que anunciava pelo Jornal de Pesqueira a exposição dos trabalhos realizados pelas alunas. Assim como também, encontramos ofertas de máquinas de costuras da marca Singer, nas lojas do comércio local, ou com o Sr. Rosalvo Ramalho, agente local da Singer²⁹.

A educação, especialmente a dirigida às classes despossuídas de bens materiais era voltada para a formação de ofícios, mas era também, no período do governo revolucionário para realizar o dever cívico do voto. É fácil perceber, portanto, que todo esse interesse em oferecer escolaridades ao operariado urbano, bem como, aos moradores da zona rural estava vinculado às novas diretrizes que o código eleitoral de 1932 preconizava. Ele excluía do direito de votar aqueles que não fossem alfabetizados e permitia às mulheres este direito, desde que as mesmas

²⁵ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, nº 138, em 09/09/1933

²⁶ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, em 03/12/1932

²⁷ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, nº 132, em 19/08/1933

²⁸ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, nº 141, em 30/09/1933

²⁹ O Ororubá, Pesqueira de 22/08/1936, p. 03

fossem alfabetizadas, que possuíssem economia própria e vivessem de trabalho honesto, para o caso das solteiras e no caso das casadas, com a anuência dos respectivos maridos.

Depois de incisivos apelos através do Jornal de Pesqueira, a junta eleitoral de Pesqueira conseguiu alistar 2.745 eleitores para o pleito de 1933, no entanto só 291, exerceram esse direito. Pesqueira, assim como os demais municípios e regiões do Estado de Pernambuco, passavam por um período de grande instabilidade institucional, com trocas sucessivas dos mandatários do executivo local. Com a chegada do Padre Arruda Câmara, os Brittos, proprietários das indústrias Peixe e chefe político local, encontram forte oposição de setores da sociedade pesqueirense, o que faz acirrar ainda mais a disputa.

Assim, na eleição de 1935, o eleitorado sobe para 6.084 aptos a votar e 5.144 eleitores sufragam o seu voto. Nesta eleição, o município de Pesqueira obtém o terceiro lugar em número de eleitores do Estado e Pernambuco. O Candidato, Tenente Dorgival Galindo, aliado dos Britto, vence a eleição para o candidato Agostinho Bezerra Cavalcanti, apoiado pelo padre Arruda Câmara. Mas seu mandato é interrompido pelo Golpe de 1937 do Estado Novo, assumindo o seu lugar, o candidato derrotado da última eleição, o Sr. Agostinho Bezerra Cavalcanti.

2.5. O Movimento Integralista em Pesqueira

O pesqueirense abastado ou aqueles medianos, desejosos de proporcionar uma educação mais qualificada para seus filhos, matriculava-os, especialmente, nas primeiras séries, nos melhores educandários da cidade, como os colégios: Diocesano, destinado à educação masculina e o Santa Dorotéia que era destinado à educação feminina, para depois os enviavam para a capital, onde ingressariam no Marista, Nóbrega, Ginásio Pernambucano, etc. para em seguida fazer, possivelmente o curso de Direito. Estes jovens, geralmente regressavam a terra natal nas férias e eram recebidos com muita ansiedade pelos conterrâneos e familiares. Via-se naqueles estudantes a imagem de um futuro bacharel, de um membro da família que estaria preparado para assumir cargos de comando na estrutura administrativa e social da cidade.

Os jovens estudantes, também são portadores das novidades que circulavam na capital. Talvez, a que deu mais repercussão em Pesqueira, foram as ideias que estavam circulando na Faculdade de Direito do Recife, no início da década de 1930. Ideias conservadoras, mas, que atendiam aos reclames da sociedade, em resposta às desordens sociais políticas, econômicas e institucionais, porque passava o Brasil naquele período. Havia um medo muito grande do crescimento das conturbações sociais geradas, principalmente, pelo crescimento dos centros urbano e o surgimento de novos grupos sociais, como o do proletariado e o crescimento do comunismo; da fraqueza da social democracia, incapaz de resolver os graves problemas da nação. Mas era também, uma resposta ao novo, que obliterava os valores tradicionais da família e da igreja, como o casamento civil e o divórcio.

Se países como a Alemanha e a Itália, devastados pela Guerra de 1914, imersos em uma grave crise econômica, buscaram solucionar sua crise, através da implantação de regimes autoritários, como o fascismo de Mussolini e o nazismo de Hitler, frente à desordem institucional e da baixa autoestima da nação, os intelectuais e os estudantes da Faculdade de Direito do Recife, como; Lucilo da Costa Pinto e Antonio Andrade Lima filho, viram nas ideias da Ação Integralista Brasileira – A.I.B, idealizadas por Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale e Victor Pujol, a criação do Estado integral e forte, que agiria através do poder integral em todas as esferas da sociedade; na esfera religiosa e nas relações sociais e familiares, conclamando a nação a constituir um só corpo em defesa dos interesses maiores do Estado. Assim o lema adotado pelos integralistas era ancorado pela tríade, Deus, Pátria e Família.

Pesqueira recebia seus filhos, egressos da capital e com eles, suas novas ideias e experiências. Outros estudantes, também desembarcaram na cidade, como o bacharelado Antonio Andrade Lima Filho, chefe provincial do movimento e fez o primeiro pronunciamento em favor da instalação de um núcleo integralista na cidade de Pesqueira. Em pouco tempo, os organizadores do núcleo pesqueirense, conseguem a adesão de boa parte da classe média pesqueirense. O historiado Amorim (2002), diz que este movimento teve um rápido crescimento em Pesqueira, estendendo-se, inclusive para a área rural, com a instalação de subnúcleos nos distritos de Alagoinha, Poção, Sanharó e Cimbres. Amorim, afirma ainda, ser este movimento de caráter jovial, mas com ideias conservadoras.

Assim podemos deduzir, por tudo falamos anteriormente, que o movimento integralista em Pesqueira, encontrou uma boa receptividade no meio da classe média pesqueira, uma vez que dava uma resposta à altura do medo que sentiam das mudanças que estavam ocorrendo. Mas eram também a oportunidade que esses grupos tinham de ocupar os espaços abertos com estas novas configurações de poder.

Encontramos no Jornal de Pesqueira³⁰ a relação das primeiras personalidades que ingressaram neste movimento, como os senhores: José Araujo Filho, Abílio Ferreira Maia, Dr. Lídio Parahyba, Roque Tavares de Souza, Pedro Santa Cruz, Potiguar Mattos, Pe. Severiano Jatobá, Arthur Lins, João Genuino, Walter Mota, Milton Mota e muitos outros. Observem que alguns destes nomes são os mesmos que compõem a diretoria da Liga Eleitoral Católica e também participam da diretoria do Clube dos Cinquenta, de que falaremos mais adiante. Amorim (2002) diz que as camadas populares participavam deste movimento só em caráter marginal, ou seja, sua participação era como a de meros receptores da doutrina do sigma, na perspectiva do Estado Integral. Neste sentido, o movimento arregimenta voluntários para participar de campanhas educativas para divulgar a nova doutrina pela periferia da cidade, seja através de discursos, seja através de aulas nas escolas criadas pelo movimento.

Seguindo a tendência no município de alfabetizar o operariado e de promover curso de trabalhos manuais para as senhoras, o movimento, põe em campo um grupo de mulheres simpatizantes do movimento, conhecidas como “Blusas Verdes” para cumprir a missão de alfabetizar e qualificar as mães de famílias residentes nos distritos e na periferia da cidade.

O núcleo integralista de Poção foi criado em 12 de maio de 1935 e teve como coordenadores, os senhores Vicente Trevas, Malaquias Vieira de Melo e Manoel Leite. Vicente Trevas era pai da jovem Consuelo Trevas, que nos anos de 1950, seria uma das senhoras da sociedade pesqueira a fazer encomendas de renda Renascença. Malaquias Vieira de Melo seria empossado, em 1954, como o primeiro prefeito do recém-criado município de Poção.

³⁰ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, em 05/01/1935. nº 201. p 03.

Não encontramos documentos sobre a atuação deste movimento em Poção, só da sua instalação, como já mencionamos anteriormente, mas podemos dizer que ele acontece na mesma época em que Elza Medeiros, conhecida por, Lála, teria aberto a sua escola para ensinar o ofício de rendar às moças do lugar.

2.6. O Doce Sabor da Vida Social no Club dos Cinquenta

A cidade de Pesqueira tinha vida social bastante movimentada, já contava, segundo Cavalcanti (2005: 48) com iluminação pública, gerada por motor a gás desde 1913, funcionando até as 22: 00 h, Cinema, Jôquei Clube, Sociedade Tiro de Guerra, Clubes de Foot Ball, Estação de trem da Great Western; Agremiações carnavalescas como Amantes da Lua, Canivete de Ouro, Artistas em Folia, Mimo das Flores³¹; jornais semanais e clubes sociais; as festas realizadas nestes clubes, especialmente, as do Clube dos Cinquenta eram realizadas com muito luxo, atraindo para o lugar a fina flor da sociedade pesqueiraense e da região. As senhoras e senhoritas frequentavam o recinto acompanhadas dos seus respectivos pares, elegantemente vestidas no que havia de mais glamoroso nas grandes cidades. Como o próprio nome sugere só os cinquenta mais da sociedade, ou convidados, tinham acesso ao recinto. Uma vez por ano, era realizada uma nova eleição da diretoria e escolhida a Rainha do Clube, como Dulzaura Parahyba e Hilda Didier Pitta.

O Clube dos Cinquenta foi fundado em 1931, por um grupo de rapazes, desejosos de ter uma vida social na cidade, mais movimentada. A primeira Diretoria era composta dos seguintes membros: Agostinho Bezerra Cavalcanti, Presidente; Aristides Bezerra Cavalcanti, Vice Presidente; Antonio M. S. Cavalcanti, Primeiro Secretário; Livino Bezerra Cavalcanti, Tesoureiro; Títo Wanderley, Orador; Abílio Maia, Vice Orador; Francisco Mattos Bibliotecário; José Araujo Filho; Mirabeau Cavalcanti e Severiano Jatobá, Membros do Conselho Fiscal. É importante salientar que estes rapazes, eram funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes

³¹ CAVALCANTI, Bartolomeu. No Tacho, O Ponto Desandou: A história de Pesqueira de 1930 /1950, Recife: Barauna, 2007.

ou filhos de ricos proprietários de terras. Era de fato um círculo fechado de amigos, com fortes laços de parentesco, que unia primos, irmãos e cunhados. Não permitia a presença de negros na agremiação³² e a maioria dessas personalidades apareciam na lista dos simpatizantes do movimento integralista em Pesqueira, como se pode observar no item anterior.

Apesar das normas estatutárias do clube proibir discussões políticas no recinto, isso não impedia que houvesse acertos político entre seus membros, como podemos verificar na formação do quadro da junta regional da Liga Eleitoral Católica, LEC³³, escolhida entre os diretores dessa agremiação, nem que dois de seus membros fossem indicados pela Interventoria estadual a prefeito do município, os senhores Severiano Jatobá (1934) e Agostinho Bezerra Cavalcanti (1937)

Havia também, os encontros nos finais de tarde nos logradouros públicos, os encontros semanais nas feiras e missas dominicais, além das recepções e festividades promovidas pelos membros da sociedade local para celebrar acontecimentos especiais, como aquele que ocorreu na volta do Dr. Severiano Jatobá³⁴, da cidade de São Paulo, depois de ter embarcado junto às tropas do Tiro de Guerra 437 de Pesqueira, na luta em favor da permanência do Governo revolucionário de Getúlio Vargas no poder. Ou então, almoços oferecidos pelo casal Aristides Cavalcanti e Áurea Jatobá aos amigos em comemoração ao aniversário do anfitrião³⁵.

Cavalcanti (2005) observou que havia um afluxo muito grande pessoas vindas de diferentes localidades, portadores de novos olhares, de novas experiências e novos costumes, que quando chegavam ao município eram bem acolhidos pela população, sempre desejosa de experimentar o novo. “chegavam sempre representantes comerciais para fechar negócios e, em contato com os moradores, faziam circular informações e novidades assimiladas, decodificadas e propagadas à moda local” (CAVALCANTI, 2005: 167).

³² Idem. p, 186.

³³ Aristides B. Cavalcanti, Presidente; Antonio M. S. Cavalcanti, Secretário; José Araujo Filho, Tesoureiro e Abílio Maia, Secretário Geral.

³⁴ Jornal de Pesqueira, . Pesqueira, em 26/11/1933. p, 03

³⁵ Jornal de Pesqueira , Pesqueira, em 11/01/1933. p, 03

2.7. Só o Trabalho Vence a Miséria

Até agora, temos apresentado a localização do município de Pesqueira e suas divisas, bem como a topografia do lugar, apresentada por geógrafos e estudiosos da área; falamos também do processo de fortalecimento da atividade mercantil e do desenvolvimento da atividade industrial; citamos acontecimentos nacionais e regionais que formavam a tessitura da sociedade pesqueiraense da década de 1930, assim como, mostramos também as tramas do poder entre a igreja católica e os mandatários da política local; a formação do movimento religioso em favor da recristianização; as campanhas contra o analfabetismo, os debates em torno dos novos paradigmas da educação e o crescimento do movimento integralista; vimos inclusive, aspectos da vida social da elite pesqueiraense. Mas o homem e a mulher pobre, o camponês, o índio, o negro, onde estavam que não aparecem nesta narrativa.

O vaqueiro, o pequeno sitiante e o artesão, que aparecem no começo desta narrativa, são elementos, formadores dos primeiros núcleos urbanos, idealizados pelos narradores da chamada “história dos grandes heróis” seus personagens são apresentados como homens destemidos, visionários e construtores de uma nova civilização. O popular, o homem simples não letrado e desprovido de bens materiais, não aparece como elemento que merecedor de destaque nas narrativas históricas.

Assim, as senhoras da alta sociedade pernambucana, que adquiriam os artigos produzidos pelas internas do colégio de órfãs de Olinda, não mencionavam a origem das suas indumentárias. O luxo era usufruído, mas não comentado, afinal quase todas elas sabiam fazer trabalhos manuais de agulha, no entanto, na maioria dos casos, eram as negras, as cunhãs da casa; eram as serviçais que faziam estes trabalhos, fato que se estenderia, também, pelo século XX, como veremos nos capítulos seguintes.

Para narrar a história dos grupos populares de Pesqueira, conhecidos pelas suas atividades laborais de operários ou de rendeiras e pela falta de escolaridade, fizemos uma viagem pelas tessituras do lugar, nos primeiros anos do século XX. Posto não saberem escrever ou não terem o hábito de narrar suas próprias histórias, elas, geralmente, vinham a público pelo outro, através de documentos produzidos

pelos letrados. O produto do seu trabalho não aparece como o resultado do seu esforço, mas através da astúcia daquelas personalidades apresentadas pelos narradores das histórias dos heróis e dos grandes feitos.

As mercadorias produzidas pelas doceiras de Pesqueira nas fábricas da cidade perderam a identidade pessoal de Dina doceira, foram apropriadas por outros personagens, passando a ser identificadas, através de emblemas, como os da marca Peixe e Rosa, que não lembram o trabalho desenvolvido pelas doceiras do lugar. São peças anônimas, assim como certamente são as peças de renda do vestuário feminino que não carregam o nome de quem as produziu, mas empresta luxo e requinte a quem as usa.

Em meio à atribulada vida social, a cidade também viveu dias de tumultuados conflitos social, seja pela chegada de retirantes, vítimas da seca, como anunciado no Jornal de Pesqueira³⁶ de 1932, a distribuição de cestas básicas pela prefeitura da cidade, seja pelos transtornos causados pelo rápido crescimento da população urbana. Temos que em 1921 a população era de 46.906 e já em 1927 passou a ser de 56.203³⁷. Homens que no anonimato de sua pobreza, ocupavam as ruas estreitas da cidade como pedintes ou como prestadores de serviço, estabelecidos nos arrabaldes, estas levas de moleques e de homens maltrapilhos que perambulavam pela cidade eram vistos pela sociedade, ora como indigentes e pessoas dignas de piedade, ora como vagabundos e escórias da sociedade, sendo tratado na maioria das vezes, como caso de polícia.

Durante muito tempo, o trabalho era visto no Brasil como uma atividade típica dos escravos destinada às classes mais pobres. Gomes (1999) diz que a pobreza era vista como inevitável e muitas vezes, até servia como estímulo ao trabalho, uma vez que a necessidade obrigava os pobres a serem mais operosos, cabendo aos chamados “homens bons” a responsabilidade pela sua existência e pela administração pública. A pobreza passa a ser vista como incômoda e perigosa a partir das novas configurações do mercado capitalista brasileiro, baseado nas relações de compra e venda.

³⁶ Jornal de Pesqueira. Pesqueira, em 4/05/1932, nº 71, p. 01

³⁷ Anuário Estatístico de Pernambuco. Recife: 1927. Ano I, pp. 101-102.

A instalação do regime republicano, a abolição da escravidão e a chegada dos migrantes europeus para trabalharem na lavoura do café, levaram o país a conviver com uma massa de trabalhadores, desejosos de possuir os bens que o mercado oferecia, mas, desqualificados, sem estímulo para o trabalho e sem dispor dos meios para adquiri-los, vieram daí as manifestações de descontentamento, os motins e as perturbações de ordem social. No entanto, desde fins do século XIX, antes mesmo da abolição da escravatura, o tema da valorização do trabalho era articulado pela elite dominante. Gomes (1994) diz que se pensava naquele momento que “era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes.” (GOMES, 1994: 10). A ideia era de que o ócio e a desordem instalados no Brasil poderiam ser resolvidos a partir da educação para o trabalho. Ou seja, era necessário criar o hábito para o trabalho, seja através da obrigação, seja através da valorização do trabalho. Acreditava-se que o “pobre” ocioso era um perigo para a sociedade. Daí a intensificação do uso da força policial em Pernambuco no combate a vadiagem, especialmente, no Governo de Agamenon Magalhães.

Gomes (1999) diz que, o nascimento da ideologia trabalhista do Governo Vargas vem da constatação de que o país precisava mobilizar-se para sair da letargia. Dizia-se que era preciso construir um projeto de nação que colocasse o Brasil no caminho do progresso, beneficiando a todos, através de mecanismos de intervenção do Estado na esfera do trabalho, como a criação da justiça do trabalho; da legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Para Gomes (1999), “É a partir daí que podemos igualmente detectar - em especial durante o Estado Novo (1937-1945) – toda uma estratégia político-ideológica de combate a “pobreza”, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho” (GOMES, 1999:55).

Quando o movimento de exaltação da categoria trabalho, como força motriz do progresso toma conta do país, na década de 1930, encontrou em Pesqueira, um parque industrial já organizado dentro dos padrões de controle preconizados por Taylor³⁸. Os operários eram uniformizados por categorias em secções distintas e monitorados por suas respectivas gerências. Mas, apesar da adesão a este modelo administrativo, a imagem do patrão, como pai e protetor ainda era muito forte, o

³⁸ Frederick Taylor, Engenheiro Norte Americano, considerado o pai da administração científica.

operariado mantinha relações de submissão e de gratidão pelo ato generoso do patrão em oferecer emprego a ele e aos seus familiares, como foi observado por Perrot (1988: 82), com o operariado francês no final do século XIX. Assim, a ideologia trabalhista caiu como luva, para os interesses da classe patronal em Pesqueira, daí o interesse dos industriais em patrocinar cursos de alfabetização e de ofícios. Almeida observou que: “a reificação da categoria trabalho era expressa também na forma de propaganda, usada pelas indústrias, em especial pela fábrica de doces “Peixe” que levava celebridades do momento para visitas à fábrica, as quais são amplamente documentadas nos jornais.” (ALMEIDA, 2001:134). Temos então que, a riqueza ostentada pelos industriais era justificada pelo trabalho e esforço individual dos seus proprietários.

Quando Elza Medeiros abre uma escola para ensinar às moças da Vila de Poção a rendar, talvez estivesse imbuída do propósito de ofertar àquelas meninas, algumas, ainda muito jovens, entre 7 a 8 anos de idade, a possibilidade de aprender um ofício que era bem visto pela sociedade pesqueira e que poderia lhes proporcionar uma renda extra. Mas também, pode ter sido influenciada pelo movimento integralista, quando pregava os benefícios gerados pelas práticas domésticas e do ensino de ofícios direcionados às mulheres. O movimento Integralista e a atuação da igreja em favor da educação feminina e da manutenção da mulher na esfera privada são estruturas estruturantes que podem ter engendrado no seio da coletividade o desejo inconsciente, muitas vezes, tomados como vocação para a prática de trabalhos manuais, que Bourdieu (2007:201/202) chama de *habitus*, sistema de disposições e de escolhas incorporado pelas pessoas ao longo do seu processo de socialização, “por via de carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas”.

No entanto, esta atividade, apesar de ter sido difundida no município, já na década de 1930, com ações operadas por entidades sindicais e filantrópicas ligadas à Igreja, como o Círculo Operário (Ilustração nº 02), ou instituições como a Ação Integralista. O Círculo Operário era um movimento de assistência sócio sindical da classe operária, organizado pela igreja católica, com o objetivo de aproximar a classe trabalhadora das ideias sociais defendidas pela igreja, como o combate ao comunismo e a harmonia entre as classes (AMORIM, 2002:93).



Ilustração nº 02

Operários do município de Pesqueira congregados ao Círculo Operário liderado pelo padre Manuel Marques, 1940

Os seguidores desse movimento faziam visitas às comunidades carentes da periferia da cidade, realizando trabalhos assistenciais e ensinando algum tipo de trabalho manual à comunidade (2002: 145), mas só passou a ter importância econômica para algumas famílias, na década de 1950, posto que a queda da atividade econômica, prolatada por Célia Cavalcanti (1979) e Hilton Sette (1956), levou algumas famílias tradicionais da cidade, antes consumidora destes artigos, a fazer encomendas mais volumosas para vendê-los em Recife.

A década de 1950 é, portanto, a década em que a renda Renascença sai da recôndita Vila de Poção, pelas mãos das senhoras da elite pesqueirense para ganhar visibilidade na Capital do Estado, embora a rendeira continuasse ser invisível, uma vez que era a peça, o objeto trabalhado, que recebia a atenção dos compradores, como veremos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

1 RENDAS QUE SE TECEM

1.1 A Renda

A renda é um adereço que contribui na distinção e no luxo das vestes e paramentos dos soberanos e sacerdotes. Na definição encontrada na obra de Arthur e Luiza Ramos (1948), renda, é uma peça feita com um fio, conduzido por agulhas, ou vários fios, trançados por meio de bilros, que constrói tramas e figuras de linhas, parecidas com as que o desenhista obtém com o lápis. É diferente do bordado, uma vez que, a decoração é parte integrante do tecido, em lugar de ser aplicada sobre um tecido preexistente (RAMOS, 1948:14). A renda como hoje a conhecemos, segundo Goldenberg (1904), é do século XV, no entanto há registros de paramentos sacros e peças de vestuário ornadas com bordados sobre o tecido ou peças desfiadas e ricamente trabalhadas com fios, muito parecidas com o bordado, o crivo e o labirinto, que conhecemos nos dias de hoje.

O bordado nasceu da necessidade de dotar o tecido liso, de figuras e desenhos para diferenciá-los dos demais de padrões feitos com o auxílio de agulha e fios, que podiam ser de lã, linho, algodão, e até de ouro ou prata. Ramos (1948), afirma que a arte do bordado é bem antiga, podendo ser encontrada em várias partes do mundo, como: egípcios, assírios, hebreus, persas, hindus, gregos e romanos. No entanto, o antropólogo nos adverte, que estes antigos artefatos, foram perdidos devido à fragilidade do material do qual eram constituídos. As afirmações ficam por conta de interpretações extraídas da leitura de documentos antigos, das imagens gravadas em vasos e outros objetos ou de vestígios encontrados em túmulos.

Mas é na era cristã, que vai até o século XII, que observamos o grande esplendor da arte do bordado, difundidas principalmente pelos cristãos e imperadores romanos, inclusive sob a influência da arte bizantina nos tecidos bordados. É quando a arte sagrada invade os mosteiros e a arte profana os castelos. Os paramentos sacerdotais eram enriquecidos com bordados, ganhando

ainda mais sofisticação com a influência da arte oriental, através do movimento das cruzadas e do advento do mercantilismo (RAMOS, 1948:9-10).

Renda é também o nome dado ao entremeio, uma estreita faixa de renda, que é sobreposta ao tecido para adornar vestuários ou paramentos. Nas extremidades, o habitual é usar bicos de renda, uma faixa de renda que possui em um dos lados a forma retilínea e na outra a forma, serrilhada ou ondulada, que uma vez aplicada em barras de toalhas, barras de saias ou vestidos lhe confere distinção e beleza.

1.2 Origens

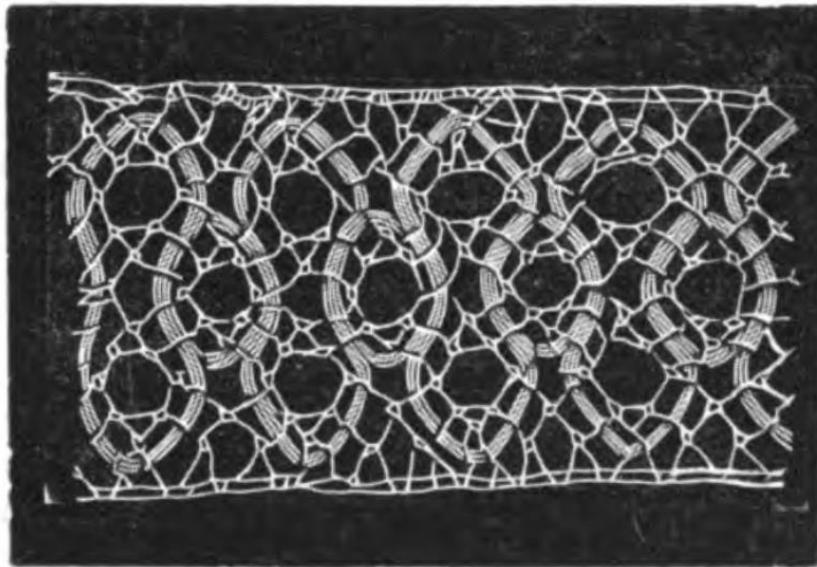
A Partir da segunda metade do século XIX, começou a aparecer uma vasta literatura em língua inglesa e francesa, dissertando sobre a história da renda. Destacamos a obras de Bury Palliser (1869), talvez a mais antiga delas, bem como as obras de: Laurenci Laprade (1903); Hudson N. Moore (1904); Samuel L. Goldenberg (1904); Emile Bayard (1914) e Ch. Mangué (1930), dentre outras. Em todas elas encontramos argumentos que nos levam a acreditar que o apogeu desta arte se deu no século XV e XVI, ao norte da Itália. No entanto, os escritos desses especialistas, são confusos, sem apresentar um lugar específico, como criadores desta arte. As referências apresentadas são múltiplas, com cada um deles, apresentando argumentos para justificar o aparecimento desta arte em uma dada localidade.

No compêndio de Palliser (1869), vimos um trabalho consistente, com alguns elementos que nos faz acreditar que o embrião do que seria posteriormente chamado de renda, teria origem anglo-normanda. Ela afirma que o termo “lace” como a renda é chamada pelos ingleses, deriva de “lacínia” palavra latina que significa bainha ou franja de uma peça de roupa (PALLISER, 1869:21), posteriormente ela faz referência a alguns países que também se dedicaram a esta atividade, mostrando as influências e peculiaridades de cada tipo de renda produzidas nestas localidades.

Com a popularização da renda, entre aristocratas e burgueses, o uso da renda passou a ser produzida em vários países como: Alemanha, Bélgica, Espanha,

França e Itália, cada um deles, reivindicando para si a primazia de sua invenção. É certo que havia distinção de pontos e técnicas de produção entre as várias regiões, mas é certo também que elas representam pequenas variações de uma mesma tecnologia.

Ao falar das rendas produzidas em Portugal, Palliser (1869: 86) diz serem rendas grosseiras e que eram exportadas para a América do Sul. Neste mesmo capítulo, ela refere-se à renda produzida no Brasil, como uma renda feita para consumo próprio, “Brazil makes a coarse narrow pillow for home consumption” (PALLISER, 1869: 86). No entanto a Ilustração³⁹ da renda que ela apresenta em seu livro, como sendo feitas no Brasil, não condiz com as amostras feitas pelas índias da Vila de Arez e Entremoz no Rio Grande do Norte (Ilustrações nº 04 e 05), encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino, enviadas pelo Diretor dos índios a Lisboa⁴⁰. São peças de rendas bem mais finas do que aquela apresentada por Palliser.



Brazil,

Ilustração nº 03, renda feita no Brasil

³⁹ Ilustração nº 03. PALLISER, Bury. A History of Lace. London: Sampson, Low, Son, and Mariston, 1869. Fig. 43 da página 86

⁴⁰ Figuras 04 e 05. LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. (tese de doutorado em História) Recife: UFPE, 2005. Páginas 656-658

Levando-se em consideração a diferença de mais de cem anos, entre as amostras (1761) de rendas feitas pelas índias da Vila de Arez, Entremoz, e a imagem apresentada na obra de Palliser (Ilustração nº 02), podemos inferir que, ou o Diretor foi demasiado zeloso ao apresentar aquelas amostras ao rei, procurando valorizar o trabalho das índias, ou então, Palliser não tinha muito conhecimento sobre o trabalho realizado pelas rendeiras brasileiras, mesmo porque o texto sobre a renda no Brasil se resume a uma única linha.

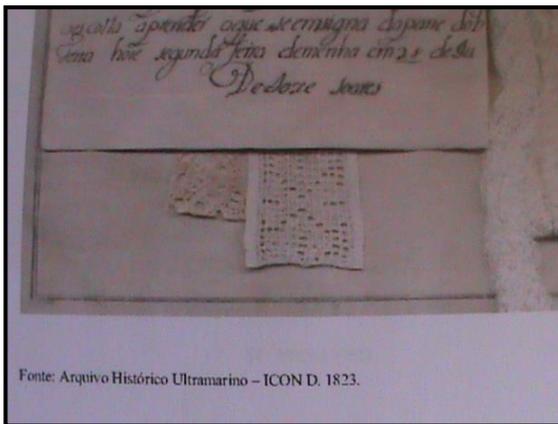


Ilustração nº 04 Rendas e escritos dos índios aprendizes de Entremoz – 1760.

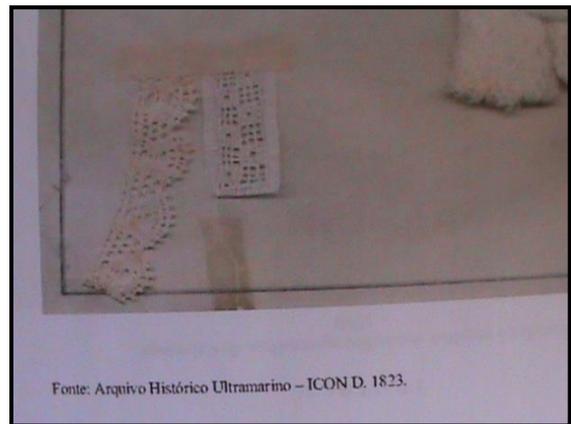


Ilustração nº 05 Rendas dos Índios aprendizes de Arez – 1760.

Laurenci Laprade (1903) dissertou sobre a renda francesa, fazendo menção especial ao ministro das finanças, Jean Baptist Colbert e sua ousadia, ao introduzir na França a indústria manufatureira de renda. Neste trabalho, ela apresenta as peculiaridade *do point de france* e a influência que sofreu das rendas produzidas na Itália. Ressalta o apogeu alcançado no século XVII, quando o poderoso ministro do rei Luiz XIV resolveu enfrentar o grave desequilíbrio da balança comercial francês causado pelo excessivo consumo de artigos de luxo importados da Itália, especialmente de Veneza, instalando em 05 de agosto de 1665, nas cidades de *Quesnoi, Arras, Reims, Sedan, Château-Thierry, Loudun, Alençon* e *Aurillac*, as primeiras manufaturas de rendas com a pretensão de produzir rendas do mesmo modo como se fazia em: Veneza, Gênova, Ragusa, Inglaterra e Bélgica, uma vez que nem os éditos suntuários estavam conseguindo reprimir o consumo destes artigos. Neste sentido, Colbert edita uma medida estabelecendo que todo ponto produzido na França deveria ser chamado de *point de france*, para isso concedeu a uma empresa o privilégio de 9 anos e gratificação de £ 36.000, para se estabelecerem em Paris enviando diretores adjuntos e escreventes, afim de

desenvolverem esta atividade na França. Trouxe 30 rendeiras de Veneza e 200 de Flandres que passaram o ofício para 1600 mulheres. Laprade (1903) diz ter sido investido, uma boa soma em dinheiro para contratar os maiores artistas daquela época: Le Brun, Bérair, Bailly e Bonnemer para criarem os novos padrões que deveriam ser impreterivelmente seguidos pelas rendeiras (LAPRADE, 1903:67-69).



Ilustração nº 06, gravura de Bárbara Uttmann

Para Hudson N. Moore (1930), dez séculos antes de Cristo, este tipo de ornamento já era utilizado na terra dos faraós, envolvendo as múmias. As vestes quando novas, não precisavam de enfeites, mas quando estavam desgastadas pelo uso, os fios eram torcidos e costurados pouco a pouco, de tal forma que a malha era reconstituída. Seria dessa origem humilde que teria nascido o belo tecido que passou a ser chamado hoje de renda (MOORE, 1930: 3).

Em *Lace: its Origin and History*, Samuel L. Goldenberg (1904), atribui o crescimento e a proliferação da atividade rendeira em variadas localidades, ao desenvolvimento da indústria gráfica, no século XVII, que fez chegar a diversas localidades, os desenhos e as técnicas de produção da renda

No entanto, ressalta que a maioria dos estudiosos afirma que Flandres teria sido a primeira a fazer a renda de almofada, atribuindo a Barbara Uttmann, em 1561. Corroborando com esta tese, Ramos (1948) fala de um quadro atribuído a Quentin Metsys, em 1495, de uma jovem fazendo renda numa almofada muito parecida com as famosas rendas de almofadas belgas. No entanto, a referência a Bárbara Uttmann (Ilustração N° 06), na obra de Goldenberg (1904:5) é de 1561. Casada com Chistopher Uttmann, morou no Castelo de St. Annaburg, Bélgica, tendo ensinado às camponesas da região a fazer renda de almofadas. Bárbara morreu em 1575, tendo uma inscrição na lápide do seu túmulo, lhe conferi o título de primeira rendeira belga.

Com relação à reivindicação da Itália como inventora da renda de agulha, Goldenberg (1904) diz que as rendas italianas derivam da arte da costura fina, realizada pelos gregos refugiados na Itália, enquanto outros atribuem aos Sarracenos da Sicília, mas são meras especulações. No arquivo municipal de Ferrara, diz existir um documento da família Sforza datado de 1493, em que são mencionadas palavras que fazem referências a existência de rendas naquela localidade. No entanto, ele diz que existem outros autores que consideram o bordado originário da Arábia. (GOLDENBERG, 1904: 10-11). A Espanha é outro país que sofreu a influência das rendas italiana, criando posteriormente um tipo de renda distinto e de grande aceitação no mercado, que foi denominado de Ponto de Espanha.



Ilustração nº 07, modelo de Vinciolo



Ilustração nº 08, modelo de Vinciolo

Emile Bayard (1914) recorre a mitologia grega⁴¹, para falar da antiguidade das rendas, em seguida, menciona a participação de Catarina de Medicis, filha de Lurenzo II de Medicis, Duque de Florença, casada com Henrique II, rei da França, em 1533, onde teria sido a principal incentivadora do uso da renda na corte francesa. Emile Bayard (1914:18) diz que a rainha teria mandado vir os mais célebres artistas da Itália, como: Frederico Vinciolo⁴², nome famoso na história da renda, junto a Jeronimo Calepino, Cesare Vincellio, Balthazar Sylvins Gormont, Isabella Catenea Parasole⁴³ e dos alemães Jehan Schwarzburger e Nicolas Basens, etc. Além dos distribuidores de coleções de desenhos como: Rob, Mathio Pagan, Nicolo D'Aristotèle, Giovanni Vavassore e Francisque Pellegrin

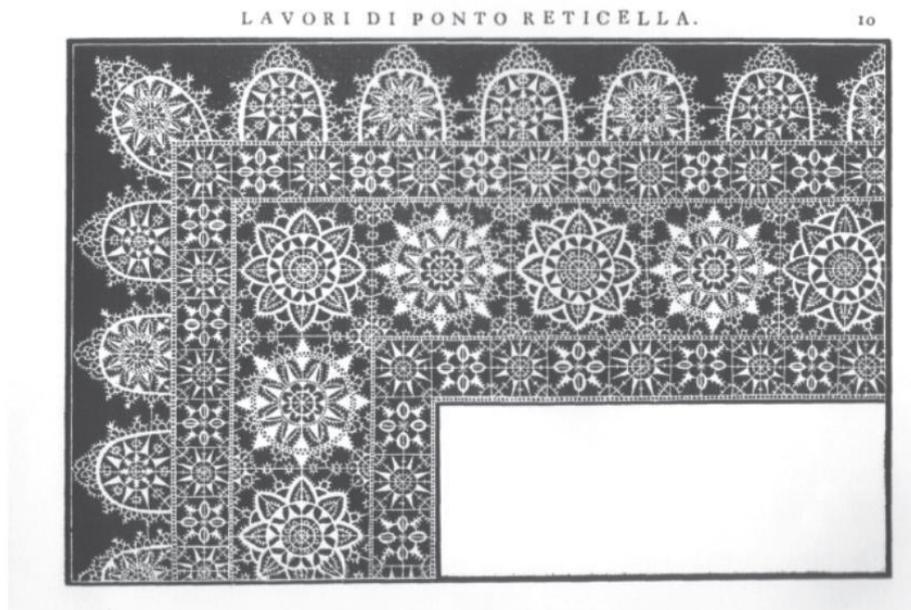


Ilustração nº 09, modelo proposto por Isabella Catenea Parasole

⁴¹ Na mitologia grega, Aracne era uma jovem tecelã que vivia na Lídia. Seu trabalho era tão perfeito que ela ficou famosa pela perfeição de suas rendas. Aracne foi tomada pela vaidade, chegando a afirmar que era a melhor das rendeiras. Desafiando a deusa grega Atenas. Atenas era a deusa da sabedoria e protetora das artes e dos trabalhos manuais. Ao saber da presunção de Aracne, Atenas foi procurá-la disfarçada de anciã, pedindo que reconsiderasse tal afirmação. Aracne desafiou Atenas a fazer rendas tão perfeitas como ela. Aracne ganhou a disputa, mas despertou a fúria de Atenas que a transformou em uma aranha e a condenou a viver eternamente sob fio.

⁴² Ilustração nº 07 e 08 Modelos propostos por Frederico Vinciollo. Álbum de: VINCIOLLO, Federico. I Singolare e Nuovi Disegni Per Lavori Di Biancheria. Bergamo: Instituto Italiano d'art grafiche, editore, 1909.

⁴³ Ilustração nº 09. Desenho propostos por Isabella Catenea Parasole. Musterbuch fur Stickereien und Spitzen von Elisabetta Parasole. Edição Alemã de 1916.

Ch. Mangué (1930) fala dos primeiros documentos iconográficos que fazem referências a Veneza, como uma pintura exposta em l'Académie de Peinture datado de 1500 e outra no Musée Correr de 1515, retratando mulheres vestindo roupas com detalhes trançados, mas segundo o autor, são semelhantes aos bordados que conhecemos hoje, no entanto ele acredita que o bordado foi sendo alterado e cedendo lugar à renda. Concordando com os demais autores, Mangué (1930) diz que Itália e Flandres disputam o mérito de ter inventado a renda, mas atribui a Veneza a criação da renda de agulha e a Flandres a honra de ter inventado a renda de bilros. (MANGUÉ, 1930: 19-25).

Como vimos, há uma infinidade de histórias sobre a origem da renda e até mesmo sobre a definição do que seja renda, uma vez que alguns autores fazem referências ao bordado quando querem falar sobre rendas, causando certa confusão. Neste sentido, Ramos (1948) foi bastante feliz ao esclarecer este imbróglio, dizendo que o bordado, como já dito anteriormente, é a confecção de desenhos feitos com o auxílio de uma agulha que conduz um fio, podendo ser de linho, lã, algodão, prata ou ouro, sobre uma base de tecido lisa, com o objetivo de enriquecer aquela peça de tecido, com detalhes e desenhos para lhe conferir beleza e distinção. A renda, diferentemente do bordado, seria uma peça feita sem o auxílio desta base de tecido, criada tão somente, a partir do entrelaçamento de fios, como as redes de pesca podendo ser feita com o auxílio de almofadas ou não, como no caso do tricô e crochê, e serem feitas com o auxílio de agulhas ou de bilros (bobinas).

A difusão da atividade rendeira em diversas localidades, apesar das diferenças de estilos, apresentam o princípio do desfiação do tecido e do entrelaçamento de fios. Ao ser adotado por outros povos, voluntariamente ou não, como no caso da França no período em que Colbert era ministro das finanças, sofre algumas alterações, em um provável processo de interação cultural. Onde as práticas de uma determinada comunidade sofrem alterações passando a ser moldadas de acordo com as conveniências daquela comunidade.

A renda é, portanto, um pouco do que foi no princípio em uma dada localidade, passando depois por processos de interações e de transformações ao longo dos anos através do contato com outras culturas. Esse hibridismo cultural

pode ter ocorrido tanto pela circulação dessas novas práticas através da tradição oral, quanto pela transmissão via livros, como assinalado por Goldenberg (1904).

As peças produzidas anteriormente para tender a demanda do luxo nos rituais religiosos ou profanos passaram a ser cada vez mais requisitadas pela aristocracia burguesa do século XVI, como sinônimo de distinção e poder. Ramos (1948) lembra que, Henrique II, rei da França, adotou o uso da *fraise*, ou seja, golas rendadas de cano alto e plissadas para esconder uma cicatriz que tinha no pescoço. O uso do *fraise* foi bastante difundido na corte francesa e a partir daí “a renda começou a ser usada com exagero nas golas, nos punhos, na *langerie* feminina e sob Henrique IV, invadiu a *toilette* masculino” (RAMOS, 1948:16)

Depois da invenção da máquina de tecelagem e de olho na alta cotação dos artigos de renda no mercado internacional, os mecenas e inventores da era da revolução industrial sentiram interesse em criar uma máquina capaz de produzir rendas tão perfeitas quanto às produzidas manualmente pelas artesãs.

1.3 Rendas Feitas à Máquina

Podemos classificar a renda, em duas grandes categorias: As rendas feitas à mão e as rendas feitas à máquina. As rendas feitas à máquina são imitações das rendas feitas à mão. As rendas feitas à mão são feitas através de árduo trabalho que exige do artesão habilidades e paciência, além de consumir um tempo considerável para a sua feitura, alcançando preços elevados, por isso são sempre consideradas objetos de luxo. (GOLDENBERG, 1904: 4)

Com relação às rendas feitas à máquina é necessário observar que as mesmas distinções entre a original e as imitações não podem ser aplicadas a estas rendas, uma vez que as rendas feitas à máquina, segundo Goldenberg (1904), atingiram um grau tão elevado de perfeição que é quase impossível distinguir uma da outra. No início, as máquinas tinham um desempenho sofrível, no entanto elas foram sendo aperfeiçoadas a ponto de produzirem rendas tão perfeitas quanto as feitas à mão.

William Felkin diz que a primeira renda feita à máquina ocorreu em 1768, com a máquina de Hammond, que conseguiu produzir uma espécie de rede através de equipamento mecânico (FELKIN apud PALLISER, 1869: 386). Existe, no entanto, estudos que apontam os anos de 1758 e 1760. Depois veio a invenção de John Heathcoat, de Leicestershire na Inglaterra, que inventou uma máquina mais complexa, trabalhando com fios entrelaçados, capaz de fazer imitação mais bem elaborada da renda. Suas patentes foram tiradas em 1809, cabendo a ele o mérito de ter resolvido pela primeira vez os problemas técnicos que tanto havia irritado os inventores das primeiras máquinas e causado prejuízo aos seus financiadores (GOLDENBERG, 1904:14).

A empresa que John Heathcoat havia criado, juntamente com Chales Lacy foi atacada pelo movimento ludista⁴⁴ da Inglaterra e seus equipamentos foram destruídos. A máquina criada por Heathcoat foi posteriormente aperfeiçoada por Jonh Leavers e depois pelo francês Joseph Marie Jacquard. O sistema de tecelagem Jacquard foi inventado em 1837, consistindo num sistema complexo de entrelaçamento de fios e bobinas, obedecendo a um comando preestabelecido por um gabarito feito em cartões perfurados que eram usados para operar este sistema. A utilização dos cartões, como gabarito, foi uma importante inovação tecnológica que viria posteriormente a ser utilizado nos primeiros computadores mecânicos (PALLISER, 1869: 388).

Na obra de Bury Palliser (1869), vimos que ela atribui a invenção da máquina para a produção de renda a Hammond, um tecelão de Nottingham, na Inglaterra, após observar uma renda que sua esposa usava na cabeça, imaginou que poderia fazer uma máquina para a produção de artigo semelhante (PALLISER, 1869: 386).

A máquina de bordar desempenhou um importante papel na produção da renda. De 1870 a 1880 vários esforços foram feitos para produzir a renda na máquina de bordar e foi durante essa década que o sucesso foi alcançado na confecção de rendas orientais, um tipo de renda que ainda hoje pode se ver, ou seja, um bordado em uma rede. O primeiro artigo produzido foi chamado de guipure

⁴⁴ Movimento popular, que surgiu na Inglaterra no final do século XVIII e começo do século XIX, de oposição ao uso de tecnologia. Os adeptos desse movimento protestavam contra o uso de tecnologia e chegavam a destruir máquinas.

(GOLDENBERG, 1904:18). As rendas guipure⁴⁵ eram feitas de linho para fazer imitação em alto-relevo. O ponto era trabalhado com agulhas para contornar com linha grossa, alguns dos desenhos considerados mais importante do padrão. (GOLDENBEG, 1904: 4)

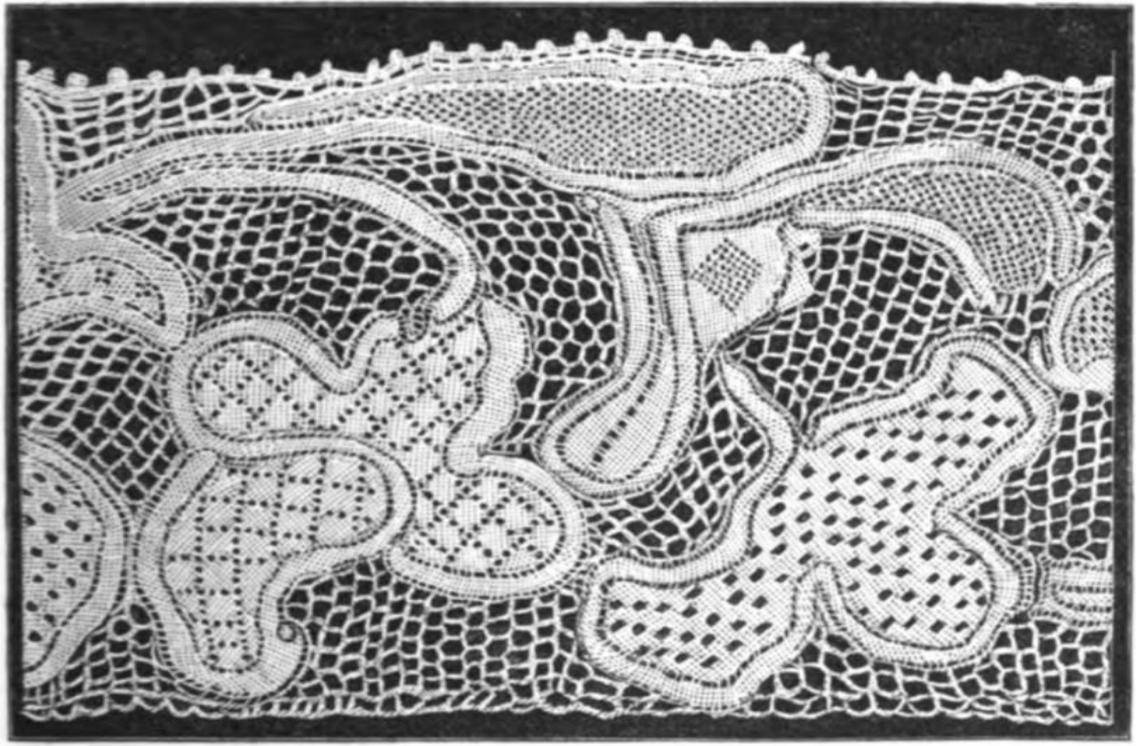


Ilustração nº 10, renda tipo guipure

Palliser (1869) menciona a popularidade da renda na Inglaterra e na França, especialmente após a introdução dos primeiros equipamentos mecânicos para a produção de bordados e rendas. A variedade e adaptabilidade dos projetos que ambas as máquinas são capazes de produzir são variadas, e ao mesmo tempo, comparativamente baratas. É este último fato que explica a grande vantagem da máquina de bordar sobre a máquina de renda. A preparação e criação de um projeto para uma máquina de renda é muito cara, e seu alto custo obriga o fabricante de rendas de máquina a produzir uma grande quantidade de um determinado padrão, a fim de obter o retorno de seu investimento.

⁴⁵ Ilustração nº 10 PALLISER, Bury. A History of Lace. London: Sampson, Low, Son, and Mariston, 1869. Fig 17 da página 33.

A alta produção da renda obtida nos teares de Nottingham, Inglaterra, possibilitou que a mesma se popularizasse, podendo ser vendida a preços mais baixos que aqueles praticados pelos produtores de renda manual. As primeiras máquinas de renda introduzidas na França foram instaladas em Boulogne-sur-mer, transferindo-se posteriormente para Calais e depois foram instaladas nas cidades de Lions e Caudry (GOLDENBERG, 1904: 21).

Goldenberg (1904) ressalta em vários momentos, a excelência da renda produzida por estas máquinas, dada a semelhança entre a renda feita à mão e aquela feita com o auxílio da máquina, mas esta, talvez, seja uma opinião formada sob a influência da obra de William Felkin (1867), citado pelo autor, que falava com entusiasmo da invenção da máquina de fazer renda inventada na Inglaterra e dos benefícios econômicos.

A produção de padrões em grande escala, no final do século XIX, ainda não era um problema que afetava a distinção e o luxo da burguesia, mas foi justamente, a partir da reprodução em série, que os artigos “feitos à mão”, ou seja, aquele método de reprodução mais dispendioso conferiu ao objeto um novo valor estético. Segundo Veblen, “O que é banal está ao alcance pecuniário do grande público, por tanto não há mérito em consumi-lo. Construiu-se sobre essa base todo um código, digamos toda uma tabela das conveniências estéticas, de um lado e das abominações estéticas do outro.” (VEBLEN apud LIPOVETSKY, 2005: 117).

1.4 Rendas de Almofadas

Rendas de Almofadas são aquelas produzidas com o auxílio de almofadas, que servem de base para a sua confecção. Geralmente estas almofadas são constituídas com material mais duro que os travesseiros comuns, podendo ter o tamanho que a rendeira achar conveniente para ser posta sobre em uma bancada, ou sobre suas pernas. Outro tipo de almofada usado pelas rendeiras é o que fica preso a um cavalete de madeira. Na obra de Oiticica (1974), temos que, o formato das almofadas no Nordeste brasileiro, recheada com capim ou palha de bananeira e fechadas em suas bases laterais (OITICA, 1974: 37). As rendeiras de Renascença

preferem as almofadas recheadas de tecidos (lençóis, toalhas, roupas usadas) porque ficam mais duras e pesadas (Ilustração nº 11).



Ilustração⁴⁶ nº 11, renda Renascença em almofada

De posse da almofada ideal, a rendeira põe sobre ela o modelo padrão que quer produzir, podendo fazer renda com o auxílio de agulha ou com o auxílio de bobinas, também conhecidas como bilros. O modelo das rendas de bilros ou de agulha é desenhado em papel transparente e colado posteriormente em papel mais grosso, para depois serem postas em volta das almofadas. Observamos, portanto, que há duas categorias de renda: a renda feita com o auxílio de agulha, usada para conduzir o fio para a construção das tramas e outra feita com o auxílio de bilros, ambas são feitas sobre almofadas.

Assim, a renda pode ser subdividida em duas categorias: as de agulhas, que são feitas com este instrumento e, as rendas de bilros, que são feitas com o auxílio deste outro instrumento na confecção das tramas. Geralmente elas são feitas sobre uma base de almofada, no entanto o crochê, o tricô e o filé seguem o mesmo processo artesanal de produção das redes de pesca, não utilizam almofadas como base para a sua produção, ou seja, são soltas, feitas no ar e sua técnica, segundo a

⁴⁶ Ilustração nº 11. Tipo de almofada usada pelas rendeiras de Renascença. Acervo: Silva, Gezenildo Jacinto.

maioria dos estudiosos que se dedicaram aos estudos relacionados à produção de renda, já era conhecida pela mulher do neolítico.

Com o advento das cruzadas e o fortalecimento do comércio, as cidades localizadas na península itálica, ponto estratégico entre a Europa e o mercado árabe, como as cidades de Florença, Nápoles, Gênova no mediterrâneo e Veneza, a rainha do Adriático, como ficou conhecida, por estar situado no Mar Adriático, foram beneficiadas economicamente pelo monopólio do comércio de especiarias e dos tecidos comercializados pelos mercadores árabes. Um dos fatores preponderante para o fortalecimento deste comércio teria sido a sua localização e a grande frota marítima dos venezianos. O contato com outras culturas e a habilidade comercial dos mercadores italianos teria contribuído para o desenvolvimento da renda naquela região.

1.5 Rendas de Bilros

São rendas feitas sobre uma almofada, utilizando bilros para auxiliar na confecção das tramas do tecido. Bilros são instrumentos feitos de madeira, composto por uma haste, que é utilizada como bobina para armazenar uma determinada quantidade de fios, tendo em uma das extremidades a forma abaulada que proporciona melhor conforto no manuseio.

Na definição de Callan (2007), “a renda de bilros é criada pela manipulação de inúmeros fios, cada um deles preso a um bilro (peça de madeira semelhante ao fuso) sendo em geral trabalhada sobre uma almofada” (CALLAN, 2007: 266). O modelo é previamente desenhado em papel grosso e posto em volta de uma almofada, para em seguida ser inserida em pontos específicos, uma série de alfinetes, ou espinhos, para demarcar o lugar onde deverão ser feitos os pontos da renda, conhecido como “picotes” ou “pique”. Mas, na obra de Oiticica (1974), a atividade da rendeira adquiriu uma narrativa mais poética, o autor é tomado pelo saudosismo, comum na década de 1930, época em que ele escreveu sobre a renda de bilros no Nordeste brasileiro. Era um período em que a temática regionalista ganhava força. Convidado por Gilberto Freyre para falar sobre rendas, no livro comemorativo dos 100 anos do Diário de Pernambuco, Oiticica narra o trabalho da

rendeira, revelando detalhes, como se a mesma estivesse a sua frente. Dos bilros ele diz que são:

Rolinho de madeira bem lisa, às vezes envernizado, o que não é preciso porque as mãos e o trocadilho no fabrico da renda se incumbem de os alisar tanto que parecerão envernizados; na extremidade superior há uma saliência que termina em talho para a aderência da linha. Esta é enrolada na extremidade do bilro até encher a cavidade e é presa por uma volta feita de modo especial, em nó corredio para se ir desprender à proporção que vai sendo enrolada de um bilro em outro ou outros, conforme a grossura em que deve ficar o fio da renda (OITICICA, 1974:20).

A renda de bilros estava inserida naquela categoria de objetos representativos da cultura tradicional do Nordeste brasileiro, ameaçados de extinção pela chegada de novos costumes. Oiticica (1974) queixa-se da pouca valorização da cultura regional, como as danças de roda, o coco e as rendas nordestinas, que estavam sucumbindo para dar lugar a outros modismos, como se a arte de rendar fosse uma atividade nativa e imutável. A renda de bilros seria para Oiticica (1974) o retrato fiel de uma época em que os valores tradicionais da família nordestina estavam representados por uma velha senhora manipulando bilros para produzir as rendas que deveriam compor as toalhas da mesa, os lenções e as vestimentas das mulheres da família. Ele disse que esta indústria caseira, embora não gerasse dividendos econômicos para a família, era importante, uma vez que mantinha as mulheres e as mocinhas ocupadas com uma atividade artesanal, em vez de ficar pelos cantos da casa alimentando sonhos e ilusões.

Não sabemos exatamente onde teria nascido a renda de bilros, mas o fato é que a literatura que trata do tema é categórica ao afirmar que a mesma teria sido criada na Europa. Alguns afirmam que a renda de bilros é originária da Itália, enquanto outros afirmam que teria vindo da Bélgica. Ramos (1948), fala da lenda que reforça a afirmação de que a renda de bilros teria nascido na costa do Mar Adriático, especialmente em Veneza, na Itália:

Uma jovem pescadora tinha feito para seu noivo uma rede de pesca; a primeira vez que se serviu dela, trouxe do fundo do mar uma magnífica alga petrificada, que se chama renda de Vênus, que ele ofereceu a sua noiva. Passado pouco tempo, teve de partir para a guerra; a donzela contemplando a lembrança, que o noivo lhe deixara, teceu maquinalmente os fios da rede, terminados por

pequenos chumbos, e acabou por produzir o modelo; a renda assim descoberta chamou-se ai *piombini*, ou de chumbos e estes foram breve substituídos por bilros. (RAMOS, 1948: 20)

Assim, as rendas de agulha seriam originárias de Veneza e as rendas de bilros seriam originárias de Milão e de Gênova, lugares em que os termos, trina a *piombini*, nome primitivo das rendas de bilros, são comuns na Itália e mencionados nos documentos de partilha de bens de 1493 (Ramos, 1948: 20).

1.6 Rendas de Agulhas

As vestimentas usadas pelos assírios e babilônios eram constituídas por um pequeno retângulo de pano em volta da cintura Segundo Laver (1989), esta era a forma primitiva das saias, posteriormente eles passaram a usar também um quadrado de pano enrolado sobre os ombros presos por um broche. Egípcios, assírios, gregos e romanos faziam uso de roupas drapeadas, como marca de civilidade. As vestimentas que acompanhassem as formas do corpo eram condenadas, especialmente pelos romanos com a pena de morte (LAVÉR, 1989: 14).

As vestimentas drapeadas ganharam bordados, franjas e cortes. Foram estilizadas, extrapolaram o terreno do sagrado e invadiu os salões palacianos como elemento de distinção e de civilidade. A invenção da renda passa, portanto, pelo processo de sofisticação das antigas vestimentas feitas de fibras vegetais ou animais, como o linho, o cânhamo, o algodão ou a lã. As rendas de agulhas são vistas pela maioria dos estudiosos como a segunda etapa do processo de embelezamento dessas antigas vestimentas.

Não existem elementos consistentes que nos ofereçam condições para afirmar com certeza quais das duas técnicas teriam aparecido primeiro, no entanto a renda de bilros é apresentada pela maioria dos estudiosos como sendo anterior à renda de agulha.

As rendas de agulhas são rendas feitas dando-se laçadas com o fio em pontos simples ou complexos, o que resulta num padrão ou desenho

preestabelecido. A agulha é o instrumento utilizado para realização destes pontos. A agulha fica presa a uma das extremidades por um fio enquanto a outra extremidade fica presa à base da renda (CALLAN, 2007: 266). Acredita-se que a renda de agulha seja originária da península Itálica, como já foi mencionado anteriormente, depois de passar pelo processo de customização dos tecidos através dos bordados e da introdução dos detalhes vazados.

A renda seria, portanto, o resultado da reconstituição do desfiação do tecido, utilizado pelos antigos artesãos como forma de embelezá-los, enriquecendo-os com variados desenhos e espaços vazados, conhecidos também pelos termos: em inglês, *openwork*; italiano, *puntotagliato* e o francês, *point coupé*, ou seja, pontos abertos. O segundo passo deste processo teria sido a produção daquilo que passaríamos a chamar posteriormente de renda, um tipo de ornamento feito sem o auxílio do tecido como base para a feitura da malha, utilizando agulha ou bilros, como ferramentas para a produção da renda.

1.7 Rendas no Brasil

A grande maioria dos estudiosos afirma que Portugal e Espanha teriam sofrido a influência das rendas produzidas na Itália e na França. No entanto, é importante lembrar que Portugal e Espanha possuíam uma grande frota marítima, desempenhando atividades comerciais com diversos outros países. Nestes termos, estes dois países, mantinham contato direto com outras culturas, não só com a italiana e flamenca, mas também, além dos países do continente europeu, com as culturas do continente africano, asiático e americano. É muito provável que o bordado e a renda tenham sofrido influência também dos tecidos comercializados pelos árabes e essas duas potências econômicas. Como essa era uma atividade iminentemente doméstica, embora estivesse na pauta de exportação de alguns países. Portugal e Espanha, por considerar que exerciam atividades mais rentáveis para suas economias, como a produção de açúcar e a mineração, preferiam adquirir estes produtos dos países produtores como Itália, Flandres, França e Inglaterra. A pequena produção artesanal que existia no Brasil, no século XVIII, foi inclusive

proibida, para não afetar a economia colonial, através do alvará régio de 1785, editado por Dona Maria I, rainha de Portugal.

Para Maia (1980), o estabelecimento da atividade artesanal de renda no Brasil teria se dado através da chegada das primeiras mulheres portuguesas, vindas com suas famílias de áreas costeiras de Portugal, como: Minho e Algarve, no entanto a uma forte presença, no século XVIII, de migrantes da Ilha da Madeira e dos Açores, no Brasil. A principal atividade desenvolvida por estas famílias na localidade de origem, era a pesca e as atividades domésticas de tecer redes de pesca e rendas de bilros. Os açorianos se estabeleceram na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje, Florianópolis, sendo esta localidade, ainda hoje, um dos principais centros produtores de rendas de bilros no Brasil (MAIA, 1980: 105). Contudo, a arte de tecer já era conhecida dos nativos da América, Pereira (1957: 40) diz que a aptidão que os índios demonstravam para com a tecelagem era fruto de longa experiência na feitura de redes e de cestarias, a ponto de esta arte ser considerada uma característica da sua cultura material.

A principal região produtora de rendas no Brasil é o Nordeste, especialmente nos Estados do Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão. Marca presença também nos Estados de: Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina (RAMOS, 1948: 37). Como vimos, em quase todo o território nacional existem focos de produção de renda, mas Arthur e Luiza Ramos constataram isso na década de 1940, talvez em alguns desses lugares não se exerça mais estas atividades, enquanto outras localidades podem ter passado a exercê-las, especialmente nos locais com fluxo turístico.

Algumas das cidades nordestinas que mais produzem rendas de bilros, atualmente, estão diretamente relacionadas à história da ocupação de seus territórios, como as Vilas de Viçosa Real, hoje município de Viçosa; Mecejana; Vila Nova de Soure, atual Caucaia; Monte Mor o Novo D'América, hoje Baturité e Vila do Arronches, atual Parangaba, ambas no Ceará; E Arez; Entremoz; Baia da Traição; Goianinha, no Rio Grande do Norte. Estes antigos aldeamentos, assim como todas as vilas ou lugares foram, por determinação do Diretório dos índios de 1758⁴⁷, obrigados a manter duas escolas públicas, uma para rapazes e outra para moças,

⁴⁷ FBN. Doc 31 – 08,03,014. p 16

ensinando a doutrina cristã e a escrever e contar, como se praticava em Portugal, bem como a utilizarem tão somente a língua do Reino. Na escola destinada às moças, além da doutrina cristã, deveria ser ensinado a ler, escrever, fiar, fazer renda, costuras e demais habilidades adequadas ao gênero. Para lecionar nestas escolas, o Diretor dos índios deveria contratar um mestre e uma mestra, devendo ser elas, pessoas dotadas de bons costumes, prudência e capacidade para desempenhar as ditas funções.

A preocupação do Diretório Pombalino, certamente, não era com o bem estar das índias e índios aldeado, apesar do discurso de liberdade, mas certamente, era com a aplicação da política de modernização do Estado Português e de suas colônias, através da implantação das ideias de centralização do poder e de fortalecimento do Estado, fomentando o hábito do trabalho e incentivando a iniciativa privada a atuar em setores estratégicos da economia portuguesa. Chegava-se a atribuir à preguiça do índio a estagnação e pobreza da economia colonial. Assim, o trabalho, especialmente, dos índios e índias passou a ser visto, também, como o passaporte para entrar no mundo civilizado. Neste sentido, o governador de Pernambuco, pede aos diretores, que obriguem os índios a plantarem pelo menos duas mil covas de mandioca por casal, além de outras culturas (LOPES, 2005: 302).

Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marques de Pombal, nomeado primeiro Ministro de Portugal, no reinado de dom José I em 1750, atuou seguindo o ideário iluminista. Como um déspota esclarecido, interveio de forma contundente no organismo público para aplicar as reformas que julgava necessárias para modernizar o Estado. Após expulsar os Jesuítas do Brasil, aplicou políticas públicas para tornar o Estado mais presente em todas as esferas sociais. Incentivou a abertura de manufaturas para substituir as importações e editou medidas objetivando disseminar o gosto pelo trabalho, não só entre os brancos desafortunados e mestiços pobres, mas também entre os índios e índias, para que eles pudessem aprender profissões, tais como as artes de ofício de: carpinteiro, pedreiro, ferreiro e sapateiro, alfaiate e barbeiro, etc. Para as índias, a indicação era que as mesmas aprendessem a fiar tecer e costurar, além do ofício de fazer renda. Carta do Governador de Pernambuco e capitanias anexas, Luiz Diogo Lobo da Silva ao diretor da Vila de Mecejana, confirma a interferência do Estado português na introdução da atividade artesanal da renda no Brasil, especialmente entre as índias aldeadas do Nordeste, quando diz

que enviou às novas vilas, jogos de bilros, conjunto de agulhas e linhas, informando que enviava os materiais, não para que lhe mandassem as peças que fizessem, mas para que pudessem ser convertidas em benefício das moças que as fizessem. A intenção era para que elas não precisassem da ajuda de pessoas estranhas, para ter suas próprias vestimentas (LOPES, 2005: 312).

Como podemos observar, a renda de bilros foi uma atividade laboral, inserida nas aldeias indígenas como incentivo às práticas do trabalho, especialmente entre as índias. A maioria das antigas vilas e lugares que praticaram esta atividade, ainda hoje é considerada polos de produção de renda de bilros. Embora a documentação aponte para as antigas vilas como lugares originários da atividade rendeira no Brasil, isto por si só não nos dar nenhuma garantia de não ter havido práticas desta atividade em outras localidades, nem em outras classes sociais. Em inventário aberto na Vila de Pombal, província da Paraíba, a senhora Perpétua de Oliveira, peticionou ao juiz de órfãos que lhe fosse destinado a quantia de 2\$880, equivalente a nove patacas, valor gasto na aquisição de quatro varas e meia de renda de *france*, que havia entregue ao Sr. José Carneiro, para que o mesmo procedesse a venda na província de Minas Gerais. Uma vez que o Sr. José Carneiro havia falecido em 1774, sem que houvesse prestado contas à senhora Perpétua. Não sabemos se a citada renda era do tipo Renascença, mas podemos afirmar tratar-se de rendas feitas com o auxílio de agulha, uma vez que era este, o tipo de renda feito na França (MACEDO, 2007:248).

Mucamas negras e senhoras brancas certamente chegaram a fazer rendas, como retratado na gravura⁴⁸ do Artista francês, Jean Baptiste Debret de 1823. Contudo negras e índias são geralmente apresentadas em posições inferiores. Na gravura de Debret, a negra está fazendo renda sentada ao chão, enquanto a senhora branca estava realizando trabalhos de costura, sentada em uma plataforma mais alta e confortável que lhe conferia maior destaque. Assim, a renda é apresentada como uma atividade que exige esforços físicos e repetitivos, que para exercê-la era necessário que a rendeira possuísse habilidades no manuseio dos

⁴⁸ Ilustração nº 012. Gravura de Jean Baptist Debret de 1823. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/bcodeimagens/imagens_publico/007303001013.jpg. Acesso em 16 out. 2012.

bilros, ou seja, este era um trabalho cansativo, visto como próprio das classes inferiores⁴⁹.



Ilustração n° 12, gravura de Jean Baptist Debret de 1823.

Feita em grande parte pelas mãos de índias e negras, a renda não era propriamente um artigo de fácil acesso para as classes subalternas, era artigo que representava o apreço dedicado às coisas da família, como podemos observar nas mulheres das classes mais abastadas do Sertão. Elas não tinham muitas atividades fora do lar. Eram preparadas para ser mãe e as chamadas prendas do lar, ou seja: educar os filhos, comandar a cozinha e realizar costuras e bordados. As viúvas ou as empobrecidas faziam doces, arranjos de flores, bordados e crivos por encomendas. No entanto, Falci (2007), destaca que, numa fazenda sertaneja, o luxo em joias, roupas e mobiliários não eram considerados valor. A riqueza era destacada pelos bens de raiz, como fazendas, animais, casas etc. Ainda que a renda de bilros representasse zelo e apreço para com as coisas da casa, as vultosas redes adamecadas usadas para conduzir as senhoras, bem como, os tecidos para proteger o rosto do sol escaldante, juntamente com as colchas, as toalhas de mesa,

⁴⁹ Nestes termos, consideramos como classes inferiores: mulheres, negros, índios, crianças e os despossuídos de bens matérias.

também, eram consideradas sinais de riqueza, no entanto a dimensão da fortuna da família sertaneja poderia ser medida através da sofisticação dos bordados, dos crivos e do uso de adereços em renda Renascença (FALCI, 2007:248-249).

Se as rendas de bilros foram introduzidas no Brasil pelas mãos das mulheres portuguesas que aqui chegavam trazendo consigo seus usos e costumes, ou ainda, através da determinação do Diretório dos Índios de 1758, julgando necessário que as índias devessem aprender nas escolas públicas instaladas nas vilas, além da doutrina cristã, a fazer rendas de bilros e realizar trabalhos domésticos, as rendas de agulhas, foram inseridas na sociedade brasileira através das irmandades religiosas dedicadas ao ensino feminino, a partir da segunda metade do século XIX. Consta no relatório da comissão diretora da Exposição de Pernambuco referente à indústria doméstica de 1866⁵⁰, a existência de trabalhos expostos realizados por moças internas no colégio das órfãs de Nossa Senhora Esperança, de rendas, bem como, de outros trabalhos de bordados, crochet e labirintos realizados por meninas de 11 e 12 anos de idade e na exposição pedagógica⁵¹, realizada na Escola Normal de São Paulo, em 15/03/1907, foram expostos na secção de trabalhos de agulha, bordados, crochets, filés, renda brasileira e renda irlandesa, feitas pelas alunas da Escola Normal.

1.8 Rendas Renascença

A renda Renascença é feita usando-se uma única agulha e recebe várias denominações, dependendo da localidade onde é produzida, assim, ela passou a ser chamada de renda Irlandesa, de renda Luxeuil ou de renda Battenberg. No Brasil, ela ainda é conhecida por renda Inglesa, especialmente no Estado da Bahia, mas a denominação que predomina no Brasil é a de renda Renascença.

Para a renda Renascença originou-se a partir dos antigos pontos de Veneza. No século XVII, a França começou a imitar o ponto de Veneza, contudo, de forma mais simples, para torná-lo mais fácil de fazer. Primeiro, tentou substituir algumas

⁵⁰ Relatório da Santa Casa. SC, 1866, p 71 a 73

⁵¹ Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, da Inspeção Geral do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908, p, 57-58

partes que davam firmeza por renda de bilros e por cadarços ou fitas tecidas de forma não manual, semelhantes às fitas de atar chapéus, mas não resultou na finura do verdadeiro ponto de Veneza e tomou o nome de renda Renascença. No entanto, no século XVII, esse tipo de trabalho foi perdendo gradativamente a sua importância, enquanto outras rendas de agulhas mais delicadas, feitas sobre redes, ganhavam notoriedade na França e na Bélgica, ganhando a simpatia do público consumidor, em detrimento da renda Renascença. A renda desenvolvida na França passou a ser denominada, segundo determinação do ministro das finanças francês Jean Baptist Colbert de *point de france*. No entanto, algumas rendas atingiram níveis de excelência tão grande que passaram a ser conhecida pelo nome do lugar onde eram produzidas, como as famosas rendas Valenciennes e Chantilly. Só em meados do século XIX é que a Renascença volta a ser novamente feita e requisitada pelas damas da sociedade, devido à variada disponibilidade de fitas⁵² (Ilustração nº 13) produzidas pelos teares ingleses (DILLMONT, 03-04).

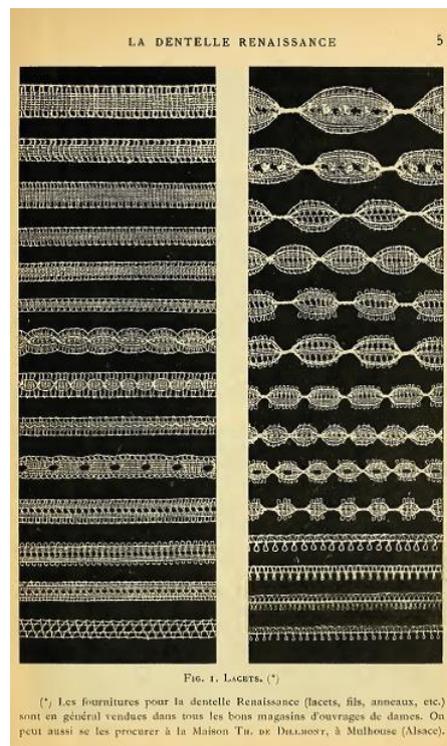


Ilustração nº 13, tipos de lacê

⁵² Ilustração nº 13. Amostras de tipo de lacê apresentado na obra de: DILLMONT, Thérésè de. La Dentelle Renaissance. Mulhouse, (Alsace): Bibliothèque D.M.C (a), p, 05

O *point de france* é portanto, uma imitação simplificada do ponto de Veneza. Laurence de Laprade (1903) diz que os antigos pontos desenvolvidos na confecção de bordados assumiram variadas técnicas, contribuindo para o aparecimento das rendas de agulhas. No entanto, a autora adverte que este processo foi lento. Antes de ser chamado de renda de agulha, era chamado de *broderie à jours*, ou seja, bordado à *jour*, um tipo muito especial de bordado originário do labirinto, sendo o labirinto, um tipo de trabalho, desenvolvido pelos antigos artesãos, usando a técnica do desfiamento e do caseamento do tecido, que deixa espaços vazados em formas geométricas (LAPRADE, 1903: 5).

É justamente a partir da segunda metade do século XIX, que a D.M.C fábrica de fios francesa, localizada em Alsace, adota a tecnologia de mercerização dos fios, tornando-os mais sedosos e firmes. Associado a Therésè de Dillmont, a D.M.C, editou a enciclopédia de trabalhos manuais para senhoras para ensinar a fazer trabalhos de costuras, bordados e rendas, utilizando os produtos da empresa, sendo posteriormente, editados em diversos países, que facilitava a entrada dos produtos da D.M.C em variados mercados.

Esta enciclopédia foi adotada, inclusive, pela Escola Normal de São Paulo. Era prática comum das indústrias emergentes, editarem revistas, catálogos, ou manuais para divulgarem seus produtos nos mercados consumidores, como aconteceu com o “Livro de Costuras Singer” editado pela fábrica de máquinas Singer, Americana. O manual da Singer era o sonho de consumo das moças que estavam prestes a contrair matrimônio, assim, elas recebiam exemplares de presente de seus familiares e até de seus noivos, como podemos verificar na dedicatória⁵³ feita por Percival à sua noiva Adolfinia, em 1964.

Temos que, a renda de Veneza nasceu do aprimoramento das técnicas de bordados, utilizando o processo de corte de fios para o desenvolvimento de desenhos nos tecidos lisos. Com a notoriedade alcançada na Europa por esse tipo de trabalho, a renda de agulha passou a ser exportada para diversas localidades, sendo considerada como adorno que conferia distinção e requinte aos usuários deste tipo de vestimenta. As cortes europeias despendiam imensas fortunas para

⁵³ Ilustração nº 14. Livro de Costura Singer com dedicatória do noivo Percival a Adolfinia.

adquirir estes artigos dos mercadores venezianos. Os franceses, através de Colbert, ministro das finanças, resolveu barrar o excesso de divisas que estava sendo gasto nas importações destes artigos de luxo, instalando manufaturas de rendas em várias cidades francesas, visando substituir as importações pelos similares produzidos no próprio país.

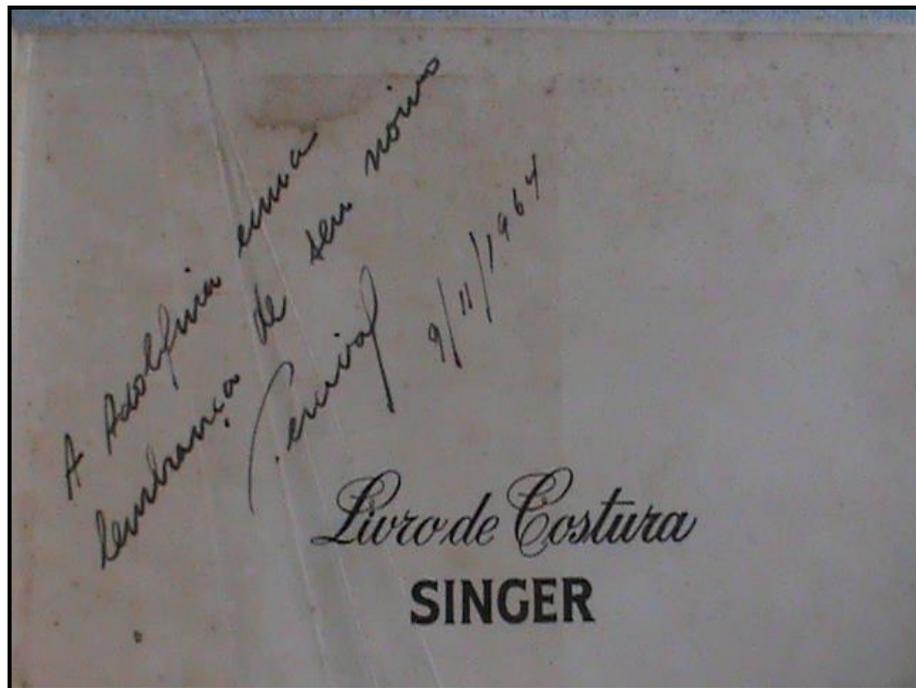


Ilustração nº 14, dedicatória na contracapa do Livro de Costura Singer

Há quem afirme que a renda Renascença seria originária das rendas de Burano, uma pequena ilha próximo à Veneza, no entanto, não encontramos elementos que dê suporte a tal afirmação. As rendas de Burano são, segundo Ramos, uma extensão das rendas aperfeiçoadas de Veneza, de formas geométricas, acrescidas de folhagens e ramagens sobre fundo de barras em relevo, que foram denominadas de *punto di rosa*, mas que naquela localidade foi denominada de *punto di Burano*.

A renda Renascença é feita com uma única agulha para confecção das tramas, como dissemos anteriormente, usando-se uma espécie de fitilho, conhecido no Brasil por lacê, que é constituído por uma estreita faixa de tecido de algodão, usada para demarcar os espaços a serem preenchidos, formando o esqueleto da peça com desenhos variados, no entanto, para a confecção da renda Irlandesa,

produzida em Divina Pastora⁵⁴, Sergipe, utiliza-se um tipo diferente de lacê, feito de cetim e com formato arredondado. Para fazer a renda Renascença, a rendeira deverá ter um modelo previamente desenhado em papel lustroso e transparente devendo ser colado a outro papel mais resistente e opaco, onde será alinhavado o fitilho contornando o desenho para em seguida ser posta em volta da almofada, quando então deverá ser feita a renda e preenchidos os espaços vazados com variados tipos de pontos (Ilustração nº 11).

Se levarmos em consideração que originalmente o tecido era uma peça inteira, composta por fios trançados em volta de tramas verticais e horizontais, sem maiores complicações, o bordado e o crivo, com seus espaços vazados, que aparecem posteriormente como técnicas de sofisticação, objetivando agregar valor e distinção às peças que deveriam ornar paramentos religiosos e ou vestir as classes sociais superiores, são peças de tecidos desconfiguradas. O preenchimento dos espaços vazados pode ser considerado como uma reconstituição dos tecidos, já que o crivo e o labirinto são técnicas de cortes e de desfiamentos de tramas formando desenhos vazados, que de tanto serem cortados teriam chegado à forma atual da renda, constituída por simples contornos de uma estreita faixa de tecidos. Ao tecer nestes espaços, o artesão reconstitui a forma do antigo tecido.

2. ENCONTROS

2.1 Entre a Arte e o Artesanato

A engenhosidade do artesão encontrou um meio termo entre o tecido desfiado e o bordado, utilizando-o como base de apoio para formar o esqueleto da peça. O bordado, diferentemente do crivo, não desconfigura o tecido, utiliza este espaço como meio base para a criação dos desenhos. Ao longo dos tempos a renda tomou formas e desenhos diferentes, chegando a sofrer forte influência do

⁵⁴ A renda Irlandesa de Divina Pastora, no Estado de Sergipe recebeu o título de Patrimônio Imaterial e está escrito no Livro das Artes de Fazer do IPHAN. Processo nº 01 450.001501/2007-52 em 28/01/2009

movimento renascentista do século XVI, que foram enriquecidos por desenhos propostos por artistas da renascença, como Frederico Vinciolo e Cesare Vincellio.

O renascimento ou renascença foi um movimento artístico, científico que aconteceu entre os séculos XV e XVI na península itálica, favorecido pelo acúmulo de capital auferido, através das conquistas marítimas que alargou as possibilidades comerciais, através do contato com outros povos. O comércio de especiarias e de produtos têxteis entre os povos do Oriente fortaleceu a economia local e fez surgir uma rica classe de mercadores, especialmente nas cidades de Veneza, Florença e Gênova. Muitos comerciantes europeus fizeram riquezas e acumularam fortunas, fato que possibilitou o financiamento da produção artística de pintores, escultores, músicos, arquitetos e escritores.

Os financiadores, também conhecidos como mecenas, passaram a dar proteção aos artistas e intelectuais, financiando suas obras. Estas obras artísticas eram marcadas pelo estilo greco-romano, buscando valorizar o homem em sua plenitude, como a inteligência, o conhecimento e o dom artístico. Cultivava o ideal de perfeição, da harmonia e do equilíbrio, através da simetria e da proporção das imagens. A razão e a natureza também passaram a ser valorizados como elementos destas novas práticas, através da observação e do experimento. Era um novo mundo que estava se abrindo, despertando o interesse por obras que representassem o poder e a genialidade humana, através de trabalhos artísticos em pinturas e esculturas; na construção de palácios e de templos religiosos, etc.

No entanto a genialidade artística era considerada uma dádiva natural do sexo masculino. Os trabalhos artísticos que mereceram destaque no renascimento eram eminentemente masculinos, embora algumas mulheres das classes mais altas tivessem acesso à educação erudita e chagassem também a produzir algumas obras, estas, no entanto, não chegavam a ter destaque. Mulheres que ousassem realizar trabalhos fora das atribuições, compreendidas como típicas do sexo feminino eram consideradas anormais. Ao homem era concedido o dom de criar obras artísticas originais, sendo reservado às mulheres gerir os destinos da casa e educar os filhos. No entanto, algumas mulheres casadas com artistas ou filhas de ricos senhores conseguiam ter uma formação erudita. O nome de Isabella

Catenea⁵⁵ Parasole, casada com xilogravurista, Leonardo Norsini, é citada como autora do catálogo de padrões para trabalhos de rendas, “Teatro dele Nobili et Virtuose Donne” de 1597. Segundo Delimeau (1984), havia mais mulheres cultas no século XVI, do que em qualquer outra época anterior.

Vários testemunhos asseguram-nos que uma elite feminina tinha agora acesso à cultura, o que não deixava de espantar um velho jurista italiano do século XV: “Nunca pensei que as ruas de Florença estivessem tão ao corrente da filosofia moral e natural, da lógica e da retórica” (DELUMEAU, 1984: 368-369).

Embora saibamos que em algumas sociedades o homem tenha desenvolvido atividades correlatas àquelas praticadas pelas rendeiras, o que se observa é que até bem recentemente, no Brasil, esta era uma atividade eminentemente feminina, até mesmo na tarefa de fazer os desenhos. O papel da mulher era confeccionar os bordados, tecer as rendas e ornar os tecidos. Eram atividades físicas e repetitivas e sendo por isso mesmo, vistas como atividades indicadas para o sexo feminino. Ao homem, era reservada a tarefa de desenvolver os padrões utilizando apuradas técnicas inspiradas no movimento renascentistas, que seria posteriormente copiado pelas mulheres. É certamente, em razão da vinculação com o renascimento que este tipo de renda passou a ser denominada de Renascença.

Apesar de ter alcançado seu apogeu no período do renascimento, de ter embarcado no espírito renovador e de utilizar padrões criados por renomados artistas da renascença, a renda não é considerada, pela maioria dos estudiosos como arte na mesma categoria das obras realizadas por: pintores, poetas, escultores, arquitetos, etc., a esta categoria, costuma-se denominar de “arte maior” às outras, como as de ourives, costureiras, rendeiras e artesão em geral, costuma-se chamar de “arte menor” apesar do nível de especialização, do esmero, da beleza e da qualidade empreendida aos artigos produzidos por estes profissionais.

Para Mário de Andrade, o artesanato seria uma das fases mais importantes da produção artística, é quando o artista apresenta seus caprichos e sua individualidade. Ele diz, ainda, que para ser um artista completo era preciso conhecer os processos, as exigências, os segredos dos materiais que se vai trabalhar. No entender de Andrade, o verdadeiro artista é também um bom artesão.

⁵⁵ Ilustração nº 09. Desenho propostos por Isabella Catenea Parasole. Parasole. *Musterbuch fur Stickereien und Spitzen Von Elisabetta Parasole*. Edição Alemã de 1916.

“O artesanato é uma parte da técnica da arte, a mais desprezada, infelizmente, mas a técnica da arte não se resume no artesanato. O artesanato é a parte técnica que se pode ensinar”. Andrade fez estas ponderações no artigo, o Artista e o Artesão, apresentado na aula inaugural dos cursos de Filosofia e História da Arte, do Instituto de Artes, no Rio de Janeiro, em 1938, destacando a importância do artesão na produção artística. Ao utilizar a técnica pessoal na criação de seus objetos, o artesão imprime a sua marca. A sua habilidade pessoal aliada ao esmero e acuidade faz desse artesão um profissional criador de obras raras e é esta distinção que atribui a sua obra, valor artístico, saindo do anonimato para aparecer na categoria de obra de arte.

Por volta do século XV, a burguesia passou a adotar um modo de vida mais refinado e a usar roupas que sobrepusesse a das classes populares, apesar de transitar entre os dois universos. Suas vestes procuravam marcar esta diferença e estar em consonância com o poder e a glória que eles queriam representar. Para marcar a diferença entre o popular e o erudito. O grotesco, o riso solto e a picardia, analisados por Bakhtin (1999) indicam que essa era possivelmente a marca das classes populares, além da falta de bens materiais e da dificuldade de acesso aos bens considerados de valor artístico. As classes populares, no máximo, tinham acesso a roupas simples e a possuir bens de uso prático, no entanto, em ocasiões especiais, o pobre vestia a sua melhor roupa para participar de eventos. Temos que: “basta muito pouco para vestir um lazaró [pobre], exceto nos feriados; então ele, de fato, se enfeita espalhafatosamente, com casaco rendado e meias de cores brilhantes; suas fivelas são de um tamanho enorme” (BURKE 2006:207). O luxo, representando a exuberância era exclusivo da elite dominante.

O jeito de se vestir, o modo de porta-se na sociedade, a sensibilidade artística, a erudição e a riqueza são elementos que marcam a distinção entre os grupos sociais do renascimento, contudo, os grupos inferiores, também chamados de classes populares, vistos como, não polido, iletrado, despossuído de bens materiais, morador de regiões periféricas ou rurais, depois da tentativa de reforma da cultura popular no século XVI, só teriam emergido do anonimato no século XVIII e início do século XIX, quando então foram redescobertos e postos em oposição à elite, chamada de classe dominante. O popular é, portanto, uma categoria nomeada

e significada pelo outro. Através da diferença, as classes populares são nomeadas e significadas pelos grupos hegemônicos, que usam a marca da diferença para justificar sua posição social.

O artesão criador de peças comuns encontra-se inserido na categoria popular, mas o artesão, criador de obras raras, de apurada sensibilidade e de beleza incomum, quando descoberto, é logo alçado à categoria das classes superiores, aquela em que os artistas são vistos como pessoas privilegiadas, possuidoras de habilidades artísticas de inspiração divina. Contudo, o artista popular quando produz uma obra que chega a agradar às classes superiores ou ele transitou pelo universo das classes superiores ou foi este seguimento que circulou pelas hostes inferiores. Para Peter Burke, “As classes superiores na Europa moderna podem ser descritas como ‘biculturais’ no sentido de que participam plenamente da cultura popular, além de ter uma cultura própria que as pessoas comuns não partilhavam” (BURKE, 2006:238).

Mas essa distinção era possivelmente muito mais forte nos séculos XV e XVI, Canclini (2008: 242) assinala, que determinadas obras eram consideradas artísticas, porque atendiam aos interesses e ao gosto da burguesia. O valor daquelas obras estava no seu caráter “espiritual” valorizado pelo belo em detrimento do uso prático e da forma predominando sobre a função; da arte desinteressada. Na hierarquia das artes, a escultura, a música, a poesia, a pintura e a arquitetura eram consideradas artes maiores, eram obras únicas, que exigiam apuro técnico e dedicação, diferentemente do artesanato, que era uma “arte menor”, caseira, produzida em série onde o uso prático prevalecia sobre o belo.

Ao conceber-se a arte como movimento simbólico desinteressado, um conjunto de bens “espirituais” nos quais a forma predomina sobre a função e o belo sobre o útil, o artesanato aparece como o outro, o reino dos objetos que nunca poderiam dissociar-se de seu sentido prático (CANCLINI, 2008: 242).

Colocado desta forma, o artesanato, objeto próprio das classes populares, jamais poderia alcançar o status de obra de arte. Canclini (2008), no entanto ressalta que a arte não está condicionada só ao belo e a aplicação da técnica em uma dada região por grupo de indivíduos letrados. Ele entende no entanto, que não há distinção entre arte culta e arte popular, uma vez que este é um valor subjetivo. A arte está presente da pré-história até os dias atuais, e geograficamente está em todos os lugares onde existir pessoas e em qualquer estágio de desenvolvimento

cultural. Para Argan (1994: 13), monumentos, ou mesmo, uma cidade inteira, pode ser considerada obras de arte, incluindo os edifícios, públicos ou privados; ruas, praças, pontes, estátuas, parques, gravuras estampadas nas páginas de um livro, pedras preciosas, moedas, etc. Não existe uma fórmula, que possamos usar para definirmos o que é arte. Nem mesmo as técnicas usadas na produção podem ser usadas para qualificar uma obra artística, uma vez que nenhuma técnica é capaz de só produzir obras de arte. Define-se o que é arte, pelo valor que lhe é atribuído. Ou seja, para definir-se o que é arte depende-se unicamente do juízo de valor. Argan diz que “As formas valem como significantes somente na medida em que uma consciência lhes colhe o significado: Uma obra é uma obra de arte apenas na medida em que a consciência que a recebe a julga como tal” (ARGAN: 1994: 14) e diz ainda, que esta valoração não é estática, ela pode mudar ao longo do tempo, o que era considerado hoje, de grande valor artístico, poderá não ser amanhã.

Para Canclini (2008), foram os folcloristas e antropólogos, os principais reivindicadores do valor artístico da produção cultural indígena, enquanto que os historiadores da arte mostravam-se dispostos em destacar o valor artístico da produção cultural dos grupos subalternos, apontando a existência de mérito nas coleções que não estavam expostas em museus. Ele considerou que foi a partir deste reconhecimento, que algumas obras feitas por artistas populares foram aceitas em museus e galerias. “Demonstrou-se que nas cerâmicas, nos tecidos e retábulos populares é possível encontrar tanta criatividade formal, geração de significados originais e ocasional autonomia com respeito às funções prática quanto à arte culta” (CANCLINI, 2008: 245).

Vimos anteriormente, que o movimento renascentista nasceu na península itálica espalhando-se posteriormente para outros países da Europa, foi financiada pela Igreja e por ricos comerciantes radicados nos centros urbanos. Mas o gosto refinado e polido da burguesia e sua admiração por obras consideradas artísticas pareciam deixar a elite burguesa cada vez mais distante das camadas populares. Contudo, as rendas, apesar de apresentarem padrões inspirados no movimento renascentista não eram admitidas na categoria das artes maiores, mas fazia parte do grupo das artes menores nas quais os artesãos estavam inseridos; que sua ascensão ocorre quando os grupos superiores atribuem valor artístico e passa a usar e ou colecionar as obras produzidas por estes artistas.

Neste sentido, pode-se dizer que a elite renascentista mantinha contatos com as classes inferiores, apesar do distanciamento entre elas. Burke e Bakhtin admitem existir livre trânsito ou circularidade cultural da elite dominante no terreno das classes populares, contudo o luxo no renascimento era visto como excludente, não havia luxo onde não houvesse esplendor, e estes eram mais significativos quando eram apresentados no ambiente próprio das classes superiores, como os palácios e salões de festas, ou seja, no ambiente onde a chamada “sociedade de corte”, transitava, como estudado por Elias (2001). Lembramos, no entanto, que estes valores não são estáticos, mudam com o passar dos tempos. Hoje é já possível encontrar coleções de peças rendadas usadas por nobres e pela alta burguesia, opositora do antigo regime, expostas em museus da Europa.

2.2 Rendas, Artigos de Luxo

Ao longo dos anos as peças de tecidos foram ganhando mais sofisticação e ficando mais luxuosas. Se levarmos em consideração as palavras de Lipovestik de que o luxo não teria nascido mecanicamente do excedente de riquezas e de progressos tecnológicos na fabricação dos objetos, mas pela procura por um modo de pensamento religioso (LIPOVETKY, 2005: 26), então, deveríamos considerar que o luxo teve seu esplendor nas cerimônias religiosas. “Os paramentos sacerdotais, como a dalmática, a casula e a estola... eram enriquecidos com bordados suntuosos” (RAMOS, 1948:10). Durante séculos, o vestuário respeitou as hierarquias das condições, encontrando na força das tradições argumentos para sua manutenção. As classes subalternas não teriam tido acesso imediato aos artigos de luxo. Os “éditos suntuários proibiam as classes plebeias vestirem-se como os nobres, de exhibir os mesmos tecidos, os mesmos acessórios e jóias” Lipovestik (2005: 40).

No Brasil colônia, como dissemos anteriormente, não era dado às classes subalternas o direito de usar tal ostentação, leis suntuárias proibiam este tipo de ousadia, mas a proibição era muito mais de ordem econômica. As peças rendadas eram muito caras. Além disso, o material usado para confecção da renda era muito dispendioso para os padrões das classes populares. As rendeiras pobres geralmente trabalhavam para suas patroas ou para os mais bem afortunados por

encomenda com cessão do material para a confecção das rendas, no entanto, havia sempre a possibilidade de uma ou outra rendeira, encontrar um jeito de ornar suas vestes com algum adereço de renda. Assim sendo, o consumo de artigos de vestuário destinado às classes nobres permaneceram restritas por um longo período.

Na Europa, a partir do século XIII e XIV, com o desenvolvimento do comércio e o nascimento da burguesia, as restrições de acesso aos bens suntuosos de uso restrito ao clero e à nobreza, são rompidas pelos novos ricos, europeus, que irão procurar vestir-se como os nobres.

Com a ascensão dos novos ricos, o consumo de bens suntuosos atinge seu apogeu. Eles passam a usar peças sofisticadas ornadas com rendas ricamente trabalhadas e desenhos exclusivos. No século XV as bordadeiras adotam a técnica de desfiar o tecido e ou cortar alguns fios, para fazer bordados com desenhos vazados. O velho tecido liso, outrora, produzido com a ajuda de ferramentas rudimentares, adquiriu novo formato a partir da introdução desta nova tecnologia.

As rendas produzidas em Veneza ganharam distinção, a partir do desenvolvimento de novas técnicas e de novos padrões, alcançando níveis de excelência, chegando a ser conhecida e denominada pelo nome do lugar de origem da renda. A nova renda era apresentada como uma referência de qualidade. Com o crescimento da procura e dos lucros extraordinários proporcionados aos comerciantes, a renda veneziana despertou o interesse de diversos mercados que logo passariam a produzir em outras localidades, como a França, objetivando atender a demanda interna de consumo de bens de luxo. Partindo deste pressuposto, fica fácil entender porque a Itália reivindica para si a primazia de ter criado a renda de agulha, que eles deram o nome de *punto in aere*, ou seja, ponto no ar.

O luxo ostentatório assentou lugar no município de Pesqueira entre as décadas de 1920 a 1930, observado através das construções na cidade e de edificações em estilo europeu (Ilustrações nº 15 e 16), como o chalé do Major Cândido de Britto⁵⁶ e do palácio de Antonio Didier⁵⁷; nos saraus e encontros sociais

⁵⁶ Ilustração nº 15. Residência do Major Cândido de Britto, sócio das Fábricas Peixe, atual sede da Cáritas Diocesana de Pesqueira. Banquete oferecido a comitiva do governador Sérgio Loreto, quando da sua visita a Pesqueira, no dia 21 de junho de 1925. Veem-se na imagem, pessoas no interior da

portando vestimentas sofisticadas com adereços provavelmente rendados, que realçavam a indumentária das ricas senhoras da sociedade pesqueira. Elias (2001) observou que na sociedade de corte, também havia o envolvimento de toda a sociedade, numa intensa batalha em busca de status e de prestígio.

Numa sociedade em que cada manifestação pessoal tem um valor socialmente representativo, os esforços em busca de prestígio e ostentação por parte das camadas altas constituem uma necessidade de que não se pode fugir. Trata-se de um instrumento indispensável à autoafirmação social, especialmente quando - como é o caso da sociedade de corte - todo os participantes estão envolvidos numa batalha ou competição por status e prestígio (ELIAS, 2001: 83).

Roux, diz, citando Thorstein Veblen, que pelo “consumo ostentatório” exhibe-se riquezas, no entanto, o que mais importa é o prestígio social que aquela vestimenta confere ao seu portador (ROUX, 2005: 117). Ao usar o que de demais sofisticado e glamoroso se produzia nos grandes centros urbanos, certamente, o usuário ou usuária de bens de luxo pesqueira, queria demonstrar ser pessoa requintada e de bom gosto. Neste sentido, concordamos com Bourdieu (2008: 117) quando diz que, dos bens de luxo, a roupa produzida por renomados costureiros é aquela que mostra mais claramente o princípio de divisão de classe dirigente. Assim o luxo apresenta-se como uma marca distintiva e simbólica do acesso e do pertencimento a uma dada sociedade, através da exibição, da elegância e do refinamento.



Ilustração nº 15

residência e alguns populares do lado de fora, observando a movimentação. Acervo: Fundaj. Revista de Pernambuco. Anno 02, nº 14. Agosto de 1925. Recife: Diário do Estado, 1925.

⁵⁷ Ilustração nº 16. Residência de Antonio Didier, sócio da Fábrica Rosa, atual sede da Prefeitura Municipal de Pesqueira. Acervo: SILVA, Gezenildo Jacinto



Ilustração nº 16

O polêmico⁵⁸ figurinista Dener Pamplona, apresentado como um dos primeiros criadores de moda no Brasil, afirmou no seu livro de memórias, que na maioria das capitais, como Porto Alegre, Curitiba, Recife e Belo Horizonte a mulher bem vestida, não tinha meio termo ou era de classe média, usando roupas feitas por costureirinhas ou fazia parte do staff das mulheres elegantes, classificada por ele, como mulheres-luxo. O figurinista, (estilista) diz que as grandes fortunas pertenciam às famílias tradicionais, onde as mulheres sempre foram chiques, ressaltando que era muito raro o aparecimento do *nouveaux riches*, ou seja, de novos ricos (DENER, 2007: 67).

Como podemos perceber Dener não era simpático aos novos ricos, afirmando que a elegância era privilégio das classes tradicionais. Em viagens feitas ao Nordeste, a serviço de uma empresa produtora de fios, estimulou às damas da sociedade local a fazer encomendas de rendas coloridas. Para Maia (1980: 110), Dener teria sido um dos pioneiros no Brasil a utilizar rendas coloridas em seus trabalhos. Até então a renda era feita com linha branca, depois desta campanha, houve um crescimento pela procura de peças de rendas coloridas. No entanto, o que

⁵⁸ O figurinista Dener Pamplona, chegou a participar do corpo de jurados do programa televisivos de Flávio Cavalcanti, na TV TUPI, e a dar declarações que eram consideradas polemicas (DENER, 2007:125)

mais chama a atenção não era só o interesse dele em trabalhar com o seletivo grupo dos bem afortunados, mas a sua percepção, quanto à existência de elegantes senhoras, classificadas por ele de “mulheres-luxo” espalhadas pelo interior do Brasil, representantes de famílias tradicionais, como eram certamente, as damas que frequentavam o Clube dos Cinquenta de Pesqueira, como Celina Maciel Didier, Áurea Jatobá Cavalcanti, Consuelo Trevas Cavalcanti, Hilda Pita Marinho e Cleonice França.

2.3 Lugares de Encontros

As cidades são lugares de encontros e de sociabilidades, mas também são lugares de anonimatos e de individualidades; Campo de disputas políticas e de transgressões; Mercado de muitas culturas; Espaço de religiosidades e de lazer. Assim são as cidades, lugar de convivências e de conveniências; Das diferenças e das similaridades; Marco demarcatório entre o urbano e o rural; Palco para encenações de cálidos romances; Abrigo do louco, do vagabundo e do mendigo que buscam em suas praças e ruas o aconchego de um lar, mas é também o lugar dos profissionais liberais, do rico industrial e do pobre operário; Refúgio de retirantes e dispensa do sertanejo nos tempos de estiagem.

As cidades, como boas sedutoras se enfeitam e se vestem de cores, com seu casario, seus logradouros e sua gente, atraem pretendentes de todas as espécies, embora, alguns nem sempre bem vindos. As cidades, como uma invenção coletiva, não têm preferências, no entanto, como uma invenção humana têm suas limitações, acolhe, mas também recolhe, separa e divide.

Cronistas e intelectuais que viveram no município de Pesqueira na década de 1950 escreveram artigos expressando visões particulares do cotidiano pesqueirense, quase sempre em tom saudosista, narrando acontecimentos que marcaram a vida deles no município. A história dos iletrados, dos despossuídos de bem materiais, do forasteiro, do homem comum, do operário ou das rendeiras de Renascença que viveu no município de Pesqueira naquele período, quase nunca aparecem nos escritos desses intelectuais, contudo, quando aparecem são

apresentados de forma caricatural, aparecendo dentro de um lugar social específico e quase sempre são tomados para marcar a diferença entre o cidadão letrado, nascido em família bem estruturada, casado, católico religioso, ou seja, equilibrado e, do outro lado estariam, o andarilho, o pobre, sem família, sem religião e analfabeto.

O homem comum não possui o hábito de escrever suas próprias histórias, geralmente elas são narradas pelo outro ou então são escritas por instituições que fizeram parte do seu cotidiano como: igrejas, escolas, casas de recolhimentos, cartórios, polícia, jornais etc., como na Coluna, “O Que Vai Pela Polícia” de Roque Tavares, escrita quinzenalmente no periódico, “A Voz de Pesqueira”, uma crônica que fala das ocorrências policiais da cidade, lugar comum dos estratos sociais mais baixos. As histórias dos tipos populares da cidade podem ser lidas nos artigos escritos por Luiz de Oliveira Neves (1980), e as histórias das antigas doceiras que usavam as ruas da cidade como espaço de trabalho é apresentado no artigo escrito pelo cronista, radicado no Rio de Janeiro, Eustorgio Wanderley (SILVA, 2011: 19/23).

Não possuir o hábito de escrever não significa que tenha deixado de perceber o ritmo frenético do meio urbano, que não tenha construído redes de solidariedades no bairro onde morava ou que não tenha observado a paisagem e as cores do lugar. O Bairro, segundo Certeau (1996), “[...] é uma organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários “lugares” na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para atender as suas necessidades cotidianas.” (CERTEAU, 1996: 46). Assim, podemos dizer que o cotidiano do cidadão comum é praticado no lugar em que vive, no contado diário com as pessoas do lugar, comprando, trabalhando, estudando, se divertindo etc., embora transite, também, pelas ruas centrais da cidade. Cavalcanti (2005) observou que os bairros situados na periferia da cidade de Pesqueira foram ocupados por pessoas vindas do campo, dando-lhe um aspecto semi-rural por ter desenvolvido ali, pequenos roçados e pequenas criações (CAVALCANTI, 2005: 47).

Enquanto os moradores da periferia da cidade de Pesqueira inventam maneiras de transportar as suas antigas práticas e costumes para esse novo ambiente, a outra parte da cidade procura manter o mesmo ritmo, embora, sem a

mesma pompa do passado. Nos encontros sociais realizados no Clube dos Cinquenta, nas cerimônias religiosas, nos dias de feiras ou em datas festivas, a sociedade pesqueiraense vestia-se elegantemente para os eventos. Os jornais que circulavam na cidade estampavam anúncios de alfaiates e de modistas. Lojas como a Casa José Araújo chegavam até mesmo a editar jornais como o Ideal Jornal, semanário de literatura e elegância, enquanto as senhoritas brindavam os sócios com recitais de piano. No *réveillon* ou nos bailes de carnaval, as Orquestra Regional Tayoman e Jazz Natambijara eram contratadas para animar as festividades.

Mas se este clube era o lugar da ostentação, era também o lugar dos encontros sociais. O lugar onde o seleto grupo da elite pesqueiraense realizava suas festividades partilhando com amigos e visitantes as honras da casa. Cavalcanti (2005), diz que o município de Pesqueira era bastante frequentado por pessoas vindas de outras regiões para comprar ou vender na praça pesqueiraense (CAVALCANTI, 2005: 167). Neste sentido, Pesqueira era o lugar dos encontros, mas era também o lugar dos desencontros, uma vez que havia um grande fluxo de pesqueiraenses que se dirigiam à capital para estudar ou para comercializar em outras praças.

A sociedade pesqueiraense ansiava por um espaço social onde as famílias abastadas do lugar pudessem realizar seus encontros sociais, ostentar a fortuna ganha com a atividade comercial e industrial, através do esbanjamento e do uso de vestimentas que marcassem seu status social, nos moldes dos que existiam na capital. Assim é que em 1931, um grupo de rapazes funda o Clube dos Cinquenta. A distinção dos trajes ajuda a demarcar o lugar social do sujeito. O Clube dos Cinquenta, além de não permitir a presença de negros, pela própria condição de ser um lugar reservado para celebrar os grandes acontecimentos da elite social pesqueiraense, era também o lugar da apresentação dos filhos à sociedade e dos flertes em ambiente reservado e considerado sadio, longe dos costumes considerados mundanos das classes inferiores. Os filhos e as filhas das famílias tradicionais da cidade, alguns deles, acadêmicos na capital pernambucana, aproveitavam a ocasião das festividades para flertar e rever amigos e amigas que haviam embarcado para estudar na capital. Era o espaço onde as rainhas do Clube dos Cinquenta reinavam absolutas por um ano, mostrando graciosidade e simpatia.

Nas ocasiões festivas, usava-se o que de mais sofisticado existia em termos de moda. Eram frequentes os anúncios de tecidos importados da capital do Estado e do Sul do país. As lojas de armarinho anunciavam grande sortimento de aviamentos para as costureiras e costureiros da região e, a partir dos anos de 1950, jornais como *A Voz de Pesqueira*, passaram a inserir colunas dedicadas ao público feminino, com dicas de comportamento, receitas de bolo e moda. É também desta época que começa a aparecer noticiários com mais frequência sobre a França e os Estados Unidos, lugares vistos como referência em desenvolvimento.

Para Hobsbawn (1995), nos anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial, o mundo do capitalismo desenvolvido experimentou um período de extraordinária prosperidade, contudo, esta prosperidade, não teria sido notada de imediato pelos economistas, só após confrontá-lo com os turbulentos anos de 1970, pode se perceber que havia passado por uma fase excepcional (HOBBSAWN, 1995: 253). De modo contrário, o pesqueirense mediano, não percebeu que a economia do município na década de 1950, estava entrando em decadência. Mesmo porque, obras estruturadoras estavam sendo implantadas no município naquele período. Como as estradas vicinais que daria acesso aos municípios de Monteiro, no Estado da Paraíba; A rodovia que dá acesso à cidade de Alagoinha e de Venturosa; E a rodovia que daria acesso a Poção, agora emancipado politicamente (1953). No campo cultural, foi instalada a Estação da Rádio Difusora de Pesqueira⁵⁹; A Diocese de Pesqueira passa a editar o *Jornal Era Nova* (1954) e é lançada a pedra fundamental da Escola Profissional Diocesana⁶⁰ que seria construída no terreno, onde funcionou o antigo cemitério de Pesqueira, cedido pela prefeitura municipal (1953); O serviço de fornecimento de energia elétrica passa a ser feito pela CHESF, Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (1956) e a sucursal do Banco do Povo de Pernambuco é inaugurada na rua Marques do Herval (1956); Ruas foram pavimentadas e a praça Comendador José Didier, conhecida como praça da Rosa, foi inaugurada (1952).

Se a Europa experimentou mudanças consideráveis no campo político, econômico e cultural no pós-guerra, o Brasil da década de 1950 cuidava em

⁵⁹ Radio Difusora de Pesqueira ZYK-25, Inaugurada em 15 de novembro de 1951, operava nos 1390 Kilocíclos, sob a direção de Nelson Valença - A empresa pertencia ao Grupo F. Pessoa de Queiroz (1951). *A Voz de Pesqueira*. 15/11/1952, p 03.

⁶⁰ *A Voz de Pesqueira*. 11/05/1952

desenvolver sua indústria de bens duráveis, depois das recentes instalações da CSN, primeira siderúrgica brasileira; Da Petrobras, empresa de refino de petróleo estatal. Passou a atrair mais capital internacional e a fomentar o desenvolvimento através da criação de agências de desenvolvimento econômico, como o BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1952); A incentivar a instalação das primeiras fábricas de automóveis (1953) e a construir estradas. No campo Cultural, surge a Bossa Nova⁶¹, e o Cinema Novo⁶²; É inaugurada a televisão no Brasil, com a TV TUPI, PRF-canal 3 (1950) e a Seleção Brasileira ganha sua primeira Copa Do Mundo (1958).

O Brasil dos anos de 1950 cresceu economicamente, mas centralizou este crescimento na Região Sudeste, contudo a grita dos Nordestinos⁶³ levou os dirigentes brasileiros a adotarem políticas públicas para ajudar a acabar com as diferenças regionais, como a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso I (1954) e a criação de agências de fomento, como o BNB, Banco de Desenvolvimento do Nordeste; A ETENE, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (1954); O GTND, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1956); A SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1959).

Apesar de apresentar uma aparente tranquilidade com relação à economia local a cidade de Pesqueira começa a dar sinais de que algo não ia bem. Atitudes tomadas pelo empresariado local indicavam a existência de fortes turbulências na esfera econômica, com graves consequências na esfera social. As indústrias locais passaram a sofrer concorrência mais agressiva dos fabricantes da região Sudeste, possível reflexo da política econômica federal adotada no pós-guerra, que recebeu maiores dozes de investimento para modernizar seu parque industrial, tanto do setor público, como do setor privado, relegando para os Estados periféricos a função de Estados consumidores.

⁶¹ Bossa Nova foi um gênero musical influenciado pelo samba, com forte nuances do jazz americano, surgido na década de 1950, tendo como principais expoentes, rapazes da classe média, como: João Gilberto, Antonio Carlos Jobim, Vinícius de Moraes.

⁶² Foi um movimento artístico no campo das artes visuais, com a pretensão de realizar obras cinematográficas com baixo custo e fora o circuito tradicional, inspirado no *Nouvelle Vague*.

⁶³ Sobre as desigualdades regionais do desenvolvimento econômico brasileiro, citamos a obra do economista Celso Furtado de 1950; sobre a grita dos nordestinos, temos a obra, *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* de Durval Muniz Albuquerque Junior.

Depois de passar pelo sistema de arrendamento de terras para a produção de matéria prima para suas indústrias, os dirigentes, sobretudo, os proprietários das fábricas Peixe, resolvem adquirir terras e a cuidarem eles próprios da produção agrícola, Cavalcanti (1979) diz que, “Finalmente, a Peixe envereda pelo processo da agro industrialização, levando a cabo a posse de todo o espaço fundiário destinado à produção de tomate” (1979:75). O sinal mais claro, dado pelos industriais do município das dificuldades econômicas que estavam enfrentando foi a mudança do regime de produção que era adotado anteriormente, para o regime de parceria. Neste regime, o trabalhador firmava contrato com a fábrica, proprietária das terras, comprometendo-se a cultivar a terra e a obedecer as orientações dos técnicos agrícolas em troca de moradia e do pagamento de um salário. Para Cavalcanti (1979) “A parceria era, assim, introduzida como uma desesperada tentativa de encontrar numa nova forma de exploração da força de trabalho a reprodução capitalista, lançando mão das condições locais” (CAVALCANTI, 1979: 76). As medidas adotadas pelos industriais levaram à concentração de terras e ao monopólio da produção, em troca da redução dos custos. O resultado mais plausível desse novo modelo foi a precarização das relações de trabalho na região e a expulsão do camponês para os centros urbanos.

A queda da atividade econômica, prolatada por Hilton Sette (1956), Célia Cavalcanti (1979), Bartolomeu Cavalcanti (2005), nos anos de 1950, no município de Pesqueira, deveu-se, sobretudo, à percepção que os mesmos tiveram ao analisar alguns documentos e reportagens de época ou ao conversarem com antigos moradores. Contudo, a imagem que a população preservava na sua memória até fechamento em setembro de 1998 da fábrica Peixe instalada em Pesqueira, era a de prosperidade. É notória a referência ao passado de glória, não muito distante e a exaltação às famílias tradicionais do lugar, como podemos observar no livro: *Eu, a Fábrica Peixe e Pesqueira*, de Minervino Osório dos Santos (2008). Ainda hoje, o cidadão pesqueirense, menos informado, atribui a falência das Fábricas Peixe à escassez de chuvas na região.

A Elite social pesqueirense dos anos de 1950, já não tinha a mesma cara, de anos anteriores, embora, apresentasse a mesma pompa do passado, a maioria dos membros das famílias tradicionais da cidade, como os proprietários das fábricas Peixe e Rosa, passaram a morar em outros centros urbanos, bem como, a família

dos grandes comerciantes, além das eventuais perdas, provocadas pelos falecimentos. Contudo a diretoria do Club dos Cinquenta, eleita no ano de 1952 ficou a cargo de: Wilson Chacon, proprietário do jornal A Voz de Pesqueira, como presidente; A vice-presidência, com Rodrigo Meira, médico da cidade; Severino Paixão, como tesoureiro; José Schettini como secretário; Ivo de Assis, diplomado bacharel em direito neste mesmo ano, como orador e Eugenio Maciel Chacon, Milton do Rego Barros Didier e Fernando Didier Pita para a comissão fiscal.

Mas a cidade, como Calvino (1990) afirma, possui seus símbolos e linguagens. Aquilo que se diz, nem sempre representa exatamente o que de fato aconteceu. É o lugar das trocas comerciais e das sociabilidades e ela é feita das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do seu passado. Assim uma descrição do município de Pesqueira deveria conter o seu passado, contudo, não é a cidade que conta o passado, por que ele está representado nos mínimos detalhes de suas edificações, mas é também pela grandiosidade das ações de seus homens (CALVINO, 1990).

Devemos, pois, interpretar estes sinais: Quando falo dos palácios, logradouros, rendas, chaminés e clubes sociais, no município de Pesqueira é porque quero falar da sua prosperidade. No entanto, a cidade é também o lugar dos casebres; dos manicômios, das casas de recolhimento de mendigos e de idosos como: o Dispensário dos Pobres⁶⁴ e das ruas abarrotadas de operários e operárias esqueléticas; De mulheres rendeiras; De forasteiros, mas também dos naturais. O município possui seus aparelhos de repressão, como a polícia, os cobradores de impostos e uma Guarda Noturna para auxiliar na repressão aos ladrões e desocupados; Temos, também, a lei representada pelo Código de Posturas do Município⁶⁵. É uma cidade que morre todos os dias, mas que também se renova a cada dia. Enquanto a velha geração de pesqueirenses agonizava com a queda do seu poder econômico e procurava reverter a situação, uma nova geração de pesqueirenses ensaiava seus primeiros passos para participar da vida econômica e social da cidade.

⁶⁴ Casa de apoio e assistência aos pobres, fundada em 15 de julho de 1939

⁶⁵ O Código de Posturas do Município foi aprovado pela Lei 141 de 27 de março de 1951, com o objetivo de ordenar e disciplinar a convivência dos moradores no município de Pesqueira.

Com a morte de Aristides Bezerra Cavalcanti, Coletor Federal, em Pesqueira, ocorrido em 1948, Áurea Jatobá Cavalcanti, resolve usar o seu tempo, para fazer encomendas de renda Renascença às moças moradoras das comunidades do município, castigadas pelas secas, mas é o tempo em que as Coletorias Federais de Pesqueira já não apresentavam o mesmo rendimento do passado e foram fechadas uma a uma. Consuelo Trevas Cavalcanti, casada com o industrial, Adalbero Bezerra Cavalcanti passa a atuar também na atividade rendeira, assim como, Maria Amélia, uma senhora que veio de São Paulo e passou a fazer encomendas de renda. De Poção além de Elza Medeiros, conhecida por Lála, temos D. Vita, que era casada com o farmacêutico da Vila e de Guida Calado, que permaneceram morando na Vila de Poção. Temos ainda, D. Lanuza de Zé Santa Crus, Benedita Pereira, D. Carminha, Irmã de Severino Farias, Odete Maciel e Marieta Monteiro Xavier, que vieram morar em Pesqueira. A relação poderia ser mais extensa, se as mulheres que chegaram a tecer rendas tivessem a oportunidade de registrar suas histórias de vidas, sabemos, no entanto que esta é uma possibilidade muito remota para a maioria das mulheres sertanejas, vindas das classes sociais mais baixas, especialmente, as iletradas. Contudo, é possível que possa existir registros de suas passagens em instituições religiosas, policiais, hospitalares e abrigos públicos ou então, que elas tenham chegado a trabalhar para algumas das famílias da elite pesqueirense, ou, talvez, até tenham construído redes de sociabilidades nas cidades por onde passaram para vender suas rendas.

Se a elite desce ao popular, à procura das artesãs para confeccionar suas rendas, ainda que fosse uma operação de caridade, com o intuito de retirá-las das condições de miséria, é bem possível que o popular também tenha visitado a elite e se encantado com o luxo e o esplendor, mas também é possível que ele tenha se desencantado e percebido que não havia tanta distância entre uma elite empobrecida e uma pobre rendeira desvalida, os dois estão com baixa autoestima, contudo ela pode ter percebido que a renda os aproximava e poderia lhe proporcionar melhoria de qualidade de vida, com os lucros advindos da produção da renda Renascença. - A Renascença é uma Bênção!! Diz D. Maria das Mercês, de 75 anos.

CAPÍTULO III

1. TRAMAS E VIVÊNCIAS DAS RENDEIRAS DE RENASCENÇA

1.1 A Imagem da Rendeira

Quando contemplamos uma peça rendada, nos tempos de hoje, geralmente direcionamos nosso olhar para os desenhos e os diferentes pontos, tramas e trançados sem imaginar que aquela peça poderia ter sido feita à mão. A máquina está tão presente no nosso cotidiano, e as formas rudimentares de produção tão distantes, que por alguns instantes a ideia da existência de produção artesanal pode passar despercebida.

Depois de transitar entre as mais avançadas técnicas de produção para abastecer o mercado externo, e rudimentares formas de produção para abastecer o mercado interno, o Brasil dos anos de 1950, começava a adotar políticas públicas de viés nacionalista, voltando seus olhares para o interior da nação e valorizando a cultura nacional. Contudo, o foco principal dos governos de Getúlio Vargas (1951/54) e Juscelino Kubitschek (1956/61) era o de fortalecer a “grande” indústria nacional. A indústria caseira, ou seja, o artesanato nacional, só mereceu uma maior atenção do governo federal, como observado por Guillen (2010), em 1977, através da implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato⁶⁶. Esse programa tinha o objetivo de incentivar as práticas artesanais, valorizar o artesão, e gerar ocupações e renda (GUILLEN, 2010: 76). Até então, só existia algumas iniciativas isoladas, como a determinação do governador do Estado da Bahia (1955/59), Antônio Balbino de Carvalho Filho, à sua equipe econômica que realizasse um criterioso levantamento sobre o potencial da indústria artesanal da Bahia (PEREIRA, 1957:171).

Todavia, a imagem da rendeira representando as tradições do povo nordestino, e a sua proverbial destreza na arte de tecer ainda está muito presente no imaginário popular. São mulheres que se recolhem ao silêncio das tardes

⁶⁶Criado pelo decreto nº 80.098 de 08 de agosto de 1977.

ensolaradas do Sertão, em salas ventiladas, nos alpendres ou na soleira de suas casas para tecerem suas rendas, e certamente construir no recôndito dos seus pensamentos, a ideia de felicidade. O cinema nacional explorou esta imagem no filme, *O Cangaceiro*, de Lima Barreto, lançado em 1953, que consagrou a música *Mulher Rendeira*⁶⁷, interpretada pela atriz Vanja Orico. A rendeira é, portanto, a representação da mulher paciente, caprichosa e, sobretudo, sonhadora. Essa rendeira de que tanto se fala, no entanto, não é propriamente a rendeira de Renascença, mas sim, aquelas que mantêm a tradição de tecer rendas em almofadas, usando bilro. A renda Renascença, no Brasil, é uma prática mais recente, como já foi dito anteriormente.

A atividade artesanal da Renascença na região de Pesqueira e Poção está ligada, já na década de 1930, a histórias de vida de mulheres e de meninas pobres, que eram instruídas a aprender a cuidar das coisas do lar, e empenhadas em dominar um ofício que pudesse lhes proporcionar rendimentos para ajudar no sustento da casa. Era, portanto, uma atividade destinada a mulheres de poucas posses, embora mulheres mais abastadas tivessem acesso a esse aprendizado, principalmente nos colégios administrados por freiras.

Como os historiadores do passado não tinham interesse em escrever sobre a história das mulheres rendeiras, por considerá-las de pouca relevância, encontramos dificuldades de coletar registros mais antigos sobre o trabalho realizado por elas, e de documentos escritos sobre esta atividade em Pesqueira. Os poucos registros que encontramos sobre o trabalho operário nos jornais da cidade, foram escritos pela classe patronal ou em nome dela. Assim, diante das dificuldades encontradas, procuramos analisar as obras deixadas pelos cronistas e intelectuais que escreveram sobre o cotidiano da cidade, e entrevistamos algumas mulheres que desempenharam o ofício de rendeira na década de 1950 para nos falar sobre as suas vivências, táticas e estratégias utilizadas para viver no município de Pesqueira, por que entendemos que é no cotidiano onde podemos perceber a presença da rendeira nas suas diferentes possibilidades históricas.

⁶⁷ A música *Mulher Rendeira* é de autoria desconhecida, sendo considerada como o hino de guerra dos temidos cangaceiros do Nordeste brasileiro. Foi gravada por diversos artistas, que invariavelmente acrescentavam algumas estrofes. Ver SANTOS, Luiz Cristovão dos. *Brasil de Chapéu de Couro*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1958. p 80

Os diversos trabalhos acadêmicos encontrados sobre a atividade da renda Renascença, em Pesqueira, como os trabalhos de Osório (1983), de Albuquerque (2002), de Oliveira (1994) e de Fachine (2004), repetem a mesma história sobre o início da atividade rendeira na região, dizendo que quando a Renascença apareceu na Vila de Poção em meados da década de 1930, teria surgido como um modo de educar as meninas da vila, para as práticas de trabalhos manuais, pré-requisito para as moças daquela época, conseguir um bom matrimônio. Depois com a precarização da atividade agroindustrial no município de Pesqueira, a atividade artesanal passa a ser usada como uma complementação da renda familiar.

Como mencionado no capítulo I, a década de 1930 em Pesqueira foi um período de grande movimentação da elite local para alfabetizar o maior número de pessoas, especialmente de mulheres, uma vez que a partir do ano de 1932, tivemos a conquista do direito ao voto feminino. Vimos também que o movimento integralista brasileiro encampou a ideia de doutrinar, através do seu exército de seguidoras, chamadas de Blusas Verdes, campanhas de alfabetização e também do ensino de atividades consideradas apropriadas para as donas de casa como, corte e costura, bordado, tricô, crochê, higiene e culinária. Foi certamente imbuída desse espírito que Elza Medeiros resolveu instalar uma escola para ensinar às meninas de Vila de Poção a tecer.

Nas conversas que tivemos com algumas rendeiras, constatamos que a maioria delas aprenderam a tecer ainda muito jovem, algumas entre 7 e 8 anos de idade, embora houvesse moças de idade mais avançada. Maria das Mercês, diz que começou a fazer renda aos 12 anos de idade, mas lembra de que havia outras meninas mais velhas aprendendo a render. Como o início do aprendizado desta atividade ocorreu em uma escola localizada na sede da Vila de Poção, ou seja, no perímetro urbano, podemos dizer que as primeiras rendeiras de Renascença tiveram acesso a educação escolar e moravam em área urbana. Posteriormente essa atividade é abraçada pelos moradores da zona rural em volume mais expressivo. Constatamos também que algumas rendeiras, como Odete Cavalcanti Maciel, Quitéria Gomes e Elza Medeiros, contraíram matrimônio com a idade fora dos padrões considerados normais para aquela época, especialmente, para aquelas moças de família pobres. Talvez isto seja um reflexo da (podemos considerar)

conquista da sua autonomia financeira, que pode ter permitido a essas primeiras rendeiras, exercer escolhas mais criteriosas.

Os jornais de Pesqueira como, Era Nova, A Voz de Pesqueira e Gazeta de Pesqueira que circulavam na cidade na década de 1950, publicavam matérias sobre meninas, ainda muito jovens vivendo maritalmente com seus respectivos parceiros e trabalhando em casa de família ou fazendo mendicância nas ruas da cidade. As filhas dos sertanejos mais pobres ao chegarem à puberdade eram instruídas a arranjar um marido, o mais cedo possível para sustentá-las. O maior medo de um pai de família sertanejo era a ver a filha desonrada e a presença de mais um membro na família aumentando ainda mais as despesas da casa. Quando os arranjos matrimoniais não eram aceitos, eram tomados como casos de seduções de incapazes e resolvidos na delegacia de polícia, com o sedutor sendo obrigado a reparar o crime, casando com a vítima⁶⁸. Contudo, ao aprender um ofício que lhe rendesse dinheiro, a jovem certamente teria mais autonomia para escolher seus pretendentes.

A atividade das pequenas rendeiras, que hoje é considerada como trabalho infantil, ou escravo, dependendo do caso, no passado, era visto como um aprendizado, uma maneira de instruir as pequenas ao gosto pelo trabalho. É o chamado *habitus* que foi engendrado na coletividade, através da cultura do trabalho, imposta pelas forças hegemônicas, que atuavam nos aparelhos de Estado, como: a família, a escola, a igreja e a polícia, com o objetivo de perpetrar a concepção de mundo da elite dominante.

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocaçãõ”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o *habitus*, sistemas de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas (BOURDIEU, 2007: 201)

Diante do que foi exposto, entendemos que a ideologia estadonovista ainda está presente na memória coletiva. São as chamadas permanências históricas,

⁶⁸ A Voz de Pesqueira. Pesqueira, em 15/11/1953, p, 04

como pode ser observado na reportagem do Jornal do Commercio⁶⁹ que publicou em sua revista semanal Arrecifes, uma matéria falando sobre a existência, ainda nos tempos de hoje, de meninas de 5 e de 10 anos de idade fazendo renda Renascença. Apesar de existir uma legislação⁷⁰, listando o trabalho do tecelão e do artesão na categoria das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP) proibindo a presença de crianças em atividades de natureza tecelã, por ser uma atividade que deixa as crianças expostas à poeira de fios e fibras mistas e sintéticas; postura inadequada e esforços repetitivos, podendo causar bronquite crônica, asmática e obstrutiva; sinusite, fadiga física e DORT/LER⁷¹. Por outro lado, se a atividade exercida pelo menor for considerada artesanal, a legislação trabalhista atual considera que: Levantamento e transporte de peso; manutenção de posturas inadequadas; movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; corpos estranhos e jornadas excessivas podem ocasionar: Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; ferimentos nos olhos; fadiga; estresse e distúrbios do sono.

Todos os critérios acima mencionados indicam que o ato de tecer é prejudicial a saúde da criança. No entanto, nem a sociedade local, nem as autoridades responsáveis pela aplicação da referida legislação, têm feito qualquer tipo de ação para coibir esse tipo de crime, mesmo que esta reportagem tenha sido publicada por um jornal de grande circulação no Estado de Pernambuco. É ato contínuo considerar que fazer renda é uma atividade lúdica para a criança e uma expressão cultural do povo. Ainda assim, essa é uma atividade remunerada que exige da rendeira habilidade específica, prazo para execução da tarefa e assiduidade, além de não ser artigo de uso comum na comunidade, portanto, não está incluída na categoria lúdica.

Na ilustração abaixo (nº 17), apresentamos duas rendeiras adultas, fazendo Renascença em frente a sua residência, localizada no distrito de Gravatá dos Gomes, município de Poção, ladeadas por duas crianças que brincam com um balão de festa. Erinalda Gomes de Lima, 42 e sua filha, Evaneide Gomes Ferreira da Silva, contam que nos tempos de criança ficavam o tempo todo prestando atenção ao

⁶⁹ Tramas da Renda: Vida Tecida, Ponto a Ponto. Jornal do Comércio. Arrecifes. Ano, 02, nº 82. Recife, 04/11/2012. p, 06/15

⁷⁰ Decreto nº 6.481, de 12/06/2008. Publicado no DOU de 13/06/2008 e retificado em 23/06/2008

⁷¹ Distúrbios Osteomuscular Relacionados ao Trabalho/Lesão por Esforço Repetitivo

trabalho de renda que a mãe fazia, e logo aos 8 ou 9 anos de idade já estavam fazendo renda, ressaltam, no entanto que nos dias de hoje, as crianças não querem mais fazer renda. Diz que elas só pensam em brincar.



Ilustração nº 17, tecendo renda

As rendeiras mais velhas, entretanto, falam com muito orgulho de terem aprendido a fazer renda, ainda muito cedo, mas este é um discurso muito mais presente na fala das rendeiras-mestres, aquelas que, segundo Osório (1983), mesmo sabendo rendar, e desenhar seus padrões, decidiram ser contratantes, em vez de contratadas, ou seja, passaram a ser patroas. Por estarmos trabalhando com o recorte temporal da década de 1950, procuramos entrevistar rendeiras, especialmente aquelas vindas das classes sociais mais baixas, aquelas que tenham desenvolvido esse tipo de atividade no período do nosso recorte temporal.

As poucas rendeiras que conseguimos entrevistar não nos pareceram, naquele primeiro momento, ter o perfil das rendeiras que desejávamos entrevistar, mas depois de ouvir as suas histórias, entendemos que no início, a rendeira pobre, entra na condição de operária, para tecer sob encomenda para uma rendeira-mestre, como foram Elza Medeiros e Odete Cavalcanti Maciel. A “trabalhadeira”,

nome pelo qual a rendeira operária é conhecida, receberia todo o material necessário para a produção da renda, uma vez que as suas condições financeiras não lhe eram favoráveis. Depois de algum tempo, algumas dessas rendeiras, as mais astutas, passavam a operar no campo comercial e ou na criação dos desenhos, assumindo a função de rendeira-mestre (OSÓRIO, 1983). A atividade da renda Renascença, especialmente aquelas desenvolvidas pelas rendeiras-mestres têm possibilitado conquistar espaços na vida social pesqueira muito significativos. Assim, podemos dizer que para as rendeiras-mestres a mobilidade social é uma realidade, razão pela qual não pudemos identificar de imediato, a rendeira com o perfil que desejávamos.

As senhoras da elite pesqueira que resolveram trabalhar com renda Renascença, fazem parte daquele grupo de mulheres conhecedoras do valor simbólico das peças de renda feitas por aquelas meninas, porque transitavam por um seleto grupo de mulheres que têm a tradição como valor, frente às mudanças de viés modernizante que estavam sendo processadas nos anos 50. Os vestidos feitos por encomenda e as toalhas e colchas rendadas e bordadas à mão, eram artigos tradicionais, que faziam parte do enxoval de qualquer moça dos estratos sociais mais elevados da cidade. Quando estas mulheres entram no mercado de renda, entram porque reconhecem o valor das peças produzidas pelas rendeiras e atuam no campo de consagração desses artigos. O simples fato de possuí-la conferia ao artigo um estatuto de qualidade e de bom gosto, ou seja, “empenhava-se prestígio” (BOURDIEU, 2008:22).

O aparecimento da rendeira operária, como produtora de um bem de luxo, só aconteceria algum tempo depois, quando as mulheres da elite social pesqueira, que haviam entrado no mercado da renda, saíram de cena. Algumas das damas da sociedade pesqueira que trabalharam com renda Renascença, passaram a morar em Recife a partir dos anos de 1960, deixando o espaço livre para as rendeiras-mestres, aquelas que elas haviam contratado para coordenar a produção de renda Renascença. A saída dessas senhoras do mercado da renda, pode ter ocorrido pela perda do monopólio da produção. Até certo tempo, toda a matéria prima, produção e distribuição eram controladas por elas, mas depois que as rendeiras operárias começaram a viajar e a ter contato com pessoas de outras

localidades, podem ter encontrado outras maneiras de produzir e de escoar a sua produção.

A rendeira-mestre passa a ocupar o espaço deixado pelas senhoras da elite pesqueira, provavelmente, porque está mais próxima do campo comercial e da criação, no entanto, elas não têm o poder de consagrar o mesmo valor ao produto, que as antigas senhoras da elite pesqueira eram capazes. A rendeira-mestre está social e economicamente muito próxima da rendeira operária, ambas são concorrentes diretas, a diferença está na habilidade que a rendeira-mestre tem na arte de desenhar os padrões que serão usados para a produção da renda e da sua habilidade comercial. Para Bourdieu (2008), a consagração a de uma obra de arte é sempre realizada pelo agente credenciado, aquele que possui capital simbólico suficiente para emprestar ao artista e a sua obra, como um marchand ou um editor de renome internacional. No caso das rendeiras de Pesqueira, podemos dizer que Áurea Cavalcanti e Consuelo Cavalcanti foram as mulheres que emprestaram capital simbólico à renda Renascença.

A ideologia da criação que transforma o autor em princípio primeiro e último do valor da obra, dissimula que o comerciante de arte (marchand de quadros, editor, etc.) é aquele que explora o trabalho do criador fazendo comércio do sagrado e, inseparavelmente, aquele que, colocando-o no mercado, pela exposição, publicação ou encenação, consagra o produto – caso contrário, este estaria votado a permanecer no estado de recurso natural – que ele soube descobrir e tanto mais fortemente quanto ele mesmo é mais sagrado. O comerciante de arte não é somente aquele que outorga à obra um valor comercial, colocando-a em relação com um certo mercado; não é somente o representante, o empresário, que “defende, com se diz, os autores que lhes agradam”. Mas, é aquele que pode proclamar o valor do autor que defende (fc. a ficção do catálogo ou do comunicado destinado à imprensa) e, sobretudo, “empenhar, como se diz, seu prestígio” em seu favor, atuando como “banqueiro simbólico” que oferece como garantia, todo o capital simbólico que acumulou (e, realmente, passível de ser perdido em caso de erro) (BOURDIEU, 3008:22).

Áurea Jatobá Cavalcanti⁷² era filha de João Alfredo Pires Jatobá e Maria Isabel de Oliveira Ledo Jatobá. O pai era comerciante e sócio⁷³ de Delmiro Gouveia no comércio de peles no Sertão de Pernambuco, depois passou a escrívão da 1ª

⁷² Áurea Jatobá Cavalcanti nasceu em 24 de agosto de 1902, no distrito de Poção, município de Pesqueira.

⁷³ OLIVEIRA, Sergio Augusto. Ação Política na Trinchira Nacionalista. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/OswaldoLimaFilho/05.html>> . Acesso em: 18 de maio de 2012.

Coletoria Federal de Pesqueira. Para Oswaldo Lima filho, seu neto, João Alfredo podia ser considerado de classe média, “sempre dispôs de alguns recursos financeiros”. Oswaldo Lima Filho foi Deputado Federal e Ministro da Agricultura do governo de João Goulart de 1963/64, seu pai, Oswaldo da Costa Lima⁷⁴, era casado com Judite Jatobá da Costa Lima, irmã de Áurea Jatobá Cavalcanti, advogado e sócio de escritório de Agamenon Sergio de Godoy Magalhaes, interventor federal e governador eleito de Pernambuco. Tinha, portanto, em sua família, políticos, advogados, ministro e até religiosos como o Cônego Severiano Jatobá. Casou com o coletor federal Aristides Bezerra Cavalcanti, que foi um dos fundadores do Club dos 50 de Pesqueira, o clube social mais frequentado pela elite social da cidade.

Consuelo Trevas era natural da Vila de Poção, filha de Vicente Trevas, um dos dirigentes do movimento Integralista instalado na Vila de Poção em 1935. Era casada com o senhor Adalbero Bezerra Cavalcanti, empresário do ramo de moagem de milho⁷⁵, e residia numa ampla casa localizada entre o caminho que vai para o bairro dos Xucurus e o centro comercial da cidade de Pesqueira, às margens do riacho de Izabel Dias. O nome de Consuelo, com o sobrenome Trevas era muito frequente nas notas sociais, escritas pela colunista social, Odete Alves⁷⁶ (2003), no jornal Era Nova, falando dos encontros sociais realizados nos finais de semana, bem como, do casamento de sua filha, Maria Helena Trevas Cavalcanti, em 1961, com o Bacharel e, hoje, Desembargador aposentado, Hélio Barros de Siqueira Campos (ALVES, 2003:118).

Odete Cavalcanti Maciel nasceu em 01 de fevereiro 1928, na Vila de Poção, município de Pesqueira, filha de Manuel Primo Correia e de Júlia Batista Figueira, vem de uma família de oito irmãos, mais conhecida em Poção, como Odete Primo. No ano de 1934, ano que a rendeira Maria Pastora teria vindo a poção, Odete Maciel tinha 6 anos de idade, casou no ano de 1955, com 27 anos de idade com Hélio Maciel, gerente da Cia Comercial J. Freitas Ltda., concessionária Ford em Pesqueira, e tiveram três filhos. É viúva e tem atualmente 85 anos de idade

⁷⁴ Oswaldo da Costa Lima era chamado também de Marechal da Vitória, apelidado por Agamenon Magalhaes pela sua atuação em defesa dos interesses político partidário do PSD de Pernambuco. LIMA FILHO, Oswaldo. Oswaldo Lima Filho (depoimento, 1977), Rio de Janeiro, CPDOC.

⁷⁵ Fabricante do fubá da marca Colibri e do café Ororubá

⁷⁶ A colunista do jornal Era Nova, era irmã do Padre Guilherme Andrade, diretor do jornal.



Ilustração⁷⁷, nº 18, Alcindo França e família, 1959

Ao final dos anos de 1950, já era possível encontrar algumas famílias tradicionais da cidade trajando vestimentas com apliques de renda Renasença, como podemos observar na ilustração nº18. Não sabemos exatamente em que momento esta fotografia foi tirada, mas ela demonstra que a família do casal Alcindo França e Cleonice foi fotografada juntamente com a sua prole de oito filhos, em um momento de descontração, tendo ao fundo, a presença do casal elegantemente vestido, todos postados em frente a uma residência de classe média da cidade.

A senhora Tânia França⁷⁸, filha da senhora Cleonice, nos disse que o instantâneo foi feito de frente a casa do senhor Fernando Pitta, localizada nas proximidades do Club dos 50 e que todas as meninas estavam usando vestidos adornados com Renasença, salientando que esta renda era desenhada pela avó materna, Áurea Cavalcanti, e produzida pelas rendeiras contratadas na zona rural do município de Pesqueira.

As famílias mais abastadas da cidade se davam ao luxo de usar vestimentas adornadas com renda Renasença em eventos sociais, certamente porque apreciavam a beleza das peças, mas era também porque o uso as distinguia das

⁷⁸ Ilustração nº 18, Acervo: Tânia França – Cleonice Cavalcanti e família, 1959. Todas as filhas de Cleonice Cavalcanti estão usando roupas com adereços de renda Renasença. Em primeiro plano da direita para a esquerda Tânia França é a segunda.

demais. O caráter de luxo e requinte atribuído às peças rendadas conferia ao seu usuário um ar de fidalguia, do mesmo modo que a vestimenta dos filhos poderia indicar o nível de comprometimento familiar. Filhos bem vestidos eram o indicativo de estabilidade familiar, talvez fosse esta a intenção do casal ao registrar aquele momento.

Na época que a família de Cleonice Cavalcanti foi fotografada (1959), ela era encarregada de coordenar os trabalhos de Renascença, que eram feitos pelas meninas contratadas na zona rural de Pesqueira, por sua mãe Áurea Cavalcanti, que já estava morando em Recife.

Quando começamos a catalogar o nome das primeiras rendeiras de Renascença do município de Pesqueira, notamos que algumas delas continuavam a ser chamadas pelo nome de solteira, mesmo casando com personalidades bem conceituadas na sociedade, algumas dessas rendeiras eram mais conhecidas, pelo nome de solteira, como: Áurea Jatobá, Consuelo Trevas e Odete Primo, talvez pela força da tradição familiar. Como sabemos o Código Civil⁷⁹ em vigor na década de 1950, no seu artigo 240, dizia que a mulher passaria a assumir pelo casamento, o sobrenome do marido.

Nesse trabalho, optamos por utilizar os nomes de casadas para uniformizar a redação, evitando confusões.

1.2 O Êxodo Rural

A cidade de Pesqueira, assim como a maioria das cidades brasileiras teve crescimento populacional bastante expressivo entre as décadas de 1950 e 1960 em decorrência de intenso fluxo migratório das populações que viviam no meio rural. Até a década de 1950, 64% da população brasileira vivia no campo, dez anos depois essa população passou a ser de 55%, ou seja, o Brasil estava entrando num intenso processo de urbanização (CAVALCANTI, 2005: 53).

Por apresentar uma estrutura urbana, já na década de 1950, composta de equipamentos públicos de vanguarda, a cidade de Pesqueira, possivelmente apresentava-se como uma alternativa de conforto e tranquilidade e pode ter despertado o interesse de um número cada vez maior de pessoas para desfrutar dos

⁷⁹ Lei nº 3.071 de 01/01;1916. Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família.

seus espaços e de seus equipamentos públicos. Quando a fome aperta e a terra já não rende os mesmos frutos de outrora, ou então, quando nem mesmo a terra já não lhe pertence, o sertanejo, como observado por Raquel de Queiroz em *O Quinze* (2009), ruma para outras paragens, caminha errante até encontrar abrigo e a ajuda amiga dos parentes e dos compadres na cidade. Foi certamente por causa de alguns desses eventos, que a cidade de Pesqueira atraiu um número tão grande de migrantes.

TABELA I

1950/1970

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO RECENSEADA			TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO GEOMÉTRICO ANUAL (POR CEM)	
	1950	1960	1970	1950/60	1960/70
Município	37.732	44.561	50.145	1,6	1,1
Rural	22.608	21.657	21.900	0,4	0,1
Urbana	15.124	22.604	28.245	4,2	2,1
Cidade	13.124	19.778	24.637	4,1	2.2

Fonte: Relatório da SUDENE

No censo realizado pelo Anuário Estatístico do Brasil de 1941/45, o município de Pesqueira contava com uma população de 53.047 habitantes, com mais de 70,0% morando em vilas distritais e no campo. Já o censo de 1950 registrou a presença de 48.584 pessoas, com 69,25% vivendo na zona rural. Levando-se em consideração que os distritos de Sanharó e Alagoinha, com 13.200 e 7.488 pessoas respectivamente, foram desmembrados de Pesqueira, passando a ter autonomia política, o município de Pesqueira teve um crescimento populacional no final da década de 1940, bastante expressivo. Contudo, é importante lembrar que a taxa de natalidade em Pernambuco na década de 1940 era de 45 crianças por mil. Na

década de 1950 o crescimento populacional foi ainda maior, se consideramos que o município de Pesqueira voltou a perder mais um distrito, a Vila de Poção (1953). Segundo Relatório Preliminar⁸⁰ da SUDENE, apesar da diferença entre nascimentos e mortes, e da população do campo ter estado quase estacionária nos vinte anos considerados, e até mesmo ter diminuído um pouco na primeira década, a taxa média de nascimento foi de 4,5 e a de mortalidade de 1,8, sendo o crescimento natural, estimado na ordem de 2,7 crianças por cem.

A presença de retirantes vítimas da grande seca de 1951/53 circulando pelo comércio e residências, mendigando auxílio ou ameaçando saquear a cidade, espalhando medo entre os seus moradores, pode ser percebida através das crônicas policiais e também pelas medidas tomadas pelo poder público e por iniciativas de particulares para ordenar e disciplinar a convivência dos munícipes na sociedade, através da Lei Municipal nº140 de 27 de março de 1951, conhecida como Código de Posturas Municipal, e também da criação de uma Guarda Noturna.

O Código de Posturas dispunha de uma série de dispositivos legais que visavam ordenar e disciplinar as posturas do cidadão pesqueirense no município, e dos serviços prestados pelo poder público, tratando das questões de: Higiene e saúde; Dos costumes, segurança e ordem pública; Do funcionamento do comércio e indústria; Dos cemitérios públicos; Dos serviços de: Água, esgoto, eletricidade, telefonia, resíduos sólidos, transporte coletivo, matadouros e feiras livres. Além de prever as penalidades para seus infratores.

Contudo, entre os anos de 1960 e de 1970 o número de migrantes rurais para a cidade foi ligeiramente suplantada pelos dos que se deslocaram para fora do município, principalmente para o Recife, como podemos ver na tabela I, a população da cidade cresce no primeiro decênio em 4,2% e no segundo 2,2%. A mudança de destino deveu-se, principalmente, à mudança de perfil do migrante. O migrante agora é o antigo comerciante, empobrecido pela queda da economia regional; São os filhos da classe média local que embarcam para a capital em busca de formação profissional e de colocação no mercado de trabalho.

⁸⁰ Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local do Município de Pesqueira/PE. SUDENE – SERFHAU, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. 1972

TABELA II

ANO	RURAL	URBANA	TOTAL	ÍNDICE DA POPULAÇÃO RURAL SOB O TOTAL	CRESCIMENTO POP. NO DECÊNIO 1950/60/70/80
1950	22.608	15.124	37.732	59,90%	***
1960	21.657	22.904	44.561	48.6%	18,09%
1970	21.778	27.909	49.687	43,80%	11,05%
1980	19.486	32.795	52.281	37,20%	5,02%

Fonte: Relatório da SUDENE

Estudos realizados por especialistas em migração sazonal como os do professor Marco Antonio Villa (2000), dão conta de que esta era uma prática comum no território nordestino nos períodos de seca, e era até incentivado pelo poder público, como foram as migrações ocorridas no período do primeiro e segundo ciclo da borracha em direção ao Amazonas. Contudo, o êxodo rural no Nordeste foi intensificado a partir da década de 1950, elevando sobremaneira o índice populacional das grandes cidades, especialmente aquelas que ofereciam condições de empregabilidade nas funções menos complexas. O sertanejo, acostumado a lidar com as coisas do campo, na cidade, era quase sempre aproveitado como mão de obra barata na indústria de transformação de bens, do setor secundário ou então na construção civil.

A migração do homem da zona rural de Pesqueira e de outras unidades da federação, especialmente do Estado da Paraíba em direção a sede do município de Pesqueira, elevou consideravelmente a sua população, chegando mesmo a comprometer a qualidade dos serviços prestados na cidade. As causas apontadas, já na década de 1950, para o crescimento urbano, pelo cronista do Jornal A Voz de Pesqueira, Frei Gil Bonfim, teria sido a febre do chamado “industrialismo”. Frei Gil Bonfim escrevia semanalmente uma coluna intitulada, “Trabalho, bem comum e religião”. A coluna era semanal, e relacionava a degradação da família e da miséria econômica do operariado aos efeitos do “industrialismo”, que estaria contribuindo para mudar os valores morais da família, sem o acompanhamento da melhoria da qualidade de vida.

De efeito, o industrialismo fez convergirem para as cidades multidões imensas; fez emigrar para as fábricas a indústria do lar e dos campos, arrastou para o trabalho fora de casa, não somente os homens, mas também as mulheres, por último arrancou da família também os filhos, deixando o lar completamente vazio, o novo sistema não somente empurrou a mulher para o trabalho industrial, como também determinou a industrialização da mulher (A Voz de Pesqueira 24/09/1950 p, 5nº 49).

Mas, apesar de ter um conteúdo crítico com relação ao sistema econômico, seus apontamentos não eram direcionados especificamente para a problemática local. O alvo principal era o sistema capitalista nacional e internacional. Não havia críticas abertas ao modo de produção que foi estabelecido na região, contudo, é possível perceber nestas crônicas que o autor estava denunciando o aumento populacional da cidade, os baixos salários e a precarização das condições de vida do operariado.

Cavalcanti (2005) nos adverte que a precarização foi intensificada naquele período, em decorrência das dificuldades econômicas que o parque industrial local estava enfrentando, especialmente depois da instalação de indústrias de massas de tomates concorrentes, como o extrato de tomate produzido pela CICA⁸¹, localizadas na região Sudeste do país e o extrato argentino.

No contexto da economia nacional, a situação para a indústria pesqueira não era tão promissora. A Fábrica Peixe, a mais sólida das empresas industriais desde 1948, já havia se transformado em sociedade anônima, num claro sinal de que os seus acionistas locais necessitavam de parceria para tocá-la. (CAVALCANTI, 2005: 193)

Apesar da queda na economia local com o fechamento de indústrias, como a Fábrica de Laticínios de Paulo de Britto e a Tigre, ou então a baixa produção da Fábrica Rosa, que já estava passando por dificuldades, a maioria da população não conseguia perceber os problemas que o parque industrial pesqueira estava enfrentando. Para a população era dito que as mudanças que estavam ocorrendo na indústria local eram devido à necessidade de ajustes técnicos, exigência dos novos tempos, para gerir grandes corporações, como a Fábrica Peixe, nesse sentido os industriais intensificavam propagandas em anúncios de páginas inteiras nos jornais⁸² do Estado de Pernambuco, falando do festejo anual em comemoração ao “Dia do Tomate”, anunciando safras recordes de tomate, além de receber importantes

⁸¹ Companhia Industrial de Conservas Alimentícias, fundada em 1941 na cidade de Jundiá, SP. Produtora do extrato de tomate da marca, Elefante.

⁸² Diário de Pernambuco. Pernambuco, em 17/07/1954

personalidades da vida política e econômica nacional, nos campos de produção da empresa pesqueira.

Na década de 1950, o jornal ainda era o principal meio de comunicação da cidade, apesar de já existirem outros meios, como o Serviço de Alto-Falantes de Pesqueira, SAP, e, posteriormente, a estação de rádio - Rádio Difusora de Pesqueira, instalada em 1951, que viria a propagar a prosperidade do lugar ainda mais longe. O jornal A Voz de Pesqueira continuava a ser editado periodicamente. No ano de 1947, o correspondente do jornal A Voz de Pesqueira, Paulo Augusto de Oliveira, funda o jornal A Folha de Pesqueira. Este jornal era editado nas oficinas gráficas do jornal A Tribuna, em Recife, com a pretensão de ser um veículo informativo independente, destemido e apartidário. O jornal de Paulo Oliveira circulou de forma regular até o ano de 1951 e depois de forma esporádica. Em 1952, o jornalista Luiz de Oliveira Neves, passa a editar o jornal A Gazeta de Pesqueira, com conteúdo marcadamente político, e a Diocese de Pesqueira volta a editar, a partir do ano de 1954 o jornal Era Nova, como órgão oficial da Diocese de Pesqueira (WILSON, 1980: 376/403).

Era certamente por intermédio desses veículos de comunicação, bem como pelos jornais e revistas impressos na capital do Estado que as populações mais distantes tomavam conhecimento da prosperidade do lugar. Mas as fases de prosperidade e de boas safras eram sempre intercaladas por períodos de seca, algumas mais amenas, outras muito severas. Não dispondo de meios econômicos para prover o sustenta da família, o morador pobre da região, nos tempos de estiagem, desloca-se da região onde vive e vai em direção a lugares que pudessem lhe oferecer melhores condições de vida. A seca na região da Ororubá não era desconhecida dos antigos moradores, citamos a de 1877/79 que dizimou 5.780 pessoas e expatriou outras 125.000. Wilson (1980), diz que na seca de 1877/89, os flagelados do Ororubá foram contemplados com uma vultosa quantia doada⁸³ pelo Imperador Pedro II, que foi direcionada para as obras de construção da Igreja de Santa Águeda, depois da mesma se arrastar por mais de vinte anos para ser

⁸³A citada doação não deve ser creditada a pessoa do Imperador Pedro II, uma vez que não há nenhum documento que respalde esta iniciativa, contudo há registros da participação do Imperador em atividades de arrecadação de donativos destinado aos flagelados da seca do Nordeste em Lisboa. Como chefe de Estado o Imperador tomou medidas para agilizar ajuda à região (VILLA, 2000: 61).

concluída (WILSON, 1980:164). Como falado no Capítulo I, a região do município de Pesqueira, também voltou a ser duramente atingida em 1932, levando centenas de pessoas à morte e muitos outros pesqueirenses a migrarem para outras regiões, especialmente para a região da Mata Sul de Pernambuco e Alagoas, para trabalharem na colheita da cana de açúcar. Bezerra (2012) constatou que o principal destino do povo Xucuru⁸⁴, no período de estiagens, era a região da Zona da Mata Sul de Pernambuco e de Alagoas, onde trabalhariam na colheita da cana-de-açúcar.

A seca de 1951/53, no entanto foi, segundo Villa (2000), a que mais impulsionou o fluxo migratório do Nordeste em direção ao Sul, especialmente para São Paulo, Rio de Janeiro e a região do Oeste do Paraná, que estava sendo ocupada, e que estava passando por conflitos relacionados à posse de terras, especialmente porque havia uma melhoria considerável dos meios de transportes, principalmente o rodoviário, que facilitou o deslocamento de pessoas em busca de uma vida melhor, fugindo do flagelo da seca (VILLA, 2000:170).

O Serviço Nacional de Meteorologia funciona em Pesqueira desde 1910, em um posto de observação localizado no bairro do Prado. O jornal A Voz de Pesqueira⁸⁵ publicou uma série de 42 anos de observações sobre a incidência de chuvas no município de Pesqueira.

TABELA III

ANO	ÍNDICE/mm	ANO	ÍNDICE/mm	ANO	ÍNDICE/mm
1910	860,9	1925	598,7	1940	1.202,00
1911	829	1926	956,1	1941	654,7
1912	641,8	1927	592,1	1942	518
1913	585	1928	478,3	1943	399,1
1914	910,2	1929	881,5	1944	788,2
1915	158,9	1930	396,3	1945	710,1
1916	779,8	1931	694,9	1946	632,6
1917	808,5	1932	568,4	1947	978,3

⁸⁴ Índios da Etnia Xucuru, que habitam a Serra do Ororubá, no município de Pesqueira.

⁸⁵ Jornal A Voz de Pesqueira. Pesqueira. Serviço Nacional de Meteorologia. Pesqueira, nº 20 de 22/03/1953, p 02

1918	585	1933	595,1	1948	714,6
1919	440	1934	818,7	1949	740
1920	736	1935	696,2	1950	536,1
1921	869,3	1936	546,4	1951	514,8
1922	927,8	1937	746	1952	485,9
1923	709,6	1938	536,6	1953	
1924	1.299,20	1939	797,7	1954	

A série de 1910 a 1917 são dados coletados de forma particular pelo Sr. Oswaldo Magalhaes, funcionário do Serviço Nacional de Meteorologia.

O jornal *A Voz de Pesqueira*⁸⁶, já mostrando preocupação com aumento do êxodo rural em direção aos grandes centros, repercute a notícia que foi publicada na revista *O Cruzeiro*, a mais importante revista brasileira da década de 1950, sobre as condições de transportes utilizados pelos nordestinos para se dirigirem ao Rio de Janeiro ou a São Paulo. O jornal *A Voz de Pesqueira* falava do flagelo nordestino e do acidente ocorrido na rodovia Rio-Niterói com um caminhão que transportava 89 retirantes, matando 8 e ferindo 79 passageiros. Nas poucas linhas que se fala da miséria localizada na região em decorrência da seca, o jornal diz que os flagelados viajavam em caminhões paus-de-arara⁸⁷, pagando 400 cruzeiros pelo transporte. Os migrantes, segundo Ferrari (2005), viajavam em más condições de higiene, exalando odor fétido, em lugares pouco espaçosos. Quase sempre eram acometidos de enfermidades decorrentes da má alimentação e do calor. Embarcavam trajados em suas melhores roupas, feitas de chita, brim ou algodão, mas desembarcavam sujos e maltrapilhos, devido às más condições da viagem (FERRARI, 2005:110).

As estatísticas de migrações ocorridas na década de 1950, de Pernambuco em direção a São Paulo, são de mais de 190.000 pessoas, enquanto que do estado da Paraíba saíram 26.008, de acordo como os registros de chegada da Hospedaria

⁸⁶ *A Voz de Pesqueira*. Pesqueira, nº 19 de 02/03/1952, p 2

⁸⁷ Na definição de Ferrari, Paus-de-arara são: "[...] caminhões geralmente velhos e em más condições, no qual 8 tabuas em média eram colocadas para servir de assentos e, em alguns casos, lonas eram utilizadas como cobertura a fim de "proteger" os passageiros. Isto era tudo que era feito para precariamente adaptar tais caminhões ao transporte de seres humanos, que tumultuados, entre malas e gente, viajavam em média 8 a 14 dias em pequenos e desconfortáveis espaços – os quais, quanto mais reduzidos, maior seria o lucro do dono do caminhão," (FERRARI, 2005:109).

de Migrantes de São Paulo, era 63,36% inferior aos números de pernambucanos. Como a população de Pernambuco no censo de 1940 era 89% superior a do Estado da Paraíba, podemos dizer que os números de migrações paraibanas apontados pela Hospedaria de Migrantes de São Paulo, podem não corresponder à realidade, já que quase todo o território paraibano foi atingido pela seca de 1951/53, inclusive as regiões mais chuvosas do Estado, como o Litoral, o Brejo e o Agreste. A maioria das cidades estava sendo invadida e saqueada pelos flagelados da seca (VILLA, 2000:168/69).

TABELA IV

Migrantes nordestinos em trânsito pela hospedaria de imigrantes de São Paulo nos anos 50

ANO	MIGRANTES COM DESTINO A SÃO PAULO	
	DE PERNAMBUCO	DA PARAÍBA
1950	11.658	639
1951	25.842	3.642
1952	31.731	3.148
1953	17.744	2.457
1954	14.855	1.556
1955	16.450	1.334
1956	17.287	1.811
1957	7.039	1.326
1958	24.911	5.855
1959	23.246	4.240
TOTAL	190.763	26.008

Fonte: Departamento de Imigração e Colonização. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. In FERRARI. p, 79

As migrações ocorridas em decorrência da seca de 1951/53 em direção ao Sul do País ocorreram de forma espontânea, sem apoio governamental, em caminhões paus-de-arara. Fato que chegou a vitimar centenas de pessoas em acidentes rodoviários, motivados, principalmente, pelas más condições das estradas, e desterritorializou milhares de nordestinos. Jornais do Brasil inteiro cobravam do Governo Federal medidas para conter o fluxo migratório. Na Paraíba, o

governador José Américo, que já fora Ministro de Viação e Obras no governo de Getúlio Vargas em 1930, proibiu a saída de migrantes e impediu o trânsito de caminhões paus-de-arara, ainda que de outros Estados, pelas estradas da Paraíba. Um dado curioso é que a estrada que ligava Pesqueira a Monteiro, na divisa com o estado da Paraíba pela Serra do Ororubá, estava interdita ao acesso de veículos automotores, pelas más condições da estrada. Segundo o jornal A Voz de Pesqueira⁸⁸, no entanto, as estradas costumam ficar mais intransitáveis nos períodos de chuvas e não nos períodos de seca, daí entendermos que esta, talvez fosse uma rota de saída dos flagelados daquela região.

Nesse sentido, é bem possível que o município de Pesqueira tenha recebido migrantes da zona rural e de outras cidades antes de embarcarem para o sul. Na estadia, alguns, no entanto, podem ter ficado, especialmente as mulheres, juntamente com seus filhos, dada a facilidade de emprego em casas de família e na indústria local. Segundo Cavalcanti (2005:47), as fábricas de Pesqueira empregavam muitas mulheres em suas linhas de produção (Ilustração nº 19).

TABELA V

PESQUEIRA				
ANO	HOMENS	MULHERES	MULHERES %	TOTAL
1940	25.583	27.271	51,6	52.854
1950	23.319	25.265	52	48.584
1960	20.184	23.119	53,47	43.383
1970	23.417	26.270	52,87	49.687

População presente. Fonte: IBGE

O fato, é que este é um período de grande crescimento populacional na cidade, não só residente, mas também em trânsito. O censo de 1960 apontou a presença de 53,47% de pessoas do sexo feminino em Pesqueira.

⁸⁸ A Voz de Pesqueira. Pesqueira, nº 12 de 13/01/1952, p, 01



Ilustração nº 19. Mulheres trabalhando na linha de lavagem e seleção de tomates da Fábrica Peixe, 1935.

Com um contingente tão expressivo de pessoas vindas de diferentes localidades para morar na cidade, com costumes e práticas típicas do campo, seria natural que estas pessoas encontrassem algumas dificuldades para se adaptar ao meio urbano, contudo, é importante lembrar que cidades do porte de Pesqueira, com economia baseada na agroindústria, localizadas no interior de Pernambuco, a mais de 200 km da capital, não estariam inteiramente desvinculadas das coisas do campo, uma vez que parte dos médios e grandes proprietários do município mantinham casas de moradia também na cidade. Há que se considerar, no entanto, que o camponês que migra para a cidade, na sua grande maioria, estava em completa miséria, sua fuga para os centros urbanos era uma tentativa de sobrevivência. Na cidade havia sempre a possibilidade de ter um parente ou um compadre disposto a lhe ajudar, além de estar mais próximos dos órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas de combate aos efeitos da seca.

Na cidade, o migrante participa dos principais eventos públicos, como as quermesses, as novenas e os sambas de coco. No entanto, a feira talvez tenha sido o evento mais importante que ele tenha participado longe do lugar onde vivia. É nos dias de feira, realizadas semanalmente no pátio da igreja matriz, que o sertanejo vende seu excedente, cumpre com suas obrigações religiosas, revê parentes e amigos e troca informações acerca do que estaria acontecendo em outras regiões. Foi certamente em um desses eventos que o homem do campo tomou conhecimento da possibilidade de colocação no mercado de trabalho na região sul do Brasil.

A estadia do camponês no meio urbano gerou desconforto, tanto para os moradores da cidade que passaram a disputar espaço com um contingente extra de homens famintos e mal vestidos perambulando pelas ruas e praças da cidade, que gerava medo e desconforto, quanto para o retirante, que passou a viver fora do seu território, em um ambiente hostil, sem moradia certa, sem emprego e sem recursos para lhe manter na cidade. Os migrantes que ousaram permanecer na cidade passaram a morar nas áreas periféricas e a praticar mendicância ou alguma atividade de ganho no centro comercial da cidade, vendendo quitutes, doces, bebidas e salgados nas calçadas dos cinemas, nos clubes sociais, na estação ferroviária, nas quermesses e nas feiras semanais.

As camadas populares do município de Pesqueira, geralmente eram vistas na coluna policial “O Que Vai Pela Polícia” de Roque Tavares, sempre envolta de brigas conjugais e *charivaris*, ou seja, em confusões de bairros, como o jornal costumava referir-se a uma contenda entre vizinhos. Roque Tavares foi um dos primeiros a aderir ao movimento integralista brasileiro, foi escrivão de polícia e atuou como cronista policial nos jornais da cidade, especialmente em A Voz de Pesqueira. Era uma coluna que explorava as ocorrências policiais, narrando os fatos, provavelmente, no jargão policial da época. O cronista apresenta uma escrita informal, sendo muitas vezes irônico e parcial, quando conferia às autoridades policiais uma isenção que certamente não havia. Roque Tavares participou ativamente da campanha em favor da fundação da Guarda Noturna de Pesqueira, juntamente com Austro Maciel.

A vida privada da mulher do povo e, aqui nos referimos, à mulher pobre, não

letrada, ou pouco instruída; que mora em casas humildes nos bairros periféricos; que são operárias, camponesas, ou retirantes; as caboclas e cabrochas, como são nomeadas pelos articulistas e literatos, ao se referirem a algumas jovens, sendo portanto, pessoas que não possuem famílias de reconhecida linhagem na sociedade local. É a mulher do povo, de que nos fala Michelle Perrot (1988). A esta mulher, o espaço privado, é um mero detalhe do acaso, talvez escondido nos subjetivos das suas ideais, dos seus sonhos e desejos. O privado, do lar, do quarto, do íntimo, é geralmente dificultado pelas necessidades econômicas. Suas contendas saem do particular e são submetidas ao público. Suas atividades econômicas e de divertimento são praticadas na esfera pública. Lavando roupas de ganho, trabalhando em casas de família ou como operárias nas fábricas de doce da cidade.

Matos (2002), no entanto, observou que o trabalho domiciliar foi utilizado em São Paulo e em Santos, como alternativa ao setor industrial, nas primeiras décadas do século XX. Trabalho domiciliar era aquele realizado pelo trabalhador no interior de sua habitação, por encomenda de uma empresa ou de um intermediário, como foram os trabalhos de agulha domiciliares. Para Matos, o trabalho domiciliar era visto como uma atividade desvalorizada, porque ao contrário do trabalho realizado no interior da indústria, este era sazonal, desorganizado e com alto nível de exploração. Os trabalhos de agulha eram tradicionalmente produzidos no domicílio das costureiras.

Embora não tenhamos muitos estudos sobre o trabalho desenvolvido pela costureira domiciliar, posto que esta atividade fosse eminentemente feminina e realizada no recôndito de suas residências, sabe-se que a indústria de confecções foi beneficiada pela diminuição dos custos e o conseqüente aumento dos lucros. Neste sentido, Matos (2002), diz que “Criou-se, para tanto, uma intensa e articulada rede de recrutamento mediante laços de parentescos, vizinhança e origem étnica que concretizaria o vínculo entre a fábrica e a costureira” (MATOS, 2002:92). Partia-se do pressuposto de que a costureira realizava suas tarefas domiciliares para só depois começar a fazer as encomendas, justificando desta forma o pagamento dos baixos salários. O trabalho domiciliar era visto como um passatempo, ou então, como um complemento da renda familiar, contudo este era o discurso dos patrões. As tramas e vivências das mulheres no trabalho domiciliar eram certamente bem mais complexas do que podemos supor.

As moças recrutadas para a produção de renda no município de Pesqueira, segundo depoimentos, eram indicadas seguindo o mesmo processo apresentado por Matos (2002), mediante laços de parentescos, de vizinhança e de origem étnica, mas principalmente, pela condição econômica; as vítimas da seca, as órfãs e as camponesas eram as preferidas.

A história das costureiras domiciliares no Estado de São Paulo, assim como a história das rendeiras de Renascença no município de Pesqueira, tem em comum a divulgação do discurso único, aquele que vem da classe patronal, marcadamente masculino. A voz da costureira ou da rendeira, quase nunca aparece, contudo, entendemos que a história do cotidiano dessas mulheres nos mostra fragmentos históricos bastante significativos sobre o seu modo de vida, lutas e conquistas, quebrando a ideia passada ao longo dos anos de que esta atividade seria tão somente uma forma de inculcar o gosto pelo trabalho às novas gerações, ou então como uma forma de complementação da renda familiar, sem dar espaços às novas possibilidades.

1.3. O Cotidiano em Pesqueira

O Fole Roncou

O fole roncou no alto da serra
Cabroeira da minha terra
Subiu a ladeira e foi brincar

O Zé Buraco, Pé-de-Foice, Chico Manco
Cabra Macho, Bode Branco
Todo mundo foi brincar

Maria Doida, Margarida Flores Bela
Muito triste na janela, não dançou,
Não quis entrar.

Naquela noite me grudei com Juventina,
E o suspiro da menina era de arrepiar
Baião bonito tão gostoso e alcoviteiro
Que apagou o candeeiro pro forró se animar.

Naquela noite eu fugi com Juventina
Quem mandou a concertina
meu juízo revirar

Eu sei que morro de bala de carabina
Mas o amor da Juventina me
dá forças pra brigar

Nelson Valença e Luiz Gonzaga

O brado em tom nostálgico, usado pelo intérprete, logo no início da canção, anunciando que do alto da Serra o fole estava roncando, expressa nesta composição o sentimento saudoso do migrante rural que, morando na cidade, não perde a oportunidade de voltar à terra de origem, para rever os amigos e matar a saudade do lugar. “O Fole Roncou⁸⁹” é uma composição de Nelson Valença⁹⁰, lançada em 1973 pela Odeon, interpretada por Luiz Gonzaga. Nesta composição, assim como no “Baião de São Sebastião” de Humberto Teixeira, o artista, inovou no arranjo introduzindo guitarra, baixo elétrico e bateria. O autor desta canção conseguiu traduzir em poesia o sentimento de saudade do migrante rural na cidade de Pesqueira e a alegria da volta ao lugar de origem, embora saibamos, que o autor não fez nenhuma referência explícita à Serra do Ororubá na canção, ele certamente foi influenciado pela geografia do lugar e pela movimentação dos populares nas ruas da cidade. Quando o fole ronca, fazendo o chamamento e convidando a cabroeira para a festa, sinaliza também que os seus conterrâneos: o Zé Buraco, o Pé de Foice, o Chico Manco, a Juventina e tantos outros que já não moram no lugar, estariam reunidos naquele evento. O som do fole roncando no alto da serra era o indicativo de que a brincadeira teria graça, de que o riso estaria solto e de que os romances seriam intensos. É bem possível que Nelson Valença tenha se inspirado em algumas dessas resenhas escritas por Roque Tavares.

Briga na Festa de Coco

Véspera de São João em Caípe, realizou-se um coco na casa de Pedro do Carmo, tendo comparecido várias pessoas. Nesse meio achava-se Santina Maria da Conceição que apesar de casada estava de amores com José do Carmo e, pela madrugada, quando o álcool subiu a cabeça, Santina achou de ciumar na ocasião em que José do Carmo ia dançar com a moça, investindo sobre o mesmo e segurando-o na abertura da camisa. José enraivecido empurrou Santina, violentamente, e esta bateu com a cabeça no portal, recebendo ferimento contuso. (A Voz de Pesqueira. Pesqueira, de 05/07/1953. p, 03)

⁸⁹ Odeon, SMOFB 3756, março, 1973.

⁹⁰ Nelson Antônio de Souza Valença nasceu no município de Pesqueira, em 22 de agosto de 1919, mas passou sua infância na cidade de São Bento do Una. No fim da década de 1940, chegou a iniciar carreira como cantor em Recife, na Rádio Clube sob a orientação do maestro Nelson Ferreira, mas foi obrigado a desistir do projeto, por causa de uma infecção na garganta e a consequente operação das amígdalas. Na década de 1950 veio morar em Pesqueira, onde dirigiu a Rádio Difusora de Pesqueira, trabalhando depois no Banco do Povo e na fábrica Peixe. Tornou-se professor de matemática e de canto orfeônico do Ginásio Cristo Rei e, depois maestro do Coral da Rádio Difusora de Pesqueira. Escreveu radionovelas, peças de teatro e folhetos de cordel (O Fole Roncou, 2012).

É na festa que o cidadão comum, sai do ritmo cotidiano do trabalho, para dançar, comer e beber. A festa popular é praticada e vivenciada como um ritual de afirmação da identidade do grupo é o lugar da descontração e da manifestação do riso. Embora seja um evento com tempo limitado, a festa é o lugar da rejeição ao tempo contado, diferente do cotidiano que é o lugar da repetição e dos rituais. Com o advento da festa, o cidadão quebra o ritmo monótono do dia a dia para estabelecer novas possibilidades. Segundo Certeau (1996):

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com esse desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio caminho de nos mesmos, quase em retirada, às vezes velada.” (CERTEAU, 1996: 31)

É na prática do dia a dia que são feitas as escolhas e estabelecidos os caminhos que serão percorridos para vencer as dificuldades do dia a dia. Na cidade, alguns dos seus habitantes serão aproveitados no setor industrial, outros irão para o comércio, mas a grande maioria, especialmente aqueles que não estiverem qualificados para os trabalhos típicos do meio urbano, estes irão para o setor informal, trabalhar em casas de família, lavar roupas de ganho ou vender doces e quitutes pelas ruas da cidade. Cronistas de costumes como: Luiz de Oliveira Neves⁹¹ (1980), e Eustórgio Wanderley⁹², falam das comidas típicas que eram vendidas nas ruas de Pesqueira, lembrando os quitutes que eram expostos nas festas de Santa Águeda, a padroeira da cidade; dos bolos de trigo e de milho, os alfenins⁹³, os doces de jaca, de batata de umbu e de goiaba, o doce puxa-puxa⁹⁴, o doce quebra queixo⁹⁵ e o doce seco-beira-seca⁹⁶; os licores, a jinjibirra⁹⁷, a umbuzada, a tanajura⁹⁸ torrada, o sarapatel, a passarinha⁹⁹ assada, o beiju¹⁰⁰ e a tapioca.

⁹¹ ALMEIDA, Claudio. Frevo Pesqueira. Som da Terra. In: NEVES, Luiz de Oliveira, Pesqueira Evocação ano 100. Recife, 1980.

⁹² Jornal A Voz de Pesqueira, Pesqueira de 15/10/1950.

⁹³ Massa de açúcar muito branca, a que se dá ponto especial (FERREIRA, 1986).

⁹⁴ Doce feito com melado de cana de açúcar (FERREIRA, 1986).

⁹⁵ Doce feito com açúcar e coco, consistente e liguento, que dificulta mastigação.

⁹⁶ Doce feito com massa de farinha de trigo e água, exposto ao vento para que a massa fique crocante, como formato de pastel. Recheado com chouriço, doce feito com sangue de porco, acrescido de ervas e especiarias, como: cravo, erva-doce, pimenta do reino, gengibre, mel de engenho, coco ralado e, castanha de caju.

Na cidade, o migrante rural procura se adaptar ao lugar, sem contudo abandonar os seus antigos costumes. Nas quermesses e nas novenas não podia faltar a presença da bandinha de pífanos de Norato, o samba de coco canção Piou de Mané Dotô, nem o Toré¹⁰¹ do povo Xucuru. Havia manifestações populares em todos os recantos da cidade, embora não fossem toleradas pela polícia de Costumes¹⁰², o popular sempre encontrava uma maneira de praticar sua cultura, seja no espaço da feira semanal, seja nos bairros periféricos da cidade.

Mas, se no passado a feira exercia o papel de aproximar o homem do campo ao meio urbano, a festa no alto da serra, levava esse mesmo homem à sua terra de origem. Pela feira, também viviam os andarilhos sem endereço conhecido; os cantadores de viola, os vendedores de banha de peixe boi, de ervas e de raízes, que eram indicadas para todos os tipos de doenças (SANTOS,1958:97). Márcio Sá (2011) define a feira como um lugar de atividades econômicas, cultural e social dos descendentes e ou dos antigos moradores do meio rural, além dos desempregados dos centros urbanos regionais e migrantes que retornaram do sul (SÁ, 2011:41). Para Certeau (2007), a feira, é um espaço praticado, lugar de encontros e de sociabilidades. Espaço de atuação tanto do urbano quanto do rural.

Nas quartas-feiras, dia da feira semanal, cedinho da manhã, a cidade ficava repleta de caminhões, carroças de burros e cheia de pessoas transitando pelas artérias comerciais, entre a Rua Barão de Vila Bela e a Praça Dom José Lopes, em frente a Catedral de Santa Águeda. A Voz de Pesqueira publicava com muita frequência, acidentes de automóveis vitimando transeuntes nas vias centrais da cidade, como no caso do acidente verificado com a marinete, 682 do DNOCS, que trafegava em alta velocidade pelas ruas da cidade.¹⁰³ Também era nas quartas-feiras que Manoel Genuíno, proprietário do principal meio de transporte da Vila de

⁹⁷ Bebida fermentada feita de frutos, gengibre, açúcar, ácido tártaro, fermento de pão e água (FERREIRA, 1986).

⁹⁸ Nome popular das fêmeas ou rainha da família das formigas (insetos himenópteros do gênero *Atta* Fabr), que perdem as asas após o voo nupcial, indo formar novos formigueiros. Elas levam consigo pequena parcela de cogumelo a fim de dar início à nova cultura (FERREIRA, 1986).

⁹⁹ Baço bovino.

¹⁰⁰ Bolo feito com massa de mandioca (Ferreira, 1986).

¹⁰¹ Dança do povo Xucuru, na qual os participantes formam um grande círculo que gira em torno de um centro, com ritmo é marcado pela pisada forte no chão.

¹⁰² Código de Posturas da Cidade. Art. 73 É expressamente proibido, sob pena de multa: II - Promover batuques, congados e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreende nesta vedação os bailes em Clubes com personalidades jurídicas e reuniões familiares.

¹⁰³ A Voz de Pesqueira. Pesqueira, nº 31 em 14/06/1953, p, 01.

Poção, descia a Serra, pela estrada antiga do Azevém, que ligava a vila até a cidade de Pesqueira, trazendo a produção dos poçoenses para serem vendidas na cidade, juntamente com um grupo de pessoas que faziam semanalmente este percurso para fazer compras e realizar negócios. Para Nóbrega (2005), o movimento matutino das feiras de renda em Pernambuco, devia-se, sobretudo, ao cuidado que as pessoas tomavam para não serem importunados pelos agentes fiscais da cidade.

Esse horário matutino se estabeleceu muito cedo porque nos primórdios as artesãs acreditavam que montando seu comércio muito cedo evitariam a presença de fiscais e outros agentes públicos que pudessem aparecer para puni-las pela ilegalidade de suas transações comerciais informais (NÓBREGA, 2005: 212).

Era no caminhão de Manuel Genuíno, que Maria das Mercês, Odete Maciel e outras vinham em direção à cidade para trazer as encomendas de Renascença feitas por Áurea Cavalcanti, disputando um lugar mais confortável, na boleia do caminhão. Na oportunidade, voltavam com um saco cheio de material para fazer renda, provavelmente, daqueles tipos de saco utilizados para acondicionar açúcar, feitos de tecidos de algodão, muito usado pelos sertanejos, como cobertores e ou recipiente para transportar mantimentos da feira. Odete Maciel nos diz que “voltava com um saco cheio de material. De linha e lacê, para fazer Renascença”. Essa matéria-prima era, segundo ela, proveniente de São Paulo.

O trajeto entre a Vila de Poção e Pesqueira, era pela estrada do Sitio Azevém, segundo Dona Odete, de difícil acesso.

Era horrível! Era horrível! Não tinha estrada nesse tempo, quando era época de chuva pra gente não subir, por que a estrada não era por aqui, era por lá pelo outro canto. Tinha uma ladeira. Os caminhões pra subir... O caminhão de Manuel Genuíno tinha que botar um bocado de corrente nos pneus, pra não deslizar. Depois Sebastião Conrado comprou um, um caminhão velho, da cabina larga, e fazia a linha Pesqueira também. [...] Ho meu Deus! Eu já sofri tanto nesse mundo velho de meu Deus! Aí quando fizeram a estrada, aí já melhorou muito, mas não era não.

O DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, construiu a nova estrada de Poção/Pesqueira e a de Pesqueira/Monteiro, no período da seca de 1951/53, como obra estruturadora para a região, mas também como uma ação governamental de ajuda aos flagelados da seca, que chegou a empregar nestas

obras cerca de 1100 homens, como tentativa de frear o êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos¹⁰⁴.

Melo (1971: 32) diz que foi justamente em 1954 que Severino Farias, mais conhecido por Severino Casaquinha, comprou duas marinetes, uma verde e a outra amarela para fazer a linha Poçã/Pesqueira. Odete Maciel lembra que o nome do motorista da marinete era Pedrão.

Marieta Xavier lembra que as poucas viagens que fazia a Pesqueira eram realizadas com muita dificuldade, citando a ocasião que o Sr. Pedro Primo Cavalcanti havia adquirido um Jeep, no ano de 1954, segundo Melo (1971), o primeiro carro a ser emplacado com o nome de Poçã. Para o Recife, Marieta conta que a sua primeira viagem aconteceu no carnaval de 1950, nesta época ela contava com 18 anos, porque tinha uma irmã que morava em Recife.

Podemos ver na ilustração abaixo (Ilustração nº 20) a apresentação da frota de veículos do empresário Severino Farias, ladeada pelos seus respectivos *chauffers* portando seus quepes inconfundíveis. Os veículos estão estacionados entre o centro comercial da cidade e os bairros periféricos, tendo ao fundo imagens do bairro dos Xucurus e da famosa Pedra de João Queimado. A presença das crianças denota o tamanho e o caráter familiar da empresa, criada para atender ao transporte de passageiros da Vila de Poçã a Pesqueira.

¹⁰⁴ A Voz de Pesqueira. Pesqueira, nº 21 em 29/02/1953, p, 01

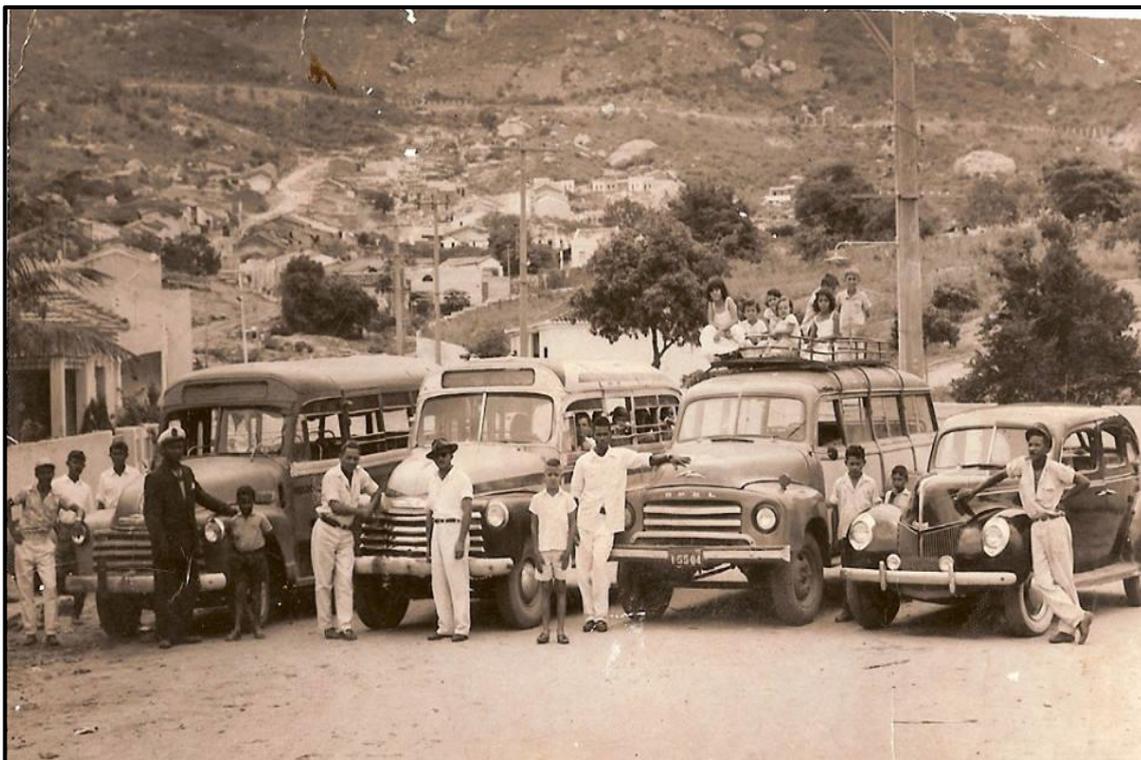


Ilustração nº 20, marinetes de Severino Farias

A cidade que Odete Maciel e as outras meninas conheceram na década de 1950 era bem diferente da paisagem que elas estavam acostumadas a ver na vila de Poção ou no campo, onde moravam. Logo na entrada, era possível perceber, mesmo que não fosse o período de safra, que aquele aglomerado urbano era diferente. Filas de caminhões cheios de frutas, em frente às portas das fábricas para descarregar (Ilustração nº 21). “O cheiro forte da goiaba e o odor acre do tomate fermentado” (SETTE, 1956), que atraíam impertinentes moscas¹⁰⁵; O som da sirene chamando os operários para o trabalho; Os grandes casarões, acusando a existência de ricas famílias; Casas de porte médio, perfilando as ruas principais da cidade e formando um corredor ligando a cidade, do lado de quem vem do Sertão em direção ao litoral, denunciado o velho caminho das boiadas.

¹⁰⁵ O Império das moscas: a cidade a mercê das endemias, medidas que devem ser tomadas. A Voz de Pesqueira. Pesqueira, nº 48 em 04/10/1953, p, 01.



Ilustração nº 21, fila de caminhões carregado de frutas

Seus olhos, certamente ficavam encantados com a paisagem que viam, mirando os trajés dos senhores e das senhoras que caminhavam pela cidade. Observando os tabuleiros das lojas de tecidos e dos armarinhos, bem como os artigos de toucador. Todas estas novidades, certamente lhes chamavam a atenção e despertavam o desejo de comprá-los, a falta de recursos financeiros, no entanto lhes impossibilitava de ter acesso a esses bens. Talvez a melhor alternativa encontrada por estas meninas fosse fazer renda Renascença. Era uma atividade mais leve, sem exposição ao sol, diferente do trabalho na roça e do trabalho realizado em casas de família. Assim, elas não precisariam trabalhar fora de casa, podendo realizar esta atividade muito próxima dos olhares da mãe.

1.4. O Lugar

A paisagem que as rendeiras viam, além do casario e do intenso movimento de pessoas, era também formada por imagens dos casebres dos bairros periféricos,

como os da Pitanga, Salgado, Prado, Mandioca e em outro, chamado de favela. Na Mandioca, bairro localizado ao pé da Serra do Ororubá, podia-se ver pequenos alojamentos, feitos de materiais rústicos e sem reboco, cobertas de telhas ou flandres. Da mesma forma eram vistas casas de taipas, margeando a via férrea, no Bairro da Favela e Pitanga.

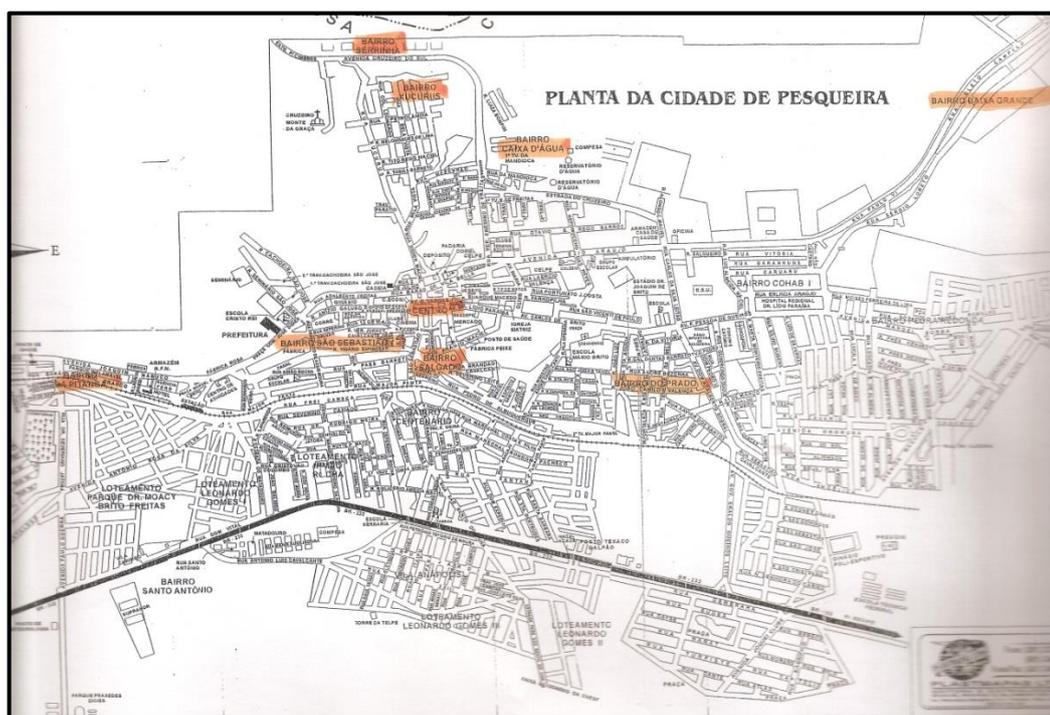


Ilustração nº 22, planta da cidade de Pesqueira – localização dos bairros.

Do alto do Monumento do Cruzeiro, ou do Bairro da Mandioca, localizados nas escarpas da Serra do Ororubá, uma rendeira anônima ao quedar seu olhar para as chaminés, ruas e praças da cidade de Pesqueira, na década de 1950, logo perceberia que estava diante de uma estrutura urbana dividida e definida: Na área central, o lugar das trocas comerciais, moradia dos mais aquinhoados, lugar reservado para as repartições públicas; No canteiro central, a Igreja Matriz; Nas laterais, as fábricas e o cemitério; Na periferia, fazendo a ponte entre o rural e o urbano, os bairros operários e as casas de taipas, moradia de índios Xucurus desterritorializados, e de outros migrantes rurais.

No caminho que liga a cidade à região Oeste, temos o Bairro da Pitanga, localizado próximo ao cemitério novo da cidade, em direção à localidade denominada de Tambores; Prado, que fica localizado próximo a Fábrica Peixe, na direção da estrada que leva ao município de Sanharó; Bairro do Salgado, localizado

por trás da Fábrica Peixe, às margens do riacho Salgado, hoje, conhecido como “canal da baixa” em razão da canalização feita em parte do seu percurso; Bairro de São Sebastião, localizado no entorno da Igrejinha de São Sebastião¹⁰⁶, plantada em uma pequena elevação, composto de casas regulares na parte inferior, e na parte superior contendo um conjunto de casas muito pobres, que ficou conhecido como “bairro da favela”. O jornal A Voz de Pesqueira¹⁰⁷ denunciava periodicamente as condições de pobreza e da imundice de determinadas casas localizadas nos bairros do Salgado e de São Sebastião, com seus muros feitos de latas enferrujadas. No lado diametralmente oposto temos o Bairro da Mandioca que fica localizado nas escarpas da Serra, próximo a Rua de Santa Rita, no caminho que dá acesso a Vila de Cimbres e a divisa com o Estado da Paraíba.



Ilustração nº 23, Igrejinha de São Sebastião

A localização do Bairro da Mandioca, segundo Sette (1956), é determinada pela proximidade da água e do centro urbano, entre o vale do riacho Izabel Dias, e o povoado da Serrinha, no caminho que dá acesso ao monumento do cruzeiro. Do alto do cruzeiro podemos observar através da ilustração nº 24, casas de famílias muito pobres construídas ao longo da rua conhecida como Rua dos Xucurus que vai em direção a área central. São áreas intermediárias entre o perímetro urbano e o rural.

¹⁰⁶ Ver Ilustração nº 23. Disponível Em:<<https://www.facebook.com/CulturaPesqueirense>>. Acesso em: 22 de abril de 2013.

¹⁰⁷ Jornal A Voz de Pesqueira. Muros de Lata Enferrujadas. Pesqueira. nº 21 em 16/03/1952

O Bairro da Mandioca passou a ser chamado de Bairro da Caixa d'água, depois da instalação dos tanques da estação de tratamento de água que abastecia a cidade, mas também era conhecido pela alcunha de "Fato Cego", segundo Neves (1980), o bairro recebeu este nome porque, houve vazamento em um dos tanques, provocando o nascimento de uma "fonte", como a água encanada era privilégio de poucos, a chamada "fonte" logo foi adotada pela comunidade, especialmente pelas fateiras - mulheres que se encarregavam de fazer a limpeza das vísceras dos caprinos e ovinos. "A designação de fato-cego, segundo as fressureiras, era porque 'a cabeça dos bichos com os "zôios" bem abertos e pescoço' era decepada acerta altura do pescoço, antes de conduzir as vísceras para a "fonte", onde eram lavadas. E concluem: Os fatos ficavam cegos" (NEVES, 1980:124).

Das Serras do Ororubá e do Acaí, convergiam pessoas que vinham em direção à cidade, que não encontrando condições favoráveis à sua estadia nas áreas centrais, estabeleciam-se em localidades periféricas, como o Bairro da Baixa Grande, no caminho que vai para a vila de Poção, no Bairro da Mandioca, ou na ladeira dos Xucurus, como a rua era mais conhecida.



Ilustração nº 24, casas do bairro dos Xucurus 1955

Como podemos ver (Ilustração. nº 24), nas encostas da Serra há um arruado de casebres, uma junto à outra, na parte superior, lembrando as favelas dos grandes centros urbanos e, na parte mais baixa, podem ser visualizadas as edificações mais

arrojadas de pessoas bem aquinhoadas, próximas ao centro comercial, como era a casa de Consuelo Trevas, uma das damas da sociedade pesqueirense que arregimentava moças pobres da periferia para tecerem renda Renascença sob encomenda. Nas imediações, entre a Rua dos Xucurus e o centro comercial encontravam-se alguns armazéns, lojas, mercearias, torrefações de milho e café, oficinas de concertos de sapatos, relógios e barbearias, etc., esta rua é o caminho mais curto entre o povoado da Serrinha e o centro comercial, indicando que aquela artéria seria mais um dos caminhos utilizados pelos moradores da Serra do Ororubá e ou do município de Monteiro/PB para chegar à cidade.

Em outra via, localizada ao lado da rua “dos Xucurus” temos um conjunto de casebres que formariam o logradouro que hoje é chamado de Alto da Bela Vista, no alto desta via, ficava localizada a moradia de João Queimado, um “negro” esguio, apreciador de aguardente de cana, e de sua companheira “branca”, conhecida como, Maria de João Queimado, que mendigavam na cidade; o casal, não dispondo de meios para pagar o aluguel de uma casa ou para construir uma moradia descente, resolveu arrancar-se na fenda de uma pedra, conhecida como, “Pedra de João Queimado”, como aquele imenso inselberg granítico passou a ser conhecido na cidade (Ilustração nº 25).



Ilustração nº 25, Pedra de João Queimado

Do alto da Bela Vista ou da rua “dos Xucurus” a cidade era vista, através de seus símbolos, com seu casario e os palacetes dos bem afortunados; Suas indústrias, praças, ruas e avenidas. A pedra de João Queimado é talvez, o ponto

mais representativo das condições de vida em que uma grande parte da população de Pesqueira vivia, contrastando com as condições de vida de um pequeno grupo de moradores mais bem afortunados. Sette (1956) observou em 1955, que 72,67% das moradias de Pesqueira eram compostas de casas modestas, classificando outras 278 (11,79%), como casebres miseráveis; Entre palacetes e casas suntuosas, contabilizando 09 unidades e outras 353 casas de pessoas de classe média. Ao todo, foram registradas 2.359 residências na sede do município, para uma população de 13.124, temos 5,56 pessoas por residência, número um pouco superior à média nacional de 5,20. Esses números, no entanto é referente à população recenseada, a população presente é ligeiramente superior, segundo o Relatório¹⁰⁸ Preliminar da SUDENE, a diferença girava em torno de 1%.

1.5 Memórias de Rendeiras

A descrição do espaço físico da cidade de Pesqueira, com suas ruas e praças; A apresentação de algumas práticas cotidianas, e a presença do camponês no espaço urbano, é a montagem de um cenário que se pretende, seja semelhante aquele em que as rendeiras de Renascença teriam vivenciado no recorte temporal que estamos estudando. Levamos em consideração as imagens do cotidiano apresentados pelos periódicos que circularam no município, como: A Voz de Pesqueira, Folha de Pesqueira, Gazeta de Pesqueira, e também pelas obras escritas por intelectuais e memorialistas que escreveram sobre a cidade, como: Luiz Wilson, Luiz de Oliveira Neves, Cleonice Cavalcanti, e Hilton Sette. Contudo, acreditamos que o depoimento das rendeiras de Renascença, sobretudo daquelas que viveram em Pesqueira na década de 1950, poderá nos apresentar, recortes de lembranças individuais e ou coletivos sobre o cotidiano das rendeiras de Renascenças e de suas histórias de vida, passadas neste município, com maior riqueza de detalhes, represados em algum lugar da memória dessas mulheres. Para Halbwachs (2006: 31) “Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muito mais exatidão fatos ou objetos que vimos ao

¹⁰⁸Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local do Município de Pesqueira/PE. SUDENE – SERFHAU, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. 1972

mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso.”

O depoimento das rendeiras, revisitando o passado e apresentando recortes de um dado acontecimento, não está inteiramente desprovido de uma ação política, ele é, seguramente, formado por um conjunto de informações que une retalhos do presente com fragmentos do passado, e que vem à tona, segundo o interesse particular de cada rendeira. Bosi (2009: 54) observou, a partir dos ensinamentos de Halbwachs, “que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” Temos então, que a memória é constituída de elementos individuais e coletivos, e é no âmbito do relacionamento com o outro que ela vem à tona com maior clareza.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que este nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com a memória deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, 39).

Ecléa Bosi (2009), em *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*, afirma que as lembranças de velho são reelaboradas a partir de uma série de interesses pessoais e coletivos, que engendram a ideologia do momento, uma vez que pode deixá-los mais confiantes, e torná-los membros atuantes da comunidade, ou seja, serem reconhecidos pela importância da sua participação histórica em um dado evento. Podemos então dizer que a memória desempenha papel preponderante na afirmação desse homem social e que a memória pessoal juntamente com a coletiva pode ajudar a compor o quadro do passado. Ela diz ainda, que se existe uma memória voltada para a ação, feita por meio de hábitos, e outra que revive tão somente o passado, parece ser esta a dos velhos, já libertos das atividades profissionais e familiares. Os velhos possuem disponibilidade de tempo e liberdade para exercer o ofício de lembrar, com muito mais propriedade que os mais novos. Bosi (2009: 82) diz que “O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos,

ressonância.” Nesse sentido, percebemos em algumas de nossas entrevistadas que a atenção que lhe dispensamos e o nosso interesse em ouvir suas histórias lhe proporcionava uma agradável sensação de realização. Para Bosi (2009: 82) “O ancião não sonha quando rememora; desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens.”

Começamos então, pelas histórias da participação de Maria Pastora, que aparece no depoimento da maioria das nossas entrevistadas como sendo, a moça que trouxe para a Vila de Poção a técnica de fazer renda do tipo Renascença, e que deu a conhecer a Elza Medeiros. Nenhuma de nossas entrevistadas disse tê-la conhecido, no entanto repetem a mesma história, sobre a participação de Maria Pastora na introdução desta atividade na região. Os fatos são levantados a partir da memória coletiva e da junção de elementos vivenciados por outras pessoas da comunidade. Odete Maciel, não se lembra de Maria Pastora, mas afirma que sua irmã, Maria Emília, morou em uma casa, na Vila de Poção, vizinha à casa da mãe de Pastora. Morando em um povoado tão pequeno, e sendo bem relacionada na Vila, é bem possível que a comunidade tenha guardado na memória a histórica chegada de Maria Pastora em visita à sua mãe e a atitude de Elza Medeiros de ensinar as meninas do lugar a fazer renda.

No dizer das rendeiras da região, Maria Pastora, seria a precursora da renda Renascença no distrito de Poção, na década de 1930, filha de Dona Pastora e do Senhor Paschoal. Odete Primo Cavalcanti Maciel, no entanto, falou com mais desenvoltura sobre Maria Pastora e sua mãe, D. Pastora, uma vez que a mesma morava vizinha à casa de sua irmã. A história que se conta, é que Maria Pastora vivia em um colégio de Olinda, administrado por irmãs francesas. O colégio em questão era o Colégio das Órfãs de Santa Tereza, em Olinda. Quando Maria Pastora foi ao encontro de sua mãe, que estava convalescendo, em Poção, segundo Isa Maia (1980), teria sido em 1934. A década em questão é tomada como um período rico em discussões políticas na vida brasileira; Ano da promulgação da nova Constituição, que deu direito ao voto feminino, e de intensos debates sobre a participação da mulher como força de trabalho, liderada por Berta Luz¹⁰⁹. Nesta

¹⁰⁹ Bertha Maria Julia Lurtz. Ativista do movimento feminista brasileiro. Fundou a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, FBPM, em 1922. Foi eleita suplente de Deputado Federal em 1934.

época, Pesqueira era governado pelo dentista Severiano Jatobá, e a igreja, através do Bispo Dom Adalberto Sobral, organizava a Liga Eleitoral Católica, como dissemos no capítulo I, objetivando eleger nomes, como os do Padre Alfredo de Arruda Câmara, eleito deputado Federal constituinte para defender os interesses da Igreja Católica. É Também em 1934 que é oficializado o núcleo do Integralismo em Pesqueira, estendendo-se também pelos distritos. Em Poção, foi instalado em 1935, tendo como dirigentes, os senhores: Vicente Trevas, Manoel Leite e Malaquias Vieira de Melo, este último seria empossado em 1955, como o primeiro Prefeito eleito do município de Poção.

Depois de aprender a tecer alguns pontos, Elza Mendes Medeiros, mais conhecida na região como Lála, teria rompido o trato que havia feito com Maria Pastora, para manter sigilo, sobre a referida técnica e resolveu ensinar a outras meninas, abrindo em seguida uma escola-atelier para ensinar a fazer renda. Nas conversas que tivemos com as rendeiras mais antigas da cidade, não encontramos elementos que nos indique com clareza que o movimento integralista tenha influenciado na introdução da atividade da renda Renascença na região, contudo, é importante atentar para o fato de este movimento ter sido proibido e seus seguidores perseguidos pela polícia. É bem possível que tenha havido um apagamento destas memórias, no entanto é importante lembrar que as bases para o desenvolvimento de práticas para trabalhos manuais, especialmente, nas dependências do lar, já haviam sido lançadas. Giselda Brito Silva, em artigo publicado na Revista de História¹¹⁰, diz que o movimento integralista de Pernambuco, contou com a participação de mulheres, que eram designadas para atuarem em funções ligadas às áreas da saúde, educação e assistencialismo. Olga Leite, citada por Amorim (2002), professora da Escola Integralista em Pesqueira, afirmou em sua entrevista, que a função da escola era a de alfabetizar os filhos dos operários e incutir neles a doutrina do Estado Integral. Odete Cavalcanti Maciel diz que chegou a lecionar na década de 1960 nesta mesma escola, e que chegou a trabalhar com Olga Leite.

Em pouco tempo o movimento integralista brasileiro passaria a atuar como partido político, arregimentando membros nos grupos populares para doutriná-los e

¹¹⁰ Revista de História. Mulheres! Seu lugar é em casa. Edição de 19/09/2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

atuarem em defesa das ideias do movimento. Contudo, Elza Medeiros¹¹¹, apesar de alfabetizada, ainda não possuía documentos que lhe credenciava a ser uma eleitora, mas pode ter sido também, influenciada por este movimento a ensinar às meninas da comunidade a prática do ofício de rendeira. Elza Medeiros era alfabetizada, nascida a 28 de fevereiro de 1913, no distrito do Tigre, município de Alagoa do Monteiro, no Estado da Paraíba. Filha do sapateiro Manuel Ferreira Mendes, conhecido por Manuel Cazuzza e de D. Cirila Cândida Mendes. Segundo Nóbrega (2005), Manuel Cazuzza era seguidor de José Pereira, chefe político da cidade de Princesa Izabel, localizada no Sertão da Paraíba. Quando as disputas políticas da região ficaram mais violentas, trazendo mortes e perseguições, resolveu sair com a mulher e seus doze filhos para se refugiarem na Vila de Poção (NÓBREGA, 2005: 44/45).

Isa Maia (1980) disse que esteve em Poção no final década de 1970 conversando com Elza Medeiros em sua residência, no bangalô 15 da Vila Conrado em Poção. Segundo Maia (1980), Elza parecia ter muita vivacidade e liderança, ou seja, era bastante comunicativa. Ao falar da atividade rendeira no Município de Poção, falava com orgulho da sua iniciativa em montar uma escola para ensinar o ofício da Renascença às meninas do lugar (MAIA, 1980: 96/97).

1.6 Aprendendo a Fazer Renda

A família que conhecemos hoje nem sempre foi assim, segundo Ariès (*In*: CHARTIER, 2009), ela vem sendo moldada de acordo com a necessidade de cada sociedade. A noção de privado nos remete ao íntimo, ao particular, ao que não é público e aquilo que só é compartilhado com a nossa família no espaço do nosso lar. “No privado encontra-se o que possuímos de mais precioso, que pertence somente a nós mesmos, que não diz respeito a mais ninguém, que não deve ser divulgado, exposto, pois é muito diferente das aparências que a honra exige guardar em publico” (Veyne, 2009: 8). O privado seria, portanto, o oposto do público, que é

¹¹¹Elza Mendes Medeiros peticionou seu registro de nascimento ao cartório de registro civil da Vila de Poção em 01/12/1948, quando contava com 35 anos de idade. Livro nº 6 de Registro de Nascimento. Folha 84/Vº. Termo nº 494. Consta que Elza Mendes Medeiros nasceu em 28/02/1913 no distrito do Tigre, município de Alagoa do Monteiro no Estado da Paraíba.

compartilhado com todos, que se distingue pela pluralidade, que ocupa o espaço das ruas e praças. O público, que remete ao poder é geralmente exercido pelos homens. Temos, portanto, que o espaço das praças e ruas; das fábricas e do comércio, da política e da polícia eram ocupados pelo sexo masculino. O jornal A Voz de Pesqueira se prestava ao papel de veículo e de poder das ideias defendidas pelo corpo de redatores masculinos.

As mulheres da classe média pesqueiraense, vivam no interior de suas casas, sendo concedido a elas o direito a uma vida pública, em reuniões da igreja ou em atividades sociais, como casamentos, batizados ou aniversários. A uma “mulher honesta” como são chamadas as mulheres que têm uma vida de reputação ilibada, cabia comparecer às cerimônias públicas, tão somente acompanhada dos seus maridos. Se a mesma viesse a exercer alguma atividade econômica esta deveria ser praticada no âmbito do lar. Mesmo porque, o marido que permitisse tal situação poderia ser visto como um fracassado, que não conseguia prover as despesas do lar.

Em Pesqueira, a mulher mediana como podemos inferir na crônica de Luiz Cristovão dos Santos (1970: 33) quando se refere a sua mãe, poderia exercer atividades manuais ou de costura para ajudar na manutenção do lar, mas sempre no recôndito do lar, nunca em público, mas em uma sala especialmente reservada para costuras.

No Jornal A Voz de Pesqueira, encontramos uma grande quantidade de anúncios de máquinas de costura, especialmente da marca Singer, bem como de reportagens sobre os lançamentos de moda da Europa e no centro sul do país. De lojas especializadas no comércio de tecidos fazendo ofertas e anunciando as qualidades dos seus artigos, bem como, a origem dos mesmos. De costureiras e costureiros que anunciavam seus serviços, com esmero e pontualidade, acompanhando as tendências do mundo da moda.

No Livro de Costuras Singer (1957), encontramos um conjunto de citações que determinam o lugar social da mulher mediana, dentro da esfera do lar, como mãe e esposa, que se preocupa com o bem estar da família e cuida para que a renda familiar seja compatível com as suas necessidades. No entanto, o livro traz um

conjunto de ideias que certamente, era o ideal de vida do povo Norte Americano¹¹². De conforto e de praticidade, com a utilização de equipamentos domésticos para facilitar a vida no lar, como: ventiladores, batedeiras, fogões a gás, enceradeiras e máquinas de costuras para uso doméstico. Facilitadas pela chegada da luz elétrica. Assim, a máquina é apresentada como um equipamento que proporcionaria economia nas despesas do lar e melhoria da renda familiar com a confecção de peças para outras pessoas dentro do espaço privado do lar.

Ainda no jornal, encontramos uma coluna que traduz bem o pensamento da sociedade acerca do que era ser mulher, com a coluna “Especial para Mulher”, neste espaço é apresentada uma série de receitas de culinárias e dicas de cuidados do lar, bem como, os últimos lançamentos em termos de moda, com matérias de agências de notícias como a Globo Press.

A mulher e o homem pobre do município de Pesqueira, não dispendo de meios econômicos para viver no meio urbano, adotam estratégias para conseguir os recursos necessários para pagar as despesas do lar. O espaço público passa a ser o lugar do trabalho e as ruas e praças passam a ser reduto do homem do povo. Embora o homem do povo pudesse frequentar as ruas centrais da cidade, ele nem sempre era bem vindo, o lugar que o homem do povo conseguia transitar com mais liberdade era no bairro onde morava, junto dos seus conterrâneos. Assim, podemos dizer que o trabalho domiciliar pode não ter sido uma escolha espontânea da mulher pobre, mas uma estratégia concebida pelas mulheres da elite pesqueira para mantê-las fora das ruas e praças da cidade, trabalhando no interior de suas casas ou então no reduto dos seus bairros.

Hilton Sette (1956) observou que o espaço urbano de Pesqueira na década de 1950 era dividido em duas áreas distintas, a parte central, com suas casas comerciais e onde moravam os mais abastados, e cinco bairros periféricos onde se localizavam as habitações proletárias e as casas dos desempregados e ou dos menos afortunados. Segundo Cavalcanti (2005), os bairros proletários eram ocupados por pessoas vindas do campo que imprimiam aspecto semirreal a localidade por desenvolver neles pequenos roçados e pequenas criações (CAVALCANTI, 2005:47). Os bairros periféricos de que falamos são aqueles que

¹¹² American way of life (modo de vida americano)

estão situados nas proximidades das estradas vicinais: Pitanga, Prado, Bairro da Mandioca, Bairro do Salgado e Bairro de São Sebastião. Em todos eles podiam ser notada a predominância de habitações pobres, feitas de alvenaria, cobertas de telhas, com piso de tijolos, sem rótulas nas portas e janelas, e sem grandes divisões internas (SETTE, 1956: 75).

Zelina Gomes Faustino, disse que aprendeu a rendar na cidade de Pesqueira, quando se aventurou a trabalhar em uma casa de família, mas alega que só chegou a trabalhar por 15 dias. O trabalho na cidade não lhe pareceu agradável. Ela disse que, quando esteve lá aprendeu a fazer “alguns pontinhos” de renda, mas logo retornou ao seu lugarejo, onde soube depois, que havia uma moça ensinando a fazer renda no povoado de Pão de Açúcar, próximo a sua casa.

Nós aprendemos a fazer a renda...Eu aprendi na rua. Eu inventei de me empregar quando era nova, quando cheguei lá, era uma mulher de Poção, aí ela tava conseguindo Renascença de outros cantos, aí eu aprendi uns pontinhos lá, quando eu cheguei cá, mandei minha irmã pra Pão de Açúcar, ela foi. Tinha uma menina lá que ensinava.

Zelina Gomes, é uma rendeira de 82 anos, moradora do Sítio Pé de Serra dos Nogueira, localizado no aldeamento Xucuru, município de Pesqueira. Dona Zelina diz que aprendeu a fazer renda quando tinha aproximadamente 16 anos de idade, ou seja, por volta do ano de 1946. Ela seguiu o caminho que a maioria das meninas, filhas de camponeses pobres, faziam quando chegavam à adolescência, no município de Pesqueira. Ao chegar a cidade eram recebidas para trabalhar em casa de família, ou eram acolhidas por algum parente mais abastado que morasse na cidade. Zelina não gostou do emprego de doméstica, mas foi aconselhada pela patroa que era, segundo ela, natural da Vila de Poção, a aprender a fazer renda. Zelina não chegou a ser alfabetizada e aprendeu a fazer renda, induzida pela patroa, mas pode ter sido também por iniciativa própria. Talvez, Zelina tenha visto na atividade rendeira a possibilidade de realizar um trabalho mais leve, diferente do trabalho da roça, podendo ser realizado nos intervalos das brincadeiras e dos afazeres da casa, sem a cobrança e a vigilância constante dos patrões. Zelina apresentou-se como uma modesta rendeira, mas elogiou a habilidade da irmã, Maria de Jesus, que ela considerava uma rendeira muito caprichosa e inteligente, que chegou a viajar para vários lugares do Brasil para vender renda, juntamente com a

Senhora Zenilda¹¹³. Zelina percebeu, em sua simplicidade, que as mulheres que desenhavam os padrões de renda e que atuavam também no setor comercial, como a sua irmã Maria de Jesus, se sobressaiam das demais, neste sentido, ela a classificou de “muito inteligente”.

Fazer renda, no entanto não carregava a mesma força e prestígio de quem trabalhasse no interior das fábricas, nem possuía o garbo no semblante, e vestimentas do operariado, como podemos observar na ilustração nº 19. Fazer renda Renascença era visto como uma atividade menor, de pouca importância, realizada por mulheres e meninas no interior de suas casas, que funcionava mais como incentivadora do gosto para o trabalho, com a promessa de receber um pagamento ao final de cada tarefa.

Não sabemos exatamente o que teria motivado Elza Medeiros a fazer renda, mas certamente não teria sido por um único motivo. É certo que Elza era pobre, vindo de uma família de 12 irmãos e que já contava com 21 anos de idade, ou arrumaria um matrimônio com um moço de família da sociedade local ou teria que aprender um ofício digno que lhe proporcionasse algum rendimento. Elza Medeiros chegou a casar com José Roque Lemos e desse matrimônio nasceu Berenice, sua única filha. O casal é talvez, protagonista de um dos episódios mais românticos da história da Vila de Poção. Odete Cavalcanti Maciel lembra que Lála (apelido de Elza Medeiros), não podia ouvir o som da trompa soando no alto da Rua do Barracão, que ficava ansiosa para rever o namorado. José Lemos era músico e por isso mesmo era conhecido pelo apelido de Zé da Trompa. No entanto, para Paulo Henrique de Souza, que chegou a tocar com Zé Roque Lemos, nas procissões e bailes de carnaval em Poção, o instrumento que José Roque Lemos tocava era Bombardino, instrumento metálico de sopro semelhante ao barítono, de tubos largos, com três ou quatro cilindros, dotado de pistões (Ilustração nº 26). Segundo Paulo Henrique, José Lemos não era letrado, e aprendera a tocar esse instrumento de ouvido. As festas religiosas da Vila de Poção eram sempre animadas por alguma banda musical. Melo (1971) fala da existência da banda do Mestre Zuca, já no final do século XIX. Outro mestre de banda de música da década de 1930 foi o Sr. Malaquias José Batista, autor do Hino de Poção. Ao que parece, José Lemos era

¹¹³ Mãe do Cacique Xucuru Marcos Luidson

um rapaz boêmio, com fama de namorador, que levava uma vida desregrada. Odete Maciel conta que Zé da Trompa passou alguns dias preso por ter deflorado uma moça da vila. Com um currículo tão desabonador seria natural que a família não aceitasse o namoro. Elza, no entanto, ficara encantada e namorava escondida, chegando tempos depois a fugir com o namorado.



Ilustração nº 26 Bombardino

Quando Elza aprendeu a fazer Renascença, já contava com 21 anos de idade. Tempos depois, abre uma escola para ensinar a outras meninas a fazer renda. Moça vinda da zona rural e estabelecida naquele pequeno aglomerado urbano, logo ficou enamorada de um rapaz que era o desejado pelos seus pais, e para fugir da vigilância deles, usou certamente, o pretexto das aulas, para ter mais facilidades de realizar suas fugas costumeiras. A escola ficava em uma casa localizada na Rua do Poço, de onde podia ouvir os acordes de Zé da Trompa. Sobre o romance entre Elza e José Lemos, ela disse:

Mas era um amor danado deles dois, e a família não queria de jeito nenhum! Ai eu paguei o pato, porque a mãe, que era a sogra desse meu irmão aí [mostra a foto]. Esse meu irmão aí, era casado com a irmã. Que eu só aprendi Renascença, porque a mulher dele era irmã de Lála.

Se a renda de bilros possui uma trilha sonora, como a “Mulher Rendeira” apontada por Santos (1958) como a marselhesa do cangaço, a renda Renascença também possuía a sua, e com os acordes de Zé da Trompa, certamente, ganhou muito mais encanto. Não sabemos qual a melodia que ele gostava de tocar. Mas

era com os acordes deste instrumento que o Zé da Trompa atraía a atenção da moça. Odete nos conta, que quando Elza resolveu a viver com José Lemos, já estava com a idade avançada, se levarmos em consideração que Odete Cavalcanti Maciel só teria assumido o comando das encomendas de rendas no início da década de 1950, quando Elza fugiu com o namorado, então é bem possível que ela tenha se casado com José Lemos com mais de 35 anos de idade.

Considerando a história de Elza Medeiros de ter quebrado o trato com Maria Pastora para manter o sigilo, abrindo uma escola para ensinar as moças da vila a fazer renda e de afrontar os pais fugindo com o namorado, podemos dizer, neste sentido, que ela era uma mulher determinada. A liderança, que Isa Maia (1980) percebeu em Elza, pode ter sido construída ao longo dos anos, uma vez que, tendo a Vila de Poção, conquistado a sua autonomia política em 1953, o passo seguinte seria, provavelmente, a construção da identidade do povo poçoense, que deve ter levado em consideração, a atividade artesanal da renda na região, como a principal diferença entre Pesqueira e o novo município. Encontramos já em 1970, na obra de Melo (1971), referências orgulhosas, da principal atividade econômica desenvolvida pelo povo do município de Poção. Se mesmo nos dias de hoje, ainda há certa relação de dependência com a cidade de Pesqueira, na época da emancipação, certamente essa dependência era muito maior. A principal via de acesso a Poção é através do município de Pesqueira, pela chamada Rodovia da Renascença, PE – 197. Vejam que um dos primeiros pleitos do prefeito Malaquias Batista Vieira de Melo, foi solicitar, ao governador do Estado, Osvaldo Cordeiro de Farias, em 1958 a construção de um grupo escolar que recebeu o nome do Comendador Manoel Caetano de Britto, Superintendente Geral das Indústrias alimentícias Carlos de Brito S.A. (Fabricas Peixe), que havia falecido há poucos dias no Rio de Janeiro. Justificando esta homenagem, pela quantidade de pessoas de Poção que eram empregadas naquela indústria¹¹⁴.

A escola que Elza Medeiros instalou na Vila de Poção, vinha no mesmo sentido adotado pelos integralistas, de doutrinar e ajudar as pessoas carentes a ter um ofício digno, para não precisar realizar trabalhos fora do lar, no entanto, a escola que Elza Medeiros abriu em Poção, era uma instituição localizada na Rua do Poço,

¹¹⁴ Álbum de realizações da administração do prefeito Malaquias Batista Vieira de Melo

em uma casa reservada exclusivamente para esta finalidade. Não sendo permitido o livre acesso de pessoas não autorizadas. Odete Cavalcanti Maciel diz que aquela atividade: “Era escondida. Com portas e janelas fechadas, ninguém podia levar o “trabalho” pra casa.” Observem que ao se referir à renda, Dona Odete sempre se refere à peça produzida por elas, como um trabalho. Trabalho não é tão somente o ato de fazer ou produzir algum objeto. A peça de renda, o objeto em si, é reconhecida, não como o produto de um trabalho, mas o próprio trabalho. Assim Elza, proibia que as meninas levassem os trabalhos para casa, ou seja, as peças de renda.

As rendas produzidas pelas meninas da escolinha de Elza Medeiros eram vendidas, através de encomenda, às damas mais abastadas da Vila de Poção e de Pesqueira, mas eram em quantidades irrisórias, só houve um incremento maior, segundo Odete Maciel, depois da entrada de Áurea Jatobá Cavalcanti e de Maria Amélia nesta atividade, quando passaram a fazer encomendas mais volumosas.

Quando Elza Medeiros fugiu com o namorado José Lemos, deixou as encomendas que havia contrato com a senhora Áurea Cavalcanti em Pesqueira, inacabadas, causando sérios prejuízos. A cunhada de Elza, Mariazinha, que trabalhava na Casa José Araújo de Pesqueira, aconselhou Áurea, a contratar Odete Cavalcanti Maciel, sua cunhada, para ficar responsável pela produção das rendeiras de Poção. Mariazinha casou posteriormente com Pedro Primo Cavalcanti e passou a trabalhar também com a renda Renascença. Tudo indica que Odete assumiu a função de coordenar o trabalho das rendeiras no início da década de 1950, com 21 ou 22 anos de idade, uma vez que Áurea Jatobá Cavalcanti, só teria passado a trabalhar com rendas depois que seu marido, Aristides Bezerra Cavalcanti falecera, em 1948. Aristides Cavalcanti não admitia como era comum naquela época, que a mulher exercesse alguma atividade remunerada, especialmente se esta atividade fosse fora do lar. Algum tempo depois, Odete Maciel passa a morar em Pesqueira, casa-se com Hélio Maciel em 1955 e deixa de intermediar o trabalho das rendeiras com a senhora Áurea Cavalcanti, passando a trabalhar, depois, como professora de culinária, e de rendas e bordados a mão, para a prefeitura de Pesqueira, com a Senhora Clarice, numa escola localizada a Rua Barão de Cimbres, no Bairro de Baixa de São Sebastião, na Escola Profissional Diocesana, e depois no prédio onde funcionou a Concessionária Ford em Pesqueira.

1.7 As Alunas

As primeiras alunas arregimentadas por Elza Medeiros eram filhas de moradores da Vila de Poção. Na entrevista concedida por Odete Maciel Cavalcanti, ocorrida em sua residência à Rua Cardeal Arcoverde, 140 no centro da cidade de Pesqueira, Odete nos disse ser contemporânea de Elza Medeiros, a moça apontada como precursora da arte de fazer Renascença na região. Odete Maciel, diz que nasceu no sítio da família, mas tempos depois passou a morar na Vila de Poção, onde aprendeu a ler e escrever. O sítio da família, segundo Odete, era até grande, mas era localizado numa região muito árida na divisa de Poção com o município de São João do Tigre no Estado da Paraíba. Nos períodos de estiagem, seu pai, Manuel Primo, que era almocreve, deixava tudo para trás e seguia em direção à região da Zona da Mata Norte de Pernambuco, para trabalhar no engenho, que ela chamou de Goitá, durante três meses. Nas suas lembranças, quando o pai retornava, trazia sempre consigo umas ancorazinhas¹¹⁵ de cachaça do Engenho Goitá.

Criava galinha, cabra, boi. A gente tinha muita terra, inclusive o terreno da gente era enorme! Aí a gente criava. Mas depois, pai se aborreceu, vendeu e comprou mais pra perto da rua. Esse era menor, aí lá! A gente não criou mais nada. Criava assim, mas era amarrado. Mãe que gostava dessas coisas.

Para Odete, a vida no campo podia ter até suas vantagens, mas as dificuldades eram sempre muito grandes, era tudo muito difícil, comparando-se com as facilidades dos tempos de hoje. A pobreza e a falta de conhecimento eram a principal barreira para o desenvolvimento daquela gente. Do alto dos seus 85 anos, Odete, que ainda hoje, leva a vida a viajar para vender suas rendas em Recife e Maceió, faz constantemente esse tipo de reflexão.

Eu me lembro, menino! Que era tudo tão barato! Eu me lembro que mãe botava a gente pra catar caroço de mamona nos roçados. Eu pequena, “molecotinha”, que eu já fui pra rua com mais idade. Ela botava pra catar os caroços de mamona pra gente, aí a gente catava aqueles caroços e ia fazendo aqueles montinhos num canto. Quando dava um quilo, dois, a gente levava pra bodega de um tio meu, e vendia lá. Ele comprava um quilo, o que desce no quilo, e a gente comprava sabe o que? Bolacha canela e raspadura, para comer!

¹¹⁵ Espécie de pequeno barril feito de madeira para acondicionar cachaça.

Dos doze irmãos que Odete Maciel teve, só oito vingaram. No entanto, Pedro Primo Cavalcanti, seu irmão, chegou a ser vice-prefeito de Poção, que assim, como Odete Maciel, também veio a morar posteriormente na cidade de Pesqueira. Não era uma família de grandes posses, como podemos perceber, mas eram pessoas bem relacionadas tanto na Vila de Poção, quanto na cidade de Pesqueira. Foi certamente a proximidade parental entre Odete Maciel e Elza Medeiros que facilitou a entrada de Odete Maciel como aluna da escolinha de renda. Seu Irmão Edvaldo casou com a irmã de Elza Medeiros, também chamada de Odete – Odete Medeiros. Elas moravam na mesma vizinhança, e logo se tornaram amigas e confidentes.

Se considerarmos que Elza Medeiros aprendeu a fazer renda com Maria Pastora entre 1934 e 1936, como relatado por Isa Maia (1980), então, Odete deveria ter entre 6 e 8 anos de idade quando a conheceu, portanto é bem possível que não lembre com detalhes deste acontecimento, como ela mesma diz: “Não, não sei! Tu sabe que eu não sei te dizer esses detalhes direito. Eu era tão nova nesse tempo, que eu não me lembro.” Entretanto, Odete diz ter alguma lembrança de Maria Pastora, porque a sua irmã, Emília, era vizinha de D. Pastora (Mãe de Maria Pastora). Embora ainda morasse, naquele tempo, na zona rural, Odete, visitava regularmente a sua irmã, Emília, que estava morando em Poção. Neste sentido, ela diz que chegou a conhecer Maria Pastora:

Pastora, porque a mãe é quem se chamava Pastora. Ela foi passar uns tempos em Poção, ela trabalhava nesse colégio e foi passar uns dias em Poção. Eu me lembro que a mãe dela era uma velhona bem alta. Eu era muito nova né? Mas me lembro que ela era aquela velhona bem forte, e morou vizinho da casa da minha irmã, D. Pastora.

Odete Maciel lembra, no entanto com detalhes da escolinha de Elza Medeiros, dizendo que as meninas aprendiam a fazer renda, mas era uma atividade sigilosa, porque as alunas faziam a renda dentro de uma casa, com portas e janelas fechadas, sendo o contato com as pessoas de fora feito pela janela da casa. Odete diz que Elza foi muito rigorosa, mas, talvez essa escola não fosse exatamente uma escola, mas, um atelier de aprendizes com fins lucrativos, segundo ela, havia horário rígido de entrar e de sair. A escola era gratuita, mas o lucro da produção era usado,

certamente, para pagar as despesas. As mais habilidosas logo passariam a receber por produção.

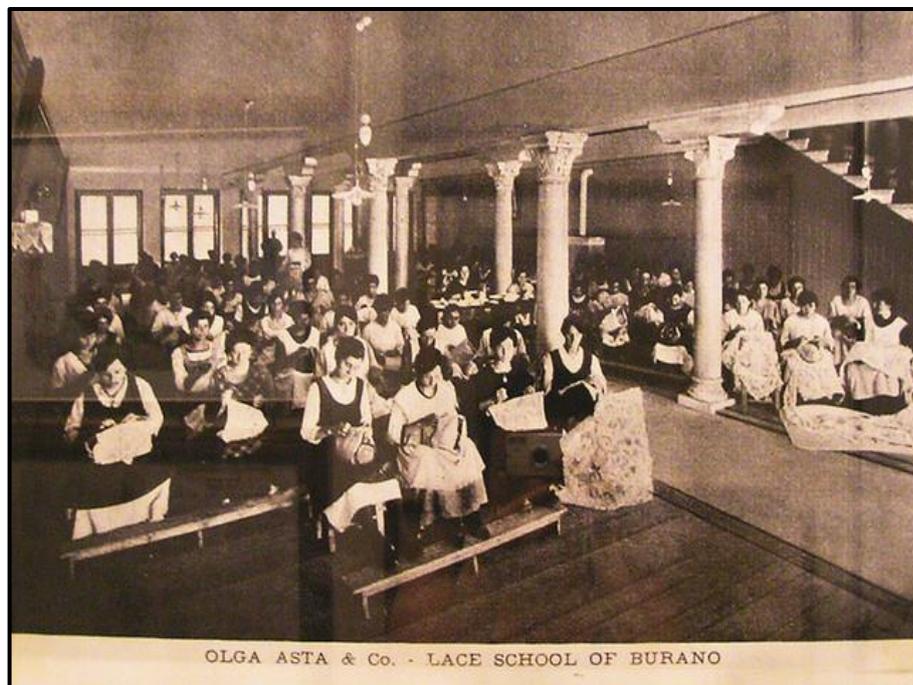


Ilustração nº 27¹¹⁶, escola de renda da Ilha de Burano

Quando Odete fala da disposição das mesas e da forma como as alunas se portavam na escola de renda criada por Elza Medeiros, temos a nítida impressão de que ela estava fazendo uma descrição da fotografia (Ilustração nº 26) da Escola de Renda de Burano - *Scuola dei Merletti di Burano*¹¹⁷, exposta no *Museu del Merletto*, em Veneza, na Itália.

A gente tinha que ter uma mesinha. Cada qual com sua mesinha. Fazia aquela..., dobrava aquela coxa todinha pra ficar em pedaços pequenos, e ali botava em cima daquelas mesinhas, segurava com uma pedra pesada assim, que era pra não fugir, e ali a gente ia trabalhar, naquele trabalho.

Maria das Mercês nasceu em 1937 na Vila de Poção e diz que aprendeu a fazer Renascença, ainda com 12 anos de idade com Dona Vita, mais conhecida na

¹¹⁶ Ilustração nº 26. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/super_ziper/4044798788/>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

¹¹⁷ A Escola de Renda de Burano foi criada em 1872, pela iniciativa do Deputado Paulo Fambri, a Condessa Adriana Marcello, e o patrocínio da futura Rainha Margaret de Savoia, para revigora a sua histórica produção de renda de agulha, em momento de grave crise econômica para os habitantes da ilha de Burano. Fechou em 1973, dando lugar em 1995 ao Museu del Merletto de Veneza. Disponível em: <http://www.merlettoitaliano.it/la_scuola_dei_merletti_di_burano.html>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

região como Dona Vita de Mané Alves. Essa senhora era esposa do farmacêutico da Vila, proprietário da Farmácia São João, o senhor Manuel Alves, e fazia encomendas de renda para vender em Recife. Maria das Mercês, disse que ela era uma das rendeiras-mestres, mais caprichosas da região, criava, desenhava e rendava como nenhuma outra. Seu casamento com o farmacêutico Manuel Alves Pereira, possivelmente lhe possibilitou ter acesso a uma clientela mais qualificada.

O farmacêutico radicado em uma pequena vila no interior do Nordeste, nos idos de 1950, era o profissional mais próximo, daquilo que chamamos de profissional da área médica. Como a Vila de Poção fica a 26 km de Pesqueira, pela atual rodovia da Renascença, PE/197, muitos camponeses, na falta de médicos, e os demais moradores do entorno de Poção procuravam se consultar com o farmacêutico do lugar. Manuel Alves Pereira chegou a Poção, segundo Melo (1971), no ano de 1939, substituindo ao antigo farmacêutico da vila, o Sr. Manuel Zuza, e em pouco tempo, Manuel Alves tornou-se uma pessoa de destaque na vida política local (MELO, 1971:23), chegando a ter o filho Audálio Alves Pereira, formado em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1955.

Dona Vita, no entanto, não ficava na sombra do marido, além de cuidar da casa e dos filhos, também gerenciava a produção de renda de Renascença para comercializá-las em Recife. São filhos de Dona Vita: Lanuza, Letícia, Lirany, Milton e o jornalista e advogado Audálio Alves¹¹⁸. Lanuza casou com José Santacruz e era proprietária da casa comercial Casa das Noivas, localizada próximo ao açougue público de Pesqueira, na Rua Barão de Vila Bela. Nesta loja, Lanuza atendia a sua clientela e fazia suas encomendas às rendeiras da zona rural ou da periferia da cidade, fornecendo o material necessário para a produção da Renascença.

Maria das Mercês nos disse que chegou a conhecer Dona Elza, que ela chama pelo apelido de Lála, dizendo que chegou a conhecê-la ainda solteira, porque ela havia se casado com a idade um pouco avançada, para os padrões da época.

Quando Marieta Monteiro Xavier aprendeu a render com a mãe, Eulina Xavier, em 1946, contava com apenas treze anos de idade. Odete Maciel diz ter

¹¹⁸ Audálio Alves Pereira, nasceu em 2 de junho de 1930 no Município de Pesqueira. Era Jornalista e Advogado. Chegou a publicar alguns livros de poesia e morreu em Recife no dia 08/04/1999. Disponível em: <www.ladjanebandeira.org>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

sido a pessoa que ensinou Eulina Xavier a fazer a renda, contudo, nesse período, Odete Maciel contava com quinze ou dezesseis anos de idade, e Elza Medeiros com trinta e três anos de idade, e era justamente neste período que Elza Medeiros andava namorando as escondida com Zé da Trompa. Talvez tenha delegado às rendeiras mais habilidosas a tarefa de ajudar às iniciantes, mas também é possível que Eulina Xavier tenha aprendido a render com Elza Medeiros.

Marieta passou a trabalhar de ganho com renda Renascença, ainda com 14 anos de idade, produzindo renda para as rendeiras mestres de Poção e de Pesqueira, como: D. Vita Pereira, Terezinha Primo, Benedita Pereira, Consuelo Cavalcanti e Rosa Maria. Sobre Dona Vita, ela diz ter sido muito exigente, todo trabalho de Dona Vita teria que ser bem caprichado. Marieta diz que as rendeiras mais velhas que hoje trabalham negociando com rendas, começaram fazendo renda, assinalando que Terezinha Primo e Benedita, sabiam não só a fazer renda, mas também sabiam desenhar. Tempos depois, sua tia “Pretinha” ficaria encarregada de levar as peças produzidas por Marieta para vender em Poção.

Para Francisca de Souza, 67 anos de idade, mais conhecida pelo apelido “Tica” moradora do Sítio Pé de Serra dos Nogueira, localizado no aldeamento Xucuru, no município de Pesqueira, a vida era uma luta diária pela sobrevivência, ela diz que vem de uma família numerosa, salientando que sua mãe tivera dezessete filhos, mas que só cinco deles haviam sobrevivido. Não sabemos ao certo, o que teria motivado Francisca, a querer aprender a fazer renda, mas certamente, o motivo mais plausível teria sido as dificuldades econômicas da família, mas também pode ter sido por pura curiosidade de menina. O depoimento de Francisca e de Zelina Faustino, moradoras do povoado de Pé de Serra dos Nogueira, nos leva a crer que o aprendizado das crianças, naquela localidade se dava motivado muito mais pela curiosidade, através do olhar atento da criança e do desejo de querer imitar os mais velhos. Francisca Gomes diz que aprendeu a fazer renda, ainda menina, no ano de 1953, quando contava com sete anos de idade, com a sua tia Maria José de Jesus, que era considerada a artesã mais velha da comunidade, nascida no início da década de 1930. Francisca diz que Maria José aprendeu a fazer renda com a irmã dela, a senhora Quitéria, que por sua vez teria aprendido a render na Vila de Poção.

Das antigas damas da sociedade pesqueiraense que contratavam os serviços das rendeiras operárias como, Áurea Cavalcanti e Consuelo Cavalcanti, Francisca de Souza diz não ter chegado a conhecer. Assinala, no entanto, a possibilidade de ter trabalhado através das contratadoras que vinham à região para contratar os serviços das meninas do povoado. Lembra, no entanto, que as primeiras pessoas que chegaram a contratar de fato os seus serviços em Pesqueira foram a Senhora Lanuza, Abigail e Maria José. Francisca confessa sem remorsos, diante das dificuldades que a família enfrentava naquele período, só ter estudado até a segunda série do ensino primário.

Vendo o rápido crescimento da atividade da renda Renascença em sua terra natal, Consuelo Cavalcanti percebeu que esta seria uma oportunidade de ganhar um rendimento extra. É possível que naquele momento, a empresa dirigida pelo marido, não estivesse rendendo os mesmos dividendos que rendera no passado, devido ao desaquecimento da economia local, mas também é possível que Consuelo tenha ficado consternada com o sofrimento da gente de sua terra, vítimas da seca, e tenha tomado a iniciativa de proporcionar às moças da sua terra, a oportunidade de obter um rendimento através da produção da renda Renascença.

Consuelo Cavalcanti fazia encomendas às rendeiras de Poção para vendê-las em Recife, e em outras cidades, mas como a produção não estava sendo suficiente para atender a demanda enviou a cunhada, Lourdes Paes ao distrito de São Sebastião do Umbuzeiro, município de Monteiro no Estado da Paraíba para ensinar a um grupo de jovens daquela localidade a fazer renda. Em Camalaú, Consuelo comprava renda da senhora Santinha (NÓBREGA, 2005: 58). Criava e desenhava seus próprios padrões, e fazia suas encomendas às meninas tanto da zona rural quanto da sua vizinhança, especialmente das moças que moravam nos Bairros da Mandioca e dos Xucurus, que ficavam próximos a sua casa. Dona Maria das Mercês diz que também fez trabalhos para Dona Consuelo, lembrando, que Consuelo era uma mulher muito rica e que era ela que fornecia o melhor Lacê para fazer a renda. O lacê a que ela refere era da YPU, fábrica localizada na cidade de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

Indagada se teria trabalhado para Consuelo Cavalcanti, Áurea Cavalcanti ou Odete Maciel, Zelina Faustino responde afirmativamente, apontando sempre a

presença de outras mulheres, que intermediavam a produção. Estas mulheres iam diretamente à comunidade para fazer encomendas de renda. Em outra oportunidade, ela diz que vendia sua produção diretamente a uma senhora chamada Alice, na Vila de Poção, ou em Pesqueira, a uma senhora conhecida por Abigail. Sobre Odete Maciel ela diz: “Trabalhamos também, agora essa nós *ia* levar lá. Nós *fazia* de quinze em quinze dias. *Juntava* os trabalhos das meninas. Ela gostava mais de... desses paninhos de pão, desses paninhos pequenos, no *instantezinho fazia e entregava*”. Zelina lembra que atualmente, a maiorias das rendeiras da região trabalha para Aparecida Gomes, moradora da cidade, que viaja pelo Brasil inteiro para vender Renascença.

Se no passado Zelina foi instigada a aprender a fazer renda, como uma maneira de ocupar o tempo ocioso aprendendo um ofício que lhe possibilitasse ter algum rendimento. Podemos perceber através do seu depoimento que pouco tempo depois, essa atividade passou a ter um papel marcadamente econômico, uma vez que as comunidades passaram a ser assediadas pelas rendeiras contratadoras, que iam ao lugarejo para arregimentar rendeiras. Zelina fala da presença de uma moça que ensinava a rendar no povoado de Pão de Açúcar e de mulheres que vinham contratar os serviços das rendeiras da região.

Outra senhora que ficou encarregada de contratar as rendeiras da região para fazer renda para a senhora Maria Amélia foi Guida Calado. Odete Maciel diz que Maria Amélia, era uma moça que veio de São Paulo, e interessou-se pelas peças de Renascença feita pelas meninas pobres da região, adquiriu alguns desses artigos e foi até o distrito de Poção selar um acordo com Guida Calado para que a mesma ficasse encarregada de contratar uma equipe de moças para ficarem tecendo rendas para ela. Guida Calado encarregou-se de receber as peças de renda, de fazer o pagamento e de enviá-las para São Paulo.

Contudo, Áurea Cavalcanti foi considerada pelas rendeiras mais antigas como a mais importante contratadora de rendeiras de sua época, ela desenhava e encomendava as peças às rendeiras da região para vender às mulheres da alta sociedade pernambucana. Áurea era uma mulher de posses, e residia em uma casa localizada em um dos lugares mais centrais da cidade, próximo ao Clube dos 50, era

possivelmente uma daquelas 353 casas que Hilton Sette (1956) classificou de casas da classe média.

A casa era muito grande, um casarão, com sala de visita, sala de jantar, um imenso corredor, os quartos, banheiros, copa cozinha, terreno, no final havia uma lavanderia e uns degraus que davam acesso a uma parte mais alta contendo mais 4 quartos, um sanitário, canteiros com plantas, o portão dava para outra rua (CAVALCANTI, 2003: 141).

Áurea tinha empregadas para ajudar, nos serviços gerais, tais como: cozinhar, lavar, passar e até babá para tomar conta das crianças. Cleonice Cavalcanti (2003) nos diz que sua mãe, gostava de ajudar o bispo da Diocese de Pesqueira, especialmente, D. Adeldo Machado, chegando a confeccionar toalhas para o altar e paramentos de padre¹¹⁹. Sua formação no Colégio São José certamente contribuiu para isso. Teria entrado na atividade da renda, após a morte do seu marido, Aristides Cavalcanti, que ocorreu no ano de 1948, para ocupar o tempo ocioso e preencher o vazio deixado pela ausência do marido, com encomendas de renda Renascença a Elza Medeiros, que passou a ser a encarregada de produzir, juntamente com as suas alunas, as encomendas criadas por ela revendendo-as para pessoas da alta sociedade de Pesqueira, Recife, Minas Gerais, Rio de Janeiro e de outras localidades. Se confrontarmos as indicações de Cleonice Cavalcanti (2003), de que Áurea só teria entrado efetivamente no ramo da Renascença em 1948, perceberemos que Elza, que nasceu em 1913, já estaria em torno dos 35 anos de idade, confirmando as informações prestadas por Odete Maciel, que ela teria casado com idade avançada e que por isso mesmo só tivera sua filha depois de completar 35 ou 37 anos de idade.

Em seu livro de memórias, “Uma Fresta na História” editado em 2003, numa ação conjunta de sua filha, Tânia França e do genro, Airton Lócio, para comemorar os 80 anos de idade de Cleonice Cavalcanti¹²⁰, é apresentada uma série de escritos e testemunhos de sua vida, e alguns depoimentos de seus familiares. Quando fala das empregadas que tinha em casa, podemos perceber que as mesmas vieram morar e trabalhar na casa de sua mãe, Áurea Cavalcanti, para fazer trabalhos domésticos e cuidar das crianças ainda muito jovens. Era certamente, uma daquelas meninas pobres e desamparadas, órfãs ou filhas de algum camponês que seria

¹¹⁹ Ver Ilustração nº 28.

¹²⁰ A senhora Cleonice Jatobá Cavalcanti nasceu em 26 de abril de 1923, sendo a segunda filha do casal, Aristides e Áurea Cavalcanti de um total de cinco.

acolhida por uma família mais abastada da cidade. Em troca elas ajudariam nas coisas da casa. Temos então a seguinte nota: “Telvina e Caiana só saíram de junto de mamãe quando se casaram, com festas, como se fossem suas filhas. – e era assim que mamãe as considerava; Como se dizia naquele tempo: filhas de criação.” (CAVALCANTI, 2003: 114). Nos tempos de hoje, no entanto, essa seria uma relação trabalhista, disfarçada, ou escrava, mas em meados do século XX, esse tipo de atitude era bastante comum, principalmente nos tempos de seca. Estas meninas eram provavelmente, acolhidas por uma atitude de generosidade, ou seja, eram acolhidas pela ação caridosa de uma família cristã.

Quando Áurea Cavalcanti resolve trabalhar com a renda Renascença, possivelmente, viu naquela atividade, a possibilidade de ajudar os mais necessitados, oferecendo a eles a oportunidade de trabalhar e ganhar algum dinheiro. Percebeu ainda, que essa seria uma forma de também ganhar dinheiro. Com a morte do seu marido, Aristides Bezerra Cavalcanti, as rendas da família entraram em declínio. A 2ª Coletoria Federal, comandada por Aristides, já não estava proporcionando os mesmos rendimentos de décadas passadas. Até 1934¹²¹, o cargo de coletor¹²² era de livre provimento, sem vínculo funcional com o Estado. Eles não eram considerados funcionários públicos, nem tinham direito a aposentadoria. Mas, na maioria dos casos, as coletorias eram objeto de comércio, podendo ser repassadas para outras pessoas, sendo o adquirente nomeado para suceder ao antigo coletor, embora isso nunca fosse admitido oficialmente. O coletor era obrigado a fazer um depósito a título de fiança correspondente ao valor da arrecadação estimada, e o seu rendimento era obtido através de comissões na cobrança de impostos, taxas e contribuições. Na regulamentação das coletorias do ano de 1934, a coletoria que não produzisse renda superior a 30.000\$ seria extinta, no entanto, a regulamentação para o funcionamento das coletorias no ano de 1948, estipulava o valor mínimo para sua permanência em Cr\$ 20.000,00.

¹²¹ Decreto nº. 24.502, de 29 de junho de 1934. Art. 7º A extinção das coletorias precederá processo justificativo em que se apura que a repartição não produziu renda superior a 30.000\$ durante dois exercícios consecutivos.

¹²² Receita Federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

A Lei nº 455, de 27 de Outubro de 1948, no seu artigo 1º dizia que caberia aos servidores das Coletorias Federais, quando procederem à arrecadação de taxas, quotas e multas devidas às entidades autárquicas, a seguinte percentagem:

TABELA VI

Até C\$ 20.000,00	20%
De mais de Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 35.000,00	15%
De mais de Cr\$ 35.000,00 até Cr\$ 65.000,00	10%
De mais de Cr\$ 65.000,00 até Cr\$ 100.000,00	7%
De mais de Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 170.000,00	5%
<i>De mais de Cr\$ 170.000,00</i>	1%

Como as Leis¹²³ que regulam o fechamento das Coletorias Federais por morte do titular, só foram instituídas ano de 1950, e a 2ª coletoria de Pesqueira fechou em 1951, temos que a sua extinção ocorreu por deficiência na arrecadação. Assim posto, podemos dizer que na ocasião da morte de Aristides Cavalcanti, que ocorreu em 1948, a coletoria que ele dirigia já estava passando por dificuldades na arrecadação. Cavalcanti (2005) fala das dificuldades econômicas que o município estava passando na década de 1950, e das péssimas condições das instalações das coletorias de Pesqueira (CAVALCANTI, 2005:193).

Diante das dificuldades ora apresentadas, podemos dizer que a entrada de Áurea Cavalcanti no comércio da renda Renascença, foi facilitada pela morte do seu marido, mas foi impulsionada, também, pela necessidade econômica. Ela

¹²³ As 1ª e 2ª Coletorias Federais de Pesqueira foram classificadas, através do Decreto nº 5.889 de 27 de junho de 1940, na categoria de 3ª classe em arrecadação, e a 3ª Coletoria na 4ª classificação. Com a Lei nº 1.293, de 27 de dezembro de 1950, no seu artigo 18 consta que as Coletorias Federais que, em três (3) exercícios sucessivos não arrecadarem renda anual superior a duzentos e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 240.000,00) poderão ser transformadas em Agências de Arrecadação, de acordo com os dispositivos do Capítulo III desta lei. No art. 70, temos que: Cada uma das Coletorias Federais, constantes do Anexo nº 7, será extinta quando apresentar claro na sua lotação de Coletor e na de Escrivão. A 2ª Coletoria Federal de Pesqueira já constava na relação do anexo 7 como passível de extinção, e foi concretizada através do decreto nº 30.003, de 20 de Setembro de 1951.

acompanhava todas as etapas de produção, cuidando de todos os detalhes. Seus artigos de renda Renascença eram feitos com desenhos criativos e acabamento impecável, que despertava o interesse da sua clientela. Como Áurea Cavalcanti era uma mulher bem relacionada no meio social, e as peças de renda criadas por ela tinham um criterioso padrão de qualidade, estas eram bem aceitas pela clientela mais exigente.



Ilustração nº 28, Bispo Dom Adelmo usando Renascença em 1952.

A vida social da família era bastante agitada. Em nota publicada no jornal A Voz de Pesqueira¹²⁴, pode se ver o anúncio da cerimônia de 1ª comunhão¹²⁵ celebrada por Dom Adelmo Machado das filhas do casal, Alcindo França e Cleonice em Pesqueira, Vera Lucia e Tânia Maria no dia 08 de junho de 1952, na Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e da festa que se seguiu na residência do casal, com a presença de várias personalidades da elite local. Na Ilustração nº 28,

¹²⁴ Sociais. A Voz de Pesqueira. Pesqueira, nº 55 em 15/06/1952, p 02.

¹²⁵ **Ilustração nº 28.** Primeira comunhão de Vera Lucia e Tânia Maria, acompanhada do Bispo Diocesano de Pesqueira, Dom Adelmo Machado. Tanto as meninas quanto o Bispo estão usando adornos em renda Renascença

podemos observar que as meninas e o próprio Bispo diocesano de Pesqueira estão usando roupas e paramentos ornados com renda Renascença, segundo Tânia França, foram desenhadas pela sua avó, Áurea Cavalcanti.

1.8 A Limpeza das Peças

Nas palavras de Odete Maciel, Áurea era bastante exigente quanto à limpeza das peças, que deveriam ser entregues sem lavar. Quando acontecia dos “trabalhos” como ela chama a peça produzida, serem entregues sujas, as meninas eram repreendidas. Maria das Mercês, uma senhora de 75 anos, que trabalhou fazendo encomendas para Guida Calado em Poção, e também para D. Áurea, nos disse que as meninas eram ameaçadas de não mais receber encomendas se as peças ficassem sujas. Na oportunidade, Dona Áurea, cortava o lado que estava sujo e não pagava. Mesmo assim, Maria das Mercês, afirma: “A Renascença foi uma bênção para Poção!” Nesta passagem há uma relação de poder explícita, Áurea Jatobá Cavalcanti, senhora bem conceituada na sociedade de formação cristã e de bons relacionamentos além de praticar ações assistenciais a essas meninas pobres, lhes oferecendo a oportunidade de arranjar um dinheirinho, retirava essas meninas da ociosidade, ou seja, estavam oferecendo uma oportunidade a estas pobres meninas de saírem da miséria absoluta, para entrarem no mundo das pessoas úteis e, talvez, economicamente ativas. Essa, também era a opinião de Elza Medeiros, quando dizia se orgulhar de não haver nenhuma menina em Poção sem trabalho. (MAIA, 1980,1997).

A memória da senhora Maria das Mercês às vezes fica um pouco confusa, lembra-se dos acontecimentos, mais troca alguns nomes. Suas lembranças se misturam com fatos mais recentes. Fala do pioneirismo de Lála, contando a mesma história que a população se acostumou a repetir, sobre a introdução da atividade da renda Renascença na Vila de Poção. Em seguida diz que Dona Vita ensinou a muitas meninas da vila a rendar. Lembra que trabalhou para Dona Vita e depois trabalhou para Dona Áurea, Sobre esse episódio, ela lembra que a senhora que lhe ensinou a fazer renda era uma pessoa de boa formação: “Dona Vita, ela também, uma pessoa educada, que estudou em colégio bom, em Recife. Parece que até no

Bom Pastor, se não me engano. Aí ela aprendeu lá também. D. Vita. Aí veio pra'qui e ensinou a gente. A gente tudo pequena”.

Uma das primeiras lições tomadas pelas pequenas rendeiras era o cuidado com a limpeza das peças. As rendas eram feitas com fios de algodão branco, mas o suor das mãos, provocado pelo manuseio dos fios poderia deixar as peças muito sujas. “D. Áurea mesmo cortou muitas vezes meu trabalho. Menina! Tu fizeste essa Renascença com as mãos sujas! Cortava na minha vista. Não se lavava, se lavasse, perdia o valor. Aí depois, inventaram de lavar, não se perdeu mais nada”. Com o tempo as rendeiras foram aprendendo as técnicas de lavagem das peças. Sobre a humilhação de ver o trabalho realizado por ela rejeitado, Maria das Mercês lembra que:

[A humilhação era] grande! E cortar na vista da gente, a casa cheia de gente! Que não só era d'aqui, vinha de Cimbres, vinha de Mutuca. Todo mundo vinha entregar renda nessa hora. Ela passava a tesoura e dizia: Menina! Se vocês não fizerem bem Alvim! Pois eu vou deixar de dá trabalhos a vocês. Aí a gente com medo de perder, Ave Maria! Lavava... A gente botava uma toalha molhada ali! Pra passar as mãos na toalha molhada para trabalhar. Outros botavam uma bacia com água.... É uma bênção de Jesus essa Renascença!

Maria das Mercês diz que também chegou a trabalhar para uma senhora chamada Benedita Pereira que vinha do Recife para comprar rendas em uma casa no Bairro do Prado, em Pesqueira. Elas viajavam semanalmente a cidade para entregar as encomendas: “Em cima de um caminhão, era o transporte que tinha. De oito em oito dias a gente ia levar o trabalho em Pesqueira. Tinha aquele saco. Levava no papel pra lá. [para] Elas emendarem. Cortava as peças em muitos pedaços”. O meio de transporte que as rendeiras utilizavam para se deslocar de Poção até Pesqueira na década de 1950 era o caminhão de Manuel Genuíno. “Manuel Genuíno. Só tinha ele aqui, que tinha o caminhão e a gente ia tudo em cima do caminhão. Quando a gente chegava ali, quando já tinha namorado que chegava em [no bairro da baixa grande] Baixa Grande, a gente descia do caminhão e chegava na rua de pé [na cidade a pé]”.

O depoimento de Maria das Mercês deixa transparecer um pouco dos traços do comportamento das meninas e de suas vaidades. O trabalho realizado por elas possibilitava ter certo rendimento para comprar seus objetos pessoais e alimentar suas vaidades. Descer do caminhão e vir a pé para a cidade podia significar que

elas estavam querendo apresentar-se, não como uma cabocla da serra, mas como uma moradora da cidade, daí a ousadia de descer do caminhão logo na entrada da cidade, para fazer o resto do trajeto a pé, como se fosse uma moradora da cidade.

Para uma comunidade que via o trabalho como única forma do pobre alcançar a redenção, sob pena de ser classificado como preguiçoso, era natural que as meninas arregimentadas para fazer renda, tivessem um comportamento entre a resignação e a revolta, que podia ser expressa de forma velada, através do boicote e da burla. Matos (2002) observou que o dia-a-dia de patrões e criados, na São Paulo das décadas do Século XX era repleto de resquícios das tradições escravistas. A empregada doméstica tinha todo o seu tempo e sua vida pessoal controlada pelo patrão, muitas vezes, só em troca de comida, cama e algumas roupas usadas (MATOS, 2002:170).

A rendeira, que assiste passiva às reclamações da patroa, pode de fato reconhecer que cometeu algum erro, e tentar não mais cometê-lo. Contudo, é possível também, que ela esteja tecendo, de forma errada propositadamente, justamente para causar prejuízos à sua contratante, ou ainda, que ela não reconheça que errou e volte a fazer a renda da mesma forma que havia feito anteriormente. Temos que algumas rendeiras, com o passar dos anos, foram adotando formas diferentes de fazer a renda Renascença. Este novo jeito de desenhar e tecer, de fazer experimentos com novas matérias, certamente causou algum conflito de interesse entre as partes. Quando a rendeira resolve não fazer renda, do mesmo jeito que havia sido determinado pela rendeira mestre, ela assume a responsabilidade pela possível má qualidade do produto. O mais comum, era o ponto ficar frouxo e maior do que o recomendado; A peça rendada ficar menor do que o desenho, usado como modelo para a produção, ou então, que houvesse mudança no modo de fazer e na variedade de pontos. Odete Maciel admite que nos anos 50, tudo era muito mais difícil. A vida era muito mais difícil do que hoje. Tinha que ser feito do jeito que havia sido determinado, por Maria Amélia ou Dona Áurea.

E a gente foi fazendo, e a gente mesmo começava... Mudando assim, inventando ponto. Porque hoje tem muitos pontos que foi a gente que inventou, não foi que aprendeu. A gente já com muita prática de Renascença, inventava aqueles pontos. Mas já porque Maria Amélia... já vinha os pontos dela tudo marcado. Ponto São Paulo, tudo era... foi de Maria Amélia. É! Eu sei *tudim, visse?*

As rendeiras trabalhavam com uma bacia e sabão ao lado, para que pudessem lavar as mãos, sempre que estivessem suadas. O suor nas peças rendadas era sinônimo de desleixo, e motivo de reclamação. Como dissemos anteriormente, a peça rendada era entregue sem lavar. Depois, Odete diz que Dona Áurea contratou uma pessoa para engomar as peças de renda:

Porque se sujasse e lavasse, ninguém queria, porque dizia que foi usada. Aí depois de certo tempo, foi que as foram se acostumando. Dona Áurea arranhou uma engomadeira aqui, que engomava muito bem, e ela ficou muito tempo engomando, mas quando a gente começou, não. Tinha que ser bem alvinho, bem arrematado, que a gente arrancava aquele trabalho, depois tinha que arrematar, bem arrematado pra poder entregar. Era muito complicado, *visse!* Hoje a gente faz no rolo, faz no meio da rua, faz em todo canto!

Se para Odete Cavalcanti Maciel, no tempo da sua juventude “era tudo muito difícil!” Certamente era porque a pobreza material lhe impossibilitava ter certas regalias. Odete Maciel só chegou a estudar até a segunda série primária em uma escola localizada na Vila de Poção. No entanto, para Cleonice Cavalcanti, que era filha de pessoas com melhores condições, a vida era bem mais fácil: “Naquele tempo tudo era mais fácil, minha mãe tinha quatro empregadas, sendo uma lavadeira. Como se vê, não havia necessidade de tantas auxiliares, em consequência o nosso tempo era usado para estudar e tocar piano” (CAVALCANTI, 2003: 138).

1.8 Rendeiras Construindo Autonomia

Quando Áurea Cavalcanti resolveu morar em Recife, Cleonice ficou encarregada de gerenciar os trabalhos e coordenar a sua equipe de rendeiras. Trabalho que realizou até o início da década de 1960, quando então decide separar-se do marido e resolve morar com os nove filhos em Recife. Sobre os trabalhos de renda Renascença que ela coordenava para sua mãe vender em Recife, ela diz: “Quando ainda em Pesqueira, eu a ajudava muito nos trabalhos de renda que ela foi uma das pioneiras em ensinar ao pessoal de Poção, sua cidade natal. Todos os desenhos da renda que ela fazia eram por ela própria, criados para suas clientes” (CAVALCANTI, 2003: 115).

Os desenhos de renda são padrões feitos, geralmente pelas artesãs mais criativas e habilidosas na arte do desenho. Na hierarquia da atividade da Renascença, a criadora de padrões fica quase sempre na escala hierárquica superior, são as chamadas rendeiras-mestres, ou artesãs mestres, comparadas com as funções que conhecemos hoje, de estilista. Contudo na década de 1950 a classificação mais comum para o profissional da arte de criação de moda e artigos dessa natureza era figurinista. Na outra ponta ficavam as costureiras e as rendeiras ou “trabalhadeiras” encarregadas de tecer a renda com os tipos de pontos que foram estabelecidos anteriormente pela rendeira-mestre (OSORIO, 1983:04). Assim sendo, temos que Áurea criava os desenhos e se encarregava de apresentá-las ao público consumidor, e as rendeiras comandadas por Odete e Cleonice teciam as rendas. Não sendo muito diferente do que está ocorrendo na atualidade, a diferença é que no passado, os desenhos eram efetivamente criados por um número reduzido de mulheres, geralmente, escolarizadas e possuidoras de capital suficiente para financiar a compra da matéria prima para a produção e o pagamento do trabalho das rendeiras, ou seja, eram empreendedoras, vindas, principalmente das classes mais abastadas, como Áurea Cavalcanti, Vita Pereira e Consuelo Trevas Cavalcanti.

Hoje, no entanto, a arte da criação dos padrões está disseminada por um número maior de pessoas, O SEBRAE - Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, juntamente com alguns órgãos estaduais de apoio ao artesão têm realizados cursos de aperfeiçoamento e *design*, introduzindo novas técnicas e diferentes padrões que estão enriquecendo e dando um novo fôlego a atividade rendeira da Renascença. No passado, as rendeiras operárias mais astutas, faziam cópias dos padrões criados pelas rendeiras-mestres e espalhavam para as amigas e conhecimento das outras rendeiras, para que as mesmas soubessem quais eram os modelos e tipos de renda que estavam sendo mais requisitadas pelas “compradeiras” de renda. Hoje, elas criam seus próprios desenhos. Temos agora, as condições criadas para que houvesse iniciativas particulares e a existência de produção excedente. O aparecimento da feira de renda em Poção e depois em Pesqueira veio provavelmente do aumento desse excedente.

Rendeiras de vários povoados e vilas do município de Monteiro no Estado da Paraíba passaram a frequentar com mais assiduidade às feiras de Poção e de Pesqueira. Christus Nóbrega (2005) apresenta um elenco de antigas rendeiras que

aprenderam o ofício nas suas andanças por Poção ou por intermédio das encarregadas contratadas por: Áurea Cavalcanti, como, Elza Medeiros e Odete Maciel; por intermédio de Dona Consuelo Cavalcanti, que morava em Pesqueira, mas que mantinha contato frequente com os moradores de Poção, ou ainda com, de Guida Calado. De Camalaú, Nóbrega (2005) apresenta Maria José de Lima, que aprendeu a tecer quando foi morar em Poção em 1948; De São João do Tigre, a rendeira, Maria Olava, quando veio para Poção em 1952; Em Zabelê, temos Quitéria Inácia, Josefa Teixeira e Antônia Bezerra Oliveira, que aprenderam a tecer em Poção no início da década de 1950. Todas estas rendeiras são mulheres simples, vindas das classes populares, mas que hoje aparentam viver em um padrão de vida bem diferente daquele que elas estavam vivendo no passado (NÓBREGA, 2005: 1950/60).

Depois de Passar alguns anos morando em Poção, no ano de 1974, Marieta Monteiro Xavier¹²⁶ resolveu morar em Pesqueira, para dar prosseguimento aos estudos dos filhos. Trabalhou como professora da prefeitura de Pesqueira e do SESI ensinando a bordar e a fazer renda, durante 10 anos, em turmas que recebiam crianças a partir de seis, ou sete anos de idade. O SESI – Serviço Social da Indústria instalado em Pesqueira em 01 de junho de 1948 prestava assistência médica e odontológica aos funcionários das indústrias, além de oferecer cursos regulares do 1º grau, madureza e profissionalizantes; culinária; bordados e, corte e costura para a população em geral. Fátima, a filha de Marieta, chegou a trabalhar como supervisora do SESI, e segundo Marieta Xavier, Fátima viajava mensalmente ao Recife para prestar contas à direção da entidade, nestas viagens levava sempre consigo algumas peças de renda para vender na Casa da Cultura de Pernambuco, o mercado de artesanato do Recife que funciona na antiga Casa de Detenção do Recife, localizado próximo a Estação Ferroviária do Recife.

¹²⁶Marieta Monteiro Xavier nasceu em 17 de junho de 1932, no Sítio do Meio, município de Brejo da Madre de Deus, atual município de Jataúba, na divisa com o município de Poção, filha do Senhor Antônio Sidrônio Mergulhão e Eulina Monteiro Mergulhão, de uma família de 10 irmãos. Casou-se aos 24 anos de idade com Antônio Alves Xavier, vindo a morar no Sítio Manuel Marques. Teve três filhas e um filho, duas delas: Fátima e Eulina trabalham atualmente com renda Renascença. Seu Pai, Antônio Sidrônio era produtor de bananas.

Sobre sua escolaridade, diz que só estudou até a quarta série, tendo como professora, a senhora Epifânia, como era comum às meninas daquela época, lembrando que tudo era muito difícil e que hoje, tudo são flores.

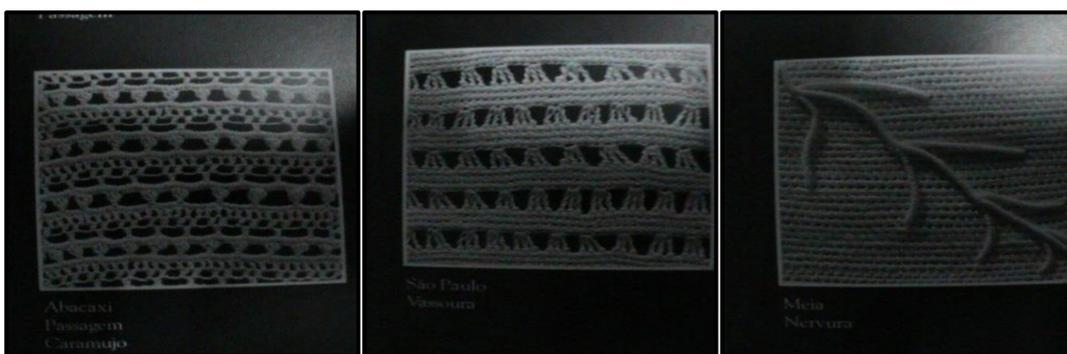
Hoje, Dona Marieta Xavier comanda juntamente com sua filha Fátima a produção de renda Renascença, gerando empregos diretos e indiretos para abastecer suas lojas espalhadas pelo Recife, São Paulo e Salvador, com a marca FR - Fátima Rendas. Quando perguntada sobre o processo de criação dos desenhos, Dona Marieta responde:

A inspiração é minha e de Fátima. Onde Fátima viaja ela vê uma flor ela fotografa, ela vê uma paisagem ela fotografa, para por essa imagem da fotografia a gente desenhar as rendas. Vai se inspirando no que a gente vê, uma rosa, qualquer coisa a gente vai... Como um galho desse [aponta], a pessoa se inspira nele pra poder fazer a renda.

Zelina Faustino e Francisca Gomes não tiveram a mesma sorte que Marieta Xavier, morando distante da cidade, elas não tiveram a oportunidade de frequentar a escola regular, contudo os moradores dos núcleos urbanos, como a Vila de Poção, a Vila de Cimbres e a sede do município, contavam com escolas regulares dedicadas aos primeiros anos de escolaridade, os mais abastados, no entanto, ou mandavam seus filhos estudarem na capital, como foi o caso de Áurea Cavalcanti, que foi interna do Colégio São José em Recife, ou estudavam no Colégio Santa Doroteia em Pesqueira, como foi o caso da filha de Áurea, Cleonice Cavalcanti.

Os primeiros trabalhos de renda Renascença produzidos no município de Pesqueira eram feitos exclusivamente por pessoas do sexo feminino. Essa prática, no entanto, foi sendo modificada aos poucos pela comunidade, que via nessa atividade a possibilidade de obter um aumento do rendimento familiar, mas é também um claro sinal de como ela estava ficando exposta à exploração. A renda era produzida no interior de suas residências sem horário pré-determinado, ou seja, o tempo era possivelmente maior do que o estipulado pelas leis trabalhistas, uma vez que o pagamento era feito por tarefas; Não contava como tempo de serviço para fins de aposentadoria; Utilizava mão de obra infantil e o pagamento era abaixo do mercado, uma vez que esta atividade era vista como lúdica e educativa, e nunca como uma atividade econômica que devesse suprir as necessidades básicas de uma família.

Como vimos no Capítulo II, a renda passou por vários processos de mudanças e de adaptações que ocorreram, na maioria das vezes, de forma espontânea e em outras através da ação deliberada de algum burocrata de Estado, como foi o caso da introdução da renda na França, no reinado de Luiz XIV, através do ministro das finanças, Jean Baptist Colbert. Por ter sido por muito tempo um artigo de luxo, e bastante desejado pelas cortes europeias, a renda chegou a ser produzida em várias localidades da Europa, recebendo influência das mais diferentes culturas.



nº 29

Ilustração nº 30

Ilustração nº 31

Ilustração

Em cada região onde esta atividade era desenvolvida, podia-se ver um estilo diferente de fazer, um material novo para confeccionar e novas possibilidades de uso. As comunidades envolvidas na produção estavam sempre inovando, inventando e reinventando técnicas de produção. Os pontos passaram a ser designados por nomes de uso comum à comunidade, como o ponto; pipoca, xerém, vassourinha, abacaxi, caramujo, etc. Em cada lugar, em cada comunidade existia sempre uma maneira diferente de fazer adaptada à realidade do lugar. Na França de Colbert, a renda era produzida em amplos galpões que abrigava dezenas de mulheres para produzir em sistema de manufatura. Era conveniente para a França, ter o controle de entrada e saída das rendeiras, bem como o acompanhamento sistemático da qualidade e do volume da produção. Embora saibamos que as mulheres de Alençon, Bourges e Issoudun, tenham se levantado contra a produção confinada nos galpões (PERROT, 1988: 32), esse foi um evento que aconteceu em uma época que a renda era considerada um bem muito valioso, que chegou a desequilibrar a balança comercial francesa. Era, portanto, uma política de Estado.

A renda Renascença produzida no município de Pesqueira, em sua primeira fase, era ensinada em uma escola localizada na vila de Poção. Depois ela percorreu

outros caminhos, até chegar ao domicílio das moças da região, através da própria iniciativa ou então por iniciativa das agenciadoras, mulheres que contratavam rendeiras para tecer para elas. O trabalho das rendeiras era realizado na residência da própria, mesmo já existindo na cidade práticas de produção industrial em lugares específicos para fins industriais. Apesar da liberdade que as rendeiras tinham de poder trabalhar nos intervalos dos afazeres domésticos, havia rigor e vigilância. A principal consequência foi o barateamento dos custos. Como a renda era sempre vista como uma atividade complementar da renda familiar, o serviço pago pela mão de obra era sempre irrisório, especialmente quando o trabalho era realizado por crianças.

Sobre Maria Amélia, Marieta disse não ter chegado a conhecê-la, mas havia trabalhado para Benedita e Terezinha Primo, que faziam encomendas para ela. Segundo Marieta, as rendas encomendadas por Maria Amélia eram feitas com desenhos encaracolados, com pontos do tipo São paulo¹²⁷. Concordando com a opinião de Odete Cavalcanti Maciel, Marieta Xavier diz que no passado as rendas eram muito pobres, com uma variedade de pontos muito precária: “Antigamente não se exigia tanto, porque hoje a gente exige muito, cobrando da pessoa pra fazer pontos diferentes, e antigamente não, era São Paulo, Pipoca, Vassourinha, Caramujo, só *era* os pontos que *existia* né”? Hoje já tem a Nervura¹²⁸.

Não sabemos exatamente qual foi o ano em que Maria Amélia veio a Pesqueira, nem quais foram os reais motivos que teriam levado essa senhora, a fazer essas encomendas. É possível que tenha ficado encantada com a beleza das peças e admirada com a habilidade das rendeiras do lugar, mas também é possível que Maria Amélia tenha vindo a Pesqueira exatamente no período de estiagem, e tenha ficado comovida com o flagelo da seca.

As notícias que corriam na imprensa do centro-sul sobre a seca do Nordeste brasileiro no ano de 1951/53 eram as mais pessimistas possíveis. Ao chegar a Pesqueira, Maria Amélia pode ter visto cenas do flagelo da seca pelas ruas da cidade, com homens, mulheres e crianças famintas, vivendo de esmolas e da

¹²⁷ Ilustração nº 30 Ponto são paulo e vassourinha e Ilustração nº 31. Ponto nervura. Nóbrega. Renascença: uma arte de ofício paraibana. SEBRAE, 200. p, 154 a 159

¹²⁸ Ilustração nº 29, ponto passagem com caramujo; Ilustração nº 31, ponto nervura

caridade das pessoas. Os jornais¹²⁹ da cidade falam do trabalho realizado pelos órgãos de assistência aos desvalidos, como a Sociedade de São Vicente de Paulo¹³⁰, juntamente com o Dispensário dos Pobres¹³¹, instalado no Bairro do Prado, e também da iniciativa do Presidente da Liga de Proteção à Maternidade e à Infância, Dr. Carlito Didier Pitta para coordenar a construção de um Posto de Puericultura no Bairro da Pitanga, um dos bairros mais pobres da cidade, para prestar assistência às crianças carentes daquela localidade (CAVALCANTI, 2005:229/230). Cronistas como o senhor Luiz de Oliveira Neves escreveram sobre o crescimento da mortalidade infantil no município, em decorrência da miséria. “Ou se incrementa a campanha contra a mortalidade infantil no Brasil ou a mortalidade infantil acaba com o Brasil.”¹³²

TABELA VII

MORTALIDADE INFANTIL EM PESQUEIRA	
ANO	NATIMORTOS E MENORES DE UM ANO
1946	237
1947	245
1948	231
1949	220
1950	148
1951	400 ¹³³

Fonte: A Voz de Pesqueira. 6/01/1952. P. 1.

Em outra frente, era anunciada pelo jornal A voz de Pesqueira, o lançamento da pedra fundamental das Escolas Profissionais Diocesanas que teria a finalidade

¹²⁹ Festiva Inauguração do Posto de Puericultura de Pesqueira. A Voz de Pesqueira nº 14 de 27/01/1952, p 02.

¹³⁰ A Conferência de São Vicente de Paulo de Pesqueira, fundada em 1904 por: José Didier do Rego Maciel (proprietário da Fábrica Rosa), Didier do Rego Maciel, João do Rego Maciel, Paschoal de Carvalho, Sebastião de Carvalho Cavalcanti, Antônio Ferreira Ventura e Luiz Nepomuceno de Siqueira. A confraria fornecia remédios, gêneros alimentícios, auxílio funeral, roupas, cobertores. A Voz de Pesqueira. Sobre os Fundadores da Sociedade Vicentina. Pesqueira, 21/06/1953, p 03.

¹³¹ Dispensário dos Pobres, inaugurado em 15 de julho de 1939.

¹³² A Voz de Pesqueira. 06/06/1951. p, 01.

¹³³ O articulista, Luiz de Oliveira Neves, autor desta matéria, era Secretário municipal de Pesqueira no governo do Prefeito, Laércio Vilela Valença. Em 1955, foi eleito ao lado de Manuel Tenório de Brito, Vice-Prefeito de Pesqueira. Os números de mortos apresentado para o ano de 1951 é um prognóstico, uma vez que o mesmo só dispunha de dados relativos ao primeiro semestre do ano, com 188 crianças mortas.

de ensinar artes de ofício aos filhos dos operários residentes no município¹³⁴, como corte e costura para moças, serraria, aparelhamento de móveis, funilaria, sapataria e aulas de supletivo. A grande preocupação da sociedade pesqueira era garantir aquele contingente populacional que perambulava pelas ruas da cidade, que os mesmos fossem assistidos por uma instituição pública. A população reclamava do aumento de roubos e furtos na cidade, além do receio de que houvesse saques. Ademais, a iluminação pública das principais ruas e praças da cidade, era feita através de gerador, que só funcionava até as 22h00min h. Hilton Sette considerou que Pesqueira era um centro industrial que convergia para si, “desempregados e desajustados sociais” (SETTE, 1956: 95). O medo e a insegurança gerados pelo aumento do número de mendigos e de flagelados andando pelas ruas da cidade, levou o poder público a tomar algumas medidas para disciplinar a presença de mendigos na cidade, com os artigos 75,76 e 77 do Código de Posturas do Município.

SECÇÃO II

Da Mendicância

Art. 75 – Não será tolerada a mendicância na cidade, vilas e povoados.

Paragrafo único. Não estão incluídas neste artigo as pessoas que pedem auxílio para casas de caridade ou instituições de beneficência.

Art. 76 – A Prefeitura manterá acordo com as diretorias dos asilos, Dispensários, Abrigos e demais instituições congêneres, com a finalidade de ali serem internados os mendigos e menores abandonados, contribuindo a municipalidade com uma subvenção anual fixada em lei.

Paragrafo único - Os mendigos de outras procedências encontrados pelas ruas da cidade. Vilas e povoados serão entregues à polícia para recambiá-los para fora do município.

Art. 77 – só será feita a inscrição de mendigos naturais do município ou que nele tenham residências há mais de dois anos. (Lei Municipal nº 140 de 27 de março de 1951)

Em outra ação, por iniciativa do subprefeito Austro Maciel, foi realizada uma campanha para criação de uma vigilância noturna, que recebeu o apoio decisivo do Bispo Dom Adelmo Machado e da elite local. A Guarda Noturna¹³⁵ entrou em operação no dia 09 de maio do ano de 1952, com 4 guardas, e era mantida através de subvenções públicas e de doações. Em seu regulamento pode ser encontrado atribuições relacionadas a vigilância e o cumprimento do Código de Posturas

¹³⁴ Escolas Profissionais Diocesanas. A Voz de Pesqueira, nº 28, 11/05/1952, p. 02.

¹³⁵ Jornal A Voz de Pesqueira. Pesqueira. nº 30 de 26/05/1952.

Municipal, criado no ano anterior. Sobre a prática da mendicância na cidade temos a determinação regulamentar do artigo 33, publicado no jornal A Voz de Pesqueira.

Art. 33

D) Prender e conduzir à delegacia de Policia as pessoas encontradas com instrumentos próprios para roubar, as pessoas encontradas na prática de qualquer crime ou em fuga, perseguido pelo clamor público, os pronunciados a prisão ou não afiançados contra os quais conste mandato de prisão expedido por autoridade competente, os que derem causa a acidentes nas praças públicas, os que trouxerem consigo armas proibidas, sem licença da autoridade competente e os que forem encontrados na prática de atos ofensivos à moral pública.

E) Prender e conduzir ainda à delegacia de polícia:

F) Os que perturbarem o sossego público com vozerias e que não tenham atendido as admoestações que lhes tenham sido feitas;

II - G) Os vadios, turbulentos, bêbados habituais e prostitutas que ofendam a moral;

III) Os mendigos e menores que andarem vagando à noite pelas ruas;

IV) Os que estiverem a danificar a arborização da cidade e os edifícios públicos (Regulamento da Segurança Noturna. A Voz de Pesqueira, nº 48 de 28/09/1952, p03).

Se Maria Amélia esteve em Pesqueira na década de 1950, é bem possível que tenha encontrado uma cidade aparentemente rica, mas com suas rua e praças tomadas de pobres e desvalidos, vítimas provavelmente da seca. E nas casas das ricas senhoras da sociedade pesqueirense, a presença de esqueléticas meninas, filhas de camponeses que eram amparadas por elas, num possível gesto de caridade, para ajudar nos afazeres da casa. Esse tipo de atitude era muito comum, uma vez que o trabalho era visto como a única alternativa viável para que estas famílias saíssem da miséria em que se encontravam. Frei Gil Bonfim pregava em sua coluna semanal no jornal A Voz de Pesqueira, o discurso Liberal Cristão, exaltando o trabalho, dizendo que o mesmo retirava as pessoas do caminho da perdição e afastava-os do vício da preguiça, da bebedeira, da concupiscência e da vadiagem. O trabalho, portanto, era exaltado como instrumento de disciplina, que ocupava a mente das pessoas, levando-as à prosperidade e à resignação cristã. Assim, podíamos ver no noticiário local notas como essa:

Ladra Presa

Terezinha Cavalcanti é uma ladra, que há tempos foi presa nesta cidade, tendo sido deportada. Agora chegou, depois de alguns anos, e começou a mesma vida. Além de vadia, dá-se ao vício da embriaguez. Chega nas casas bancando a indigente, pedindo comida, e depois que está se

servindo, aproveita um descuido, e lá se vão os objetos para a bolsa da mesma. Foi descoberto a sua sabedoria, pois furtou em umas três casas da cidade. Terezinha foi presa, e depois do “devido corretivo” posta em liberdade, com ordem de deixar em paz as donas de casa (A Voz de Pesqueira. Pesqueira em 21/08/1955, p,04)

Ao contratar Guida Calado para que a mesma arregimentasse algumas garotas para fazer rendas para ela, Maria Amélia estaria, provavelmente, imbuída do espírito de caridade cristã. Sem abrir mão, entretanto, da oportunidade de aproveitar a mão de obra barata local para produzir um tipo de mercadoria que seria bem aceito pela sua clientela e que lhe renderia bons lucros.



Ilustração nº 32, matéria prima utilizada na produção de renda

Odete Cavalcanti Maciel aponta a senhora Maria Amélia como sendo a mulher que deu um novo impulso a atividade rendeira na região, introduzindo novos padrões, novos pontos e utilizando um tipo de fio mercerizado que só era encontrado no sul do país. Os fios Mercer Crochet, das Linhas Corrente, eram mais grossos, facilitando o trabalho e deixando a renda com aspecto mais agradável. Antes de adotarem a linha Mercer Crochet, elas utilizavam a linha da marca Singer, nº 20, que era mais fina, mas o trabalho ficava muito cansativo, porque levava mais tempo para a feitura da renda.

Os padrões enviados por Maria Amélia de São Paulo para Guida Calado providenciar as rendas já vinham com a indicação dos tipos de pontos que deveriam

ser feitos. Odete diz que Maria Amélia foi a responsável pelo enriquecimento da Renascença em Pesqueira. Ela disse que antes da chegada de Maria Amélia a Renascença feita em Pesqueira era muito pobre¹³⁶, não tinha muita variedade de pontos.

Era diferente do nosso, o nosso era muito simples. Só era dois por dois. Dois com uma passagenzinha passando só a linha; Ponto xerém; Abacaxi, e..., e, como é... A renda... Era sianinha, mas aquela sianinha bem diferente, bem bestinha, era uma sianinha bem besta, que a gente, não é como hoje que a gente vê, tem a sianinha de laço, tem aquela de (?), não é aquelas não, *era* outras.

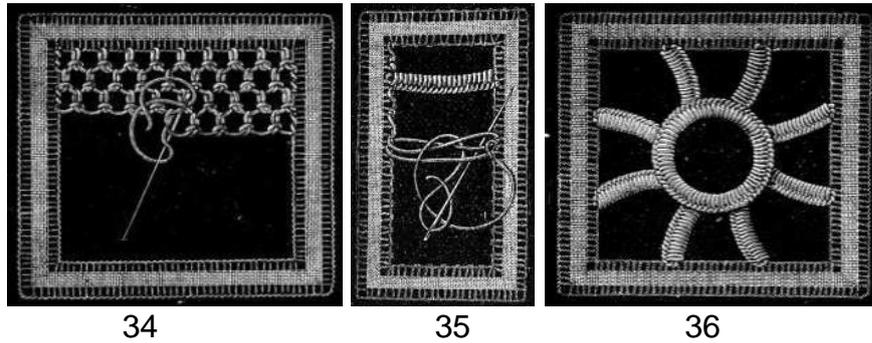


Ilustração nº 33, detalhes da renda produzida em 1952

Como podemos ver, os pontos apresentados neste paramento, são simples e de pouca variedade. Fazem parte da variedade de pontos presentes na Enciclopédia de Trabalhos Manuais, de Thérèse de Dillmont. Esta enciclopédia foi editada no ano de 1886, pela D.M.C, e a senhora Dillmont, morreu no ano de 1890. Os clichês apresentados abaixo (Ilustrações nº 34, 35 e 36) são, portanto do final do século XIX¹³⁷.

¹³⁶ Podemos ver através dos detalhe da Ilustração nº 33, pouca variedade de pontos, no paramento rendado usado pelo Bispo diocesano de Pesqueira, Dom Adelmo Machado, em 1952.

¹³⁷ Nome popular dos pontos em Pesqueira. Ilustração nº 34, ponto simples; Ilustração nº 35, ponto tipo pauzinho; Ilustração nº 36, aranha; Ilustração nº 37, caramujo; Ilustração nº 38, São Paulo com



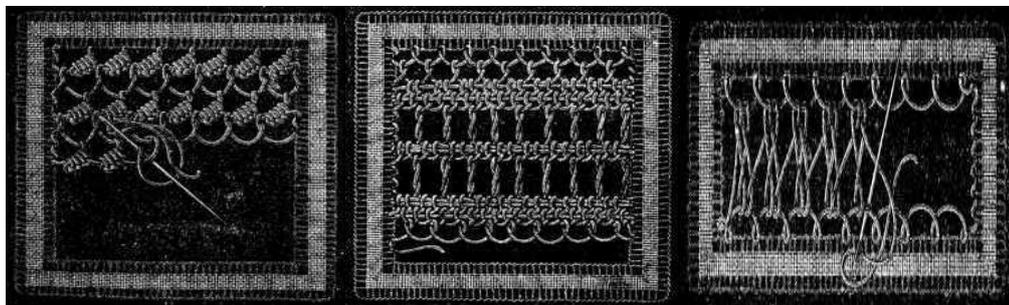
34

35

36

Com a chegada de Maria Amélia Pesqueira, as rendeiras da região passaram a conhecer novos tipos de pontos e a experimentar novos trançados. Odete Maciel diz que:

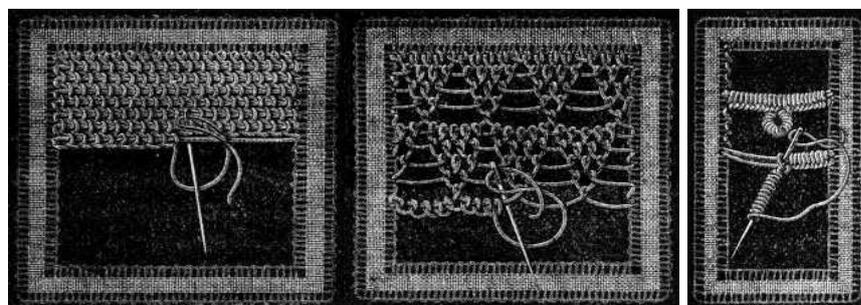
O ponto São Paulo foi de Maria Amélia, aquele que tem uma passagenzinha. Tudo foi ponto de Maria Amélia; Traça, foi ela quem mandou; Malha, a malha porque hoje só tem mais *pauzinho*, a gente só fazia *pauzinho*, já a malha já foi gestão dela. Aí ela mandou a linha Mercer Crochet de São Paulo, e nós pegamos muita coisa dela.



37

38

39



40

41

42

passagem; Ilustração nº 39, sianinha; Ilustração nº 40, Ponto fechado; Ilustração nº 41, ponto torre; Ilustração nº 42, ponto malha. Ilustrações nº 34 a 42. DILMONT, Thérèse de. Encyclopédie des Ouvrages de Dames. Dornach (Alsace): Bibliothèque D.M.C (b). Fig nº 906, p 612; Fig nº 917, p 617; Fig nº 878, p 603; Fig nº 908, p, 614; Fig nº 899, p, 610; Fig nº 868, p, 600.

Alguns dos pontos apresentados por Odete Maciel, como sendo da época de Maria Amélia, não estão presentes na Enciclopédia de Dillmont, como o ponto traça, ou então, o ponto nervura, mencionado por Marieta Xavier. Foram certamente introduzidos na região por outras pessoas, seja através de uma invenção local, ou através de novas influências. É sabido que existiam instituições de ensino de práticas manuais instaladas no Brasil direcionadas para o sexo feminino, como mencionado no Capítulo I, de várias nacionalidades. É possível, portanto, que a renda produzida em Pesqueira, tenha sofrido também, a influência de variados tipos de rendas. A renda foi pouco a pouco sendo enriquecida com novos pontos e novos desenhos.

A senhora Guida Calado ficou encarregada de coordenar a produção de renda na Vila de Poção para Maria Amélia e Elza Medeiros ficou encarregada, na mesma Vila de Poção, das encomendas da senhora Áurea Jatobá Cavalcanti, que morava em Pesqueira. Odete Maciel, que na época era aluna-rendeira de Elza Medeiros, confessa que os desenhos e pontos criados por Maria Amélia eram muito bonitos e que chegou a copiar aqueles desenhos escondida.

A rendeira Maria das Mercês diz que Maria Amélia só veio uma única vez a Pesqueira: “Quando ela veio era mesmo que ver um padre, todo mundo fazia fila, que trabalhava para Maria Pastora [Elza Medeiros] queria conhecer Maria Amélia. Ainda hoje eu vejo muitos riscos [padrões] parecidos com os dela”. Sobre a qualidade da matéria-prima utilizada para a produção da Renascença, ela fala que o melhor lacê, aquela fitinha que é usada para fazer os contornos do desenho, era o da YPU, fábrica localizada na cidade de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro. “E a gente trabalhava no início não era em lacê. Era soutache. É bem fininho. Até parece que eu tenho uma blusa que tem.”, em seguida diz que conheceu outro tipo de lacê: “Depois, Lála conseguiu de uma senhora do Recife, ensinar Tru Tru. Era o nome do lacê. Era uma espécie bem grossa. Dura de trabalhar. Eu só trabalhava de dedal. Sabe o que é dedal né?”

Pelo depoimento de Maria das Mercês, podemos dizer que no início da atividade rendeira na região não havia uniformidade de matérias-primas. As rendeiras foram fazendo experimentações de materiais até chegar ao tipo de renda

que conhecemos hoje; que os desenhos¹³⁸ (Ilustração nº 43), que ela chama de “riscos”, eram elaborados pelas rendeiras mestres, aquelas mais habilidosas na arte do desenho, como Áurea Cavalcanti, Maria Amélia, Consuelo Cavalcanti e Vita Pereira. As rendeiras operárias tinham o hábito de copiar os desenhos de renda, usando papel transparente para riscar o molde.

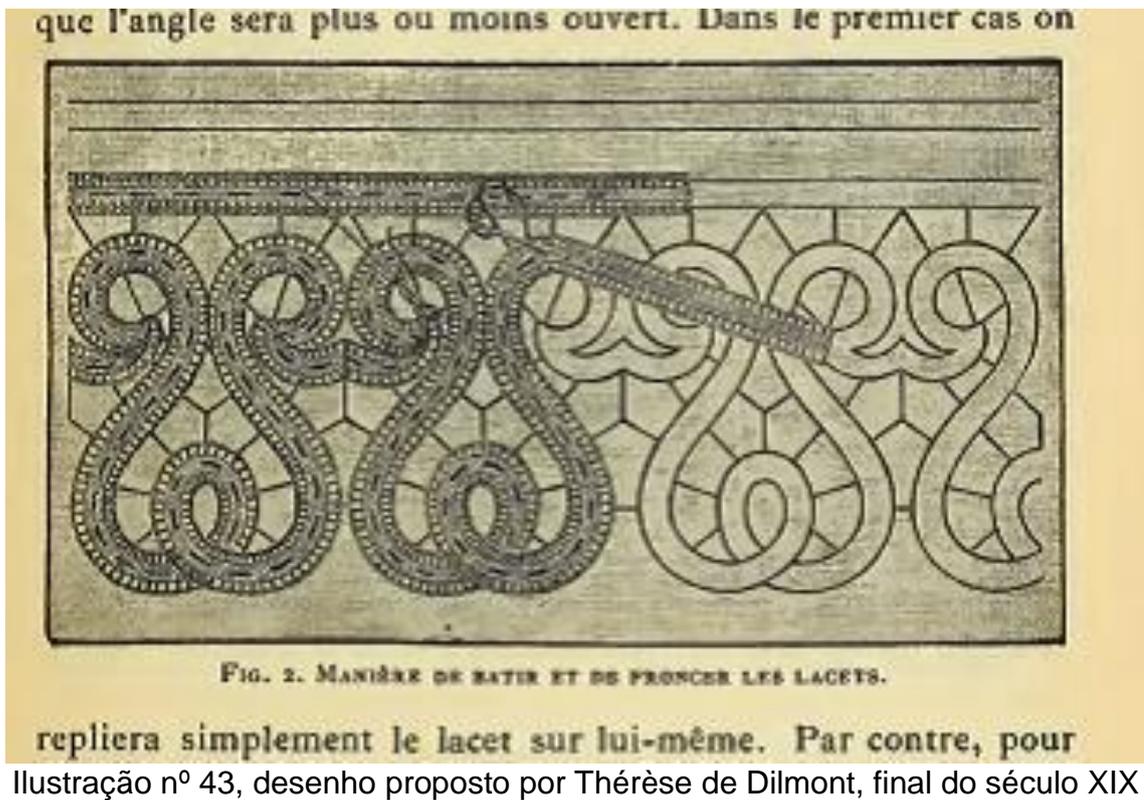


Ilustração nº 43, desenho proposto por Thérèse de Dilmont, final do século XIX



Ilustração nº 44, novos padrões

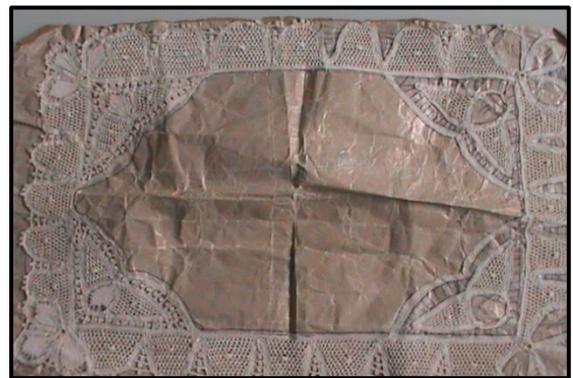


Ilustração nº 45, novos padrões

¹³⁸ Ilustração nº 42. Desenhos: DILLMONT, Thérèse de. La Dentelle Renaissance. Mulhouse, (Alsace): Bibliothèque D.M.C (a), p, 07. As Ilustrações nº 44 e 45 são padrões utilizados atualmente pelas rendeiras de Pesqueira.

Se os anos da década de 1950 marcam o crescimento do êxodo rural em direção as cidades, a década de 1960 é apresentada como o período de maior fluxo de pesqueirenses para outras cidades, especialmente para o Recife. As dificuldades econômicas levaram algumas indústrias locais a cerrar suas portas, enfraquecendo ainda mais a economia local. Esse episódio pode ser apontado como um dos principais motivadores do êxodo de pesqueirenses medianos para o Recife, mas também é possível que essa ação migratória tenha ocorrido por contas das necessidades de qualificação profissional. A cidade de Pesqueira dos anos de 1950 não dispunha de faculdades e ou de escolas profissionalizantes capazes de atender a demanda dos seus moradores. Como a economia local não estava mais oferecendo condições de empregabilidade como no passado, o pesqueirense melhor qualificado passou a residir na capital, onde teria maiores chances de realização profissional. Tempos depois, seriam seus pais que iriam morar na capital.

Quando Áurea Cavalcanti resolveu morar em Recife, alguns de seus filhos já estavam morando por lá, além da irmã Judite, que era casada com Oswaldo da Costa Lima, e de Laiete Jatobá. Da mesma forma ocorreu com a saída de Cleonice para o Recife, com a filha Tânia, que também já estava morando na capital. Outras personalidades da vida política e econômica passaram a morar em Recife, como o proprietário do jornal A Voz de Pesqueira, Eugênio Maciel Chacon, o ex-prefeito Luiz de Oliveira Neves, Pedro Santa Cruz, Dona Lanuza, Maria Helena Trevas Campos, Audálio Alves, Gilvan de Almeida Maciel e tantos outros.

O número de pesqueirenses morando em Recife era tão expressivo, que a chamada, GNP - Grande Nação Pesqueirense, organização de pesqueirenses radicados em Recife, composta em sua maioria por ex-alunos dos Colégios Cristo Rei e Santa Dorotéia, resolveram se reunir mensalmente, sempre no segundo sábado de cada mês, no Circulo Militar do Recife da Avenida Agamenon Magalhães e a editar um jornal chamado O Coloniano, para falar de temas do interesse da chamada “colônia” pesqueirense e celebrar as amizades de forma festiva.

Vimos que, enquanto um determinado seguimento social do município decide migrar do campo para a cidade, outro grupo, percebendo que a economia local estava em declínio, resolve migrar para a capital a procura de melhores condições de vida. A cidade é de quem nela vive e constrói todos os dias, seus projetos de

vida. Com a saída das antigas damas da sociedade pesqueira do ramo da Renascença, as rendeiras-mestres assumem o posto de comando na hierarquia da cadeia produtiva da renda, determinando quais os produtos e em que condições queriam que fossem feitas as rendas, atendendo não só ao interesse dos clientes, mas também atendendo aos interesses da própria rendeira. Temos então o estabelecimento de um novo modo de fazer renda, agora com mais liberdade de ação.

Odete Maciel fala das experiências e experimentações realizadas pelas primeiras rendeiras que resultaram na utilização de novos tipos de pontos, de novos padrões e de novas maneiras de tecer. Não era exatamente o que as contratantes queriam, mas era uma atitude de ousadia, ou mesmo uma tentativa de burlar a rigidez das tarefas, para fazer renda da forma mais conveniente. Foi certamente a partir dessas ousadias, que a rendeira de Renascença desenvolveu esse novo tipo de renda, que é produzida hoje no Estado de Pernambuco, bem diferente da renda produzida na Europa. O saber fazer regional de renda Renascença é certamente consequência das misturas culturais que ocorreram na região, com rendeiras que aprenderam a rendar com freiras italianas, belgas, francesas, etc., quando estudaram nas escolas da capital; que experimentaram modelos vindos de São Paulo enviados por Maria Amélia, e certamente de outras clientes, vindas das mais diferentes regiões do país, utilizando os mais diferentes materiais. É uma renda diferente, própria do lugar, que sofreu a influência de várias culturas, tanto de nacionalidades, quanto de classes sociais. É, portanto, uma renda híbrida.

Ao analisarmos o depoimento de Odete Maciel sobre a divisão de tarefas, poderíamos fazer referência ao modo de produção desenvolvida na Europa, mas as motivações, certamente seriam outras. Odete fala em motivações individuais e de ordem prática. As motivações das manufaturas francesas eram certamente de ordem econômica.

Depois a gente foi se habituando mais e tomando mais experiência. Aí a gente dividia aquele trabalho pra duas, três... [partes] Porque era muito pra uma pessoa fazer, passava muito tempo pra uma só fazer, não sabe? Passava muito tempo. Pensa que era com um mês, nem dois, era muito mais, era de três meses pra lá, para tecer uma colcha. Aí as vezes a pessoa estava *vexada* pra casar, queria isso, isso, isso. Aí a gente começou partindo os quartos. Uma fazia um quarto, outra fazia outro. Quando terminava, emendava. Emendava aquilo tudo e ficava perfeito. Mas no começo era, tinha que ver! Fosse uma toalha redonda, era a conta de uma

peessoa. Se fosse uma de três metros, era a conta de um. Se fosse uma colcha, era de um. Cada um que fizesse a sua parte todinha, com sacrifício, visse?

A rendeira de Renascença foi pouco a pouco conquistando a sua autonomia, fazendo elas mesmas os desenhos, modificando estruturas e introduzido novas maneiras de fazer. Com a conquista desta autonomia, a renda passa a ter novos significados e a desencadear novos olhares. A rendeira estava passando a ser vista como possuidora de um saber fazer específico, próprio de um dado grupo de pessoas. Seguindo o entendimento de William (1992:13) sobre o termo cultura, como sendo um sistema de significados de uma determinada ordem social que é comunicada, experienciada e reproduzida, podemos dizer que as rendeiras da região instituíram uma cultura própria de produção de renda, “modo de vida global’ de determinado povo ou de algum outro grupo social.” (WILLIAM, 1992:11). As novas maneiras de fazer renda eram socializadas na comunidade, seja através do olhar atento das meninas no trabalho realizado pela mãe ou pelas irmãs, seja pela socialização dos desenhos para as outras rendeiras da região. Essas atitudes fizeram dessa atividade, um trabalho comunitário e híbrido, onde pode ser vista a participação, não de uma pessoa específica, mas de várias, não de uma cultura específica, mas de várias.

A história que se conta sobre a introdução da atividade artesanal da renda Renascença no município de Pesqueira, em meados da década de 1930 é que ela teria se dado a partir da iniciativa unilateral da senhora Elza Medeiros, ao trair a amiga Maria Pastora, instalando uma escola para ensinar às meninas da Vila de Poção a fazer renda. Isso nos leva a questionar se a não existência de Elza Medeiros, ou a falta de ação dela, teria eliminado a possibilidade do desenvolvimento dessa atividade na região. A existência de Elza Medeiros no meio desse processo como principal motivadora do desenvolvimento da atividade artesanal da renda nos leva a produzir uma história factual, onde, no caso da renda Renascença, a ação deliberada de uma pessoa teria determinado o surgimento desta atividade na região, sem considerar a possibilidade de outras iniciativas, ou mesmo a adesão deliberada e unilateral de outras pessoas. O ato de fazer renda não era desconhecido das mulheres da região, e bem antes desse período, as índias já haviam entrado em contato com esta atividade, na época da instalação do diretório pombalino. Contudo, analisando os movimentos políticos do período,

aventamos com a possibilidade de Elza Medeiros ter sido influenciada pelo movimento integralista brasileiro que havia sido instalado em Poção, elas dificuldades econômicas que uma parcela da população estava sofrendo, ocasionada pela seca. Também, falamos da possibilidade de ter sido em razão da existência de um mercado consumidor de luxo na cidade.

Há certamente diversos outros fatores que podem ter contribuído, isolados ou em conjunto, para o crescimento dessa atividade na região. Todos eles, no entanto, indicando que o ambiente político, econômico e social teriam influenciado a rendeira a produzir para satisfazer a necessidade econômica, ou seja, por uma necessidade utilitária. A renda Renascença produzida no município de Pesqueira, não era feita para uso próprio, mas para ser usada pelos mais abastados, que pagavam por isso, e era naquela ocasião, feitas por meio de encomendas. É, portanto, uma atividade estranha ao meio. No primeiro momento poderíamos dizer que a mercadoria produzida, serviria tão somente para ser convertida em dinheiro. Daí a visão utilitária da renda, como meio de educar as meninas para o trabalho e de gerar renda, ou seja, serviria para complementação da renda familiar.

Tudo isso é analisado levando-se em consideração a ação unilateral de Elza, e de umas poucas rendeiras que poderiam está atuando de forma isolada. No entanto, essa atividade, em pouco tempo, passou a ser exercida por um número cada vez maior de mulheres, que cresceu e chegou a várias cidades da região. Não podemos afirmar, portanto, que essas rendeiras tenham tomado a decisão de fazer renda pelos mesmos motivos de Elza. Há, certamente, motivações diferenciadas e peculiares a cada comunidade envolvida nessa atividade. Assim, concordamos Sahlins (2003: 45), quando diz que a cultura de um povo não está fundamentada tão somente na cultura utilitária, mas é, sobretudo, na cultura simbólica, onde estão envolvidas decisões pessoais e próprias de cada grupo ou pessoa, com significados próprios e específicos. Daí a utilização de materiais diferentes, das variações de pontos, e da utilização de novos desenhos e de novas cores. Hoje, mais do que nunca a renda Renascença, tem uma nova cara, mas essa é uma história para falarmos em outro trabalho.



Ilustração nº 46. Feira semanal de renda¹³⁹ em Pesqueira, junho de 2012

1.9 A Autonomia Política de Poção

O Brasil da chamada era Vargas (1930-1945), especialmente após a instalação do Estado Novo (1937-1945), vivia nominalmente sob o regime federativo, mas na prática, a estrutura implantada era a de um Estado unitário e centralizado nas mãos do ditador, com Estados e municípios vivendo sob o regime interventorial. Para Favero (2004), “O Interventor era um preposto e os Prefeitos, prepostos do Interventor” (FAVERO, 2004: 42). As Câmaras foram extintas e todas as atribuições municipais ficaram restritas ao prefeito, no entanto, acima do poder do prefeito ficava o “Conselho Administrativo Estadual”, órgão controlador de toda atividade municipal. Com o fim da era Vargas, o Brasil entra no processo de volta ao regime democrático e promulga uma nova Constituição (1946), que teve, além do seu aspecto democrático, o caráter municipalista, a partir da introdução de dispositivos políticos, administrativos e econômicos. Favero (2004), salienta que essa era uma constituição que primou pela distribuição equitativa dos poderes, descentralizando a

¹³⁹Ilustração nº 46. Feira de renda em Pesqueira. Acervo: SILVA, Gezenildo Jacinto, junho de 2012

administração pública entre os entes federados e especialmente com relação a repartição das rendas públicas (FAVERO, 2004:42).,

Em Pesqueira, os articulistas políticos do jornal a Voz de Pesqueira e do jornal Gazeta de Pesqueira, passaram a publicar, na década de 1950, artigos simpáticos à pretensão emancipacionista da Vila de Poção. Para esses articulistas, a arrecadação tributária desses distritos não era suficiente para cobrir as despesas gastas com a manutenção dos serviços públicos prestados àquela comunidade. A Constituição de 1946 permitia uma distribuição tributária mais generosa para os municípios, que lhe possibilitava cobrir as despesas locais, e citavam os bem sucedidos desmembramentos que ocorreram no município, com a emancipação dos distritos de Sanharó e Alagoinha, ocorridos em 1948.

Os principais fatores que despertam o desejo de emancipação de um município são, segundo, Bremaeker (1993): O descaso por parte da administração do município de origem; a sua grande extensão territorial; o crescimento da população e a existência de forte atividade econômica local. O movimento de emancipação¹⁴⁰ da Vila de Poção liderado pelo senhor: Malaquias Batista Vieira de Melo, subprefeito da Vila e pelos vereadores: Epifânio Vasconcelos e Silva, Malaquias de Medeiros Correia, e o juiz distrital, José Correia da Costa Neto, não parece ter seguido somente a essa lógica. O poçoense começa a alimentar a ideia de lutar pela emancipação, também instigado pelas lideranças políticas e intelectuais de Pesqueira, que viam neste desmembramento, a manutenção do poder político nas mãos dos chefes regionais, sem, contudo, precisar de muitos recursos para financiar este poder. O mais influente chefe político da região era naquela época o Sr. Jurandir Britto de Freitas, filiado ao Partido Social Democrático (PSD) de Pesqueira, e sócio das Fábricas Peixe. Melo (1971: 25) diz que partiu de Jurandir Britto de Freitas, a ideia de lançar a candidatura de Malaquias Batista Vieira de Melo à subprefeitura de Poção em 1947, Malaquias obteve 401 votos, ou seja, cem por cento dos votos do eleitorado de Poção. Depois, Malaquias passou a liderar um grupo de pessoas em favor da emancipação política da Vila.

Em outra edição da Voz de Pesqueira, podemos ver que o Sr. José de Almeida Maciel chama os leitores ao debate em torno da escolha do nome do novo

¹⁴⁰ A Voz de Pesqueira. Pesqueira, em 27/07/1952.

município, sugerindo que poderia ser chamado simplesmente Poção, ou então Acai¹⁴¹. Mas no dia 03/08/1952, faz referência a uma reportagem do jornal Gazeta de Pesqueira, de autoria de Tomás de Aquino Almeida Maciel, “Nevrose Artística”, falando sobre a inconveniência de o novo município ser chamado de “Poção”. Para Tomás de Aquino, o nome “Poção” não soava bem aos ouvidos, e o gentílico poçoense seria bem mais desagradável.

O que podemos observar, nos debates da imprensa local, era o estabelecimento do consenso, sobre as conveniências do desmembramento da Vila de Poção. No jornal A Voz de Pesqueira¹⁴², temos a publicação de matérias falando dos benefícios que a população do distrito de Poção poderia ter, depois de emancipado, fazendo referência à lógica do novo sistema de distribuição tributário brasileiro, que deveria beneficiar os 1200 moradores do novo município, com uma cota anual da união Da ordem de Cr\$ 400.000,00.

Finalmente, por iniciativa do Deputado Estadual, Elpídio de Noronha Branco, Poção passa a categoria de município emancipado, através da Lei nº 1818, assinada pelo governador Etelvino Lins de Albuquerque em 29/12/1953, juntamente com mais oito municípios: Cortez, Riacho das Almas, Cupira, Itapetim, Tacaratu, Joaquim Nabuco, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

Na tabela IX, podemos observar que entre as décadas de 1940 e 1960, foram criados 18 novos municípios no Estado de Pernambuco, sofrendo um acréscimo de 22% Indicando, portanto, que o período em questão mostrava-se favorável ao estabelecimento de novos arranjos na divisão política do Estado. Sem querer obliterar os esforços empreendidos pelas lideranças políticas dos antigos distritos de Alagoinha, Sanharó e Poção para conquistar suas autonomias, podemos dizer, diante dos fatos aqui apresentados, que as autoridades políticas de Pesqueira não estavam muito interessadas em manter a integridade física do seu município, certamente por acreditarem na força do seu grupo e na solidez dos acordos firmados com os chefes políticos da região.

¹⁴¹ A Voz de Pesqueira. Pesqueira, em 27/07/1952.

¹⁴² Autonomia de Poção. A Voz de Pesqueira. Pesqueira, em 22/06/1952, p. 03.

TABELA VIII
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO DE
1940 A 1991

ESTADO	1940	1950	1960	1970	1980	1991
PERNAMBUCO	85	91	103	165	165	168

Fonte: Favero (2004)

Não sabemos exatamente qual teria sido o caminho trilhado pelas autoridades poçoenses para se afirmarem enquanto município autônomo, nem quais foram os princípios que fundamentaram a construção da sua identidade municipal. Sabemos, no entanto, do sentimento de orgulho do povo de Poção pela iniciativa do Padre Estanislau Ferreira de Carvalho, em fundar o povoado em 1871, exaltando tanto a antiguidade, pelo fato de ter sido criada no final do século XIX, como também, pela religiosidade do seu povo. Analisando a questão da construção da identidade do povo poçoense, sob a ótica de Stuart Hall (*In: SILVA, 2009*), podemos dizer que o cidadão simples, constrói sua identidade comum através do reconhecimento das características, e de alguma origem comum do grupo.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (*In: SILVA, 2009: 106*).

Todavia, como Poção e Pesqueira faziam parte de um mesmo bloco indenitário, já que faziam parte do mesmo território, com o desmembramento, o novo município teve que reconstruir a sua identidade a partir da divisão. Não daquilo que eram, mas daquilo que passaram a ser. A identidade é construída pela necessidade de marcar diferenças e de apresentar ao outro, qualidades que lhe são próprias. Hall (*In: SILVA, 2009*) diz, no entanto, não existir uma única identidade, mas várias, podendo ser até múltiplas. As identidades são construídas ao sabor das necessidades históricas. A identidade não é essencialista, mas um conceito estratégico e posicional (*In: SILVA, 2009: 108*).

Assim, logo após a emancipação, é bem possível que a elite política do município tenha buscado construir essa identidade a partir do reconhecimento da origem comum e da tradição religiosa do lugar, como podemos observar pela monografia de Mário Batista Vieira de Melo, bisneto do Cap. Malaquias Vieira de Melo. Essa história talvez não tenha convencido ao cidadão comum, que teria ficado órfão de uma história mais pujante, quando faziam parte de um único território.

A identidade do povo poçoense foi certamente construída a partir da constatação da diferença. Se Pesqueira era industrial e exportava seus produtos para vários países, Poção era também uma terra que dava oportunidade de emprego a muitas mulheres da localidade, na atividade artesanal da renda Renascença, e já estava ensaiando exportar seus produtos para vários países. Temos então, a divulgação do pioneirismo de Elza Medeiros, como iniciadora da atividade rendeira na cidade e o reconhecimento pela lei estadual nº 14.365 de 22/08/2011 de Poção como Capital da Renascença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos ao longo desse trabalho, uma série de possibilidades históricas para mostrar quais teriam sido as variáveis que levaram ao desenvolvimento da atividade rendeira no município de Pesqueira, início do século XX. Acreditamos que a iniciativa da rendeira Elza Medeiros teve a sua importância histórica, mas não isoladamente, posto que a participação das ricas senhoras da sociedade pesqueirense, ao entrar no mercado da renda, foram determinantes para o reconhecimento e valorização do trabalho das rendeiras de Renascença. Assim posto, reafirmamos que as rendeiras, assim como os grupos populares são alçados à categoria de destaque a partir do reconhecimento do outro. É o outro, especialmente aquele que tem poder de consagrar uma determinada obra que dará visibilidade ao trabalho das rendeiras.

Falamos inicialmente da formação do núcleo urbano e da economia local, citando a pecuária como principal atividade. Mostramos que a localização geográfica do município de Pesqueira, entre o Agreste e o Sertão contribuiu para tornar aquela localidade ponto de encontro de tropeiros e de viajantes que se dirigiam para a Zona da Mata ou para o Sertão, contribuiu para o desenvolvimento da atividade mercantil e o crescimento de uma classe de ricos comerciantes e industriais. Falamos do crescimento do aglomerado urbano, dos seus equipamentos públicos e da formação da elite social pesqueirense, como também falamos dos movimentos empreendidos pelos grupos populares na formação desta sociedade. Procuramos mostrar que a atividade rendeira já estava presente no cotidiano da mulher sertaneja, mas ressaltamos que a introdução da técnica de fazer renda do tipo Renascença na região do município de Pesqueira ocorreu a partir da constatação do valor simbólico daquelas peças. A renda de bilros poderia ser encontrada adornando os vestidos das senhoras do sertão ou embelezando camas e mesas de suas casas, mas a renda Renascença era mais rara e valiosa. O domínio da técnica de fazer renda Renascença possibilitou a rendeira local obter renda financeira e dar largos passos em direção a sua autonomia.

Contudo, entendemos que o deslocamento do camponês em direção aos centros urbanos, fugindo dos efeitos da grande seca dos anos de 1950, expôs o seu

drama, mas também os colocou em contato com pessoas de outras culturas, possibilitando ao migrante, ampliar seus horizontes e vislumbrar saídas para o seu infortúnio.

Vimos que no primeiro momento, a rendeira era obrigada a fazer a renda exatamente como a contratadora havia encomendado, o segundo passo foi o rompimento dessas amarras e a introdução de um novo jeito de fazer renda, como aconteceu, também, com as rendeiras da Europa. A rendeira de Renascença passou a imprimir a sua marca, a partir da busca pelo melhor caminho para realização do seu trabalho, modificando os padrões, inventando pontos e introduzindo novos materiais.

A renda que temos hoje na região de Pesqueira, não é de origem francesa, belga, veneziana, inglesa ou alemã, ela carrega um pouco da experiência de todas elas, acrescida das experiências vivenciadas pelas rendeiras do município de Pesqueira, na prática diária. A influência de todas estas culturas na formação da cultura rendeira em Pesqueira se deu a partir da participação de mulheres que haviam estudado em colégios administrado por freiras de diversas nacionalidades, como as irmãs Dorotéias de origem italianas, as Damas Cristãs de origem belga, as irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing, da academia Santa Gertrudes de origem alemã e as irmãs do Colégio de Santa Teresa, de origem francesa. Em todos esses educandários haviam aulas direcionadas para a formação feminina de praticas de atividades do lar, como cozinhar, bordar, costurar e tecer rendas.

Todas estas experiências possibilitou a rendeira de Renascença fazer uma renda rica em misturas de estilos e de técnicas que resultaram em um trabalho diferenciado, dentro daquilo que o antropólogo argentino Nestor Garcia Canclini classificaria de cultura híbrida.

Chego ao final desse trabalho desejoso de que após a leitura desse trabalho, o leitor fique convencido de que a rendeira não precisa mais falar sobre as origens europeias da renda, quando se referir à renda Renascença, basta falar o nome da renda com orgulho, e dizer que esta renda foi apropriada pelo povo simples do Agreste pernambucano desde a década de 1930.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Dener Pamplona de. **Dener: o luxo**. 3^o ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007
- ABREU, José Capistrano de. **Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Fortaleza: Livraria Briguiet, 1960
- Agenda Escolar 2012, distribuída aos estudantes da rede municipal de Poção, 2012
- Álbum de Realizações da Administração do Prefeito Malaquias Batista Vieira de Melo, 1960
- ALBUQUERQUE, Else de Farias. **Desmanchando Novelos e Tecendo Sonhos: A vida das rendeiras de Camalaú**. Campina Grande/SP: Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPB, 2002
- ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um Sertanejo e o Sertão: memórias**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olímpio, 1957.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O Sexo Devoto: Normatização e resistência no império português – XVI-XVIII**. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2003.
- ALVES, Odete de Andrada. **Do Âmago da Memória**. Recife: Bagaço, 2003
- AMORIM, Fabio Lima. **Uma Cidade Germanófila: o integralismo em Pesqueira (1934-1939)**. Dissertação (Mestrado de História). Recife: UFPE, 2002
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humana, 1980.
- ANDRADE, Mário de. **O Artista e o Artesão, in: O baile das quatro artes**. São Paulo: Martins Editora, 1975
- Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, da Inspeção Geral do Ensino do Estado de São Paulo, 1907 a 1908
- Anuário Estatístico. Diretoria Geral de Estatística Recife: Imprensa Industrial, 1927
- AOUN, Geraldo Tenório. **Nos Grotões De Urubá**. p, 147 In: Revista de Historia Municipal. Recife, FIAM/EHM, n 7 1997
- AZZI, Riolando (Organizador). **A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

BAKHITIN, Mikhail. **Cultura Popular na Idade Média, A: o Contexto de François Rabelais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999

BARBALHO, Nelson. **Caboclo do Ororuba**. Recife: CEHM, 1977

BAYARD, Emile. **Lart de Reconnaître Les Dentelles**. Paris: Libraires editeurs, 1914

BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. **Migrações Xukuru do Ororubá: Memórias e História**. Recife: Dissertação (Mestrado em História) UFPE, 2012

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença: Contribuição para uma economia de bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk, 2008

_____, **Economia das Troca Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007

_____, **Poder Simbólico, O**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

BREMAEKER, François E.J. de. **Os Novos Municípios: Surgimento, Problemas e Soluções**. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v 40, nº 206, 1993

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo Companhia das Letras, 2006

CALLAN, Georgina O'hara. **Enciclopédia da Moda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

CALVINO, ITALO. **Cidades Invisíveis, As**. São Paulo: Companhia das Letra, 1990

CAVALCANTI, Bartolomeu. **No Tacho o Ponto Desandou: história de Pesqueira, de 1930 a 1950**. Recife: TESE (Doutorado em História). UFPE, 2005.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. **A Acumulação de Capital e a Industrialização em Pesqueira**. Recife: Dissertação (Mestrado em Economia), PIMES/UFPE, 1979

CAVALCANTI, Maria Cleonice Jatobá. **Uma Fresta na História**. Olinda: Livro Rápido, 2003

CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano, A. 1 Arte de Fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007

CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano, A. 2 Morar, Cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

CHARTIER, Roger, (org). **História da Vida Privada 3. Da Renascença ao século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

CHARTIER, Roger. **História Cultural, A: Entre práticas e representações**. 2ª edição Lisboa: Difel, 2002

Código de Posturas do Município. Lei 141 de 27 de março de 1951

DELUMELAU, Jean. **Civilização do Renascimento**, A. Tradução, Pedro Eloi Duarte: Lisboa – Portugal. Les Edition Arthand, Paris, 1984

DILLMONT, Therésè de. **La Dentelle Renasissance**. Mulhouse, (Alsace): Bibliothèque D.M.C (a)

_____, **Encyclopédie des Ouvrages de Dames**. Dornach (Alsace): Bibliothèque D.M.C (b)

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte, A: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

FALCI, Miridan Knox. **Mulheres no Sertão Nordestino**. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

FAVERO, Edson. **Desmembramento Territorial: O processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. São Paulo: Tese (Doutorado em Engenharia e Construção Civil). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2004

FECHINE, Ingrid Farias. **Brasões de Saberes das Rendeiras do Cariri Paraibano**. João Pessoa: Dissertação (Mestrado em Educação), UFPB, 2004

FERRARI, Monia de Melo. **Migração nordestina para São Paulo no Segundo Governo Vargas: (1951-1954) – Seca e desigualdades regionais**. São Carlos: Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Humanas), UFSC, 2005

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GALINDO, Betânia Flávia Cavalcanti. **A Cidade das Chaminés: História da Industrialização de Pesqueira**. Dissertação (Mestrado em Administração). Recife: FBV, 2007

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Alfandegas de Pernambuco, As**. Brasília: ESAF, 2002

GOLDEMBERG, Samuel L. **Lace its Origin and History**. Bretanos New York, 1904

GOMES, Angela de Castro. In: PANDOLFI, Dulce (Organizadora). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Edit. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponibilizado em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>

_____. **A Invenção do Trabalhismo**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Mercado São José: Mémória e História**. Recife: IPHAN/FADURPE, 2010

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva, A**. São Paulo: Centauro, 2006

História e Lendas de Santos. Impressões do Brazil no Século Vinte. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>> Acessado em: 11 de 04 de 2012

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875**. 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002

LAPRADE, Laurence de. **Poinct de France ET LES centres dentelliers: au XVII et au XVIII siecles**. Paris: Librairie Rothschild, 1903

LAVÉR, James. **A RoupA e a Moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles e ROUX, Elyette. **O Luxo Eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século VXIII**. Tese (Doutorado em Historia) Recife: UFPE, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, Territórios e Populações indígenas no Sertão da Capitania do Rio Grande**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN, Natal, 2007

MAGUÉ, Ch. **Le dentelles anciennes**. Paris: les Editions Pittoresques, 1930

MAIA, ISA. **O Artesanato da Renda no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980.

MAMOU, Yves. **A Culpa é da Imprensa: Ensaio sobre a fabricação da informação**. São Paulo: Marco Zero, 1992

MARCELO, Carlos e RODRIGUES, Rosualdo. **Fole Roncou: Uma história do Forró O**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002

MELO, Mário Batista Vieira de. **Cidade em Trânsito: Poção, cem anos depois**. Recife: Gráfica UNICAP, 1971

MOORE, N. Hudson, **The Lace Book**. New York : Frederick A. Stokes Company, 1904

MORONARI, Denilma Garcia Moronari. **Trabalho, Educação e Família: Questões e direitos femininos em debate na constituinte de 1934**. Dissertação. (Mestrado em Economia Familiar). Viçosa: UFV, 2006.

NEVES, Luiz de Oliveira. **Pesqueira: Evocação ano 100. Pesqueira:** Companhia Editora de Pernambuco, 1980

NOBREGA, Christus. **Renascença: uma arte de ofício paraibana.** SEBRAE, 2005

NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro.** Recife: editora universitária da UFPE, 1997

OITICICA, Leite. **A Arte da Renda no Nordeste.** Recife: museu do açúcar, 1974.

OLIVEIRA, Sergio Augusto. **Ação Política na Trincheira Nacionalista.** Disponível em:

<<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/OswaldoLimaFilho/05.htm>> . Acesso em: 18 de maio de 2012.

OLIVEIRA, Francisco José Galindo Medeiros de. **Influência da Renda Renascença na Economia do Município de Pesqueira e cidades circunvizinhas.** Recife: PIMES/UFPE, 1994

OSÓRIO, Carlos. **O artesanato das Rendeiras de Renascença, no Agreste do Estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil.** Recife: PIMES/UFPE, 1983

PARASOLE, Isabella Catenea . **Musterbuch fur Stickereien und Spitzen von Elisabetta Parasole.** Edição Alemã de 1916

PALLISER, Bury. **A History of Lace.** London: Sampson, Low, Son, and Mariston, 1869

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Caderno de Desenvolvimento Econômico: artesanato e arte popular.** Bahia, 1957.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

PICKEN, Mary Brooks. **Livro de Costura da Singer.** Rio de Janeiro: Companhia Editor Nacional 1957

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **“Guerra dos Barbaros”:** resistencia indígena e conflitos no Nordeste Colonial. Recife: UFPE, 2002

PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: ed. UNESP, 2007.

QUEIROZ, Raquel. **Quinze, O.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

QUÉRETTE, Letícia Loreto. **Onde o Céu se Encontra com a Terra: Um estudo antropológico do Santuário de Nossa Senhora das Graças na aldeia Guarda, em Cimbres (Pesqueira – PE).** Recife: Mestrado (Mestrado em Antropologia) UFPE, 2006

RAMOS, Luiza e Arthur. **A Renda de Bilros e sua Aculturação no Brasil: no preliminar e roteiro de pesquisas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Brasileira de Antropologia, 1948.

Revista de História. **Mulheres! Seu lugar é em casa**. Edição de 19/09/2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2012

SÁ, Marcio. **Feira: Quem são e como administram seus negócios**. Recife: Editora Universitaria da UFPE, 2011

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003

SANTA CRUZ, Pedro et al. **Pesqueira Secular: crônicas da velha cidade**. Recife: Editora Santa Cruz, 1980.

SANTOS, Luiz Cristovão dos. **Brasil de Chapeu de Couro**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1958

SANTOS, Luiz Cristovão dos. **Caminhos do Sertão**. Recife: UFPE, 1970

SANTOS, Luiz Cristovão dos. **Carlos Frederico Xavier de Britto (O “Bandeirante da Goiaba”)**. Recife, 1953

SANTOS, Minervino Osório dos Santos. **Eu, A Fábrica Peixe e Pesqueira**. Caruaru: Gráfica Estudantil, 2008

SEBRAE/PE. **Artesãos e artesanato de Pesqueira**. Programa Sebrae de Artesanato. Recife: SEBRAE/PE, 2000

SEBRAE/PE. **Artesãos e artesanato de Poção**. Programa Sebrae de Artesanato. Recife: SEBRAE/PE, 2000

SETTE, Hilton. **Pesqueira: Aspectos de sua geografia urbana e de suas interrelações regionais**. Recife, 1956.

SILVA, Gezenildo Jacinto. **Uma Marca, Uma Sina: As Representações do Negro, nas páginas do jornal A Voz de Pesqueira, na década em 1950/55**. Recife: Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira), UNICAP, 2011

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado de História). Recife: UFPE, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da, (org) e HALL, Stuart. KATHRYN, Wodward. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis RJ: Vozes, 2009

SOUZA, Julio Seabra Inglez, PEIXOTO, Aristeu Mendes, TOLEDO, Francisco Ferraz de. **Enciclopédia Agrícola Brasileira**, Volume I. São Paulo: IED.USP,

TAKEIA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origem do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: Ed. Universitária, 1995.

TOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

VEYNE, Paul (Org). **História da Vida Privada 1.:Do Império Romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** São Paulo: Ática, 2000

VINCILOLO, Federico. **I Singolare e Nuovi Disegni Per Lavori Di Biancheria.** Bergamo: Instituto Italiano d'art grafiche, editore, 1909

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

WILSON, Luiz. **Arorubá Lendária e Eterna.** Recife: CEPE, 1980.

JORNAIS IMPRESSOS

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE

A Coligação

A Folha de Pesqueira

A Gazeta de Pesqueira

A Marcha

A Voz de Pesqueira

Diário de Pernambuco. Pernambuco. 17/07/1954

Era Nova. Semanário da Diocese de Pesqueira

Ideal Jornal - Semanário de literatura e elegância da Casa José Araújo

Jornal de Pesqueira

O Coloniano

O Ororubá

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP

A Imprensa – Semanário Católico da Diocese da Paraíba

JORNAIS

Diário de Pernambuco – Vida Urbana p.C6, Recife, 31 de março de 2002

Jornal do Comércio. Arrecifes. 04/11/2012. Disponível em: <<http://www.dmc-pt.com>>. Acesso em: 22 nov, 2012.

RELATÓRIOS

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Relatório da Santa Casa de Misericórdia. SC. Pernambuco: Typografi Industrial, 1894: 50

Relatório da Santa Casa de Misericórdia. SC. Pernambuco: Typografia Industrial, 1866

Arquivo do Colégio São José. Boa Vista. Recife/PE

Livro de Matrículas do Colégio São José de 1866 a 1950

Cartório Único de Poção

Livro de Registro de Nascimento nº 6

Biblioteca CONDEPE/FIDEM

Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local do Município de Pesqueira/PE.
SUDENE – SERFHAU, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, 1972

SITES CONSULTADOS

Constituição brasileira de 1891. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>.
Acesso em 03 junho de 2012.

BANDEIRA, Ladjane. Disponível em: <www.ladjanebandeira.org>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

Bula de criação da Diocese de Pesqueira. Disponível em:
<<http://www.diocesedepesqueira.org>>. Acesso em: 20 out. 2012.

Diário Oficial da União p, 03, seção 1 de 19/04/1905. Disponível em: <
<http://www.jusbrasil.com/diarios>>. Acesso 25 de março de 2013

Diário Oficial da União. De 13/06/2008. Disponível em: <
<http://www.jusbrasil.com/diarios>>. Acesso 16 de fevereiro de 2013

D.M.C. Disponível em: <<http://www.dmc-pt.com>>. Acesso em: 22 nov, 2012.

FBN. Fundação Biblioteca Nacional. Doc 31 – 08,03,014. p 16. Disponível em:
<<http://www.acervobndigital.bn.br/>>. Acesso em: 22 de março de 2013

FUNDAJ: Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em:
27 ago. 2012.

IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>.

Livro das Artes de Fazer do IPHAN. nº Processo 01 450.001501/2007-52 em
28/01/2009

Receita Federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em:
12 de março de 2013.

Relatório do IPHAN - Processo nº 01450.001501/2007-52. Disponível de: <<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/foIProcessoRegistroE.jsf>>. Acesso em 25 de março de 2013

Escola de Renda de Burano. Disponível em: <http://www.merlettoitaliano.it/la_scuola_dei_merletti_di_burano.html>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- ✓ Francisca Gomes de Souza
- ✓ Josefa Maria da Silva
- ✓ Marieta Monteiro Xaver
- ✓ Odete Cavalcanti Maciel
- ✓ Paulo Henrique de Souza (Paulo Barbeiro)
- ✓ Tânia França
- ✓ Edileuza Medeiros Gomes
- ✓ Iêda Medeiros
- ✓ Zelina Gomes Faustino

ILUSTRAÇÕES

ORDEM	ILUSTRAÇÕES	PÁG
Ilustração nº 01	Mapa do Estado de Pernambuco. Silva, Gezenildo Jacinto	14
Ilustração nº 02	Operários do município de Pesqueira. In: SANTA CRUZ, Pedro et al. Pesqueira Secular: crônicas da velha cidade. Recife: Editora Santa Cruz, 1980. p, 171	56
Ilustração nº 03	PALLISER, Bury. A History of Lace. London: Sampson, Low, Son, and Mariston, 1869. Fig. 43 da página 86	59

Ilustração nº 04	Rendas e escritos dos índios aprendizes de Entremoz – 1760. LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século VXIII. (tese de doutorado em Historia) Recife: UFPE, 2005. p, 656	60
Ilustração nº 05	Rendas dos Índios aprendizes de Arez – 1760. LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século VXIII. (tese de doutorado em Historia) Recife: UFPE, 2005. p, 658	60
Ilustração nº 06	Barbara Ultman. Goldenberg, Samuel L. Lace Its Origin and History	61
Ilustração nº 07	Modelos propostos por Frederico Vinciollo. Álbum de: VINCIOLLO, Federico. I Singolare e Nuovi Disegni Per Lavori Di Biancheria. Bergamo: Instituto Italiano d'art grafiche, editore, 1909	62
Ilustração nº 08	Modelos propostos por Frederico Vinciollo. Álbum de: VINCIOLLO, Federico. I Singolare e Nuovi Disegni Per Lavori Di Biancheria. Bergamo: Instituto Italiano d'art grafiche, editore, 1909	62
Ilustração nº 09	Modelo proposto por Isabella Catenea Parasole. Parasole. Musterbuch fur Stickereien und Spitzen von Elisabetta Parasole. Edição Alemã de 1916	63
Ilustração nº 10	Renda do Tipo Guipure. PALLISER, Bury. A History of Lace. London: Sampson, Low, Son, and Mariston, 1869. Fig 17 da página 33	67
Ilustração nº 11	Tipo de almofada usada pelas rendeiras para fazer Renascença. Acervo: Silva, Gezenildo Jacinto	69
Ilustração nº 12	Gravura de Jean Baptist Debret. Disponível em: http://w.itaucultural.org.br/bcodeimagens/imagens_publico/007303001013.jpg . Acesso em 16 out. 2012.	77
Ilustração nº 13	Amostras de tipo de lacê apresentado na obra de: DILLMONT, Thérésè de. La Dentelle Renaissance. Mulhouse, (Alsace): Bibliothèque D.M.C (a), p, 05	79
Ilustração nº 14	Livro de Costura Singer com dedicatória do noivo Parcival a Adolfina	81
Ilustração nº 15	Residência do Major Cândido de Britto, sócio das Fábricas Peixe, atual sede da Cáritas Diocesana de Pesqueira. Acervo: Fundaj. Revista de Pernambuco. Anno 02, nº 14. Agosto de 1925. Recife: Diário do Estado, 1925	90

Ilustração nº 16	Residência de Antonio Didier, sócio da Fábrica Rosa, atual sede da Prefeitura Municipal de Pesqueira. Acervo: SILVA, Gezenildo Jacinto	91
Ilustração nº 17	Tecendo renda. SILVA, Gezenildo Jacinto, junho de 2012	105
Ilustração nº 18	Fotografia de Cleonice Cavalcanti e família. Acervo: Tânia França, 1959	109
Ilustração nº 19	Mulheres na linha de lavagem e seleção de tomates da Fábrica Peixe, 1935. Acervo; Museo do Doce de Pesqueira	120
Ilustração nº 20	Frota de Ônibus de Severino Farias. Disponível em: < https://www.facebook.com/maria.freitasfarias > Acesso em: 26 de junho de 2102	129
Ilustração nº 21	Disponível em: < https://www.facebook.com/CulturaPesqueirense >. Acesso em: 22 de abril de 2013.	130
Ilustração nº 22	Planta da cidade Pesqueira. Prefeitura Municipal de Pesqueira	131
Ilustração nº 23	Disponível em: < http://pesqueira-view.blogspot.com.br/ >. Acesso em: 28 de abril de 2013	132
Ilustração nº 24	Acervo: Jablonsky Tibor. Pesqueira. IBGE. Negativo 2813. Casas do Bairro da Mandioca, 1955. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/ >. Acesso em: 22 de fev. 2013	133
Ilustração nº 25	Pedra de João Queimado. Acervo Particular: SILVA, Gezenildo Jacinto, 2013	134
Ilustração nº 26	Bobardino. Instrumento musical. Disponível em: < http://liramusical.no.comunidades.net >. Acesso: 28 de abril de 2013	144
Ilustração nº 27	Disponível em: < http://www.flickr.com/photos/super_zipper/4044798788/ >. Acesso em: 12 de maio de 2013.	149
Ilustração nº 28	Primeira comunhão de Vera Lúcia e Tânia Maria, realizada pelo Bispo Diocesano de Pesqueira, Dom Adelmo Machado. Acervo; Tânia França, 1952	157
Ilustrações nº 29 a 31	Variedade (contemporânea) de ponto de renda Renascença. Nóbrega, Christus. Renascença: uma arte de ofício paraibana. SEBRAE, 200. p, 154 a 159	165
Ilustração nº 32	Linha Renascença (Fábrica de Linhas Corrente) e Lacê (Lacê da Noemy) usados atualmente pelas rendeiras de Pesqueira	170

Ilustração nº 33	Detalhes de Renda usada pelo Bispo Diocesano de Pesqueira Dom Adelmo Machado. Acervo: Tânia França, 1952.	171
Ilustrações nº 34 a 36	DILMONT, Thérèse de. Encyclopédie des Ouvrages de Dames. Dornach (Alsace): Bibliothèque D.M.C (b). Fig nº 902, p 612; Fig nº 866, p 600; Fig nº 933, p 624. Fig nº 906, p 612; Fig nº 917, p 617; Fig nº 925, p 621; Fig nº 908, p, 614; Fig nº 899, p, 610; Fig nº 868, p, 600.	172
Ilustrações nº 37 a 42	Desenhos: DILLMONT, Therésè de. La Dentelle Renaissance. Mulhouse, (Alsace): Bibliothèque D.M.C (a), p, 07	172
Ilustração nº 43	Desenhos: DILLMONT, Therésè de. La Dentelle Renaissance. Mulhouse, (Alsace): Bibliothèque D.M.C (a), p, 07	174
Ilustrações nº 44 a 45	Desenhos usados pelas rendeiras de Renascença. Acervo particular: SILVA, Gezenildo Jacinto, 2013	174
Ilustração nº 46	Feira semanal de renda em Pesqueira. Acervo: SILVA, Gezenildo Jacinto, junho de 2012	179
Ilustração nº 47	Elza Mendes Medeiros. Acervo: Prefeitura Municipal de Poção	199
Ilustrações nº 48 a 50	Rendeiras de Renascença. Acervo particular: SILVA, Gezenildo Jacinto, 2013	199
Ilustração nº 51	Marieta Monteiro Xavier. Disponível em: : < http://www.fatimarendas.com.br > Acesso em: 23 de Maio de 2013	199
Ilustração nº 52	Áurea Jatobá Cavalcanti. In: CAVALCANTI, Maria Cleonice Jatobá. Uma Fresta na História. Olinda: Livro Rápido, 2003. p, 266	199
Ilustração nº 53	Blusa em renda Renascença com padrão contemporâneo. Acervo Particular: SILVA, Gezenildo Jacinto, 2013	200
Ilustração nº 54	Blusa em renda Renascença com padrão contemporâneo. Acervo Particular: SILVA, Gezenildo Jacinto, 2013	200
Ilustração nº 55	Detalhe da em renda com padrão contemporâneo. Acervo Particular: SILVA, Gezenildo Jacinto, 2013	201

ANEXO I



Ilust. nº 47. Elza Mendes Medeiros



Ilust. nº 48. Odete Cavalcanti Maciel



Ilust. nº 49 Zelina Gomes Faustino



Ilust. nº 50 Francisca Gomes de Souza



Ilust. nº 51 Marieta Monteiro Xavier



Ilust. nº 52 . Áurea Jatobá Cavalcanti



Ilustração nº 53. Blusa de renda Renascença

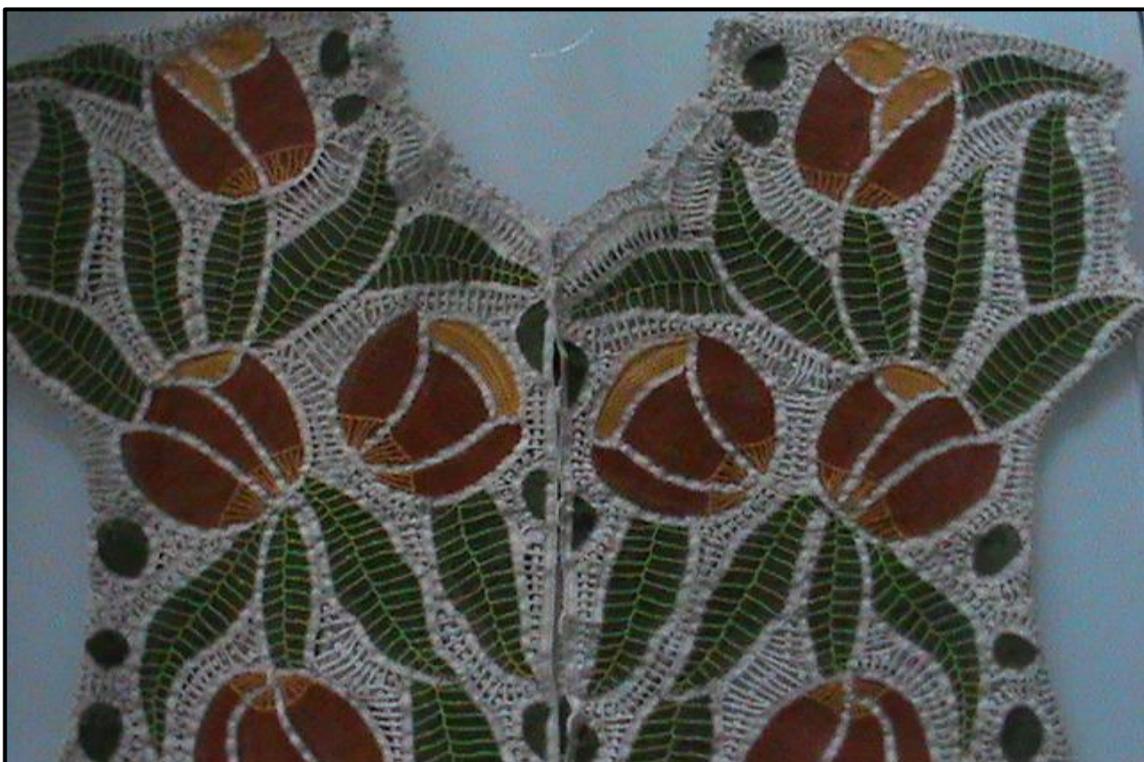


Ilustração nº 54 – Blusa de renda com novos padrões (Maio, 2013)

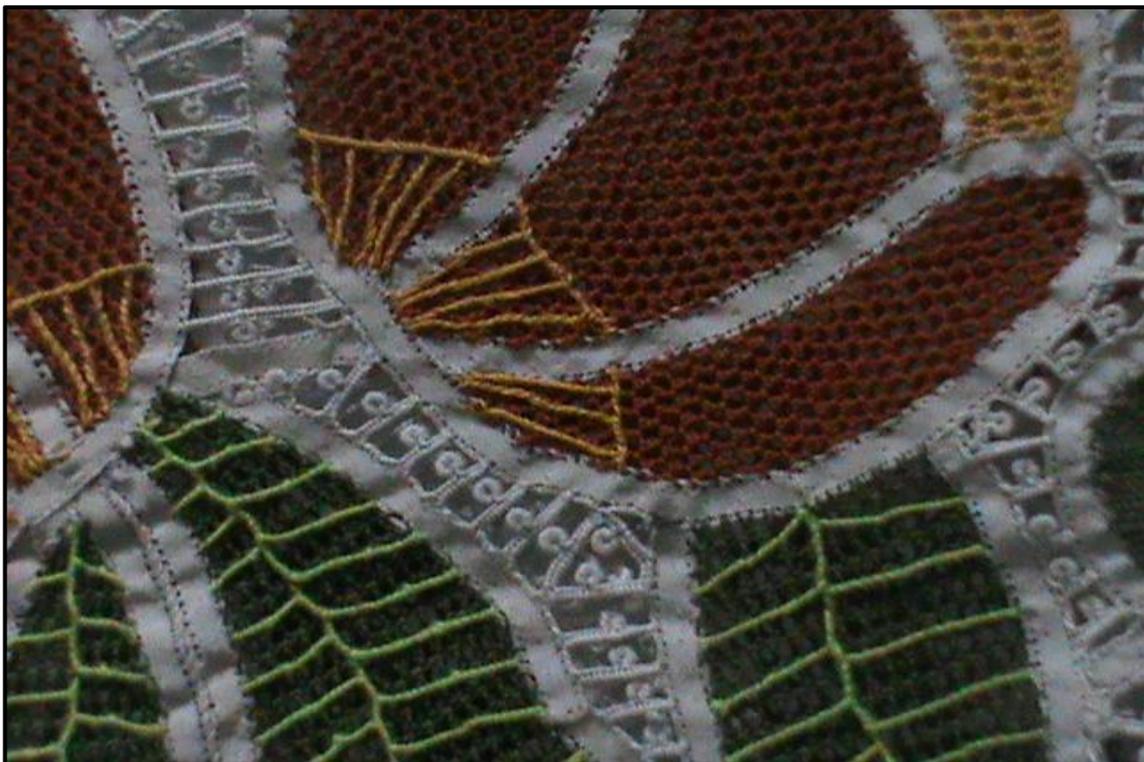


Ilustração nº 55 – Detalhes da renda